

FERNANDO AUGUSTO SOUZA PINHO

**A VOLTA DO BONDE A BELÉM:**  
**cidade, discurso e saudade**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Robert Pechman

Rio de Janeiro

2015

P659v Pinho, Fernando Augusto Souza.  
A volta do bonde a Belém : cidade, discurso e saudade  
/ Fernando Augusto Souza Pinto. – 2015.  
269 f. : il. color., mapas ; 30 cm.

Orientador: Robert Pechman.  
Tese (doutorado)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2015.  
Bibliografia: f. 252-269.

1. Memória coletiva. 2. Bondes - Belém (PA).  
3. Análise do discurso. 4. Belém (PA). I. Pechman, Robert.  
II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 128.3

FERNANDO AUGUSTO SOUZA PINHO

**A VOLTA DO BONDE A BELÉM:  
cidade, discurso e saudade**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Robert Pechman

Aprovado em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dr. Robert Moses Pechman (orientador)  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

---

Dr. Helion Póvoa Neto  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

---

Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior  
Programa de Pós-Graduação em História - UFRN

---

Dra. Eliana Mara Pellerano Kuster  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)

---

Dra. Lúcia Maria Alves Ferreira  
Programa de Pós-Graduação em Memória Social - UNIRIO



*Para minhas três mães: Graça, Cacilda (in memoriam) e Fernanda*

## AGRADECIMENTOS

Chegar nesta parte da escrita significa que cheguei ao final da tese, que consegui colocar um ponto final e que, dentro de minhas possibilidades, pude lidar com muitas ilusões e desejos. Enfim, chegar aqui significa dizer que terminei uma importante etapa de minha vida e que outras virão. Não foi fácil, e seria uma tarefa mais difícil se eu não tivesse a companhia de pessoas maravilhosas, o que me fez desconfiar da afirmação de que escrever uma tese é um processo solitário. Não, não é, pelo menos para mim! E, de fato, como dizem alguns amigos: eu sou um cara de sorte, que nasceu “virado pra lua”. Sou/estou muito grato!

Antes de iniciar os agradecimentos quero comentar algo rapidamente. Numa dessas semanas que beiravam o término da escrita da tese, tive alguns problemas digestivos. Senti-me enjoado, inchado. Meu humor oscilava entre a irritação e a melancolia. Muitas ocasiões de dor de cabeça, em que dormi o dia inteiro. Ao ouvir minhas queixas no Facebook (porque sou desses que usam essa rede social como um quase-diário quase-público), um amigo foi taxativo em seu diagnóstico: “É gravidez!”. Não me surpreendendo muito, pensei: “É isso! Estou grávida de minha tese. É incômodo isso – reconheço –, mas é uma gravidez desejada e logo essa danadinha nascerá”. E ela nasceu!

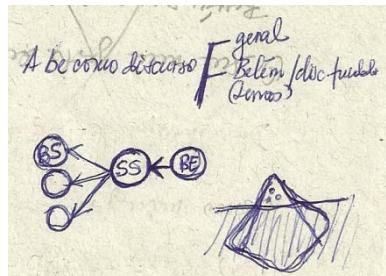


Durante esse processo, vivi inúmeras descobertas. Percebi que a tese – parece óbvio, mas não é! – é uma parte de mim que se materializa e que se revela.



Foi durante a escrita da tese que retomei o desenho e a pintura (uma atividade da adolescência e deixada de lado) como mecanismo de despressurização. Aliás – é bom que se diga –, o desenho, nas folhas de rascunho da tese, foi um importante elemento na busca por inspiração e por criatividade. E mais: o desenho foi um gesto fundamental para representar o fluxo de

pensamento que a escrita (ainda) não conseguia alcançar. Daí nasceram os fluxogramas explicativos, a ideia do iceberg (com uma pequena parte visível e sua maior parte ainda a descobrir) para dizer sobre os caminhos de minha pesquisa, etc.



Foi por meio da tese que pude exercer uma dobra sobre mim mesmo, como pressuponho que o sujeito da saudade faz. Sujeito e objeto da pesquisa em relação. Foi por meio da tese, através da escrita, que pude experimentar um certo desfazer-se, uma espécie de quase-dissolução, de quase-perda e de (re)encontro, naqueles momentos em que eu pareço poder ser outro, outros ou não ser ninguém. Ainda hei de escrever mais sobre a experiência da escrita de uma tese de doutorado. É também por isso – o que não é pouco – que me sinto muito grato!



Volto aos agradecimentos.

Agradeço às amigas-irmãs Ana Valéria, Eliane, Karina, Lucineide, Goretti e Thaissa – em ordem alfabética para não haver muita polêmica. Ao apoio dado pela minha família, em especial por minhas mães, Graça e Fernanda, meus irmãos Júnior, Amorim, David e minha irmã Ester. Ao Fernando Goulart e, mais uma vez, à Lucineide, verdadeiros “anjos da guarda”, por todo apoio material e emocional neste período.

Ao Robert, meu orientador, pelo respeito, confiança e paciência ao longo de todo esse caminho. Ele muitas vezes confiou mais em mim do que eu mesmo e com isso fez com que eu seguisse mais empenhado. Muito obrigado, meu caro!

Aos colegas da minha turma de doutorado: Rodrigo, Angélica, Clarice, Denise, Paula, Renata, Heloísa, João, Heitor, Breno e Sávio. Que pessoal bacana!

Aos professores e funcionários do IPPUR. Quero destacar o auxílio fundamental e sempre carinhoso de Zuleika, André e Ana Cristina. Também registro meus agradecimentos especiais à professora Ana Clara Torres (*in memoriam*) e ao professor Orlando Júnior.

À Andrea, Edinamaria, Iris, Marcelo e Nilo, participantes do grupo de pesquisa Discurso & Cidade, liderado pela professora Lucia Ferreira, pela oportunidade de discussão do andamento de minha pesquisa de doutorado e suas contribuições.

Às professoras que participaram do meu exame de qualificação de doutorado, Bethania Mariani (UFF) e Lucia Ferreira (Unirio), por suas oportunas e valiosas sugestões.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudo no âmbito do Programa de Sanduíche no Exterior, com a qual pude desenvolver parte de minha pesquisa. Ao professor Luis Baptista, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Portugal), pelo acolhimento institucional. Ao colega Sávio, pelo tempo de estadia em Lisboa. Ao professor Durval de Albuquerque Júnior, durante seu estágio de pós-doutorado, também em Lisboa, pela discussão sobre a temática da saudade na cultura portuguesa e brasileira e pelo carinho.

Ao Jamil, amigo de longa data no “mundo virtual” e, graças à estadia em Lisboa, amigo do “mundo real” e fiel companheiro de idas ao cinema, dos percursos pela capital portuguesa, dos momentos de angústia e de alegria e das discussões sobre identidade, gênero, Foucault, Butler e Preciado.

Ao Leo, outro amigo de longa data no “mundo virtual”, por todo apoio e amizade e encontros motivados pelo interesse mútuo nos estudos do discurso e na Madonna. Por isso, “Don’t fuck with the Queen”!

Ao Giancarlo pela ajuda no abstract e pelas conversas cheias de carinho.

Ao Lauro, Ibi, Anderson, Allan, Chico, Jack, à Cláudia, Georgia e Gislaine pelo incentivo.

Às professoras Eliana Kuster e Lucia Ferreira e aos professores Durval de Albuquerque Júnior e Helion Póvoa Neto, pelo aceite em participar da banca de defesa de tese. Às professoras Soraya Simões e Andrea Rodrigues, pelo aceite em participar como suplentes da banca.

À Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Pará, por ter concedido a licença para o afastamento de minhas atividades laborais para fins de estudo e desenvolvimento profissional.

Muito obrigado!

## RESUMO

O objetivo desta tese é analisar os sentidos produzidos em um projeto de revitalização do centro histórico da cidade de Belém (PA), especialmente analisar os sentidos vinculados a uma de suas ações tida como estratégica: a implantação de uma linha de bonde. A proposta de implantação da linha de bonde foi significada como “a volta do bonde”, um enunciado que emergiu no discurso urbanístico e que permitiu revelar um *acontecimento discursivo*, como aquilo que é objeto de circulação e de reformulação de dizeres em distintas materialidades discursivas. Para essa análise e suas questões, minha pesquisa se concentrou no discurso urbanístico e no discurso jornalístico, problematizando “a volta do bonde” a partir do quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux.

Uma segunda questão que compõe a tese se interroga sobre os motivos que justificaram a adoção e a adesão a uma proposta que relaciona revitalização, passado e saudade. A partir dessa problematização, analiso o que chamei de *sujeito da saudade*, o qual tomo como um efeito de práticas discursivas que dizem sobre a saudade de uma época, como uma posição que o sujeito ocupa para assumir um dizer como sendo seu. O sujeito da saudade é, portanto, um modo específico de subjetivação. É sob essa perspectiva que investigo a emergência do sujeito da saudade em materialidades linguísticas e imagéticas, articulando-a com as noções de *dispositivo* e de *governamentalidade*, propostas por Michel Foucault.

**Palavras-chave:** Discurso. Memória. Cidade. Saudade. Bonde.

## ABSTRACT

This thesis aims to analyze the meanings produced by a revitalization project of the historical center of Belém (Pará), and especially to investigate the meanings of the implementation of a tram line as a strategic action. The tram line, which was proposed within the forementioned revitalization project, was meant as "the return of the tram" by the urbanistic discourse and that has revealed the emergence of a discursive event. This research focused on urbanistic and journalistic discourses, analyzing "the return of the tram" from the theoretical and methodological framework of the French Discourse Analysis founded by Michel Pêcheux.

A second issue of this study concerns the reasons for the adoption and adherence to a project that relates revitalization, past and *saudade*. From this questioning, I analyze what I call the "Subject of *Saudade*", taken herein as an effect of nostalgic discursive practices or as a position taken to claim a speech. The Subject of *Saudade* is therefore a specific mode of subjectivation. From this perspective, I investigate the emergence of the Subject of *Saudade* in discursive materialities, linking it to the notions of *dispositive* and *governmentality* proposed by Michel Foucault.

**Keywords:** Discourse. Memory. City. *Saudade*. Tram.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura	1: Bonde de Grenoble	15
Figura	2: Bonde de Lyon	16
Figura	3: Linha 1 de Montpellier	16
Figura	4: Linha 2 de Montpellier	17
Figura	5: Bonde de Nice	17
Figura	6: Linha T3 de Paris	18
Figura	7: Informativo da Prefeitura de Curitiba	19
Figura	8: Folder da Prefeitura de Curitiba	19
Figura	9: Ilustração do VLT de Brasília	20
Figura	10: Proposta de VLT do Porto, do Maracanã e da Marina da Glória (RJ)	21
Figura	11: Veículo usado na linha turística de Santos	22
Figura	12: Veículo usado na linha turística de Santos	23
Figura	13: Bonde da linha turística de Belém	24
Figura	14: Informativo da Prefeitura de Belém	25
Figura	15: O bonde em três acontecimentos inter-relacionados	41
Figura	16: Fluxo analítico-explicativo da pesquisa	43
Figura	17: Concepção da escrita da tese	45
Figura	18: Charge de autoria desconhecida, encontrada no Facebook	49
Figura	19: Vista da Estação das Docas	60
Figura	20: Vista do Complexo Ver-o-Rio	61
Figura	21: Descaracterização de fachadas	75
Figura	22: Presença de ambulantes	76
Figura	23: Presença de ambulantes	76
Figura	24: Rua Conselheiro João Alfredo, no início do século XX	90
Figura	25: Rua Conselheiro João Alfredo, no início do século XX	91
Figura	26: Praça Visconde do Rio Branco, no início do século XX	91
Figura	27: Grelha de drenagem e o nivelamento entre rua e calçada existente na área	92
Figura	28: Modelo de banco proposto	93
Figura	29: Equipamento de iluminação proposto	94
Figura	30: Equipamento proposto para o comércio informal	94
Figura	31: Lona coletivo como equipamento proposto para o comércio informal	94
Figura	32: Vista aérea da proposta	95
Figura	33: Vista do eixo projetado	95
Figura	34: Comparativo entre as figuras 24 e 33	99
Figura	35: Bondinho de Santa Teresa, Rio de Janeiro	105
Figura	36: Avenida 16 de Novembro, Belém	105
Figura	37: Primeira página de <i>O Liberal</i> , edição de 13 de outubro de 2007	121
Figura	38: Detalhe da primeira página de <i>O Liberal</i> , edição de 13 de outubro de 2007	122
Figura	39: Primeira página do <i>Diário do Pará</i> , edição de 13 de outubro de 2007	127
Figura	40: Detalhe da primeira página do <i>Diário do Pará</i> , edição de 13 de outubro de 2007	128
Figura	41: Página A12 do <i>Diário do Pará</i> , edição de 13 de outubro de 2007	130
Figura	42: Detalhe da página A12 do <i>Diário do Pará</i> , edição de 13 de outubro de 2007	134
Figura	43: Detalhe da página A12 do <i>Diário do Pará</i> , edição de 13 de outubro de 2007	135
Figura	44: Comparativo das figuras 38, 40 e 42	136
Figura	45: Inauguração do serviço de bondes elétricos em Belém (1907)	136
Figura	46: Inauguração do serviço de bondes elétricos em Belém (1907)	136

Figura	47: Comparativo das figuras 36 e 43	137
Figura	48: Página de <i>O Liberal</i> , edição de 5 de dezembro de 2004	139
Figura	49: Página de <i>O Liberal</i> , edição de 5 de dezembro de 2004	142
Figura	50: Charge do cartunista Aroeira	158
Figura	51: Comparativo entre as figuras 50 e 18	159
Figura	52: Capa de <i>Belém da saudade</i>	166
Figura	53: Reprodução parcial de <i>Carta bilhete</i>	167
Figura	54: Ilha de Mosqueiro	181
Figura	55: Procissão do Círio de Nazaré	181
Figura	56: Canoeiros	182
Figura	57: Vendedor de peixe	182
Figura	58: Cozinheira	183
Figura	59: Vendedor de leite	183
Figura	60: Vista litorânea	184
Figura	61: Vista litorânea	185
Figura	62: Rua dos Cearenses	185
Figura	63: Doca do Ver-o-Peso	186
Figura	64: Antigo Boulevard da República, hoje Boulevard Castilhos França	186
Figura	65: Ru Conselheiro João Alfredo	187
Figura	66: Muro da subestação da CELPA	190
Figura	67: Detalhe do muro da subestação da CELPA	191
Figura	68: Muro da subestação da CELPA	191
Figura	69: Detalhe do muro da subestação da CELPA	192
Figura	70: Cartão-postal mostrando a Avenida 16 de Novembro	192
Figura	71: Cartão-postal mostrando a antiga Rua da Calçada do Colégio	193
Figura	72: Grafite em prédios no centro histórico	194
Figura	73: Detalhe do grafite em prédios no centro histórico	194
Figura	74: Cartão-postal mostrando a Rua Conselheiro João Alfredo	195
Figura	75: Concepção artística do Grand Hotel Bolonha	196
Figura	76: Obras do Grand Hotel Bolonha	197
Figura	77: Obras do Grand Hotel Bolonha	197
Figura	78: Obras do Grand Hotel Bolonha	198
Figura	79: Cartão-postal mostrando a lateral do Theatro da Paz	198
Figura	80: Cartão-postal mostrando o Grand Hotel	199
Figura	81: O intendente Antonio Lemos	203
Figura	82: Capa do relatório da intendência de Belém	204
Figura	83: <i>Saudade</i> (1899), Almeida Júnior	213
Figura	84: <i>Melancolia I</i> (1514), Albrecht Dürer	214
Figura	85: <i>Melancolia</i> (1630), Pieter Codde	244
Figura	86: <i>Melancolia</i> (1801), Constance Charpentier	215
Figura	87: <i>Melancolia</i> (1891), Paul Gauguin	216
Figura	88: <i>Melancolia</i> (1894-1895), Edvard Much	216
Figura	89: <i>Melancolia</i> (1916), Giorgio de Chirico	217
Figura	90: <i>Sorrow</i> (1882), Vincent van Gogh	217
Figura	91: <i>Velho a sofrer</i> (1882), Vincent van Gogh	218
Figura	92: <i>The Magdalen, or sorrow</i> (1869), Paul Cézanne	218
Figura	93: <i>O fado</i> (1913), José Malhoa	219
Figura	94: <i>O marinheiro</i> (1910), Constantino Fernandes	220

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Distribuição temática dos cartões-postais de <i>Belém da saudade</i>	180
----------	--	-----

# SUMÁRIO

<b>1 PONTOS DE PARTIDA</b>	14
<b>1.1 Emergências</b>	14
<b>1.2 O dispositivo teórico-analítico</b>	28
1.2.1 Discurso, memória e poder	31
1.2.2 O corpus em constituição	38
1.2.3 Organização do trabalho	44
 <b>Parte I – A VOLTA DO BONDE A BELÉM</b>	 47
<b>2 PRELÚDIO À VOLTA DO BONDE A BELÉM</b>	48
<b>2.1 Algumas notas sobre discurso e cidade</b>	50
<b>2.2 O centro histórico como lugar de memória(s) e(m) disputa</b>	55
<b>3 O PROJETO VIA DOS MERCADORES E O BONDE</b>	65
<b>3.1 E no início era a crise...</b>	67
<b>3.2 Do diagnóstico à proposta, o jogo das temporalidades</b>	83
<b>3.3 A volta do bonde</b>	103
<b>4 A VOLTA DO BONDE NO DISCURSO JORNALÍSTICO</b>	112
<b>4.1 Os sentidos da volta do bonde</b>	113
<b>4.2 O bonde e as disputas políticas</b>	138
 <b>PARTE II – NOS RASTROS (DO SUJEITO) DA SAUDADE EM BELÉM</b>	 161
<b>5 NÓS EM REDE, TRAMAS DA SAUDADE</b>	162
<b>5.1 <i>Belém da saudade</i>: um álbum-acontecimento</b>	162
<b>5.2 Nos muros, a escrita da saudade</b>	188
<b>6 O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO SOBRE A SAUDADE</b>	200
<b>6.1 A <i>belle époque</i> como discurso</b>	200
<b>6.2 A saudade, uma emoção em discurso</b>	207
<b>6.3 O dispositivo da saudade bellepoquiana</b>	221
6.3.1 Sobre o dispositivo	222
6.3.2 Sobre a governamentalidade	229
6.3.3 A saudade bellepoquiana: dispositivo e governamentalidade	230
6.3.4 O silenciamento	234
<b>7 PONTOS DE CHEGADA</b>	246
<b>7.1 Algumas respostas</b>	246
<b>7.2 Mais perguntas</b>	248
 <b>REFERÊNCIAS</b>	 252

## 1 PONTOS DE PARTIDA

### 1.1 Emergências

A presente pesquisa nasceu de um incômodo. Talvez fosse melhor dizer que esta pesquisa emergiu de uma inquietação, de um desejo de explicar uma dada realidade.

Em meados de 2007 os jornais de Belém estamparam o retorno do bonde em uma linha turística no centro histórico da cidade. Este empreendimento era parte constituinte de uma ação maior, por sua vez abrigada no bojo de um projeto que pretendia revitalizar aquela área já em acelerado processo de degradação. Mas, o que esse acontecimento, o do retorno do bonde no século XXI, depois de sua retirada no fim dos anos 40 como um sinônimo do atraso<sup>1</sup>, diz a respeito da cidade de Belém? O que isso pode revelar sobre as cidades, acerca da vida urbana, sobre o social, sobre o cultural na contemporaneidade?

O que se diz ser a volta do bonde não se trata de uma particularidade, mas sim de uma dispersão de iniciativas relacionadas mais diretamente à gestão da mobilidade urbana. Todavia, para além do enfoque setorial da mobilidade, esse tipo de empreendimento vem sendo orientado pela expectativa de *revitalização urbana*<sup>2</sup>.

O exemplo francês, nesse sentido, é paradigmático: a partir do fim dos anos 80, o bonde reapareceu modernizado, com layout arrojado e como meio de

---

<sup>1</sup> Certamente, esse incômodo estava amparado nos resultados de minhas pesquisas relacionadas à história do bonde no Brasil, e em especial na cidade de Belém. Conferir Pinho & Sousa (1993) e Pinho (2001).

<sup>2</sup> Não é meu objetivo realizar um debate exaustivo sobre o que se convencionou chamar de *renovação urbana* ou de *revitalização urbana*, no campo das práticas urbanísticas, embora este assunto seja objeto de alguns comentários mais adiante, na Parte I desta tese. Para maiores informações, recomendo, por serem minhas principais referências sobre o assunto, os trabalhos de Sánchez (1999; 2003), Vaz & Jacques (2001) e Gomes & Pinheiro (2005).

transporte de massa (CASTRO, 2007) – daí a denominação *bonde moderno* ou, mais tecnicamente, *veículo leve sobre trilhos* (VLT). Foram pioneiras, na experiência francesa, as cidades de Nantes e de Grenoble, cujas primeiras linhas de bonde foram inauguradas em 1985 e 1987, respectivamente. Em Paris o bonde já circulava nos subúrbios desde 1992, mas somente em 2006 é que foi inaugurada uma linha no centro da cidade.

**Figura 1 – Bonde de Grenoble**



**Fonte:** ALSTOM Transport (2010).

As primeiras iniciativas para realização de estudos e a posterior implantação do bonde moderno na França diziam respeito à busca por uma “mobilidade urbana sustentável”, que promovesse a diminuição dos congestionamentos nos centros das cidades e a economia no consumo energético do transporte coletivo. Incluía-se aí a necessidade de estimular o uso do transporte coletivo ao invés do automóvel, com a oferta de um serviço de maior capacidade, mais confortável e mais rápido.

Após estas experiências, outras cidades se beneficiaram do aprendizado e o bonde moderno se espalhou pelo território francês. Se antes sua implantação havia sido motivada pelo uso indiscriminado do automóvel e pela necessária economia de

combustível, posteriormente, somou-se a estes motivos (e tão importante quanto) a possibilidade de instauração de uma nova dinâmica urbana.

**Figura 2 – Bonde de Lyon**



**Fonte:** ALSTOM Transport (2010).

**Figura 3 – Linha 1 de Montpellier**



**Fonte:** ALSTOM Transport (2010).

**Figura 4 – Linha 2 de Montpellier**



**Fonte:** ALSTOM Transport (2010).

**Figura 5 – Bonde de Nice**



**Fonte:** ALSTOM Transport (2010).

Gostaria de chamar atenção para o fato de que o uso do verbo “reaparecer” se faz como força de expressão, já que não se trata de uma volta no sentido estrito, como se fosse uma réplica do passado. Ao contrário disso, é forjada outra e nova identidade para o bonde (e para a cidade), orientada para um imaginário futurista, procurando desvincilhá-la da imagem de obsolescência que esse veículo tinha após a Segunda Guerra Mundial.

**Figura 6 – Linha T3 de Paris**



**Fonte:** ALSTOM Transport (2010).

A própria denominação desta tecnologia como “bonde moderno”, no lugar do termo técnico “veículo leve sobre trilhos” (VLT), dá indicações deste funcionamento. Ora, se há um bonde moderno é porque existe ou existiu um bonde antigo, velho, arcaico! Aciona-se, assim, uma memória<sup>3</sup> sobre o bonde cujo efeito é distanciar o empreendimento atual (o da implantação do bonde moderno) das lembranças do passado, sem necessariamente apagá-las.

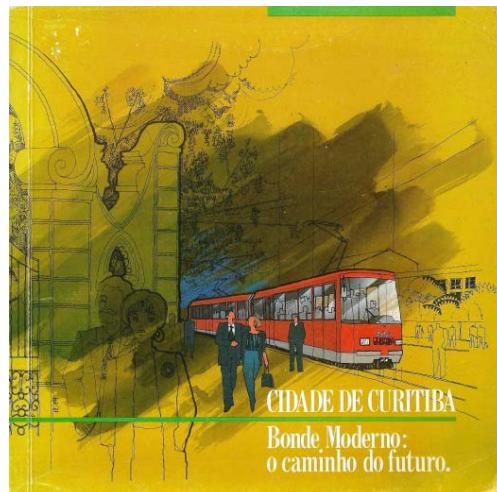
No Brasil, na década de 1990, projeto semelhante foi pensado para a cidade de Curitiba, embora não tenha sido implantado. A necessidade de implantação de um serviço de transporte coletivo mais eficiente e menos poluidor teria sido o motivo principal da proposta. Havia um forte apelo à modernidade do empreendimento, o qual levaria Curitiba a “chegar ao terceiro milênio como uma cidade contemporânea do futuro”. Tal conceito pode ser percebido em um informativo da Prefeitura de Curitiba que perguntava ao leitor: “Sabe como é que Curitiba vai chegar ao ano 2.000?” A resposta se encontrava na próxima página do folheto: “De bonde” (Figura 8). É importante lembrar que a cidade de Curitiba constituiu-se como a pioneira na

---

<sup>3</sup> As noções de memória e de discurso serão apresentadas mais à frente, na seção que trata do dispositivo teórico-analítico com o qual trabalha esta pesquisa.

utilização do *city marketing*<sup>4</sup> no Brasil, o que conduziria a explicações mais complexas sobre a iniciativa.

**Figura 7 – Informativo da Prefeitura de Curitiba**



**Fonte:** Curitiba (s.d.).

**Figura 8 – Folder da Prefeitura de Curitiba**



**Fonte:** Curitiba (s.d.).

<sup>4</sup> O *city marketing* ou *marketing urbano* refere-se a processos em que a cidade é tratada como uma mercadoria a ser consumida, e por isso impõe a necessidade de campanhas de promoção desse produto que se torna a cidade, como parte da lógica que preside o planejamento estratégico de cidades e a renovação/revitalização urbana. Confira Sánchez (2003).

Na cidade de Belém, quinze anos antes da inauguração da linha turística antes mencionada, foi noticiada, em 1992, a possibilidade de volta do bonde. Ao contrário de um serviço turístico, a pretensão era introduzir também uma linha regular de transporte coletivo operada por um VLT (PINHO & SOUSA, 1993). O bonde moderno seria um elemento integrante do corredor de transporte coletivo de Belém, como forma de garantir a melhoria do serviço prestado, então (e até hoje) prestado majoritariamente por ônibus.

Mais recentemente, foram divulgadas as propostas de implantação do VLT em Brasília e no Rio de Janeiro. Segundo o site do Governo do Distrito Federal, a iniciativa era entendida para além de sua funcionalidade técnica, servindo como um instrumento para “repensar as cidades com mobilidade sustentável, assegurando a qualidade do serviço, a revitalização do espaço urbano e a preservação do patrimônio arquitetônico” (BRASÍLIA, 2010). Um dos vídeos institucionais do projeto é finalizado por um slogan visionário: “We are shaping the future”.

**Figura 9** – Ilustração do VLT de Brasília



**Fonte:** Brasília (2010).

O VLT no Rio de Janeiro começou a se materializar no âmbito do plano de revitalização da Zona Portuária, ou “Porto Maravilha”. Posteriormente, integradas ao VLT do Porto, o Governo do Estado do Rio de Janeiro anunciou a proposta de mais

duas linhas: a do Maracanã e a da Marina da Glória. É possível observar que tais medidas realizadas no território carioca, graças a uma peculiar aliança entre os governos<sup>5</sup> estadual, municipal e federal, encontram respaldo no chamado “empresariamento urbano”, tão bem representado pela experiência de Barcelona (NOVAIS, 2010). Por isso, nem cabe mencionar qualquer casualidade na candidatura do Rio de Janeiro à cidade-sede da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 como parte da adoção do planejamento estratégico de cidades.

**Figura 10 – Proposta de VLT do Porto, do Maracanã e da Marina da Glória (RJ)**



**Fonte:** Bastos (2010).

Outra vertente que caracteriza a volta do bonde às cidades está vinculada à promoção do turismo e do patrimônio histórico-cultural<sup>6</sup>. Em Santos, por exemplo, no

<sup>5</sup> Dando origem ao discurso da “cidade patriótica”, sem lugar para o dissenso, a criação de unidade e de consenso em torno do projeto de cidade, além da percepção de crise e da necessidade de mudança, são considerados como ingredientes-chave para o “sucesso” do modelo catalão de planejamento estratégico de cidades. Vide Novais (2010), Castells e Borja (1996).

<sup>6</sup> Não incluirei aqui o caso da cidade do Rio de Janeiro, onde o bonde de Santa Teresa, dadas as condições geográficas e históricas, constituía, ao mesmo tempo, um meio de transporte regular e também turístico.

âmbito de um projeto de revitalização do centro histórico, foi inaugurada uma linha turística de bondes em 2000. Tal projeto aliava a revitalização de um meio de transporte (no caso o bonde) com a revalorização de uma região degradada, com o propósito de colaborar com a “retomada dos vínculos culturais e emotivos dos moradores com a cidade” (ÂNGELO, 2006, p. 64).

**Figura 11** – Veículo usado na linha turística de Santos



Fonte: Santos (s.d.).

Ora, se havia a necessidade de retomar os vínculos dos moradores com a cidade de Santos, poderíamos deduzir, portanto, que estes haviam sido perdidos... Aí, em consequência, perguntaríamos: Em que momento e por quais motivos teria acontecido a alegada quebra desses vínculos culturais e emotivos? O que teria acontecido na e/ou com a cidade para que houvesse a necessidade de uma nova vinculação de seus moradores? Por que a revitalização do centro histórico e a volta do bonde resultariam nessa religação? Poderia a memória, como atualização do passado, ser esse elemento de coesão e de “redenção” frente ao discurso da perda?

**Figura 12** – Veículo usado na linha turística de Santos



**Fonte:** Santos (s.d.).

O caso de Santos aponta para a atribuição de uma poderosa carga simbólica ao bonde. Mesmo como parte de uma estratégia de modernização da cidade, aos moldes de constituí-la como uma vitrine, o bonde reaparece como símbolo de um passado nostálgico. É sintomática a declaração de um especialista em transportes sobre o projeto de revitalização de Santos: “É como se os pontos restaurados fossem perolazinhas. A linha de bonde é o colar que une essas perolazinhas” (ÂNGELO, 2006, p. 64).

Parece-me que o uso do passado se constitui como estratégia de reinventar o presente, ajustando-o às demandas do capital, numa tentativa de tornar a cidade um museu. Nesse sentido, o comentário de uma assessora da Companhia de Engenharia de Tráfego de Santos, órgão responsável pela recuperação e restauro dos bondes, sobre o objetivo dessa medida seria o de: “transformar Santos numa espécie de museu vivo do bonde” (ÂNGELO, 2006, p. 64).

O caso de Belém diz muito sobre a experiência de Santos<sup>7</sup>. Tendo retirado os bondes no fim da década de 40, Belém retomou o bonde como um dos instrumentos para revitalização do centro histórico-comercial, alinhando-se a outras cidades que utilizaram semelhante estratégia para reconfiguração de áreas específicas, principalmente através do apelo ao chamado “turismo cultural”. É interessante observar que, não somente no caso de Belém, ao contrário de um sinônimo do atraso, o bonde passa a se constituir como um dos ingredientes necessários para a revitalização do espaço urbano<sup>8</sup>.

**Figura 13** – Bonde da linha turística de Belém



**Fotografia:** Fernando Pinho (dezembro 2008).

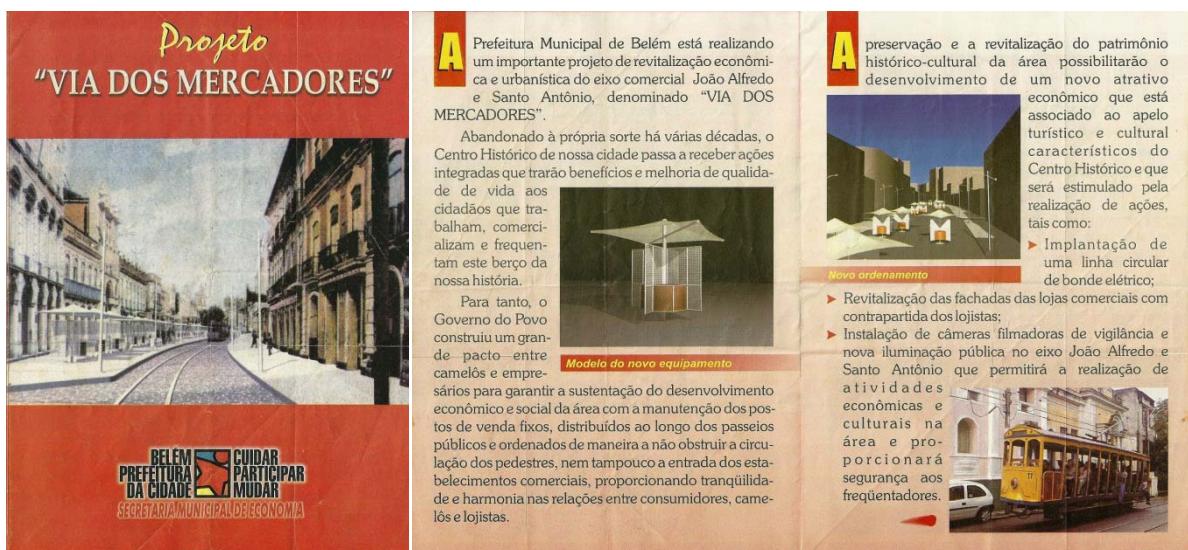
A revitalização do centro histórico-comercial de Belém era o principal objetivo do projeto Via dos Mercadores, cujo nome fazia referência à antiga denominação da Rua Conselheiro João Alfredo. Tal resultado seria atingido por um conjunto de iniciativas ligadas à recuperação de fachadas das lojas, instalação de nova

<sup>7</sup> A experiência serviu de inspiração para a Prefeitura de Belém, tendo esta adquirido o mesmo veículo utilizado naquela cidade paulista.

<sup>8</sup> Essa aderência das práticas urbanísticas paraenses a um padrão urbanístico mundial foi observada em um estudo de minha autoria acerca da implantação do Complexo Turístico e Cultural “Estação das Docas” e do Complexo “Ver-o-Rio” (PINHO, 2008), e que será retomado na Parte I deste trabalho.

iluminação pública e de um sistema de vigilância eletrônica, ordenação dos ambulantes e à implantação da linha de bonde (BELÉM, 2004). Com tal iniciativa, a Prefeitura de Belém esperava “resgatar” uma determinada imagem do centro histórico e comercial da cidade – uma imagem mais ligada à memória do ciclo da borracha na Amazônia.

**Figura 14 – Folder da Prefeitura de Belém**



**Fonte:** Belém (s.d.).

Cabe destacar que há sobre a cidade de Belém um imaginário acerca de uma época áurea no início do século XX: a Belém da *belle époque*. Por décadas a imagem de uma Belém afrancesada foi sendo edificada e atualizada. Esse sentido sobre a cidade teria surgido surgiu na administração do intendente Antonio Lemos (1897-1911), cujos feitos “modernizadores” ainda encontram eco na Belém da atualidade. Como apontou Sarges (2002), Lemos buscou imortalizar o seu governo, não só em termos da materialidade das obras de infraestrutura como também pela imposição de novos costumes, e especialmente através da construção de sua memória enquanto administrador da cidade.

A memória de Lemos encontrou terreno fértil na historiografia tradicionalista, ligada ao mito dos grandes homens, a qual tomou a versão oficial como a única a ser lembrada. A nova historiografia paraense, porém, vem apresentando as fissuras nessa representação do passado, questionando a versão oficial e o mito da época áurea. É perceptível a existência de um embate entre essas representações do passado, na medida em que permanece a remissão a essa época de ouro, como demonstram publicações recentes, tais como o álbum *Belém da saudade*<sup>9</sup>.

Voltando à linha turística, sua concepção e o início das obras datam do ano de 2004, já na segunda gestão do Prefeito Edmilson Rodrigues<sup>10</sup>. Após o início das obras de implantação, uns três anos depois, em 2007, já na gestão do Prefeito Duciomar Costa<sup>11</sup>, é que a linha foi concluída, após muitos ajustes. A inauguração contou com a presença de autoridades, com fogos de artifício, coral, banda e atores vestidos com roupas de época.

Olhando em retrospectiva, vimos que dois discursos vêm caracterizando o uso do bonde nos processos de revitalização urbana. O primeiro deles consiste na implantação do bonde moderno (ou metrô leve ou VLT), com um apelo futurista e portador de uma identidade visual que dá singularidade ao ambiente urbano. O outro discurso faz uso do passado, ou melhor, do que se representa como passado, (re)introduzindo o bonde como elemento histórico para fins turísticos. Independente de qual estratégia for utilizada, tanto o bonde moderno como o “bonde antigo” remetem à imagem e à memória. Como escreveu Pesavento (1999, p. 16), “a força de uma imagem se mede pelo seu poder de provocar uma ação, uma resposta”. Pela carga simbólica e pelos sentidos que o bonde desperta, suponho que haveria aí uma tentativa de conferir estabilidade à experiência urbana como uma forma de anular o caráter conflituoso em que consiste a cidade. A remissão à memória, por sua vez, funciona pela oposição ou pela nostalgia: o bonde moderno como contraste

---

<sup>9</sup> Em 2004 foi publicada, pelo Governo do Estado do Pará, a 3<sup>a</sup> edição do álbum *Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões-postais*, no qual se percebe um forte conteúdo nostálgico impresso à cidade de Belém do início do século XX. Mais adiante, tomarei *Belém da saudade* como objeto de análise.

<sup>10</sup> Edmilson Rodrigues (à época do PT, hoje filiado ao PSOL) foi prefeito de Belém por duas vezes: de 1997 a 2000, sendo reeleito em seguida para a gestão 2001-2004.

<sup>11</sup> Duciomar Costa (PTB) esteve à frente da Prefeitura de Belém no período de 2005 a 2008, sendo então reeleito.

ao “bonde antigo”, enquanto que este último representaria a saudade de um tempo que se passou, tanto pelos que o viveram como por aqueles que não o viveram.

No caso especial da linha turística de bonde, esta parece ser um dispositivo de coesão em torno do discurso da perda, em que o centro histórico apareceria como um lugar privilegiado para ancoragem da memória. Todavia, a memória é uma construção, que nos conduz a uma reconstrução do passado (GONDAR, 2005), sendo objeto do exercício das relações de poder, num perene e instável embate entre lembrança e esquecimento e, por isso, não é qualquer memória que ali será inscrita, mas sim a memória oficial, a do poder institucionalizado. Lembremos que o poder não deve ser visto apenas pela sua negatividade, pela repressão e/ou exclusão, mas também pela sua positividade, pela capacidade de produção (FOUCAULT, 2009b). Isso significa que, além operar a seleção do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido, o poder também assume sua positividade ao produzir lembranças (GONDAR, 2003).

Partindo dessa perspectiva, poderíamos então suspeitar da natureza desse alinhamento ou convergência entre os projetos urbanísticos de lá e os daqui, entre o “global” e o “local”. Esse efeito de continuidade e de atualidade, longe de ser natural, é histórico e cultural. Deste modo, é importante questionar acerca das condições de possibilidade dessa volta do bonde (seja ela como um efeito de futuro ou como um efeito de nostalgia). Há algo que antecede essa volta, que a permite e que cria um campo de possibilidades para sua emergência.

A origem da linha turística não se encontra na implantação do projeto de revitalização do centro histórico-comercial. Aliás, falar em origem é algo complicado, como pensava Michel Foucault (2009a). O que seria essa origem? Qual seria ela? Haveria uma única, essencial e primeira origem – “a” origem? Não, não existe a origem como uma essência exata das coisas em estado de perfeição. Hei de me haver, então, com a investigação de proveniências e emergências.

É preciso desconfiar das evidências, adotando uma postura teórico-analítica que proceda a uma desnaturalização dos fatos e que rompa com a tendência de

atribuição de causalidade única. Faz-se necessário assumir a natureza complexa dos objetos a estudar, buscando assim construir um “poliedro de inteligibilidade’, cujo número de faces não está previamente definido e nunca pode ser concluído” (FONSECA et al., 2006, p. 658). É dessa forma que, contrariando minhas percepções anteriores, posso arriscar, pelo menos como ponto de partida, que a revitalização do centro histórico de Belém e a implantação do bondinho não são meras tentativas de alinhamento às tendências urbanísticas hegemônicas. Sob o efeito de evidência, transparência e naturalidade, residem a opacidade e o caráter sócio-histórico de tal empreitada, a qual só pôde acontecer porque produzia sentidos à cidade, ou seja, a volta do bonde a Belém, no âmbito do projeto de revitalização do centro histórico, só se realizou (nos campos abstrato e material) porque fazia sentido, significava. **Por que o bonde (ainda) faz sentido em Belém? Como foram/são produzidos esses sentidos sobre o bonde em Belém?**

Diante dessa questão, procuro analisar os processos históricos de produção de sentidos sobre a cidade de Belém, em particular acerca dos sentidos sobre a volta do bonde. Como objetivos específicos, minha pesquisa pretende analisar: a) como se dão a constituição, formulação e circulação dos discursos sobre o bonde em Belém; b) como os discursos sobre o bonde participam da produção de determinadas imagens sobre Belém.

Tomando a volta do bonde como um objeto discursivo, busco estudar a sua emergência através da “análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos que instituíram e ‘alojam’ tal objeto. Não se trata de onde ele veio, mas como/de que maneira e em que ponto ele surge” (VEIGA-NETO, 2007, p. 61).

## 1.2 O dispositivo teórico-analítico

A pesquisa que empreendo filia-se ao quadro teórico-metodológico oriundo dos Estudos do Discurso, mais especificamente ao que se convencionou chamar de

“Análise de discurso de linha francesa” (AD). Não se trata de uma escolha *a posteriori*, ou seja, inexiste um ato inaugural que separa a leitura e a interpretação do objeto. Não se trata de uma escolha absolutamente pessoal, mas sim das determinações provenientes de uma dada filiação teórico-metodológica a que o pesquisador se vincula (FLORENCIO et al., 2009). Aliás, como a própria AD assinala, a construção do objeto de pesquisa, a delimitação dos objetivos e a constituição do corpus já são efeitos de um gesto de leitura por ela promovido. Com Orlandi (2005a, p. 27) temos que:

Cada material de análise exige que seu analista, de acordo com a questão que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões. Uma análise não é igual à outra porque mobiliza conceitos diferentes e isso tem resultados cruciais na descrição dos materiais. Um mesmo analista, aliás, formulando uma questão diferente, também poderia mobilizar conceitos diversos, fazendo distintos recortes conceituais.

Por isso distinguimos entre o dispositivo teórico da interpretação [...] e o dispositivo analítico construído pelo analista a cada análise. Embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclua, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já “individualizado” pelo analista em uma análise específica. Daí dizermos que o dispositivo teórico é o mesmo mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise.

Chamo atenção para um posicionamento: prefiro usar este termo, e não “Análise de discurso de escola francesa” ou “Escola francesa de análise de discurso”, em virtude de que “escola” poderia supor a homogeneidade em concepções e procedimentos, o que nem sempre se verifica neste campo disciplinar. Inclusive, já existem denominações como “Análise de Discurso Brasileira” e “Análise do Discurso do Brasil”, pensadas para mostrar o grande avanço da disciplina no Brasil<sup>12</sup>, criando uma diferenciação entre esta e a “Análise de Discurso Francesa” (DE PAULA & STAFUZZA, 2010). Desta forma, é apropriado dizer que o termo “Análise de (ou do) Discurso”, por si só, é um termo “guarda-chuva” e que integra distintas abordagens teórico-metodológicas (FERREIRA, 2005; ORLANDI, 2005b; GREGOLIN, 2007). Talvez fosse mais adequado registrar que procuro realizar uma

<sup>12</sup> Um observador atento perceberá que, em solo brasileiro, uma diversidade de orientações caracterizam as pesquisas em análise do discurso: existem grupos ligados aos ensinamentos de Michel Pêcheux, outros mais ligados à análise de discurso segundo Michel Foucault, bem como os que fazem aproximações entre Pêcheux e Foucault, além daqueles que travam maior diálogo com a Psicanálise.

análise dos discursos segundo as formulações de Michel Pêcheux (e as contribuições de Eni Orlandi) e por meio de um diálogo entre o planejamento urbano e regional, as ciências sociais e a filosofia.

Sabe-se que o berço da AD foi a França do fim dos anos 60, tendo como “fundador” Michel Pêcheux, filósofo envolvido com o marxismo, a psicanálise e a epistemologia. Diz-se que Pêcheux foi o fundador da AD por reconhecimento à sua liderança intelectual, já que em torno dele agrupavam-se pensadores também responsáveis pelo nascimento do novo campo disciplinar (MALDIDIER, 2003). Esses pensadores partilhavam das mesmas convicções sobre a luta de classes, história e movimento social, e é sob esse horizonte marxista comum e de um momento de crescimento da Linguística que a AD se configurou como “ciência-piloto” (MUSSALIN, 2004). Ao lado do materialismo histórico e do estruturalismo, as releituras das teses marxistas feitas por Althusser e da teoria freudiana sobre o inconsciente promovida por Lacan, e ainda o dialogismo da linguagem pensado por Bakhtin, foram elementos que passam a compor o quadro epistemológico pertencente à AD. Por último e não menos importante quanto os elementos citados foi a perspectiva singular sobre o discurso empreendida por Michel Foucault, cuja influência é fortemente reconhecida e vista como conformadora da AD, ainda que esse diálogo não tenha sido tranquilo, como afirmou Gregolin (2007).

Desde o início de sua formulação, no fim dos anos 60, até a sua reterritorialização em solo brasileiro, promovida em especial por Eni Orlandi no fim dos anos 80, a AD foi agraciada com as contribuições de um diálogo multidisciplinar. Ainda que possua um objeto próprio, que é o discurso, não se pode deixar de reconhecer a importância desse intercâmbio teórico, que constituiu e ainda constitui este novo campo de saber. Interdisciplinar para alguns (BRANDÃO, 2005), transdisciplinar para outros (GREGOLIN, 2001), ou como uma “disciplina de entremedio”<sup>13</sup> (ORLANDI, 2005b), enfim, categorizações à parte, prefiro pensar na AD da mesma forma como penso na temática proposta por esta pesquisa: um objeto em

---

<sup>13</sup> Segundo Orlandi (2005b, p. 20), a AD foi constituída nas bordas de várias disciplinas, onde trabalha na confluência de campos de conhecimento, “irrompe suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas”.

movimento, que transita em diversas áreas sem a “obrigação” de pertencer a nenhuma.

### 1.2.1 Discurso, memória e poder

Por meio de uma relação dialógica entre objeto, objetivos e o dispositivo analítico impôs-se a necessidade de mobilizar dois “conceitos fortes”<sup>14</sup> que serão os pilares de sustentação de minha pesquisa: o **discurso** e a **memória**. Estes conceitos, por sua vez, filiam-se a uma “família de conceitos”<sup>15</sup>. Assumo, portanto, que cada conceito tem uma história e assim se remete a outros conceitos, “não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes” (DELEUZE & GUATARRI, 1996, p. 31). Fazendo funcionar estes conceitos, ainda que de forma preliminar, outro conceito associado foi considerado como importante para a análise: o **poder**. Para efeito deste trabalho, já operando um recorte teórico-analítico, embora reconhecendo a complexa rede de filiação em que se inscrevem, tratarei exclusivamente dos três conceitos antes referidos, apresentando um breve apanhado sobre eles, circunscrevendo-os ao âmbito de minha pesquisa. Os demais conceitos serão apresentados oportunamente, conforme for surgindo a necessidade de serem mobilizados. Portanto, longe de empreender um levantamento exaustivo sobre o discurso, a memória e o poder, cabe ressaltar que procuro deixar marcado o lugar de minha fala ao fazer funcionar uma aliança conceitual.

Como objeto de investigação, o discurso atravessa toda esta pesquisa, sendo o elemento que articula as demais noções. Em sua polissemia e múltiplas maneiras de manejo observa-se o seu espraiamento em diversos campos do saber. Daí a necessidade de entender a forma como sua compreensão é aqui apropriada.

---

<sup>14</sup> Notas de aula da disciplina “Métodos e técnicas de pesquisa”, ministrada pela professora Ana Clara Ribeiro durante o 2º semestre de 2009.

<sup>15</sup> Idem.

No quadro da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux, enquanto objeto específico da qual se ocupa, o discurso seria o “lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas questões sobre a língua, a história, o sujeito” (MALDIDER, 2003, p. 15). Mais do que uma preocupação com o que seria o discurso, importava os modos de seu funcionamento e, mais especificamente, uma relação (materialista) entre discurso e sentido. Daí a noção de base, sob a qual se assenta a análise pecheutiana: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.

Michel Pêcheux entendia o discurso como prática<sup>16</sup>, como ação social. O termo “discurso” já evoca/invoca essa dinamicidade e assim o discurso é compreendido como “palavra em movimento, prática de linguagem”:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história (ORLANDI, 2005a, p. 15).

O discurso não é o mesmo que a língua, nem o mesmo que a fala e nem o mesmo que o texto, porém é na materialidade da língua que o discurso existe. O discurso não se confunde com transmissão de informações, pois, como escreveu Pêcheux (2009), a língua permite ao mesmo tempo comunicar e não comunicar. Não considerar o discurso como mensagem transmitida, compreendida em sua (ilusória) transparência, mas sim como efeito de sentido, significa dizer que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante)”, mas que “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições

---

<sup>16</sup> Segundo Régine Robin (1977), tanto Michel Foucault quanto Michel Pêcheux partilhavam dessa compreensão acerca do discurso como prática. Ainda que estejam situados em horizontes epistemológicos distintos, entre Foucault e Pêcheux, como considera Maria do Rosário Gregolin (2007, p. 125), podemos ver caminhos abertos e complementares, pois “se trata, antes, de diferenças e não de contraditoriedade”. Aqui, nesta tese, a análise do discurso, num sentido mais específico, terá uma orientação pecheutiana, potencializada pela analítica do poder conforme pensada por Michel Foucault. Desta maneira, procuro reconhecer as singularidades de cada um destes pensadores e fazer funcionar o potencial de sua reflexão específica.

sustentadas por aqueles que a empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições" (PÊCHEUX, 2009, p. 146-147).

Em nossas experiências somos instados a significar, a realizar um trabalho simbólico, que constitui a nós e nossa história. Significar é inscrever-se em processos discursivos, fazendo funcionar a linguagem como mediação, fazendo emergir sentidos. Segundo Brandão (2005, p. 42), "os processos discursivos constituem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido". Portanto, mesmo em seus "múltiplos territórios"<sup>17</sup>, a análise discursiva que se orienta por Pêcheux refere-se à linguagem na medida em que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas. Interessam, portanto, os efeitos de sentido, não somente como determinada enunciação é produzida, mas também os modos com que ela se materializa nos textos, o que implica em considerar o que a leva a ter uma forma e não outra.

A segunda noção que interessa a este trabalho é a noção de memória. No vasto e complexo campo em que se inscrevem os estudos que a tomam como objeto, podemos observar que a memória emerge num entremeio – assim como reconhece Eni Orlandi sobre a AD –, nos interstícios de campos disciplinares, o que lhe daria um caráter interdisciplinar, para alguns, ou mesmo transdisciplinar.

Mas, tendo em vista o "território polissêmico" (GONDAR, 2008) constituído pela memória, assim como já destaquei para o discurso, do que falo ao convocar esse conceito? Não estou tratando aqui da memória individual, e sim do que se entende por "memória social". Esclarecimento inicial e que ainda diz pouco, já que não existe um único modo de abordar a memória social; como efeito, talvez, de constituir-se no "entre", há múltiplas maneiras de conceber a memória social, de acordo com as características do campo em que se situa e de quem a pensa. É, de fato, "um território móvel", no qual emergem "posições teóricas, éticas e políticas diversas" (GONDAR, 2005, p. 11).

---

<sup>17</sup> Expressão tomada de empréstimo do texto *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso* (INDURSKY & FERREIRA, 1999), que apresenta a coletânea de mesmo nome.

No campo em que se move essa disciplina, de modo geral, há uma convergência acerca da identificação dos trabalhos de Maurice Halbwachs como ato inaugural em busca de “um tratamento da memória como fenômeno social” (BOSI, 1983, p. 16), em que estão imbricados indivíduo e sociedade. Opondo-se à “memória-sonho” de Bergson – para o qual o passado era conservado, aflorando em imagens sob a forma de lembranças ou em sua forma mais pura como sonhos e devaneios, Halbwachs compreendeu que a memória é trabalho (“memória-trabalho”, em Ecléa Bosi), uma reconstrução convocada a partir das necessidades do presente:

em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada (HALBWACHS, 2006, p. 91).

Portanto, lembrar não significa reviver, mas sim um movimento, a partir do hoje, de re-significar as experiências do passado: “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual” (BOSI, 1983, p. 17).

Retomando a polissemia que tem caracterizado a noção de memória social, Gondar (2005) a situa em duas vertentes: em uma vertente, estaria a polissemia representada pelas diversas significações que a memória apresenta, enquanto que na segunda vertente o caráter polissêmico da memória diria respeito à rica possibilidade de sua inscrição em diversos sistemas de signos. Interessa aqui, particularmente, o papel da linguagem como materialidade que dá suporte à “necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e linguageiras” (MARIANI, 1998, p. 27). Como escreveu Halbwachs (2006, p. 18): “O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem”.

No âmbito da AD em específico, sobre a noção de memória em suas relações com o discurso, é reconhecida a contribuição de Jean-Jacques Courtine, para quem a memória discursiva refere-se “à **existência histórica do enunciado** no interior de práticas discursivas” (COURTINE, 2009, p. 105-106. Destaques no original), o que nos leva a vislumbrar o trabalho da memória nos processos de lembrança e

esquecimento de enunciados, segundo determinadas condições sócio-históricas. Em Pêcheux temos que

a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição de legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 1999, p. 52).

Eni Orlandi considera a memória discursiva como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2005a, p. 31) e, mais especificamente, na perspectiva do interdiscurso, esta se apresentaria como o “conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2005a, p. 33).

Sem a intenção de encerrar as possibilidades de compreender a inter-relação entre memória e discurso, quero destacar o modo empreendido por Bethânia Mariani:

Entendemos por memória social (...) um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim um sentido “comum” à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa. Isto não quer dizer, porém, que o sentido predominante apague (anule) os demais ou que ele(s, todos) não possa(m) vir a se modificar. Muitas vezes os sentidos “esquecidos” funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico (MARIANI, 1998, p 34-35).

A memória pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização. (...) O “recordar” possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente em direção ao devir, engendrando assim uma espécie de “memória do futuro” tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias (MARIANI, 1998, p 38).

Vemos nesta citação, mais explicitamente, o uso da expressão “memória social” como um processo (portanto dinâmico e instável) inscrito na história e que faz emergir sentidos, passíveis ou não de serem hegemônicos. Há, por isto, um

movimento tenso entre lembranças, esquecimentos, atualizações e apagamentos, resultante do entendimento de que a memória social é uma arena de lutas, um lugar de disputas e de exercício de relações de poder (FERREIRA, 2005).

Chegamos aqui no entrelaçamento entre memória e poder. Voltamos ao artigo de Jô Gondar (2003), referenciado anteriormente. Nesse texto, encontramos a afirmação de que o poder mantém com a memória uma relação instrumental, tendo em vista que ele (o poder) opera na seleção daquilo que deve ser lembrado e daquilo que pode ser esquecido, bem como opera também na produção de lembranças, retomando o pensamento de Foucault. Abre-se, diante disso, o caminho e a oportunidade para tratarmos agora sobre o poder, o terceiro conceito forte de minha pesquisa.

Uma das mais citadas contribuições foucaultianas é representada pela analítica do poder e sua relação com o saber<sup>18</sup>. Contrariando uma tradição da filosofia política e da ciência política que tinha o Estado como origem e lugar do poder, sustentando a importância da política como posicionamento social, Foucault forneceu novas e significativas bases para a análise e explicação da vida social.

A novidade está em que o poder não seria uma essência, algo localizado somente nos aparelhos do Estado, como acostumavam apregoar a economia política e a filosofia política; ao contrário, o poder é uma prática social, historicamente constituída, e que se exerce em todo o corpo social como uma rede e da qual não se pode escapar. Por isso não existiriam pontos específicos de localização do poder, muito menos os seus donos e aqueles que dele estão excluídos. Onde há poder, há resistência, uma espécie de contrapoder, com os mesmos pontos móveis e transitórios.

O poder, para Foucault, não poderia ser visto apenas em sua conotação negativa, como repressão, destruição e violência. Foi importante reconhecer

---

<sup>18</sup> Uso a expressão “analítica do poder”, e não o termo “teoria”, de acordo com a reflexão feita pelo filósofo Roberto Machado (2009, p. X) que afirmou: “não existe em Foucault uma teoria geral do poder”. Entenda-se aí que, para Foucault, o poder era heterogêneo, necessitando de uma formulação específica para cada objeto.

também sua positividade, o seu impulso para a criação e transformação. Nesta dupla concepção, o poder tem uma “eficácia produtiva”, já que agindo sobre o corpo busca torná-lo útil e dócil (MACHADO, 2009).

Em “Vigiar e punir”, Foucault demonstrou que o indivíduo era o alvo daquilo que ele chamou de “disciplina” ou “poder disciplinar”, cujo objetivo era torná-lo um corpo dócil, “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2009b, p. 132). Nesse viés o poder disciplinar tem quatro características básicas. A primeira é um tipo de poder que organiza o espaço, distribuindo os indivíduos segundo um determinado objetivo específico. O controle do tempo é a segunda característica, que faz os indivíduos sujeitarem-se ao tempo visando o máximo de eficiência e eficácia produtiva. A terceira característica refere-se à vigilância como um instrumento de controle, onipresente e contínuo e sem limites, aos moldes do *Panopticon*, de Jeremy Bentham. Por fim, a última característica aponta para a presença de um registro regular do que era conhecido, o que implica que o exercício do poder produz um saber. Tem-se, portanto, que o poder disciplinar é um exemplar típico das relações de produção industrial capitalista, tendo em vista que foi através dele que se produziu o indivíduo necessário para o seu funcionamento e ampliação.

Foi em História da sexualidade, cujo primeiro foi originalmente publicado em 1976, que Foucault (2011) chegou aos conceitos de biopoder e de biopolítica. Ao estudar o “dispositivo da sexualidade”, observou que não somente o sexo era alvo de poderes disciplinares, mas também todo um conjunto de procedimentos que gerenciava a vida e a morte. Ou seja, na virada do século XVIII para o século XIX, surge uma nova forma de exercício do poder, não mais direcionada ao indivíduo – como age o poder disciplinar, mas sim à gestão calculada da vida da população de um determinado corpo social. Porém, como destaca Foucault, a passagem do poder disciplinar para o biopoder não significa a exclusão de um pelo outro e sim a integração de ambas as modalidades. A biopolítica seria constituída, como modo de

exercício do biopoder, pelos mecanismos de normalização da vida da população. Fazer viver e deixar morrer sugerem um traço característico da biopolítica<sup>19</sup>.

### 1.2.2 O corpus em constituição

Antes de qualquer coisa, consideremos a noção de arquivo como o pensa Michel Pêcheux (2010): o arquivo como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma dada questão. Do ponto de vista discursivo, o arquivo não se refere aos materiais físicos, nem como um conjunto de dados objetivos, mas sim como um conjunto de dizeres, como uma materialidade discursiva, onde o político (enquanto exercício das relações de poder) se inscreve, tendo em vista que o arquivo é constituído por operações de seleção, recorte e de ordenação que precedem a sua disposição ao sujeito-leitor (ROMÃO et al., 2011). Como algo entre a materialidade da língua e a materialidade da história, como situado entre a língua e o corpus, o arquivo pode ser considerado como o lugar discursivo onde seria possível acompanhar as práticas discursivas realizadas em determinadas culturas (FERREIRA, 2011).

O arquivo a que se refere esta pesquisa é composto por discursos que tematizaram a volta do bonde a cidade de Belém. Observei que, neste conjunto infinito de **documentos-monumentos**<sup>20</sup> sobre a questão que me debruço, existe um

<sup>19</sup> Sobre a biopolítica, o filósofo escreveu: “Pode-se dizer que o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (FOUCAULT, 2011, p. 150).

<sup>20</sup> Refiro-me aqui à crítica feita ao estatuto do documento na pesquisa histórica, conforme foi apontada por Michel Foucault, em “Arqueologia do saber”, de 1969: “O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros [...]. O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*: a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 2005, p. 7-8. Itálico no original). Tal problematização foi retomada e ampliada por Jacques Le Goff em “História e memória”, de 1988: “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores [...]. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias (LE GOFF, 2003, p. 525-538).

sem-número de inter-relações e cruzamentos, como em uma grande rede. Foi no contato com essas interseções, presentes na materialidade discursiva do arquivo que pude constatar algumas recorrências e que sugeriam formas de organizar a descrição e interpretação desse arquivo, o que resultou na constituição do corpus da pesquisa.

A princípio, em termos provisórios, conformando-se processualmente, e por isso reveste-se de flexibilidade, esta pesquisa orbita numa temporalidade compreendida entre os anos de 1897 e 2007, um período no qual acredito alcançar os objetivos estabelecidos, em especial naquilo que diz respeito às mudanças e permanências, tensões e contradições materializadas nas relações discursivas que entrelaçam a cidade de Belém e o bonde. Esse grande marco cronológico não é aleatório, tendo como referência, em primeiro lugar, o contrato assinado entre a Intendência Municipal de Belém e a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense, em 1894, para o estabelecimento da viação elétrica (PINHO, 2001). Contudo, é somente a partir de 1905, na administração do intendente municipal Antonio Lemos<sup>21</sup>, com a transferência da concessão do serviço para a *The Pará Electric Railways Lighting and Company Limited*<sup>22</sup> é que se observa a efetiva introdução dos bondes elétricos em 1907. Por sua vez, o ano de 2007 se justifica enquanto marco da empreitada de implantação da linha turística de bonde. A concepção do projeto e o início das obras foram realizadas na 2<sup>a</sup> gestão do prefeito Edmilson Rodrigues (2001-2004), tendo o seu término, com várias interrupções e ajustes, ocorrido na gestão Duciomar Costa (2005-2008).

Partindo de um contato ainda preliminar com o corpus-em-constituição, diante dos limites temporais em aberto que mencionei, nos domínios de uma interpretação-em-processo, no limite tenso entre a descrição e interpretação em que opera a AD (PÊCHEUX, 2006; ORLANDI, 2005a), pude reconhecer a volta do bonde a Belém

<sup>21</sup> O senador Antonio José de Lemos foi intendente de Belém durante o período de 1897 a 1911 e é reconhecido como aquele que, graças à economia da borracha, “modernizou” a cidade segundo os ideários europeus e republicanos. Em capítulo futuro tratarei mais detidamente sobre a “era de Lemos” e a implantação dos bondes elétricos. Antes disso, o leitor poderá consultar as obras-referência de Maria de Nazaré Sarges (2000; 2002).

<sup>22</sup> A *The Pará Electric Railways Lighting and Company Limited*, também chamada por *Pará Electric* ou *Pará Elétrica*, foi uma empresa organizada em Londres e que sucedeu a Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense no serviço de bondes a tração animal e na implantação do serviço de bondes elétricos (PINHO, 2001).

como um acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 2006), ao qual se relacionam, por sua vez, dois acontecimentos discursivos, a saber: a inauguração da 1ª linha de bondes elétricos em 1907 e a desativação do serviço de bondes elétricos em 1947.

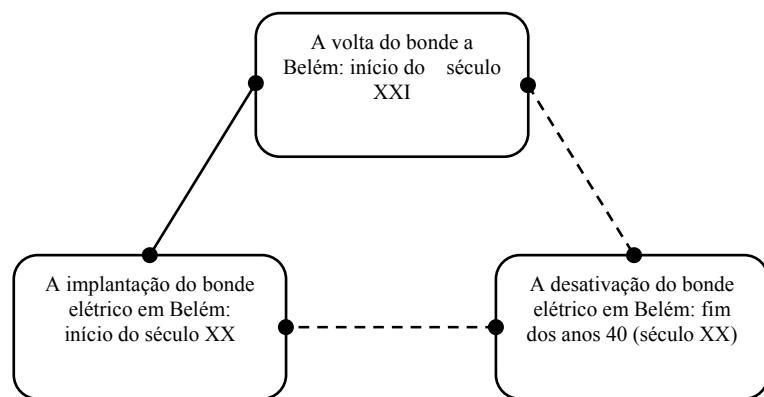
Trabalhando a partir desta noção, associo-me à recusa da ideia de uma “história total”, reconhecendo a impossibilidade de sua reconstituição integral. A análise a ser feita, portanto, se ocupará das descontinuidades históricas, tratando o acontecimento “no jogo de sua instância, na pontualidade em que aparece e em sua dispersão temporal” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 86). Vale destacar que a ocorrência de um fato não o torna histórico, pois para que ele seja elevado ao status de acontecimento é necessário o seu conhecimento, o seu registro e sua circulação (SARGENTINI, 2003), que “fazem trabalhar” o acontecimento “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e já começa a organizar” (PÊCHEUX, 2006, p. 19).

É na inter-relação desses três acontecimentos discursivos (ver Figura 15) que se constituem, circulam e se atualizam os discursos sobre a revitalização do centro histórico de Belém no início do século XXI. Em cada um destes acontecimentos, em cada temporalidade, impõem-se específicas significações sobre o que é ser moderno. Concebo, portanto, a implantação, a extinção e a “reintrodução” do bonde em Belém como trincheiras de disputa entre imaginários da “tradição” e imaginários da “modernidade”. Ao considerar esta dinâmica como um campo de embates, é possível pensar em uma “mescla discursiva”, com múltiplos discursos que se cruzam na e sobre a cidade (ZOPPI-FONTANA, 1998) em torno dos sentidos sobre o “moderno” e o “arcaico”, onde estão em jogo o apagamento de conflitos, a inclusão/exclusão e a migração de elementos de um discurso para outro – daí o motivo de eu ter usado linhas contínuas e linhas descontínuas para representar o que penso serem relações de atração e de distanciamento, movimentos de lembrança e de esquecimento.

Voltando à noção de arquivo, tomarei, portanto, como arquivo desta pesquisa um conjunto de documentos pertinentes e disponíveis sobre a inter-relação que funciona a partir do conjunto dos três acontecimentos discursivos. Foi sob este ponto

de vista que a constituição do corpus se deu. Sabemos que, segundo Orlandi (2005a, p. 67), o corpus é, fundamentalmente, uma construção do analista e que se realiza no “ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise”. Foi no lugar forjado a partir e no meio desse processo que procurei adotar um corpus heterogêneo, conforme o leitor perceberá ao longo da análise que empreendi.

**Figura 15 – O bonde em três acontecimentos inter-relacionados**



Por meio de elementos que integraram o processo de constituição do corpus de análise, um primeiro olhar sobre a questão pode se formar, fazendo surgir como efeito a possibilidade de uma explicação provisória, aos moldes de uma hipótese como parte de um protocolo de pesquisa.

Ao contrário de um esquema rígido, atribuído ao pensamento positivista e às ciências “duras”, o avanço do conhecimento nas ciências humanas e sociais imprimiu ao termo “hipótese” um caráter mais aberto e flexível. É importante, portanto, como posicionamento ético do pesquisador, exercer uma constante vigilância epistemológica, afastando-se do que apregoa o senso comum, desfazendo preconceitos, através do necessário e obrigatório diálogo com a teoria. A hipótese, retomando escritos de George Canguilhem em Bourdieu et al. (2004), deve ser encarada como a antecipação de uma relação capaz de definir conceitos a serem

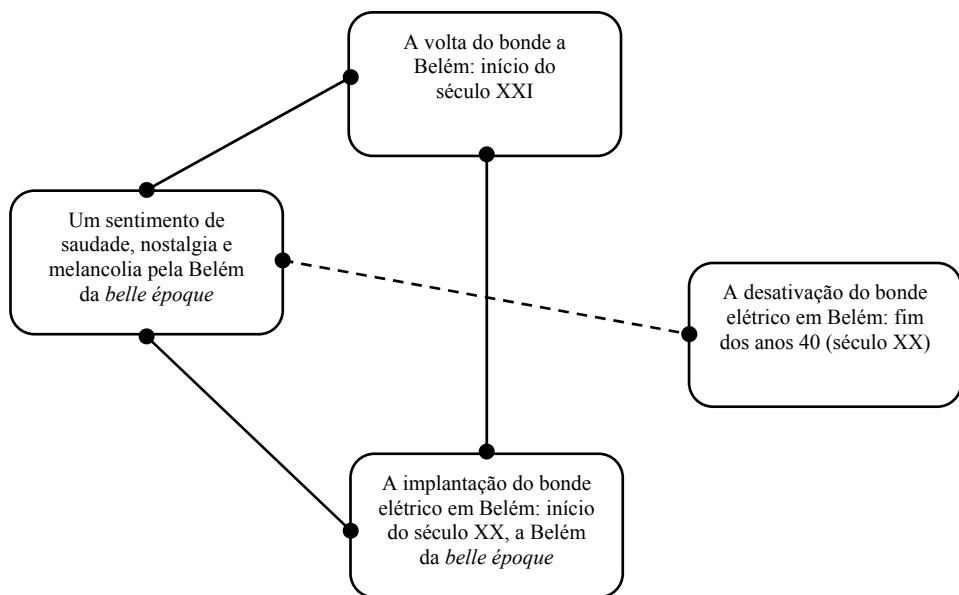
mobilizados para a construção de um objeto e para sua explicação. Seu caráter é provisório e sua construção deve ser mediada pela teoria, tendo grande importância no desenvolvimento da pesquisa. Em meu percurso específico, pensei a hipótese como um feixe de linhas possíveis de investigação e explicação, já representando um gesto analítico inicial e se constituindo como passo fundamental para a construção do dispositivo teórico-analítico.

Feita essa ressalva, postulo que as condições de possibilidade para a volta do bonde a Belém foram instauradas porque encontraram (e encontram) eco e abrigo na memória social paraense, produzindo sentidos que (re)significam tanto o mito da época áurea do ciclo da borracha na Amazônia, como a saudade dessa época que surge após a queda da economia do látex (ver Figura 16). Deste ponto de vista, em primeiro lugar, a volta do bonde remete a uma condição de ordem mais universal em que proliferam as práticas de planejamento estratégico de cidades ao redor do planeta, o que nos permite estabelecer algumas conexões e semelhanças. Entretanto, tais conexões e semelhanças devem ser obrigatoriamente relativizadas (diga-se de passagem!), pois singular é o papel que cabe à cidade de Belém, na Amazônia, ao norte do país, quando se reflete sobre os processos de “revitalização urbana” e de “empresariamento urbano”. À margem dos vigorosos fluxos internacionais, e também nacionais, a cidade de Belém ocupa a periferia da periferia do capitalismo globalizado, embora esteja sob sua influência e o tenha como objeto de desejo – daí resultam as intervenções urbanísticas mais recentes, que espetacularizam, patrimonializam, museificam e vitrinizam a cidade.

Em segundo lugar, as concepções e práticas em torno da implantação do bonde turístico, e ainda sua repercussão na mídia paraense, fazem-me pensar em um **trabalho de memória** (BOSI, 1983; CHAUÍ, 1983). Essa operação, a do trabalho de memória, parece se realizar em dois planos. Um primeiro plano, de alcance mais imediato, diz respeito às disputas político-ideológicas entre diferentes projetos de sociedade e de gestão urbana, levados a cabo pela Prefeitura de Belém e pelo Governo do Pará. Cabe destacar que a linha de bonde foi concebida e teve o início de sua implantação na gestão do então Prefeito Edmilson Rodrigues, adversário político do Prefeito Duciomar Costa. Tais disputas, em última instância, podem ser

encontradas na hesitante e fracassada implantação<sup>23</sup> da linha turística. O segundo plano, de alcance mais remoto, seria constituído por uma atualização do imaginário sobre a Belém da *belle époque*. Noto aí uma instrumentalização de uma dada versão sobre o passado por meio de práticas governamentais com o objetivo de promover um sopro renovado à cidade, bem como uma das formas de marcar diferença no cenário político local-regional.

**Figura 16** – Fluxo analítico-explicativo da pesquisa



É importante também deixar anotado que a perspectiva adotada e a própria constituição do corpus são construções intelectuais, são tomadas de posição do analista e já fazem parte de sua análise, cujo recorte é produzido pelos gestos de leitura. Aliás, a organização da escrita dessa “carta de intenções”, que é esta

<sup>23</sup> Indo a Belém, em julho de 2010, constatei a irregularidade na operação do bondinho. Segundo informações que obtive, a linha turística só funcionaria aos fins de semana e feriados, aquém, portanto, do que fora planejado. Porém, o “fracasso” do bondinho, em hipótese alguma, diminui o seu interesse investigativo, já que, parafraseando Pesavento (1999, p. 23), ou como uma utopia ou como um projeto, há aí um fazer histórico, “fruto de composições de forças, de discussões e de acertos”.

introdução, é parte também da análise, cujo início e fim não são completamente visíveis.

### 1.2.3 Organização do trabalho

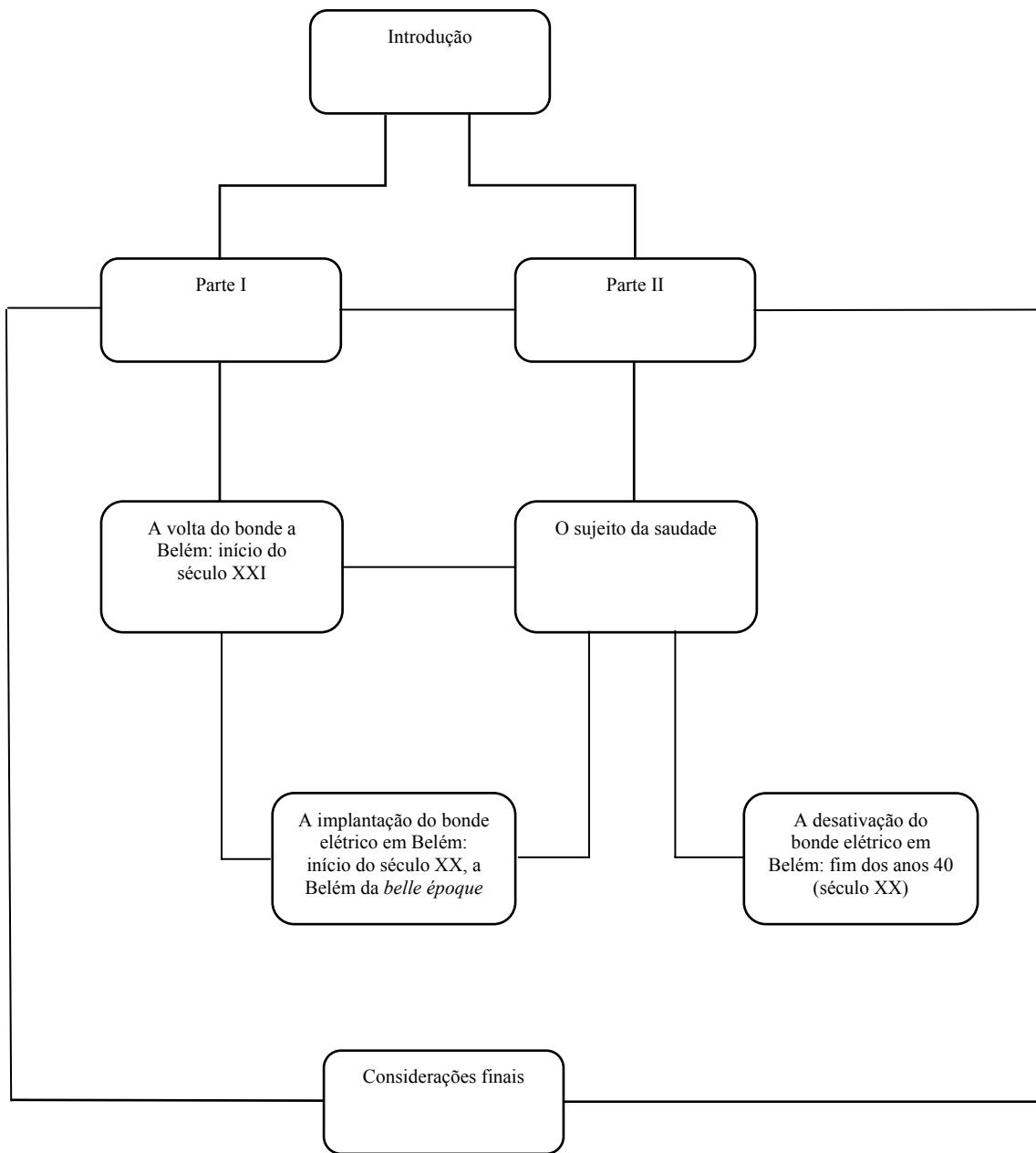
É recorrente encontrarmos textos que adotam uma formatação mais rígida, presente nos critérios de uma organização mais lógica e/ou de uma escrita “impessoal”, “neutra”, e por isso mais identificada como “científica”. Penso que essas coerções acabam por enclausurar e simplificar o rico e instável processo de (te/des/re)territorialização que a experiência do pensar suscita, encapsulando-o, com os devidos efeitos colaterais – numa irônica analogia à prática médico-farmacológica. Embora reconheça que tal exigência se faz necessária aos ditames acadêmicos, acredito que isso pode ser realizado através de mediações.

Por isso, o princípio que adotei para organizar a redação da tese se pautou pelo esforço em narrar o movimento reflexivo que esta pesquisa empreendeu, desdobrando essa dinâmica conforme as questões e as opções explicativas que se apresentaram. A escolha desse formato reflete a tensão que se estabelece entre as demandas que a análise do corpus impõe e as demandas que o próprio analista se impõe, sendo, portanto, um gesto inaugural de leitura. O formato aqui adotado representa, enfim, o instantâneo de um movimento que o pensamento executa (ver Figura 17)<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> O grupo de professores que participou do meu exame de qualificação de tese observará que o atual formato que representa a organização desta tese é, em certa medida, diferente da versão apresentada no documento de qualificação, o que certamente remete a uma complexificação do meu gesto de leitura diante da própria complexidade que assumiu (e assume) meu objeto de pesquisa.

**Figura 17 –** Concepção da escrita da tese



Deste modo, o presente trabalho foi organizado em duas partes. A representação desse formato “joga” com uma analogia à investigação arqueológica a que se refere Michel Foucault, como se fosse praticada uma escavação, com a exposição de “camadas” discursivas e suas relações espaço-temporais. A primeira parte tem por objetivo analisar a volta do bonde à cidade de Belém em busca de

elementos que pudessem explicar a emergência de tal acontecimento. Retomarei, com mais detalhes, nos capítulos 2, 3 e 4, a volta do bonde, enquanto acontecimento, em suas relações com o “local” e o “global”, com a disputa político-partidária entre a Prefeitura de Belém e o Governo do Pará, observada particularmente em seus projetos urbanísticos e a respectiva escolha do centro histórico como lugar desse embate.

Além das discursividades sobre o bonde, ou melhor, em meio às discursividades sobre a volta do bonde a Belém no início do século XXI, a análise do corpus fez surgir outra questão para a pesquisa, a saber: a constituição do que chamei de sujeito da saudade na cidade de Belém. Tal sujeito, um sujeito do discurso, pôde ser identificado nas mais diversas materialidades discursivas. É sobre ele, o sujeito da saudade, que trata a segunda parte desta tese, que pretende analisar sua emergência e formas de funcionamento, as quais estabelecem relações complexas com a implantação do bonde elétrico no início do século XX e com a desativação deste serviço nos fim dos anos 1940, conforme veremos nos capítulos 5 e 6.

O último capítulo destina-se à elaboração de um balanço da pesquisa empreendida, apontando suas conclusões e sugestões para futuras investigações.

## **PARTE I**

### **A VOLTA DO BONDE A BELÉM**

## 2 PRELÚDIO À VOLTA DO BONDE

É outubro de 2012. O Brasil vive a época das eleições municipais. As campanhas para os cargos de prefeito costumam mexer com os ânimos e reatualizam as eleições naquilo que evocam um jogo esportivo, com seus ataques, defesas e divisões em torcidas. E aqui me lembro da análise feita em *O discurso: estrutura e acontecimento*, onde Pêcheux (2006) trata das reverberações da eleição de François Mitterand como presidente da França.

Mas voltemos ao Brasil. Voltemos a Belém. O ex-prefeito de Belém Edmilson Rodrigues, passados sete anos desde o período em que comandou a Prefeitura de Belém, candidata-se ao cargo de prefeito, pleiteando voltar à gestão municipal no lugar de Duciomar Costa (Partido Trabalhista Brasileiro - PTB), então prefeito da capital paraense. Uma situação peculiar, já que Duciomar Costa havia sido eleito para o mandato 2005-2008, sendo depois reeleito para 2009-2012, após oito anos em que Edmilson Rodrigues esteve à frente da Prefeitura de Belém. Agora Edmilson lutava para substituir Duciomar. Esse cenário parecia açãoar a tensa disputa vivida pelos dois políticos: de um lado, os partidários de Edmilson valorizavam sua gestão e a comparavam com a sofrível gestão de Duciomar Costa<sup>25</sup>; no outro lado, os partidários de Duciomar Costa, como também os demais adversários de Edmilson, inflamavam a rejeição ao Partido dos Trabalhadores (do qual Edmilson fez parte até sua ida para o Partido Socialismo e Liberdade - PSOL), tanto pela atuação do partido à frente da Prefeitura de Belém e como no Governo do Estado.

E o que aconteceu? No primeiro turno, Edmilson Rodrigues obteve 33% dos votos<sup>26</sup>, sendo seguido por Zenaldo Coutinho (do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, com 31% dos votos) e por Jefferson Lima (do Partido Progressista

<sup>25</sup> O que poderia explicar a estratégia adotada pelos candidatos à Prefeitura de Belém em rejeitar qualquer vinculação a Duciomar Costa.

<sup>26</sup> Percentuais aproximados, com base nas informações apresentadas no site do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (PARÁ, 2012).

- PP, com 13% dos votos). Embora tenha vencido com uma margem apertada, de forma semelhante ao ocorrido nos anos anteriores, no segundo turno, Edmilson perde as eleições para Zenaldo, que obteve 57% dos votos contra 43% dos votos do candidato do PSOL. Não me cabe fazer extensa avaliação sobre a derrota de Edmilson Rodrigues, nem me acho capaz disso, mas arrisco-me a dizer que a rememoração negativa de sua gestão, além dos estereótipos vinculados ao PT e à esquerda, contribuiu para isso. Mas por qual motivo fiz essa pequena digressão sobre as eleições municipais de 2012 em Belém? Uma primeira resposta: para apresentar a imagem que reproduzo a seguir.

**Figura 18** – Charge de autoria desconhecida, encontrada no Facebook



Nesta ilustração, que se filia ao humor político, vemos uma charge que apresenta uma caricatura do ex-prefeito Edmilson Rodrigues preso aos trilhos de um bonde prestes a atropelá-lo, e ainda o seguinte dizer: “Sai do chão, sai do chão. Esse é bonde que custou mais de um milhão”.

Foi no calor das eleições municipais de Belém, em outubro de 2012, que encontrei esta imagem em uma comunidade do Facebook chamada “Ed”iabrado. Segundo o que observei, esta comunidade, anônima, estava a serviço de uma campanha contra a eleição de Edmilson Rodrigues para a Prefeitura de Belém. Lembro-me de ter visto muitas postagens repletas de comentários irônicos e difamadores acerca do ex-prefeito e de sua gestão.

A presença desta imagem causou um grande impacto em mim. E, por conta da pesquisa que vinha desenvolvendo, percebi estar diante de mais um conjunto a ser analisado, com mais calma, mas não naquele momento. Foi assim que decidi, à época, salvar a charge em meu arquivo de imagens. Pretendia, posteriormente, acompanhar a comunidade, observar como uma imagem negativa de Edmilson Rodrigues vinha sendo construída e como isso era articulado à campanha eleitoral dos outros candidatos à Prefeitura de Belém. Achava que teria tempo suficiente para isso e assim me desciudei ao postergar fazer “prints” das postagens... Ingenuidade de iniciante: assim como esta comunidade surgiu no Facebook, do mesmo modo como eu tive conhecimento sobre ela, rapidamente, passada a eleição municipal, ela desapareceu, foi excluída – o que demonstra, de fato, sua função política.

Lamentações à parte, o leitor poderia se perguntar: E o que tem tudo isso a ver com este capítulo? Eu diria: Muita coisa, caro leitor... Mas quero mesmo é chamar a atenção para o fato de que em Belém o bonde promove sentidos diversos, em planos que vão do histórico ao político, do político no histórico e do histórico no político. É isso que procuro aqui mostrar.

## **2.1 Algumas notas sobre discurso e cidade**

Antes de iniciar a análise propriamente dita, entendo que há a necessidade de sinalizar o lugar de minha fala para que assim se estabeleça um domínio mínimo de compreensão e, desta feita, particularizando-o em relação ao que já foi apresentado

no primeiro capítulo. O leitor perceberá, ao longo da estrutura narrativa da tese, que fiz a opção de acionar um rol específico de conceitos, fazendo-os funcionar através de procedimentos analíticos, sempre que necessário e segundo a finalidade de cada discussão empreendida, ao invés de “aprisionar” a teoria em um único capítulo ou seção. É, segundo esta forma, que faz-se necessário trazer alguns conceitos que permitem iluminar a maneira pela qual os analistas de discurso vêm tomando a cidade como questão.

Na perspectiva da AD, à qual este trabalho se filia, a cidade é compreendida como um *espaço particular de interpretação*: um espaço onde os sujeitos se interpretam e interpretam a cidade, a qual, por sua vez, impõe determinados *gestos de interpretação* (ORLANDI, 2001; 2004). Acompanho aqui a concepção de que a interpretação é um gesto, um ato no nível simbólico (ORLANDI, 1996). Como gesto, somos sempre convocados a interpretar por conta da incompletude que caracteriza o espaço simbólico, por sua relação com o silêncio, segundo nossa inscrição como sujeito e de acordo com uma determinada posição ideológica. É exatamente nessas “escolhas”, ainda que inconscientes, nesses gestos de interpretação que residem a ideologia e os seus efeitos que tornam uma dada situação como “é assim” e “assim se justifica tal coisa”.

Ou seja, para além de sua conformação física, para além de um conceito geográfico, para além de uma noção jurídica, a cidade introduz uma dimensão da representação sensível de suas formas. Interessa, portanto, não só a dimensão visível, mas o seu sentido, como isso significa e para quem significa. Destaco em especial a menção de que o próprio espaço urbano é parte desse processo de significação. A cidade seria, então, esse “espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (ORLANDI, 2004, p. 32). Encontramos aí, portanto, uma outra forma de compreender a cidade: a partir da noção de que a cidade é instituída e constituída no/pelo discurso e que, por isso mesmo, através do discurso, a cidade estabelece relações de significação que aliam sujeito, história e língua. E é no bojo desse pensamento que é nomeado e caracterizado o *discurso urbano* como um tipo singular de discurso:

Este discurso tem uma memória, desenvolve-se em um espaço próprio, que se constitui por relações entre seres que se significam e significam as relações que sustentam a própria existência deste espaço como um espaço vivido/dividido com seus gestos de significação (ORLANDI, 2004, p. 26).

Há algo da ordem do impossível na cidade, daquilo que não se controla, apesar do esforço do urbanista em assim fazê-lo: é o real<sup>27</sup> da cidade. Para Barbosa Filho (2012, p. 21. Destaques no original), o real da cidade é o incontável, que diz respeito à “propriedade de um fenômeno histórico estar sempre ‘um passo à frente’ de qualquer processo de gestão, de controle e ordenamento, o que implica aceitar que a *ordem* (o *real*) precede (e determina) o *ordenamento* (o *imaginário*)”.

Vemos aí, segundo uma interpretação discursiva, a diferenciação entre *ordem* e *organização*, termos que são tomados como sinônimos no discurso do urbanista. Ordem refere-se à forma material, enquanto que organização (“ordenamento”) diz respeito à regra, à classificação e à sistematicidade (ORLANDI, 1996). Quando o urbanista se refere à ordem urbana ou mesmo à desordem urbana, ele está referindo-se, do ponto de vista da AD, à organização e ao ordenamento. Quando se ouve dizer sobre a desorganização da cidade, se fala em oposição a um estado anterior ou idealizado, mas antes disso se torna presente uma imagem do que seria essa tal organização. Essa ideia, imagem, resulta da sobredeterminação do imaginário urbanístico que dissemina uma fala especializada no discurso ordinário, forjando assim um imaginário urbano (BARBOSA FILHO, 2012).

Para Orlandi (2004) há uma sobreposição do urbano sobre a cidade, fazendo com que o discurso do urbano silencie o real da cidade. O imaginário urbano sobredetermina o social, mas também dilui o social, transformando os problemas sociais em problemas urbanos. Esse apagamento se dá através de um movimento de generalização do discurso do urbanista que homogeneiza o modo de significar a cidade, tornando-o senso-comum. Prosseguindo, o urbano designa a relação

---

<sup>27</sup> Como mencionei no Capítulo 1, um dos componentes do quadro epistemológico da AD fundada por Michel Pêcheux é a psicanálise lacaniana, de onde se origina a categoria de real com um dos três registros psíquicos. O real seria “o irrepresentável, o informulável, o que escapa à simbolização da tríade RSI (Real, Simbólico, Imaginário)” (PAVEAU, 2008, p. 22). Orlandi (1996; 1998) entende o real como função das determinações históricas que constituem as condições materiais de produção, sendo a realidade uma relação imaginária dos sujeitos com essas determinações.

histórica entre a cidade e os sujeitos que a habitam e o urbanístico compreenderia “os gestos de organização urbana instituído pela racionalidade, pela técnica e pelo poder formal (tanto do urbanismo, quanto das instituições políticas do Estado). É a escrita da cidade efetuada por quem possui o poder legítimo (teórico, técnico e político) para definir, classificar e intervir (n)a estrutura da cidade” (BARBOSA FILHO, 2012, p. 23).

A relação que se estabelece entre organização/ordenamento e ordem está baseada na contenção das tensões. Isso significa dizer que há uma ordem na cidade (um real incontível) que não se reduz à organização urbana. Há sempre algo que escapa, que não se completa, que falha: a cidade fala na falha (BARBOSA FILHO, 2012).

Cabe também refletir um pouco sobre as relações entre ideologia e planejamento urbano. Vera Rezende (1982) entende que a tarefa essencial do planejamento urbano seja a apropriação equilibrada do espaço urbano, de modo a organizar o seu desenvolvimento e sua reprodução. Nessa tarefa de ordenamento, o que se chama de crise urbana tem relação com o crescimento não planejado, o “aparente caos”. Essa “ideia de ‘caos urbano’ tornou-se um lugar-comum, e sua causa era a falta de planejamento” (VILLAÇA, 1999, p. 227). Daí o aparecimento dos planos e projetos urbanos que se impõem como única alternativa para a organização do espaço urbano e consequente minimização de conflitos, embora, contraditoriamente, tais intervenções possam agir aumentando as desigualdades sociais. A questão é que os problemas da cidade, do ponto de vista do urbanismo hegemônico, transcendem esse campo, pois não se resolvem somente através de soluções físicas. Esse “aparente desconhecimento da realidade” (REZENDE, 1982, p. 22), como efeito do trabalho ideológico dá visibilidade a um não questionamento de uma dada situação vigente, gerando assim planos e projetos que servem à manutenção do status quo, ainda que apelem à necessidade de mudança. Pregam-se mudanças para continuar tudo como está.

A ideologia seria assim o repertório de imagens que são tomadas como capazes de explicar e justificar uma determinada realidade (REZENDE, 1982).

Nesse aspecto, é por meio do trabalho ideológico que modos específicos de explicação e justificativa do social e do político por parte de um grupo dominante vêm a se tornar universais, tal como afirmou Althusser (1996) ao dizer que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. Desse modo é possível considerar que, além da garantia das condições materiais de reprodução social, a ideologia também funciona reproduzindo a submissão à ordem estabelecida. No caso dos planos e projetos urbanos, suas propostas impõem a necessidade de respeito e de identificação como sendo aquelas que maximizariam os benefícios e que teriam o bem comum como objetivo, o que faz silenciar sobre o fato de que representam uma visão específica sobre a realidade, não o interesse de todos mas sim de um grupo em específico, apagando o conflito que é próprio da cidade.

Como uma leitura específica do real, de um ponto de vista discursivo, a ideologia é entendida como uma prática significativa, como necessidade de interpretação. Para Orlandi (1996, p. 65), a ideologia é “o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria, no entanto, como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado”.

A ideologia não é assim um conjunto de representações nem a ocultação da realidade. Discursivamente, a ideologia é uma necessidade da relação da língua com a história na constituição dos sujeitos e dos sentidos. Enquanto prática significante, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. A interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique. O efeito é então o da evidência do sentido (o sentido-lá), e a impressão do sujeito como origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. E é isso a ideologia (ORLANDI, 1998, p. 17-18).

Ao capturar o sujeito na ilusão da evidência e da unidade, o efeito do trabalho ideológico é naturalizar os sentidos e apagar a história. Para Michel Pêcheux, é a ideologia que vem designar o que tal coisa é e o que esta coisa deve ser:

É a ideologia que fornece as evidências pela quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Feita essa breve incursão teórica, poderemos problematizar acerca da importância que as áreas centrais urbanas adquirem no atual contexto das políticas de planejamento. É em meio à significação desse espaço como um lugar-síntese da vida urbana que se impõe uma alegada necessidade de sua revitalização.

## 2.2 O centro histórico como lugar de memória(s) e(m) disputa

*Lugares de memória* é uma noção empregada por Pierre Nora para designar um fenômeno atual, qual seja o da necessidade de estabelecimento de lugares que salvaguardem a memória de uma época ameaçada pelo ritmo veloz da contemporaneidade. Para Nora (1993), a palavra “lugar” deve ser entendida segundo três sentidos, de forma simultânea e em graus diversos, sempre em coexistência: material, simbólico e funcional.

O que constitui algo como um lugar de memória, segundo Pierre Nora, é um jogo, uma interação entre memória e história. Matérias não coincidentes, a memória relaciona-se ao vivido enquanto que história, como operação intelectual, é uma problemática e incompleta reconstrução do passado. Mas, antes de qualquer coisa, para que exista um lugar de memória, é necessário que haja uma *vontade de memória*, um desejo de domar aquilo que é fluxo.

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para (...) prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

Para o que me interessa aqui, posso adotar a hipótese de que o centro histórico de uma cidade seja um lugar de memória na medida em que ali se apresentam as características estabelecidas por Nora. Senão, vejamos: trata-se de um lugar material concreto, o que só o torna como um lugar de memória na medida

em que o centro histórico reveste-se, segundo um dado imaginário<sup>28</sup>, de uma “aura simbólica”, sendo significado como um espaço onde a história e a cultura de um grupo social se encontram territorializadas. Por outro lado, a funcionalidade de um centro histórico ultrapassa sua especialização, tornando-se um lugar de memória ao ser objeto de ritualização, especialmente por ser imaginado como um lugar-síntese; daí a necessidade de sua preservação, graças à vontade de memória. O centro histórico passa, portanto, a ser visto como um arquivo<sup>29</sup>, um arquivo a céu aberto.

A importância dos centros históricos urbanos é um fato histórico, uma construção social, tendo em vista que nem sempre esses lugares foram assim significados e se revestiram dessa importância. O valor dado ao passado é um fenômeno relativamente recente. Porém, não me cabe fazer aqui uma arqueologia da valorização dos centros históricos. O que importa aqui registrar é que esta forma de significar os centros históricos consiste em um *gesto de leitura* (ORLANDI, 1996), uma forma de significar as cidades, em especial os seus “núcleos pioneiros”<sup>30</sup>, e assim esse gesto se inscreve em um exercício de poder e de disputas.

É exatamente por estar na ordem do fugidio, e aqui digo a partir de uma perspectiva discursiva, que o centro histórico como lugar de memória é objeto de administração de sentidos. Como os sentidos podem sempre vir a ser outros, estão sempre em devir, em contrapartida, há uma reiterada tentativa de dar uma direção para eles. Administração e ordenamento de lugares e de sentidos.

Tomando o caso específico do centro histórico de Belém, gostaria de fazer algumas considerações sobre esse espaço de significação, um lugar de memória e objeto de debates e disputas no âmbito dos governos municipal e estadual. Embora localizado geograficamente na área de competência direta da Prefeitura, o centro histórico de Belém faz parte da capital do Pará e por isso é visto como objeto de ação do Governo do Estado. Desta forma, é possível afirmar que o centro histórico

<sup>28</sup> Diria um imaginário urbanístico, como vimos na seção 2.1.

<sup>29</sup> Como afirmou Pierre Nora (1993, p. 16): “Mas produzir arquivo é o imperativo desta época”.

<sup>30</sup> Lembremo-nos que os sítios chamados de “núcleos pioneiros” fazem funcionar uma memória da colonização, silenciando nosso antepassado indígena. Nossos núcleos pioneiros estabeleceram-se ao redor de fortificações, cujo papel era o de sinalizar o domínio europeu de determinadas faixas de terra.

de Belém faz funcionar e materializa uma tensão histórica entre grupos sociais, por sua vez rebatida em conflitos entre a Prefeitura de Belém e o Governo do Pará.

Quando falo sobre essa disputa, penso especificamente na assunção do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Belém e as consequências de tal fato no jogo político-partidário local (municipal/estadual). Em 1996 as eleições municipais em Belém acenaram com uma ruptura na Prefeitura de Belém, até então ocupada continuamente por partidos tradicionalmente designados como de “direita” e/ou de “centro”. Foi neste ano que a coligação Frente Belém Popular, composta por partidos referenciados como de “esquerda”, ganhou as eleições, levando Edmilson Rodrigues e Ana Júlia Carepa (ambos do PT) à Prefeitura de Belém<sup>31</sup>. Edmilson Rodrigues foi reeleito em 2000<sup>32</sup>, dando continuidade à forte oposição ao modelo neoliberal representado por Fernando Henrique Cardoso (PSDB), no governo federal, e por Almir Gabriel (PSDB), no Governo do Pará.

Se na gestão municipal começava a se delinear a permanência do PT à frente da Prefeitura de Belém, que parecia ser uma possibilidade do que já vinha acontecendo em Porto Alegre<sup>33</sup>, no Governo do Pará essa continuidade vinha se fazendo desde, pelo menos, 1995 com o governador Almir Gabriel, que foi reeleito para o período 1999-2002. As eleições de 2002 asseguraram a permanência do PSDB à frente do governo estadual – e à sistemática oposição ao governo municipal, através da vitória de Simão Jatene<sup>34</sup>, em que pese a disputa estabelecida com Maria do Carmo, do PT<sup>35</sup>.

No fim de 2004, as eleições municipais apontam um novo prefeito para Belém: Duciomar Costa (PTB). Candidato apoiado pelo então governador Simão Jatene, Duciomar se torna prefeito de Belém no período de 2005 a 2008, sendo

<sup>31</sup> Edmilson Rodrigues venceu o 2º turno com 46% dos votos contra 20% dos votos a Ramiro Bentes (PDT) (BRASIL, s. d.).

<sup>32</sup> No 2º turno Edmilson Rodrigues obteve 51% dos votos contra 49% dos votos para Duciomar Costa (PTB), o que demonstra a acirrada disputa que se estabeleceu naquele momento (BRASIL, s. d.).

<sup>33</sup> A cidade de Porto Alegre era governada pelo PT desde 1989.

<sup>34</sup> Simão Jatene (PSDB), ex-secretário de finanças de Almir Gabriel, foi o candidato da “Coligação União pelo Pará” ao Governo do Pará (BRASIL, s. d.).

<sup>35</sup> Maria do Carmo (PT) foi a candidata da Coligação Pará para Todos, tendo no 2º turno sido apoiada pela Frente O Pará nas mãos do povo e pela Frente Trabalhista. No 2º turno Maria do Carmo obteve 48% dos votos e Simão Jatene 52% dos votos (BRASIL, s. d.).

reeleito para a gestão municipal de 2009 a 2012. O interessante é que, embora tenha deixado a Prefeitura de Belém, em 2007 o PT assume a liderança do Governo do Pará com a eleição de Ana Júlia Carepa, a qual mais tarde é substituída por Simão Jatene, que volta como governador<sup>36</sup>. Instável e dinâmica, como uma dança de cadeiras: é assim que poderíamos interpretar a intensa disputa, entre PT e PSDB, pelo governo da capital e do Estado do Pará. Mas, o que gostaria mesmo de chamar a atenção é para essa disputa sob o viés da Prefeitura de Belém: desde 1997 até 2004 a gestão de Edmilson Rodrigues é fortemente questionada e combatida pelo Governo do Pará (seja por Almir Gabriel, seja por Simão Jatene) enquanto estratégia política tucana.

Desta forma, a cidade de Belém, capital do Estado do Pará, diz respeito às duas esferas governamentais (a municipal e a estadual) e cuja ambiguidade converte-se em possibilidade de atuação tanto por parte da Prefeitura Municipal como por parte do Governo do Pará. Não é à toa que a área central de Belém<sup>37</sup>, e especialmente o centro histórico e o seu entorno (em princípio de responsabilidade direta da Prefeitura, como mencionei antes), tornam-se foco privilegiado de atenção do governo estadual.

Cabe destacar que, desde o fim dos anos 90 e início dos 2000, as grandes ações realizadas tanto pela Prefeitura quanto pelo Governo Estadual estiveram pautadas na filosofia do planejamento estratégico governamental, ainda que filiadas a distintas abordagens. O Governo do Pará seguia os ensinamentos de Carlos Matus, criador do Planejamento Estratégico Situacional, enquanto que a Prefeitura de Belém adotava uma linha mais à esquerda, com maior participação popular, por meio do Planejamento para Ação Estratégica, vinculado ao Instituto Cajamar<sup>38</sup>. As divergências político-partidárias entre as duas esferas de governo estendiam-se e

<sup>36</sup> Ana Júlia venceu as eleições de 2007 com 55% dos votos contra 45% dos votos para Almir Gabriel. Nas eleições estaduais de 2010 Simão Jatene obteve 56% dos votos e Ana Júlia, candidata à reeleição, 42% dos votos.

<sup>37</sup> No que diz respeito ao processo de estruturação espacial da Região Metropolitana de Belém, via de regra, os planos e projetos conceberam a divisão desse espaço em quatro grandes grupos: a área central, a área de transição, a área de expansão e as ilhas (BRASIL, 2001). É na área central, que corresponde à Primeira Léguia Patrimonial de Belém, que se encontra o Centro Histórico de Belém, cujos limites foram definidos pela Lei de Desenvolvimento Urbano (Lei 7.401, de 29 de janeiro de 1988), sendo tombado através da Lei Orgânica do Município de Belém (1990).

<sup>38</sup> Mais detalhes, consultar Lucas & Pinho (1999) e Pinho (2008).

ganharam materialidade nos projetos e obras implantados na área central de Belém, lugar-alvo de forte disputa nesse período (PINHO, 2008).

Essa disputa diz respeito a distintos projetos de sociedade e consequentemente diferentes formas de pensar (ou de “ler”) e de governar a cidade. Materialmente, essa disputa toma lugar através de intervenções urbanísticas que têm na cultura e na memória o seu mote. A título de exemplo, destacarei algumas dessas intervenções realizadas a partir de 1997 e que, no meu entender, são rebatimentos dessa disputa político-partidária<sup>39</sup>.

Começo pelo mais emblemático deles, a Estação das Docas. Concebido pelo governo estadual desde 1992, mas só iniciado em 1997 (ano em que Edmilson Rodrigues assume a Prefeitura de Belém, diga-se de passagem) e inaugurado em 2000, o Complexo Turístico e Cultural Estação das Docas se pautou pela restauração de antigos armazéns portuários e por sua transformação em espaços de turismo e lazer. Com isso, o governo estadual materializava sua ideia de recuperação de uma área tida como degradada, abandonada e decadente que incluía o Porto de Belém, o Ver-o-Peso e o centro comercial. Notemos, mais uma vez, que as noções de abandono, degradação e decadência, enfim de crise de um dado lugar, se pautam como um dizer que demanda ações de recuperação, transformação, em resumo, de revitalização.

---

<sup>39</sup> Em um trabalho realizado em 2003 e publicado posteriormente em 2008, discuto essa ideia de rebatimento da disputa político-partidária entre Governo do Pará e Prefeitura de Belém através de duas intervenções urbanísticas: a Estação das Docas e o Ver-o-Rio. Usarei aqui, portanto, as informações deste trabalho (PINHO, 2008), não tendo maior preocupação em atualizá-las. Porém, segundo comentários de meus conterrâneos, após a saída de Edmilson Rodrigues e durante a gestão de Duciomar Costa, o estado em que ficou o Ver-o-Rio é dos mais lamentáveis. Para mais informações sobre essas intervenções, sugiro conferir as seguintes publicações: Amaral & Vilar (2005), Santos (2005) e Amaral (2007).

**Figura 19** – Vista da Estação das Docas



Fonte: Estação das Docas (2011).

É interessante observar que era (e ainda é) corrente a referência ao caráter pioneiro da Estação das Docas, cuja feição seria somente encontrada e comparada às experiências similares em outros países. Os efeitos desse dizer remetem à imagem de uma cidade cosmopolita, antenada com o que acontece nas mais importantes capitais mundiais: trata-se do desejo de (re)colocar Belém entre as mais importantes cidades brasileiras<sup>40</sup> e de (re)construir a imagem de Belém como a metrópole da Amazônia.

Do lado da Prefeitura de Belém, temos uma intervenção equivalente à Estação das Docas, ou melhor, algo que funciona como um contradiscurso à obra do Governo Estadual: uma intervenção significada como uma alternativa aos expressivos gastos de recursos públicos e à elitização do espaço público. O Complexo Ver-o-Rio, da Prefeitura de Belém, era parte integrante do Plano de Reestruturação da Orla (ou Plano Orla) que buscava desobstruir e reintegrar a orla fluvial ao convívio da população, com isso estabelecendo uma progressiva abertura de janelas para o rio.

<sup>40</sup> Esse desejo, o de (re)situar Belém entre as cidades brasileiras mais importantes, seja por uma referência ao passado ou ao presente ou ao futuro, ou mesmo por um entrelaçamento entre estas temporalidades e respectivas memórias, será objeto de análise nos capítulos 3 e 4, especialmente.

**Figura 20** – Vista do Complexo Ver-o-Rio



.Fonte: Rodrigues (2012).

No local de intervenção do projeto, o espaço teve sua orla reurbanizada, foram construídas cabanas estilizadas para a venda de comidas e produtos regionais, sendo estas administradas por uma cooperativa de famílias atendidas pelo programa Bolsa Escola. Foram recuperados o marégrafo e a antiga rampa de operações da extinta companhia aérea Panair do Brasil. Foram implantados um *playground* com escorregador e gangorras que imitavam os brinquedos artesanais de miriti, além de espaços para apresentação de grupos musicais e folclóricos e áreas verdes. Existem na área dois memoriais: o Memorial dos Povos Indígenas, em forma de maloca, com um anfiteatro coberto, situado no meio de um lago artificial, e o Memorial dos Negros.

Aparentemente, até aí, “cada um no seu quadrado”: Governo do Estado com a Estação das Docas, Prefeitura de Belém com o Ver-o-Rio, ainda que ocorressem críticas de ambos os lados, porém sem maiores interferências. Porém, é em torno da demolição do muro do Forte do Castelo, feita pelo Governo do Estado, e na polêmica ocorrida que a coisa muda de figura. O Forte do Castelo é a denominação atual do antigo Forte do Presépio, que era uma fortaleza de madeira com cobertura de palha erguida em Belém, no século XVII, com a finalidade de defender a região. Foi a partir dessa edificação, inclusive, que se iniciou a formação do primeiro aglomerado urbano chamado Feliz Luzitânia, e que veio a se chamar posteriormente

Santa Maria de Belém do Grão Pará (SARGES, 2000). Como parte das obras de restauração da área realizadas pelo Governo do Estado, cuja intervenção ganhou o nome de Feliz Luzitânia, o muro do Forte do Castelo foi derrubado sob a alegação de que era uma construção mais recente (da metade do século XIX, ou seja, posterior à edificação da fortaleza do século XVII) e de que o Forte assim teria mais visibilidade. Independente disso, o conjunto (fortaleza e muro) estava localizado em área tombada, o que motivou críticas por parte do IPHAN e da Prefeitura de Belém<sup>41</sup>.

Enfim, como foi minha intenção mostrar, tanto a Estação das Docas como o Complexo Ver-o-Rio guardam características de trincheiras de um campo de batalha: ambas se situam em um mesmo lugar, que é o centro histórico de Belém, e representam formas distintas de se conceber o que se chama de revitalização ou de revitalização urbana. Uma, no caso a Estação das Docas, é apontada como um projeto vinculado ao modelo de gestão estratégica de cidades (AMARAL & VILAR, 2005), mais conservadora, elitista e mercadófila, enquanto que o Ver-o-Rio seria sua contraposição, mais relacionado ao modelo de gestão participativa (SANTOS, 2005). Vemos, portanto, que, nos casos citados, a revitalização contempla a abertura de *janelas para o rio*, um ingrediente que emerge com importância no vocabulário urbanístico local nesse período e que aponta para uma ideia em comum materializada em práticas diferentes.

O contraste entre estas duas intervenções, em suas distintas e divergentes concepções de projetos urbanos (situadas nos extremos do que seria o elitista e o popular, sinalizando aquilo que seria o próprio do Governo do Pará e o próprio da Prefeitura de Belém), perdem sua força explicativa e simplificadora por ocasião do projeto Via dos Mercadores, levado a cabo pelo poder municipal. Há, de fato, uma contradição e uma ruptura na explicação que lida com os extremos entre o elitista e o popular, entre direita e esquerda, fazendo borrar fronteiras presumidamente

---

<sup>41</sup> Uma pequena amostra dessa polêmica pode ser vista nos seguintes informativos do portal eletrônico da PMB: “Patrimônio: Prefeitura salva muro do século XIX”, de 26/11/2002, e “Justiça Federal embarga intervenção no muro do Forte do Castelo”, de 03/12/2002. Vide Belém (2002a; 2002b).

rígidas<sup>42</sup>. Essa ruptura pode ser entendida na medida em que a intervenção no centro histórico, tal como defendida por esse projeto, alinha-se ao que Otília Arantes (2012) chama de *pensamento único sobre a cidade*, que se pauta a partir de dizeres que constituem uma região que estabelece e que recomenda como se deveria intervir no espaço urbano.

Aliás, o próprio termo revitalização mereceria maior reflexão. Longe de ser uma unanimidade, o termo guarda uma polissemia. Para Ermínia Maricato (2001), o que se convencionou chamar de revitalização urbana poderia ser dividido segundo duas orientações: a primeira cuja intervenção tende a preservar a população moradora local e os usos já estabelecidos, sem maiores alterações a não ser aquelas que visam a conservação do patrimônio histórico-arquitetônico, seria considerada de *reabilitação* ou *requalificação*; a segunda orientação, por sua vez, tende a ser mais drástica devido a imposição de novos usos e de uma nova imagem do centro urbano, cuja lógica preponderante é o atendimento aos interesses da lógica do mercado, sendo por isso chamada de *renovação*. Para Otília Arantes (2012, p. 15), o termo revitalização urbana seria um eufemismo aos processos de *gentrification*<sup>43</sup> que resultam do “reencontro glamouroso entre cultura (urbana ou não) e capital”. Diz-se revitalização, reabilitação, revalorização, promoção, requalificação, renascimento, entre outros termos, para escamotear, “pelo recurso constante ao eufemismo”, [...], “mal encobrindo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades” (ARANTES, 2012, p. 31).

---

<sup>42</sup> Conforme já havia apontado Otília Arantes (2012), o atual pensamento sobre a cidade revela um compartilhamento de concepções e práticas urbanísticas que independem das filiações político-partidárias. Essa também é uma das conclusões apontadas por Sánchez e outros (2004), comparando cidades brasileiras e estrangeiras, e por um estudo feito sobre nove projetos urbanos de diferentes regiões brasileiras (NOVAIS et al., 2007). Esse panorama acaba por antecipar um dos elementos observados na análise do projeto Via dos Mercadores, a seguir.

<sup>43</sup> Reconhecendo as distintas formas de intervenção urbana existentes, Rogério Leite comprehende o enobrecimento urbano (*gentrification* ou gentrificação) como “um tipo específico de intervenção urbana que altera a paisagem urbana por meio da acentuação ou da transformação arquitetônica com forte apelo visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança, ordenamento e de limpeza urbana voltadas ao uso ou à reapropriação por parte das classes médias e altas, que resulta em espaços com forte inflexão segregacionista mediante demarcações sócioespaciais que fomentam a fragmentação do espaço em diferentes *lugares*” (LEITE, 2010, p. 74-75).

Avançaremos agora na análise, tomando como objeto o Projeto Via dos Mercadores, cujo desenvolvimento coube à Meia Dois Nove Arquitetura e Consultoria e implantação por parte da Prefeitura de Belém. Essa análise será pautada especialmente por uma discussão que privilegia os efeitos de sentido e os gestos de interpretação que podem ser lidos a partir do texto do projeto. Parto do pressuposto que, no documento a ser analisado, se dá a materialização daquilo que Eni Orlandi (2004) entende por *discurso urbano*, sendo, portanto, um (entre vários) elemento privilegiado para a observação de sentidos e gestos de interpretação sobre a cidade. A análise será pautada, portanto, na busca de marcas que permitam traçar sua relação com o objeto desta pesquisa.

### 3 O PROJETO VIA DOS MERCADORES E A VOLTA DO BONDE

Inicialmente, gostaria de destacar a singularidade do documento em análise, a saber: o memorial justificativo de implantação do projeto Via dos Mercadores. Não se trata, de modo estrito, do projeto e suas especificações técnicas. Porém, mais ou tão importante quanto, é um documento que abrange uma parte de grande interesse para esta pesquisa: é um texto que apresenta as linhas gerais e as justificativas de implantação do projeto de intervenção no centro histórico de Belém proposto pela Prefeitura de Belém. É um documento que textualiza gestos de interpretação sobre a cidade.

Tive acesso a esse documento graças à sua publicação no blog *Memoriais da Meia Dois Nove*<sup>44</sup>, onde a Meia Dois Nove Arquitetura e Consultoria disponibiliza para acesso público os textos que acompanharam os projetos por ela desenvolvidos. O memorial do projeto Via dos Mercadores tem o ano de 2002 como referência temporal de sua elaboração e Cristovão Fernandes Duarte<sup>45</sup> como o seu autor, sendo que a sua publicação no blog data do mês de fevereiro de 2010 – ou seja, cerca de oito anos depois de sua concepção.

Ao quê responde esse texto? Parece que há no texto a intenção de responder a uma demanda por organização de ideias em circulação e de projetos em

---

<sup>44</sup> O blog *Memoriais da Meia Dois Nove* pode ser acessado através do seguinte endereço: <http://memoriaisdameiadosnove.blogspot.com>. O link para acesso ao memorial do projeto Via dos Mercadores é <http://memoriaisdameiadosnove.blogspot.com/2010/02/via-dos-mercadores-1-introducao.html>. Ainda nesse blog há uma referência a outro blog da consultoria, destinado ao acompanhamento de novos projetos e execução de obras: <http://meiadosnove.blogspot.com>.

<sup>45</sup> Cristovão Duarte é arquiteto-urbanista, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e foi o responsável, como consultor associado junto à Meia Dois Nove Consultoria e Arquitetura, pela elaboração do documento aqui em análise. Esteve à frente do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), cuja experiência certamente o qualificava para o desenvolvimento do projeto, bem como já dava indicações sobre as linhas gerais a serem adotadas. Para que fique claro, logo de início, não estou fazendo aqui qualquer crítica de ordem profissional a um indivíduo, mas sim mostrando como um sujeito para ser sujeito de seu discurso deve ocupar um lugar de saber e de poder e, portanto, de tudo o que se relaciona a isto.

andamento na Prefeitura de Belém. Ou seja, embora o documento em análise tenha sido apresentado em 2002 como “o memorial justificativo do Projeto de revitalização urbanística do eixo comercial formado pela Av. Conselheiro João Alfredo e Rua de Santo Antônio”, seu autor, Cristovão Duarte, reconhecia que ali estavam consolidadas “as propostas desenvolvidas a partir de 1997 pelos órgãos municipais envolvidos, com ênfase especial para a atuação da FUMBEL, SECON, SESAN, CTBEL e SEURB<sup>46</sup>” (DUARTE, 2010).

Em sua estrutura narrativa, o memorial busca apresentar a lógica que presidiu a elaboração do projeto, conforme uma determinada prática de planejamento já bastante consolidada nos campos do planejamento urbano e regional e do urbanismo. Deste modo, os planos e projetos, em geral, são confeccionados segundo um procedimento que parte de (1) um resumo histórico sobre a área de intervenção e de (2) um diagnóstico da situação presente, os quais dariam subsídios para (3) a apresentação da proposta. No caso particular do documento em análise, o autor elabora um resumo histórico da constituição da forma urbana de Belém (cuja seção é intitulada “Antecedentes históricos da área de estudo”) e que serve como uma espécie de contexto para a proposta a ser realizada; em seguida apresenta um diagnóstico<sup>47</sup> específico da área-objeto para, enfim, apontar a “conceituação teórica que norteou a proposta de intervenção desenvolvida para a área em estudo, traduzida pelo Projeto de Desenho Urbano ‘Via dos Mercadores’” (DUARTE, 2010).

É desta maneira que o memorial foi organizado, porém não é desta maneira que optei realizar a análise do documento. Pareceu-me mais interessante destacar aquilo que no documento se revelava como seu *modus operandi*: ou seja, busquei centrar minha análise na forma como vão sendo constituídas e formuladas a importância e a justificativa do projeto. Sendo assim, o funcionamento de duas

---

<sup>46</sup> Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, Secretaria Municipal de Economia - SECON, Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN, Companhia de Transportes do Município de Belém - CTBEL (Hoje Autarquia Mobilidade Urbana de Belém - AMUB) e Secretaria Municipal de Urbanismo - SEURB.

<sup>47</sup> O autor do memorial menciona que o diagnóstico da área foi baseado em uma pesquisa de campo (realizada nos meses de abril a julho de 2002) e, complementarmente, em entrevistas com representantes dos órgãos municipais envolvidos e representantes do Condomínio Participativo, o que aponta para a inscrição de um dado imaginário no espaço do projeto como gesto de interpretação dominante.

estratégias discursivas foi particularmente observado: a primeira consiste na ideia de crise do centro histórico de Belém, a segunda refere-se ao manejo de diferentes referências temporais como estruturantes da concepção do projeto.

### **3.1 E no início era a crise...**

Considerando que os planos e projetos seguem uma lógica de formulação que normalmente abrange uma caracterização ou um diagnóstico do objeto de intervenção e as consequentes medidas propostas, Cristovão Duarte parte dessa usual forma de concepção e narrativa dos trabalhos de planejamento urbano. Deste modo, o texto do Projeto Via dos Mercadores apresenta um breve retrospecto histórico da “área de intervenção” para, a partir do diagnóstico da situação atual, propor medidas que possibilitariam mudar a situação indesejada apontada pelo diagnóstico.

Acontece, porém, que tanto o exame da história da área quanto o diagnóstico são recortes da realidade; são gestos de interpretação e, por isso, nada neutros, nada evidentes, nada naturais.

A referência a um determinado estado de crise enquanto situação indesejada como justificativa para uma dada intervenção nos parece natural, especialmente para os que atuam no campo do planejamento urbano e regional.

Dentro da área de planejamento urbano, a crise urbana é comumente invocada no sentido de se elaborar um plano ou efetuar um conjunto de ações que lhe deem fim e restabeleçam a ordem. À irracionalidade do urbano é oposta a racionalidade dos planos de urbanismo, que nomeiam os pontos de desordem na tentativa de conhecer “objetivamente” o espaço urbano, isto é, dominá-lo inteiramente pelas operações do intelecto, tentando dizer tudo o que o espaço urbano é ou deve ser (REZENDE, 1982, p. 30).

Essa situação indesejada é normalmente interpretada e caracterizada como desorganização espacial (ou desordem). Trata-se, contudo, da naturalização de uma prática que tem história. O planejamento urbano, como historicamente concebido no país, aparece como o regulador e organizador do espaço urbano desordenado, tentando resolver os problemas causados pela sociedade de consumo. Em sua função salvadora, o planejamento revela uma de suas posturas em relação à realidade, quase a título de missão (civilizatória): os planos, projetos e demais políticas públicas de intervenção no espaço urbano sempre buscaram resolver a “crise urbana” (de múltiplos sentidos, variável conforme a posição de quem a enuncia), onde o Estado se apresenta como o único e legítimo responsável por sua solução, reconhecendo os problemas a serem resolvidos e, depois, definindo o modo de intervenção. “Ao se opor um plano ‘racional’ a uma desordem espacial é dada, aparentemente, a solução para o espaço urbano” (REZENDE, 1984, p. 30).

Pensando sob essa ótica, a necessidade de mudar uma dada situação só se impõe através de seu estranhamento, por uma vontade de mudança, atribuindo a isso a possibilidade futura de chegar a um estado ideal. Porém, o sentido de crise não é evidente, nem natural, mas sim fruto de uma construção social, efeito do trabalho ideológico. Se não é natural o sentido de crise, muito menos são os gestos de interpretação sobre ela, e menos ainda as formas através das quais se pretende mudar essa situação.

A crise serve, portanto, para opor uma ordem ideal a uma desordem real, que é encarada como algo inadequado. Longe de surgir como algo que ateste e ponha à prova a ideologia dominante, a noção de crise realiza a tarefa ideológica de confirmar e reforçar a representação dos acontecimentos. Dessa maneira, a crise nomeia os conflitos no interior do social para melhor escondê-los e serve para ocultar a crise verdadeira. Sua maior contribuição é mobilizar os agentes sociais, suscitando o medo da desagregação social e oferecendo-lhes a oportunidade de restaurar uma ordem sem crise (REZENDE, 1984, p. 30).

Essa ideia de crise aguda e generalizada, ou de sensação de crise ou de consciência de crise, segundo Carlos Vainer (2012), é um dos elementos

estruturantes do planejamento estratégico<sup>48</sup>. O que interessa, nessa vertente do planejamento, não é a crise em si como elemento decisivo, mas sim a percepção de crise, responsável por instaurar condições propícias ao consenso em relação ao projeto, tomando-o como unitário, coeso e legítimo.

Podemos dizer, portanto, que, no âmbito do planejamento, o discurso sobre a crise funciona como um artifício, como uma forma de explicar uma situação que é incômoda, numa certa perspectiva, e que torna evidente a existência de contradições e conflitos no espaço urbano.

A crise é imaginada, então, como um movimento da irracionalidade que invade a racionalidade, gera desordem, necessitando, portanto, que a racionalidade seja restaurada. Além disso, esse conceito permite representar a sociedade como invadida por contradições, mas simultaneamente tomar as contradições como um acidente provocado por enganos (REZENDE, 1984, p. 30).

Voltando ao Via dos Mercadores, é sobre uma crise do centro histórico de Belém que o documento em análise constrói sua justificativa. É assim que, já no primeiro parágrafo do item destinado ao diagnóstico da situação atual, vemos a imagem da crise se impor, e sem precedentes, conforme Recorte 1:

- (1) **O Centro Histórico de Belém atravessa hoje um dos períodos mais críticos de sua história.** O legado cultural herdado, materializado na forma de um inestimável acervo arquitetônico e paisagístico, encontra-se submetido a um processo de degradação urbana que ameaça a sua própria sobrevivência. Tal situação coloca em risco não apenas o grande potencial turístico e econômico existente na área, mas a própria imagem identitária de Belém, marcada, de modo decisivo, pela relação historicamente estabelecida entre a cidade e a paisagem geográfica que lhe emoldura (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Em primeiro lugar quero destacar os sentidos atribuídos, nos termos do texto do projeto, ao centro histórico de Belém. Trata-se de um lugar onde se situa um conjunto arquitetônico e paisagístico de grande valor, herança do passado, e que

<sup>48</sup> Não me parece que exista novidade alguma nessa referência à crise urbana (como gesto de interpretação e de legitimação de projetos) que caracteriza o planejamento estratégico de cidades, como mostrei com base, especialmente, no estudo feito por Vera Rezende (1982). Talvez o que haja de novo mesmo sejam os mecanismos de sua constituição e formulação adequados ao momento atual.

responde pela “imagem identitária” da cidade. Temos aí um dizer que se inscreve segundo uma especialidade e que se situa no campo do patrimônio histórico (naquilo que se cruza com a arquitetura, a história e a antropologia), mas que se desloca em direção ao econômico quando significa esse lugar como sendo de “grande potencial turístico e econômico”. Ao integrar em seu dizer elementos de dois campos de saber, o sujeito começa a construir a justificativa para intervenção naquela área segundo uma lógica da oportunidade comercial – ingrediente crucial na chamada sociedade do capitalismo avançado e que aponta para uma vertente mercadófila de planejamento, ainda que o sujeito se posicione em uma formação discursiva à esquerda. Já notamos aí o sujeito em sua contradição.

Uma questão que também se coloca é que a significação imputada ao lugar de intervenção é enunciada com a ilusão de obviedade, de ser natural. É assim porque é! Vemos que não há espaço para maior problematização acerca dos motivos em tomar este espaço em sua designação como “centro histórico”, em tomar o conjunto arquitetônico e paisagístico ali presente como um “legado cultural herdado” e ainda em mencionar uma suposta “imagem identitária” de Belém. Quando o sujeito do discurso assume a designação deste espaço como “centro histórico”, e não como “centro comercial”<sup>49</sup> ou “centro histórico-comercial” ou simplesmente como “centro da cidade”, dá visibilidade a uma prática significativa que reflete sua historicidade na medida em que apaga sentidos anteriores e imprime outra direção a eles, minimizando sua tradição como local de mercado e de concentração do poder institucionalizado em prol de um dizer que retradicionaliza esse lugar como “centro histórico”.

Ao designar a área de intervenção do projeto como “Centro Histórico de Belém”, o autor torna visível sua posição-sujeito, filiando-se como arquiteto e urbanista, mas me parece que há algo além disso. A escolha por um termo, e não outro, diz sobre um olhar específico que se impõe sobre a área e que, de qualquer modo, fundamenta a intervenção proposta, qual seja a de que este lugar deve ser interpretado como um lugar da história de Belém, como se a história da cidade

---

<sup>49</sup> Lembro que este era um termo utilizado por minha avó e por minha mãe ao se referirem a esta área, quando não usavam simplesmente “comércio”.

estivesse ali encapsulada. Aponta ainda o uso deste termo para a interpretação de ser este um lugar de ingerência do poder público municipal, tendo em vista que o Centro Histórico de Belém foi tombado pela Lei Orgânica do Município de Belém em 1990. Observa-se, portanto, que o direito, a arquitetura, o urbanismo e a história constituem-se como filtros para interpretação da área pelo autor. E mais: a que herança o conjunto arquitetônico-paisagístico ali presente se refere? A qual recorte institucionalizado esse conjunto (e não outro) se refere? A qual identidade da cidade o autor se refere? Se essa imagem identitária marcada pela relação histórica entre a cidade e sua paisagem geográfica é tão importante, e imagino aqui ser esta a relação entre a cidade e o rio, qual o motivo do apelo feito pelo projeto não ser “regionalista” ou “ribeirinho”, como veremos adiante?

Percebemos, portanto, que certas noções são tomadas como naturais, e não como convenções, fruto de construção social e, por isso, objeto de luta, como foi no passado e como se faz no presente. Observamos um apelo a uma dada versão do passado, como imagem que é convocada para silenciar o histórico e o político. Há, portanto, um saber consolidado, estabilizado, fruto de um intercruzamento de saberes sobre o que é, ou melhor, sobre o que deve ser a cidade de Belém.

Prosseguindo, pude observar que duas formas de significação da crise emergem da análise do documento. Como vimos antes, no campo do planejamento, as intervenções são pensadas a partir de um elemento comum, em termos de sentido dominante, a saber, a noção de decadência de uma área em específico. A decadência é tomada como um fato, em seu caráter de evidência e de transparência. A crise no centro histórico de Belém, primeiramente, tem sua interpretação atrelada à degradação do conjunto arquitetônico e paisagístico daquela área, cujo estado passa a representar um risco ao “grande potencial turístico e econômico existente na área”. Eis aí um indicativo importante acerca da base sob a qual se instala o pressuposto da intervenção: o econômico. Observamos, portanto, que o “legado cultural” (naquilo que é representado pela arquitetura e pela paisagem), impresso pelo passado à cidade, tem a sua importância majorada na medida em que representa valor econômico, seja através do comércio ou mesmo pelo turismo.

Essa referência à degradação do centro histórico de Belém me faz lembrar a reflexão feita por Flávio Villaça (1999) e que podemos aproximá-la do entendimento das relações entre discurso e ideologia, conforme pensaram Michel Pêcheux e Eni Orlandi. Villaça considerou que a alegada deterioração do centro, como explicação para a necessidade de sua renovação, diz respeito a uma “naturalização dos problemas sociais”.

O processo rotulado de “deterioração” pela ideia dominante refere-se ao estado de quase ruína a que são deixados muitos edifícios dos centros tradicionais, em virtude de terem sido abandonados pelas burguesias que se mudaram para novos centros [...] “Deterioração” não é simples constatação; tem a pretensão de ser também uma explicação, uma interpretação de um processo social. Essa explicação aliás é semelhante à produzida em alguns países ricos, especialmente nos Estados Unidos [...] No Brasil a expressão mais difundida é “deterioração”, que está mais associada ao apodrecimento por velhice de corpos vivos, animais ou vegetais. É curioso que as classes dominantes de diferentes países em épocas diferentes tenham tentado naturalizar, cada uma à sua maneira, um processo social. Em ambos os casos, a ideia que se pretende transmitir é a de um processo natural, quer uma doença de plantas, quer o apodrecimento por velhice. A ideia de “decadência” também está associada a envelhecimento como processo da natureza (VILLAÇA, 1999, p. 228-229).

Portanto, o dizer que significa o centro tradicional como um lugar deteriorado, degradado ou decadente o associa ao apodrecimento e à velhice de corpos vivos, mobilizando um saber biológico no espaço do discurso urbanístico. Com isso, teríamos como efeito a veiculação e a consolidação da “crença de que a ruína do centro é um processo natural de seu envelhecimento” (VILLAÇA, 1999, p. 229).

Um parêntese merece ser feito: a ruína é algo interpretado como assustador e, por isso, a ser evitado, o que resulta (penso eu) na ideia de preservação do patrimônio. Uma longa discussão caberia ser feita, mas isso foge ao escopo desse trabalho. O que me interessa reter aqui é essa preocupação com a estetização da passagem do tempo. O passado (ou o que deve ser a memória dele) deve estar inscrito no patrimônio, ainda que o correr do tempo seja minimizado. É sobre os porquês dessa obsessão com a ideia de uma cidade sem as marcas da história (eu diria, do tempo) no patrimônio que Rogério Leite (2010) se pergunta, cujas respostas foram anteriormente ensaiadas por Carlos Fortuna (1995) ao apontar as ruínas como um elemento que permitem imaginar “aquilo que o nosso quotidiano perdeu”:

Em primeiro lugar, um sentido de *equilíbrio*, ou seja, de proximidade com uma comunidade em que se equilibravam tecnologia, arte, cultura e natureza; em segundo lugar, um sentido de *continuidade*, que nos transmite segurança pessoal e social; em terceiro lugar, a ruína quer dizer *finalismo* do passado, de obra acabada, que nos enche de confiança perante a incompreensão a desordem do presente; por último, a ruína é sinal de *sequência* e representa um traço de união entre dois momentos temporais diferentes, um aspecto que somos incapazes de atribuir ao presente (FORTUNA, 1995, p. 7-8. Destaques do autor).

Desta forma, impõe-se uma leitura pessimista sobre o presente<sup>50</sup>, significado geralmente como o tempo da perda, dando ao passado a imagem de um lugar paradisíaco. Contrapondo-se aos sentidos da perda há uma saturação na ordem do dizer preservacionista, cuja preocupação (suponho eu) teima em obscurecer, entre outras coisas, transferindo para o patrimônio enquanto categoria, o medo de nossa finitude, a vontade de eternidade, a vontade de poder:

Por tudo isto, **da ruína exala um sentimento de apaziguamento das consciências, num mundo globalizado e tumultuoso**. A cidade que as tiver e que as souber preservar estará a potenciar um inestimável recurso da sua própria valorização e atractibilidade, uma e outra, ingredientes fundamentais para se enfrentar a competição que se acentua entre as cidades, à medida que a globalização se intensifica. De contrário, isto é, **se descuidar as suas ruínas, monumentos e museus, a cidade não perde apenas na sua atractibilidade turística, nem sequer se limita a ser uma cidade em ruínas. Ela transformar-se-á em sinal de toda uma cultura arruinada** (FORTUNA, 1995, p. 8. Destaques meus).

Voltando ao memorial, a crise (no que refere à degradação arquitetônica e paisagística) é significada em termos de sua magnitude<sup>51</sup>, mas também em sua história (Recorte 2). A crise no centro histórico não é um fato recente, mas possui uma história, cuja presença já podia ser notada desde os anos 60. Ao formular uma história dessa crise, embasado pela resenha histórica no memorial, e assim localizar sua emergência em um ponto distante décadas antes, suponho que esse dizer se

<sup>50</sup> E não somente no âmbito das práticas patrimonialistas, é bom que se diga, já que esse dizer se mostra espraiado em vários campos do saber sobre a cidade. Mais um efeito do trabalho ideológico que torna dominante e legítima uma determinada interpretação sobre a realidade. Falam alguns sobre uma perda de sentido na/da cidade, o que, numa visada discursiva, não me parece adequada, já que os sentidos não estão contidos, como se fossem um conteúdo fixo, como se fossem estabilizados; ao contrário disso, os sentidos são constituídos por meio de lutas, consensos, dissensos e negociações. Talvez fosse mais adequado no enfraquecimento de laços sociais, e não da perda de sentido da cidade.

<sup>51</sup> Do Recorte 1: “O Centro Histórico de Belém atravessa hoje um dos períodos mais críticos de sua história”.

filie também a uma resposta às críticas feitas ao estado do centro histórico-comercial durante o governo Edmilson Rodrigues, cuja aposta na inversão de prioridades (característica programática dos governos do PT) deu atenção à parte menos servida de infraestrutura e de serviços urbanos (fora do centro comercial, portanto).

(2) **Não se trata, no entanto, de um processo recente. Ao longo de pelo menos quatro décadas, o centro histórico de Belém esteve abandonado à própria sorte, tão desassistido pelo poder público, quanto submetido à miopia imediatista dos interesses econômicos presentes na área.** Embora o Centro Histórico de Belém encontre-se tombado desde 1990 pela Lei Orgânica do Município, não se empreendeu, durante todo esse tempo, nenhuma ação integrada de revitalização urbanística visando reverter o processo em curso, a exemplo do que passou com outras cidades históricas brasileiras, entre as quais poderíamos destacar São Luís, Salvador, Recife, Diamantina e Rio de Janeiro (DUARTE, 2002. Destaques meus).

Interessante notar ainda a estratégia de comparação de Belém com outras cidades brasileiras com o objetivo de mostrar que há algo fora do padrão ou das normas vigentes<sup>52</sup>. Esse elemento foi observado em outros pontos do corpus de análise e tem como objetivo, enquanto gesto de interpretação, constituir uma situação desfavorável existente com vistas a mudar essa posição em busca de uma situação favorável e positivamente comparável a outras cidades. Ao contrário de definir um “outro” negativo (por exclusão, estereotipia e desqualificação) para assim positivar um “nós” e construir um sentimento de pertencimento, como foi observado em importantes projetos urbanos atuais (SÁNCHEZ et al., 2004), o interessante é que na enunciação do projeto Via dos Mercadores o “nós” é que se desqualifica, apresentando sua distância frente a outras cidades brasileiras, e o “outro” é que passa a ser a imagem a perseguir. Como apontei anteriormente, aqui comparece um *desejo de cidade*<sup>53</sup>: Belém como uma cidade importante, ao lado de outras cidades também importantes.

<sup>52</sup> Do Recorte 2: “[...] não se empreendeu, durante todo esse tempo, nenhuma ação integrada de revitalização urbanística visando reverter o processo em curso, a exemplo do que passou com outras cidades históricas brasileiras, entre as quais poderíamos destacar São Luís, Salvador, Recife, Diamantina e Rio de Janeiro”.

<sup>53</sup> *Desejo de cidade* aqui tomado menos como o esforço para estar em uma vida coletiva (KUSTER, 2011) e mais como algo que se projeta para o futuro, aquilo que se aposta – talvez, no caso, seja mais apropriado falar em *desejo de capitalidade* (ver Capítulo 6).

Outra questão que se coloca aqui, conforme o Recorte 2, reside na designação de “cidade histórica”. Este termo certamente tem seu lugar no campo do saber acerca do patrimônio, enquanto convenção, mas me causa um estranhamento. A história parece ser convocada de forma utilitarista, para designar uma cidade, o que leva a pensar o motivo do apagamento da história das cidades que não pertencem a essa categoria.

O centro histórico de Belém mantinha seu status como importante centro comercial, ainda que enfraquecido pelo surgimento de shopping centers. E assim aparece outra forma de significar a crise do centro histórico como aquela que, além da degradação arquitetônico-ambiental (devido à ausência da intervenção estatal<sup>54</sup>), está relacionada à sua submissão a uma determinada lógica econômica: os ritmos e usos desse espaço estavam condicionados ao horário comercial (movimento durante o dia e esvaziamento à noite), os antigos prédios eram descaracterizados pelas reformas feitas pelos comerciantes e o comércio informal crescia de forma desorganizada (figuras 21 a 23).

---

<sup>54</sup> Do Recorte 2: “Ao longo de pelo menos quatro décadas, o centro histórico de Belém esteve abandonado à própria sorte, tão desassistido pelo poder público, quanto submetido à miopia imediatista dos interesses econômicos presentes na área”.

**Figura 21 – Descaracterização de fachadas**



**Fonte:** Duarte (2010).

**Figura 22 – Presença de ambulantes**



**Fonte:** Duarte (2010).

**Figura 23 – Presença de ambulantes**



**Fonte:** Duarte (2010).

Ainda nessa forma de significar a crise no centro histórico de Belém, quero chamar a atenção para o fato de que merece destaque a necessidade da intervenção nessa área por conta do crescimento do número de camelôs. Embora sejam destacadas as condições que deram origem ao comércio informal – “desaceleração do crescimento e o grau de endividamento da economia nacional, decorrentes do modelo neoliberal adotado pelo governo federal ao longo das últimas décadas” (DUARTE, 2002), os camelôs são concebidos como um problema:

- (3) Ao quadro acima apresentado [refere-se à descaracterização dos prédios da área] deve-se ainda acrescentar **os graves problemas acarretados pelo recrudescimento do comércio informal, recentemente verificado na área de estudo.** A desaceleração do crescimento e o grau de endividamento da economia nacional, decorrentes do modelo neoliberal adotado pelo governo federal ao longo das últimas décadas, levou (sic) para as ruas do centro histórico de Belém algumas centenas de trabalhadores desempregados, estabelecidos como vendedores ambulantes, que encontraram no comércio informal sua forma de sustento.

**Os transtornos provocados pela presença dos camelôs no eixo das ruas Cons. João Alfredo e Santo Antônio vêm contribuindo para acelerar o processo de degradação urbana em curso.** As barracas ocupam o leito das vias de forma desordenada, constituindo verdadeiras “barricadas” que impedem a livre circulação dos pedestres. Se, por um lado, devemos considerar atentamente os condicionantes socioeconômicos que se encontram na origem do problema do comércio informal, deve-se igualmente reconhecer que se trata de outra forma de privatização do espaço. A obstrução do ir e vir, bem como a apropriação privada das ruas pela atividade comercial (seja ela formal ou informal), reduzem as possibilidades de

utilização coletiva do espaço público, produzindo uma indesejável inversão nos modos tradicionais de funcionamento da cidade (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Mais que um problema social, os camelôs constituem um problema urbanístico, um problema – segundo o jargão especializado – de ordem urbana<sup>55</sup>. Como vimos na seção anterior, no âmbito do saber urbanístico, as noções de ordem e de organização aparecem como sinônimas<sup>56</sup>. Orlandi (1996) toma a ordem como forma material e seu funcionamento específico e a organização, por sua vez, como referência à regra, à classificação e à sistematicidade. Portanto, o saber urbanístico se debruça particularmente sobre a organização urbana, embora fale na maioria das vezes em ordem (urbana). Sendo assim, a presença dos camelôs é parte da ordem da cidade em sua constituição contraditória. O urbanismo procura, ao falar de ordem urbana, efetuar gestos de organização, segundo gestos de interpretação, de modo a apagar o político na cidade, criando espaços ilusórios de harmonia e de felicidade.

Vemos que o projeto Via dos Mercadores, filiado a certo discurso urbanístico<sup>57</sup>, reafirma uma prática que representou majoritariamente a rua como o inviável da cidade, certamente por tornar manifesto aquilo que a cidade abriga em seu real – o incontível. Sobre esse imaginário, que perpassa os discursos da literatura, da pintura, do urbanismo e da publicidade, retomo aqui as palavras de Robert Pechman (2009):

Se percorrermos a história da pintura, a partir do século XVIII, se enveredarmos pela literatura do século XIX, se adentramos o cinema do século XX e se espreitarmos a publicidade do século XXI, verificaremos como a rua vai ser tematizada pelo viés da desordem, ou seja, será vista como lugar da arruaça. Curiosa essa palavra que aponta para a desordem e carrega consigo a própria palavra rua. Ou seja, se arruaça vem de rua não pode restar dúvidas que a rua sempre evocou algo da natureza do conflito, da confusão, da desordem; algo da qualidade do externo, do público, do mundano, do mundo; algo da ordem popular, plebeia, vulgar. Rua há sempre de lembrar a ralé, o viver sem teto, a ausência de família, a falta de amarras, a exclusão. Daí os pejorativos: “Moleque de rua”, “Rua da

<sup>55</sup> Tomando o caso de Campinas, Mônica Zoppi-Fontana (1997; 1999; 2003) já observou como, de forma recorrente e em suas reformulações, os camelôs são designados como um problema.

<sup>56</sup> Tome-se como exemplo a política municipal carioca nomeada por “choque de ordem”.

<sup>57</sup> Vale dizer que os discursos urbanísticos não são homogêneos, apresentam conflitos e não partilham de uma ideia única sobre a cidade; ao contrário disso, há uma luta pelo estabelecimento de um *pensamento único sobre a cidade* (ARANTES, 2012).

amargura”, “Colocar no olho da rua”, “Ponha-se na rua!”, “Rueiro”, “O sujeito é mais deslavado que as pedras da rua”, “Mulher da rua”, entre outras.

A rua se mostrou, em certo imaginário, quase sempre como lugar do vício e do perigo. É de lá que a ameaça promete corroer a sociedade, com a peste, as epidemias, as doenças, a sujeira, os miasmas, todas as contaminações, a prostituição, a sexualidade, a mendicância, a incivilidade, a violência, a revolta, a insurreição e... a revolução!!!

Não é à toa que a rua moderna (o Bulevar seria para os modernistas a superação da rua) nasce com o urbanismo, pois os urbanistas lutaram incansavelmente, senão para acabar com a rua, pelo menos para domesticá-la, enquadrá-la, impor-lhe uma nova lógica, uma nova maneira de ser, evidentemente, menos porosa às paixões humanas e urbanas.

Conter a rua! Enquadrar a rua! Controlar seus excessos, limitar sua sociabilidade, são questões que atravessaram a rua moderna dos séculos XIX e XX e se derramam pela rua contemporânea, que vai refluindo cada vez mais diante da segurança que os lugares cercados e privados pensam oferecer.

Tal rua, qual cidade! O visgo da rua acaba grudando na cidade, fazendo esta à sua imagem e semelhança, pelo menos é isso que o imaginário dominante se conta do que foram os males das cidades modernas e quais são aqueles das metrópoles contemporâneas (PECHMAN, 2009, p. 353).

Voltando ao Recorte 3, o interessante é que, ao comparar as barracas dos camelôs a “barricadas” em seu empecilho à livre circulação<sup>58</sup>, Duarte traz para o texto do memorial um já-dito alhures, algo que traz ecos de um discurso fundador do urbanismo. Nos primórdios daquilo que se chamaria urbanismo, na Paris de Haussmann, a abertura de grandes bulevares através da destruição de ruelas não serviu somente ao discurso higienista (maior circulação de ar), mas também serviu como forma de combater as barricadas<sup>59</sup>.

Embora o projeto Via dos Mercadores venha criticar os interesses econômicos que fizeram com que o centro histórico fosse submetido às suas regras,

<sup>58</sup> Do Recorte 3: “As barracas ocupam o leito das vias de forma desordenada, constituindo verdadeiras ‘barricadas’ que impedem a livre circulação dos pedestres”. Em uma outra perspectiva, poderíamos considerar, acompanhando Zoppi-Fontana (2003), que “barricadas” poderia se filiar às metáforas de guerra que, em sua referência negativa, designam os camelôs.

<sup>59</sup> Estaria o projeto Via dos Mercadores, ainda que na ordem do inconsciente, se filiando a uma nova edição de um haussmanismo tardio na Belém contemporânea, antes intitulada como a “Paris dos Trópicos”? Sobre isso, ao analisar algumas cidades brasileiras e portuguesas, Rogério Leite observou que, apesar das diferenças de abordagens, “parte substantiva dos projetos de enobrecimento refere-se às possibilidades de retorno ao centro das cidades e a uma vida pública de calçadas seguras e vitrines lustrosas, quase numa espécie de nostalgia de uma *belle époque* perdida. O modelo continua a reproduzir tardivamente o princípio da higienização social da Paris de Haussmann, agora de forma alterada e adequada à cultura de consumo da sociedade contemporânea” (LEITE, 2010, p. 75).

é exatamente para também satisfazer a esses interesses que o projeto se propõe. É digna de nota a referência que o projeto faz à fuga da “clientela tradicional, constituída por estratos das classes média e alta”, em função da degradação ambiental, arquitetônica e paisagística da área, o que fez com que o centro comercial se tornasse “um mercado predominantemente voltado para as classes populares”:

- (4) **O processo de degradação ambiental, aliado à descaracterização do conjunto arquitetônico e paisagístico do centro comercial de Belém, acabaria, finalmente, por afugentar uma parte de sua clientela tradicional, constituída por estratos das classes média e alta.** O capital simbólico representado pelo patrimônio cultural do centro histórico sofria sucessivas “baixas”, contribuindo para a sua acentuada desvalorização e perda de atratividade. Para as classes de maior poder aquisitivo e, portanto, mais exigentes, surgiam novas e atraentes opções de lazer e consumo em outras áreas da cidade, como as lojas de grife da rua Braz de Aguiar e os shopping-centers. **Pouco a pouco, o centro comercial foi se tornando um mercado predominantemente voltado para as classes populares.** A proximidade com o conjunto do Ver-o-Peso, uma das mais tradicionais feiras populares do país, reforçava e, numa certa medida, justificava essa tendência. Sob essa aparente “tendência de mercado” consumava-se, entretanto, um arranjo socialmente pactuado que apontava para a manutenção do processo de degradação urbana da área. Numa sociedade perversamente estratificada como a nossa, marcada por profundas desigualdades sociais, as áreas destinadas às classes de menor poder aquisitivo tendem a receber menor atenção por parte do poder público. Não por acaso, as intervenções de restauro ou revitalização de áreas históricas, quando ocorrem, tendem a promover, como decorrência direta da valorização dos espaços requalificados, a chamada “expulsão branca” de seus usuários tradicionais (DUARTE, 2010. Destaques meus).

A proximidade dessa área com a feira do Ver-o-Peso evocava essa tendência, fazendo o autor sugerir que o abandono da área pelo poder público<sup>60</sup> tinha relação com essa vinculação ao popular. Ou seja, por ser uma área de frequência popular, tendo em vista que parcelas mais abastadas deixaram de frequentá-lo, o centro histórico passou a merecer menos atenção do poder público municipal.

---

<sup>60</sup> Entenda-se aqui, conforme sugerido pelo memorial do projeto, o estado de abandono da área encontrado pela administração Edmilson Rodrigues, que seria resultado de décadas de omissão do poder público municipal.

O abandono como uma situação que caracteriza a crise do centro histórico é outro dizer que merece reflexão. O que significa o centro histórico estar abandonado? Como é significado o abandono do centro histórico? Abandonado por quem e por quê? Vimos que esse abandono é significado pela falta de atenção do poder público e pelo imediatismo dos interesses econômicos; ou seja, o abandono significa aqui a falta de intervenção estatal frente aos interesses do mercado<sup>61</sup>. É por esta razão que o autor vai construindo a ideia de que a ausência do poder público é o principal motivo para a degradação da área e, assim, justifica a intervenção proposta, a qual materializa, enfim, a volta<sup>62</sup> do poder público ao centro histórico da cidade, depois de anos de ausência.

Mas esta forma de dizer sobre o centro histórico tende a apagar as outras expressões nele presentes. Deste modo reduz-se a vida desta área apenas à presença do Estado e do capital, deixando em segundo plano aquilo que faz de um centro histórico, de um dado espaço, um lugar específico: as pessoas. Nessa área, independentemente de ser significada pela imprensa e por especialistas como um lugar abandonado, a vida pulula, fervilha, ainda que majoritariamente ditada pelo horário comercial, mas não só. Outros usos são feitos para além do horário comercial, mas também não mais pelas classes média e alta, mas sim predominantemente pelas classes populares<sup>63</sup>. Estão presentes ali “novos usos, novas funções e novos territórios que passam a ser demarcados, em grande parte, por relações cotidianas nem sempre consideradas estética e funcionalmente desejáveis” (TRINDADE JÚNIOR, 2008, p. 147). Ao que parece, é exatamente contra essa situação que o projeto se revela como uma proposta alinhada aos processos de enobrecimento urbano ou *gentrification*.

---

<sup>61</sup> Confira Recorte 2.

<sup>62</sup> A volta do bonde no escopo do projeto Via dos Mercadores será analisada mais adiante, porém é interessante aqui enfatizar um dos muitos sentidos que a palavra “volta” produz: a volta do poder público municipal ao centro histórico em abandono, o que pode dizer respeito a uma ideia que identifica esse gesto como oposição às práticas neoliberais de minimização do Estado. Lembremos que o fortalecimento do aparelho estatal se constitui como um dos ingredientes dos governos democrático-populares, aos quais os dizeres tanto de Edmilson Rodrigues quanto de Cristovão Duarte se filiam.

<sup>63</sup> Como aponta o Recorte 4.

Portanto, não se trata de um vazio completo, mas sim de uma ausência específica: uma ausência de classe, ou da ausência de uma imagem de classe territorializada naquele lugar. Tal imperfeição, expressa por sua degradação, só poderia ser corrigida por medidas que resgatassem<sup>64</sup> a beleza de outrora – aquilo que um dia o centro de Belém já foi, ou que dizem ter sido.

Não é à toa, e isso me causou espanto, a espécie de síntese feita acerca dos problemas enfrentados pelo centro histórico (presente no Recorte 4) e que é constituída pelos ambulantes como parte do “processo de degradação ambiental” e da “descaracterização do conjunto arquitetônico e paisagístico”. A forma como se apresenta o texto, trazendo sequencialmente a descaracterização dos prédios e a presença de camelôs e suas barracas, promove esse efeito assustadoramente simplificador<sup>65</sup>.

Apesar de todas as ponderações acerca dos problemas estruturais como origem dos problemas sociais<sup>66</sup> e das consequências nefastas das políticas de *gentrification*<sup>67</sup>, apesar da presumível boa vontade e do espírito de justiça social, há algo que se impõe, que provoca deslizes e que torna visíveis as contradições. Acontece que, mesmo sendo uma administração popular, vinculada à esquerda, a concepção do projeto, do diagnóstico da situação atual até a realização de propostas, pautou-se pelo desejo de “aburguesamento” da área, pela possibilidade de retorno das camadas mais abastadas, agora para o consumo do lugar. Mesmo, em princípio, abrigado no seio de vozes progressistas, é interessante notar que o projeto Via dos Mercadores manejou ideias e práticas identificadas com uma posição conservadora. A despeito das orientações político-partidárias, apesar da precariedade de serviços públicos essenciais em Belém, apesar da política de inversão de prioridades que caracteriza as administrações petistas, apenas uma única forma de marcar a volta do poder público ao centro da cidade pareceu ser a

<sup>64</sup> “Resgate”: eis outro termo presente no vocabulário da revitalização!

<sup>65</sup> Mônica Zoppi-Fontana (2003) já havia observado esse processo de reificação que acaba por definir os camelôs como se fossem objetos que compõe o espaço urbano.

<sup>66</sup> Confira recortes 2 e 3.

<sup>67</sup> Do Recorte 4: “Não por acaso, as intervenções de restauro ou revitalização de áreas históricas, quando ocorrem, tendem a promover, como decorrência direta da valorização dos espaços requalificados, a chamada ‘expulsão branca’ de seus usuários tradicionais”.

mais adequada e legítima, o que aponta para os efeitos do trabalho ideológico, que naturaliza e dá um caráter universal a uma determinada interpretação. Eis sua filiação ao pensamento único sobre a cidade “que ronda as cidades em competição pelo financiamento escasso no sistema mundial” é, por essa razão, “compartilhado à revelia das preferências político-ideológicas” (ARANTES, 2012, p. 67-68), cujo compartilhamento diz mais sobre a interpretação como um necessário trabalho ideológico<sup>68</sup>.

De fato, como dizem por aí, de Marx a Madonna<sup>69</sup>: “The road to hell is paved with good intentions”...

### 3.2 Do diagnóstico à proposta, o jogo das temporalidades

No princípio criou Deus o céu e a terra.  
 E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas.  
 E disse Deus: Haja luz; e houve luz. (Gênesis, 1:1-3)

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.  
 (João, 1:1)

Segundo o livro do Gênesis, no início de tudo, havia o disforme, o vazio e as trevas. Em poucas palavras, se quisermos: no início era o caos. Frente a esse estado, Deus fez a luz e, a partir daí, criou o dia, a noite, a Terra e os mares, as plantas, os animais e o homem. Sacrilégios à parte, após a morte de Deus, verbo e luz atualizam-se como matéria de um novo deus: o urbanista. Com Deus, no início, o caos; com o urbanista, no início, a crise. E assim, imputando a si mesmo uma

<sup>68</sup> “Os fatos são sujeitos à interpretação e a língua na medida em que é suscetível ao equívoco, ao deslize, à falha, faz lugar para a interpretação. A ideologia não é um ‘defeito’ dos que não têm consciência, ela é uma necessidade da relação dos sujeitos com os sentidos, do mundo com a linguagem. Pelo mecanismo ideológico, aquilo que é constitutivo aparece como já-lá, como já-dito” (ORLANDI, 1998, p. 18).

<sup>69</sup> Conferir o livro I de *O capital*, em Marx (2008, p. 225), e a música “Four minutes”, de Madonna (2008).

missão quase divina de colocar ordem às coisas, o urbanista assume uma posição luminosa<sup>70</sup>: ao mesmo tempo em que faz ver, também faz não ver; ao mesmo tempo em que ilumina uma crise, fazendo que esta seja visível e enunciável (o verbo), o urbanista, em ato contínuo, ilumina, faz ver e enuncia uma saída do caos para a ordem (no caso, o ordenamento). O urbanista, portanto, ilumina as trevas com sua própria luz, fazendo ver e fazendo não ver, e com isso traz a vida, ou revitaliza<sup>71</sup> – em muitos casos, não para a vida eterna bíblica, mas sim para a eterna (até a próxima crise) vida do consumo.

Estabelecidas as bases do projeto Via dos Mercadores, justificado pelo discurso da crise do centro histórico de Belém, apresentarei agora uma análise sobre os termos de sua proposta. Desta forma, ao construir relações entre passado, presente e futuro da cidade de Belém, veremos um entrecruzamento de temporalidades no memorial, apontando para os usos do passado e nos modos em que imagens do passado, presente e futuro são utilizadas e os sentidos mobilizados para justificar o projeto.

Na segunda seção do memorial, intitulada “Antecedentes históricos da área de estudo”, Duarte faz um pequeno retrospecto do que comumente, nos campos do planejamento urbano e regional e do urbanismo, se denomina “evolução urbana”, onde a atenção está no crescimento urbano ao longo do tempo, ou seja, na constituição histórica da forma urbana. O texto começa discorrendo sobre o núcleo pioneiro da Cidade Velha (“os primeiros tempos”), a importância das igrejas e conventos na constituição espacial, a administração pombalina no século XVIII, o apogeu e o declínio do boom da borracha no fim do século XIX e início do XX, chegando aos anos 80-90 com a institucionalização da região metropolitana de Belém. Interessante é que, em alguns momentos específicos, o autor amplia seu olhar para questões de ordem política, e não só para as questões territoriais. É o

---

<sup>70</sup> Reconheço aqui a presença do inspirador livro *Foucault*, de Gilles Deleuze (2005), mais particularmente o capítulo “Os estratos ou formações históricas: o visível e o enunciável (saber)” (op. cit., p. 57-77).

<sup>71</sup> Inspirei-me em João, 8:12: “Falou-lhes, pois, Jesus outra vez, dizendo: Eu sou a luz do mundo; quem me segue não andará em trevas, mas terá a luz da vida”.

caso dos comentários acerca da Cabanagem<sup>72</sup> e sobre a assunção do Partido dos Trabalhadores à Prefeitura de Belém. Mas o que devo chamar a atenção é para o fato de que esse recurso à história de Belém busca criar, primeiro, um efeito de leitura única sobre o passado da cidade, bem como um efeito de contraste à situação “encontrada” através do diagnóstico realizado e um efeito de fundamentação à proposta a ser apresentada. A cidade de Belém é engradecida em seu passado, criando-se com isso a necessidade de fazer jus a uma vocação histórica e a uma promessa de cidade.

- (5) O século XVIII inaugura uma nova fase na vida da cidade. A aclamação de D. José I ao trono de Portugal em 1750 e a nomeação de seu primeiro-ministro e Secretário de Estado, o Marquês de Pombal trarão repercussões significativas sobre a vida da Colônia. **Para o governo do Grão-Pará, tornado independente do governo do Maranhão, Pombal designará seu próprio irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A escolha de Mendonça Furtado e a criação da Companhia Geral de Comércio, em 1755, revelam o grau de importância devotada à região na administração pombalina** (DUARTE, 2010. Destaques meus).
  - (6) O aumento crescente das exportações da borracha, na segunda metade do século XIX, produziu um período de significativa prosperidade econômica que se estenderia até 1920. O desenvolvimento das atividades comerciais estreitaram as relações de Belém com os países mais desenvolvidos (DUARTE, 2010).
  - (7) A partir da década de sessenta, com a abertura da rodovia Belém-Brasília inicia-se o chamado processo de integração nacional da região amazônica. Surgem os grandes projetos extrativistas da Amazônia, financiados pelo governo federal e grupos privados nacionais e multinacionais.
- Reafirma-se mais uma vez a vocação histórica de Belém como capital regional**, constituindo-se em sede das operações administrativas e financeiras dos empreendimentos em curso na região (DUARTE, 2010. Destaques meus).

---

<sup>72</sup> A Cabanagem foi uma revolta popular ocorrida entre os anos de 1835 e 1840 na antiga província do Grão-Pará. Durante o mandato de Edmilson Rodrigues, a imagem da Cabanagem foi (re)apropriada como referência ao seu governo à frente da Prefeitura de Belém (RICCI, 2007; BARBOSA, 2008). No caso do memorial do projeto Via dos Mercadores, a referência à Cabanagem aponta para a inscrição do sujeito em um dizer institucional, um dizer vinculado à Prefeitura de Belém. É interessante apontar que, assim como a gestão do prefeito Edmilson Rodrigues vinculou-se à imagem revolucionária da Cabanagem, posso sugerir que o Governo do Pará, nos mandatos de Almir Gabriel e de Simão Jatene, teceu associações, ainda que indiretas e não tão explícitas, com a imagem dourada da Belém da *belle époque*, como veremos mais à frente.

Configurada a evolução histórica da forma espacial de Belém, passamos pela terceira seção, “O diagnóstico da situação atual”, que trata sobre a crise do centro histórico, como vimos anteriormente, para então chegarmos à quarta e última sessão do memorial, que trata sobre a proposta.

É interessante notar, como introdução a essa terceira seção, que o autor reconhece que o imponderável cerca o destino daquilo que se projeta para a cidade. É assim que o real da cidade, que é da ordem do incontável, daquilo que sempre escapa a qualquer pretensão de ordenamento, se torna visível nas preocupações de um urbanista.

- (8) Reconhecer a real dimensão dos problemas colocados pelo fenômeno urbano contemporâneo implica, simultaneamente, no seu enfrentamento, ou seja, na construção de uma estratégia de transformação da realidade. Pensar a cidade significa também projetá-la. **Embora o diagnóstico acima apresentado indique a existência de uma crise de grandes proporções, nada do que possa vir a acontecer com a cidade está, de fato, pré-determinado.** Nesse sentido, o projeto de desenho urbano, desenvolvido para o eixo comercial “Via dos Mercadores”, pretende ser, mais do que uma contribuição ao debate iniciado pela Prefeitura Municipal sobre os destinos do Centro Histórico de Belém, um instrumento de ação concreta sobre a realidade que se quer transformar (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Ou seja, tudo está na indeterminação, tanto na falha daquilo que é previsto como resultado de uma proposta, como também na falha do que se diz acontecer. Nem o futuro apocalíptico de um lugar em alegada crise, nem o futuro brilhante de um lugar em harmonia pós-intervenção estão assegurados. Assim como um prognóstico falha, por ser uma previsão acerca de algo incontrolável, um diagnóstico também falha, na medida em que este representa um recorte e que é sempre uma aproximação do real. Há algo que sempre escapa.

Apesar disso, a enunciação do projeto se coloca como um dos efeitos da capacidade de sonhar e de transformar a realidade. O projeto, nesse sentido, é também utopia. O projeto representa o sonho de uma cidade feliz, de feli(z)cidade, e que apela para a transformação da realidade, embora se paute mais pela

manutenção da ordem vigente do que pelo seu questionamento, como venho mostrando.

Vemos que o projeto estabelecia como sua diretriz a “requalificação<sup>73</sup> urbanística” dessa área cujo objetivo seria o de recuperar o potencial turístico e econômico do centro histórico de Belém. Noto que o sentido dado à recuperação dessa área está menos ligado à volta a um estado ideal do passado e mais para a ideia de combate à sua degradação do ponto de vista econômico (onde o turismo se inclui). Portanto, é o econômico que baliza a intervenção, em que o centro histórico é assumido como uma mercadoria (ainda que por vezes de forma pouco visível), cujo valor potencial deve ser aumentado. Para a recuperação desse potencial do centro histórico, duas perspectivas ditas como “teóricas” são estabelecidas enquanto alicerce: a afirmação da identidade cultural da cidade e a aliança entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Esta última refere-se à assunção de que “o desenvolvimento econômico deve caminhar pari passu com o desenvolvimento social, como condição imprescindível para se alcançar os objetivos propostos” pelo projeto – entendimento vigente nos atuais projetos de revitalização urbana, dos quais o que está ora em análise faz parte. A outra perspectiva é a que diz respeito à identidade cultural da cidade<sup>74</sup> e que estaria expressa na configuração sócio-espacial historicamente instituída, o que já aponta para um específico gesto de leitura feito pelo sujeito sobre a realidade. Seria uma identidade territorial? Seria uma identidade estabelecida pelo discurso da crise urbana e no lugar de destaque historicamente prometido à cidade de Belém como importante capital brasileira e metrópole da Amazônia? Falar em identidade cultural de Belém, mesmo em termos de sua formação social e espacial, é tomar sua opacidade como transparência e sua polissemia como uma única voz. A identidade diz mais sobre os efeitos de múltiplos processos de identificação e sua unidade é imaginária. O que somos nós, os belenenses? Questão que permanece em aberto, posto que é filosófica.

---

<sup>73</sup> Sobre o termo “requalificação” vide a Seção 2.2 e o texto de Ermínia Maricato (2001).

<sup>74</sup> Sobre isso, Sánchez et al (2004), apontaram que, embora os atuais projetos urbanos reivindiquem sua singularidade, como o tal resgate de alguma coisa da história e da cultura, o que se observa é a mera reprodução de um modelo. Ainda que estes projetos enunciem-se como possibilidade de instaurar identidades e pertencimentos à cidade, o que se observa é que um número pequeno de cidadãos-consumidores podem se aproveitar dessas presumíveis benesses.

Mas vejamos agora como se deu a concepção arquitetônico-urbanística do projeto. Para o autor essa concepção representou um desafio na medida em que buscava compatibilizar passado e presente. Havia a necessidade de estabelecer “um diálogo respeitoso e permanente com o passado”, ainda que fosse também necessário “afirmar, dentro de uma linguagem contemporânea, as conquistas tecnológicas e científicas alcançadas pela humanidade”.

- (9) **Um desafio inicial se colocou para a concepção arquitetônica e urbanística do projeto. Trata-se da difícil compatibilização entre a multiplicidade estético-discursiva dos elementos históricos presentes na área e a linguagem contemporânea que deveria presidir e marcar o tempo da intervenção pretendida.** Um projeto de intervenção urbanística, como todo e qualquer produto do fazer humano, é um objeto datado. **Como testemunho de seu tempo, o projeto deve afirmar, através de uma linguagem contemporânea, as conquistas tecnológicas e científicas alcançadas pela humanidade.** Todavia, o tratamento de sítios históricos pressupõe que se estabeleça um diálogo respeitoso e permanente com o passado. As formas herdadas, que participam da formação da memória coletiva da cidade, devem constituir as referências primeiras da atividade projetual. É sempre sobre uma paisagem preexistente que se projeta e se constrói a nova cidade. O respeito pelo passado não deve, entretanto, ser confundido com o embotamento da capacidade de sonhar e desejar o futuro. E o futuro nunca será igual ao passado. Qualquer tentativa em contrário equivaleria a uma utopia regressiva, eivada de nostalgia e, portanto, fadada ao insucesso como nos comprova a própria História. Respeitar o passado significa, em primeiro lugar, conhecê-lo para, entre outras coisas, não correr o risco de repeti-lo. Daí a importância que assume a pesquisa histórica para um projeto desta natureza (DUARTE, 2010. Destaques meus).

É possível constatar no Recorte 9 a existência, no âmbito da concepção projetual, de uma relação tensa entre o passado e o presente. Como apontei no parágrafo anterior, se o arquiteto perseguia um diálogo com o passado, deveria fazê-lo com as devidas marcas do tempo presente, sendo tudo isso traduzido em termos estéticos predominantes no urbanismo contemporâneo. O passado como referência, mas o presente e o futuro como horizontes.

Mas qual passado serve de referência ao projeto? Trata-se do passado inscrito na pedra, nas “formas herdadas” e que apontam para a estreita relação entre memória e espaço. Como já afirmei antes, não se trata de qualquer passado, ou melhor, se trata de uma versão do passado, de uma memória espacializada.

É sobre esse passado como herança, como patrimônio no sentido daquilo que se herda, que o projeto se refere. Trata-se de algo a servir de inspiração: o passado como referência e com o devido respeito, mas não como negação do futuro, já que “o futuro nunca será igual ao passado”. Porém, se isso é mesmo crível, por que então recorrer a uma visão utilitarista que pressupõe a necessidade de conhecer o passado para “não correr o risco de repeti-lo”?

Cheio de inspiração e de aspirações, mas também prenhe de contradições. Talvez exatamente por dizer que “o futuro nunca será igual ao passado” e que o contrário disso “equivaleria a uma utopia regressiva” é que os sentidos impressos ao projeto apontam em outra direção. Ao contrário do que é dito, esse “respeito pelo passado” acabou por embotar a concepção do projeto naquilo que seria sua potencialidade transformadora – a “capacidade de sonhar e desejar o futuro”, sendo que este “futuro nunca será igual ao passado”.

Mesmo reconhecendo que o passado não se repete, que o contrário disso é ter uma atitude reacionária, o projeto é concebido pleno de nostalgia. Há uma negação ao nível consciente, racionalizada, mas cujos efeitos de sua inscrição resultam em seu inverso. Mais uma vez, como já mencionei antes, apesar das ponderações feitas pelo urbanista, algo se impõe.

Mesmo com todas as negações é nesta direção que o desejo se movimenta. Talvez por esse motivo entre outros, quase como uma profecia, porque eivado de nostalgia, porque o passado não se repete “como nos comprova a História”, é que o projeto tenha sido fadado ao fracasso<sup>75</sup>. Deixemos isso para depois. Saímos das diretrizes e chegamos às especificidades do projeto, cuja concepção é fortemente baseada nas imagens da Belém da *belle époque*.

(10) Da pesquisa empreendida sobre a história da forma urbana de Belém resultaram diversos indicadores para a concepção do presente projeto. **Deve-se, sobretudo, destacar a memória visual, baseada nos registros fotográficos da virada do século XIX e início do século XX.** Nesses numerosos documentos de época, Belém revela-

---

<sup>75</sup> Durante o desenvolvimento de minha pesquisa, voltei a Belém e pude constatar o progressivo abandono das obras propostas pelo projeto Via dos Mercadores.

se uma cidade vaidosa e excepcionalmente fotogênica. Parece inevitável, portanto, que o imaginário coletivo esteja fortemente referenciado nas fotografias da cidade apresentadas pelos álbuns produzidos no período da Belle Époque. A imagem de cidade que surge destas fotografias é a cidade eclética de inspiração parisiense, construída sobre uma cidade colonial portuguesa. O tratamento destinado aos espaços públicos é outra marca distintiva associada a este período. As ruas e as praças aparecem invariavelmente bem cuidadas, revelando o apreço pela vida urbana e o traço cosmopolita assumido pela cidade (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Embora seja apontada como resultado da pesquisa sobre a constituição histórica da forma urbana de Belém, cuja narrativa percorre desde a fundação da cidade no século XVII até fins dos anos 90 do século XX, é a memória da virada do século XIX para o século XX que dá o tom da intervenção proposta. É a “memória visual” desta época, eternizada em cartões-postais do início do século XX, que constitui um imaginário urbano<sup>76</sup> e que institui seu caráter de obviedade e naturalidade, silenciando assim uma escolha realizada, e não uma inevitabilidade.

As reproduções de cartões-postais<sup>77</sup> no escopo do projeto (vide figuras 24, 25 e 26), para além de um efeito ilustrativo, funcionam como marcos de concepção da proposta, em prol do desejável “diálogo amistoso com o passado”, onde o passado é cristalizado sob a forma da memória da *belle époque*. As imagens, portanto, funcionam naquilo que faz da memória um trabalho (BOSI, 1983; CHAUÍ, 1983), naquilo que torna a imagem um “operador de memória social” (PÊCHEUX, 1999).

<sup>76</sup> Do Recorte 10: “Belém revela-se uma cidade vaidosa e excepcionalmente fotogênica. (...) A imagem de cidade que surge destas fotografias é a cidade eclética de inspiração parisiense, construída sobre uma cidade colonial portuguesa”. Não é só Belém que se revela uma cidade vaidosa, mas sim todas as principais cidades brasileiras no início da República, através de praças, bulevares e monumentos como adereços. O avanço da técnica fotográfica e a circulação de vistas urbanas através de cartões-postais forjaram uma imagem do que deveria ser uma cidade civilizada, moderna, em oposição ao seu passado colonial (KNAUSS, 1999; SEVCENKO, 2001a; 2001b).

<sup>77</sup> Os cartões-postais reproduzidos no escopo do memorial do projeto Via dos Mercadores foram retirados, salvo engano, do álbum *Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões-postais*, publicado pelo Governo do Pará em 1996. Optei por reproduzir os cartões-postais conforme constam no referido memorial. Mais adiante farei uma reflexão sobre o álbum *Belém da saudade* em seu funcionamento como um atual e importante nó na rede de memória da *belle époque* paraense. Por ora, cabe chamar atenção para o fato de que, embora em posições político-ideológicas divergentes, tanto o governo municipal quanto o governo estadual bebem de uma mesma imagem do passado.

**Figura 24** – Rua Conselheiro João Alfredo, no início do século XX



Fonte: Duarte (2010).

**Figura 25** – Rua Conselheiro João Alfredo, no início do século XX



Fonte: Duarte (2010).

O efeito que tais postais promovem é o da imagem de um passado glorioso, de uma cidade que era “vaidosa e excepcionalmente fotogênica”, bem cuidada, de “apreço pela vida urbana” e de “ traço cosmopolita”. Certamente, uma imagem radicalmente oposta à imagem de uma cidade cujo centro histórico, como lugar de origem e coração da cidade, é significado como estando em uma crise sem precedentes.

**Figura 26** – Praça Visconde do Rio Branco, no início do século XX



**Fonte:** Duarte (2010).

As imagens – e aqui tomo o exemplo do uso dos cartões-postais em um projeto urbano –, em sua mediação com “o lá” e “o antes” e com “o aqui” e “o agora”, não são apenas a impressão estática do desejo, mas também a produção dinâmica do desejo. A força da imagem, penso, não está em um ou em outro movimento, e sim na conjunção tensa e criadora destes.

Essa volta ao/do passado, com base nos cartões-postais, se traduz ou se reflete na adoção da geometria da caixa das vias daquela época, em que havia a diferenciação entre o leito da via e o passeio, diferenciação esta feita através da elevação do meio-fio – cuja opção, diz o urbanista, foi resultado da análise do acervo fotográfico (filiado à *belle époque* paraense). Com isso, há uma recusa do nivelamento entre o leito da rua e o passeio, concepção implantada em várias cidades e presente na área de intervenção (Figura 27).

**Figura 27** – Grelhas de drenagem e o nivelamento entre rua e calçada existente na área



Fonte: Duarte (2010).

Podemos ver também nas figuras 24 e 25 (que representam a Rua Conselheiro João Alfredo no início do século XX e que é o eixo viário principal do projeto Via dos Mercadores) que começa a se impor um cenário no qual o bonde está integrado. É deste modo, sob esta indicação, que a proposta feita por Cristovão Duarte contemplará, ainda que de forma preliminar, a implantação de uma linha de bonde elétrico na área do projeto.

A referência ao passado cede lugar, porém, a uma linguagem mais contemporânea na proposição de outras medidas que acompanham uma política de priorização do pedestre, como rampas, travessias de pedestres niveladas com os passeios, ampliação dos passeios onde a largura da caixa da via permitisse e o estreitamento do leito carroçável do eixo viário como restrição do tráfego de veículos<sup>78</sup>. O mesmo pode ser dito quanto à concepção do novo imobiliário urbano – representado por bancos, floreiras, lixeiras, postes de iluminação e pelos equipamentos destinados ao comércio informal (figuras 28 a 31), a ser implantado onde fosse possível a ampliação do passeio. Nota-se aí, nesse aspecto

<sup>78</sup> Medidas de engenharia que funcionam como moderadoras de tráfego ou de *traffic calming*.

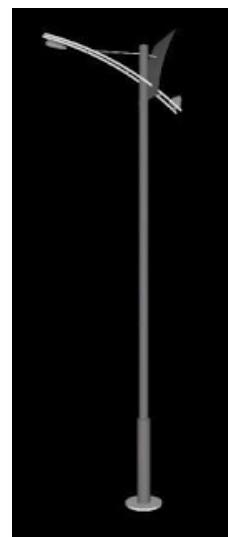
arquitetônico-urbanístico, a marca que aponta para a tensão entre passado e presente no escopo do projeto. Aliás, penso mesmo que há uma tensão entre passado, presente e futuro, com seus respectivos dizeres e memórias. O futuro, ou melhor, uma memória do futuro parece se apresentar na estética do mobiliário urbano e seu arrojado design.

**Figura 28** – Modelo de banco proposto



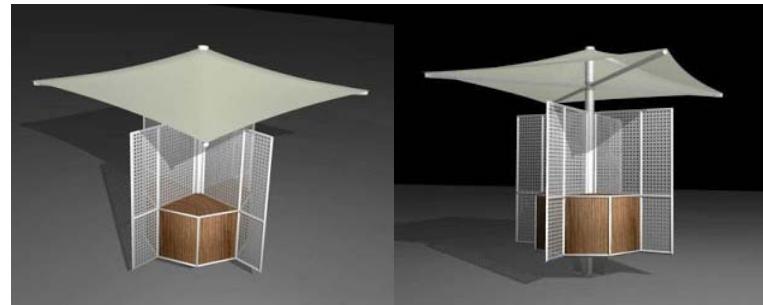
**Fonte:** Duarte (2010).

**Figura 29** – Equipamento de iluminação proposto



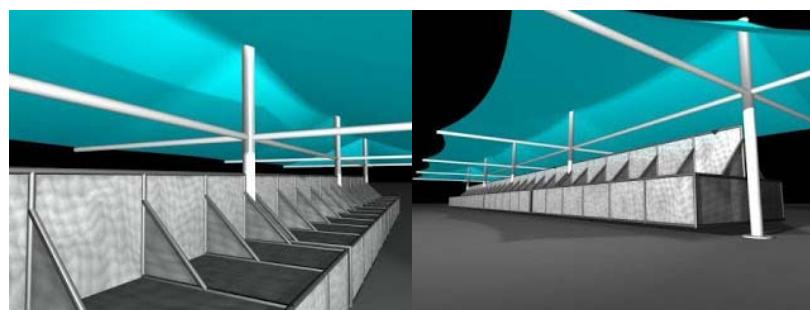
**Fonte:** Duarte (2010).

**Figura 30** – Equipamento proposto para o comércio informal



**Fonte:** Duarte (2010).

**Figura 31** – Lona coletiva como equipamento proposto para o comércio informal



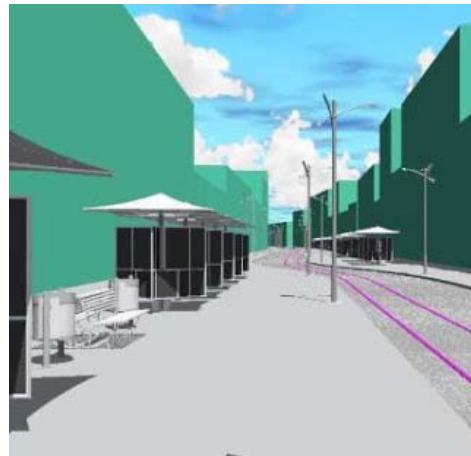
**Fonte:** Duarte (2010).

**Figura 32** – Vista aérea da proposta



**Fonte:** Duarte (2010).

**Figura 33 – Vista do eixo projetado**



**Fonte:** Duarte (2010).

Do mobiliário urbano proposto chama atenção o destaque dado aos equipamentos destinados ao comércio informal, de certo equivalente proporcional à importância de sua presença como um problema a ser solucionado. Lembremos que os ambulantes, além de representarem um incômodo aos lojistas (comércio formal), engrossavam o rol de itens que significavam a degradação ambiental da área de intervenção do projeto e, ainda mais, constituíam um ponto delicado para uma administração municipal vinculada ao Partido dos Trabalhadores.

- (11) **Assumindo, portanto, que a solução buscada pelo Projeto não poderia, sob nenhum pretexto, ignorar a presença dos vendedores ambulantes**, procurou-se, através dos critérios de desenho urbano adotados, redefinir e reavivar as fronteiras entre o espaço público e o espaço privado. Trata-se, sem dúvida de uma proposta inovadora e corajosa, cujos méritos devem ser compartilhados com o Prefeito e arquiteto Edmílson Rodrigues e o Coordenador de Projetos Especiais, arquiteto José Rayol, pelas contribuições decisivas formuladas na fase de concepção do projeto (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Não é à toa que este equipamento foi objeto de comentários mais detidos e de maior diferenciação (se comparado ao único modelo de banco ou de poste de

iluminação apresentado), com duas formas de aplicação conforme cada situação em que os ambulantes se encontravam<sup>79</sup>. Nota-se, então, a partir dos equipamentos propostos, que há uma tentativa de ordenar a presença do camelô, apelando para sua normatização. Ao ambulante interessa o fluxo, a passagem, a circulação<sup>80</sup>, a improvisação, a multiplicação, porém o urbanista impõe-lhe a rigidez, o sedentarismo, a rarefação. A única movência que lhe permite o urbanista é o remanejamento – um estado transitório, limitado no tempo e no espaço, rumo à fixação.

- (12) **O equipamento destinado a abrigar os camelôs existentes na área (e cadastrados pela Prefeitura) compõe-se de um elemento fixo**, em estrutura metálica e cobertura de lona tensionada, desenhado segundo a mesma linguagem arquitetônica do mobiliário urbano projetado. Cada um desses elementos comporta quatro postos de venda, dotados de balcão-tabuleiro, painel em telado metálico para exposição de mercadorias e armário com chave para a guarda de utensílios.

**A opção preconizada neste projeto consistiu na manutenção dos postos de venda fixos ao longo dos passeios, ordenados de maneira a não obstacularizar a circulação dos pedestres, nem tampouco o acesso aos estabelecimentos comerciais existentes.** Evitou-se, deste modo, a solução convencional, já adotada por outras cidades brasileiras, de superconcentração do comércio informal em áreas localizadas à margem das vias de circulação, com a criação dos chamados “camelódromos”.

A localização em fila indiana destes equipamentos obedeceu a um critério rigoroso de espaçoamento, garantindo, entre eles, intervalos com área livre suficiente para que as pessoas possam cruzar o passeio. Da mesma forma, o afastamento adotado entre os postos de venda dos camelôs e a fachadas das lojas visou assegurar a livre circulação dos passantes. **A observação dos critérios de desenho urbano acima mencionados condicionou a implantação dos postos de venda somente nos trechos onde foi possível um significativo alargamento dos passeios**, ou seja, junto aos quarteirões das avenidas Portugal e Presidente Vargas (DUARTE, 2010. Destaques meus).

---

<sup>79</sup> Duas proposições podem ser observadas no memorial do projeto: uma feita para os ambulantes presentes na Rua Conselheiro João Alfredo (vide Recorte 12 e Figura 30) e outra para os ambulantes presentes na Praça Visconde do Rio Branco (vide Recorte 13 e Figura 31).

<sup>80</sup> Em algumas ocasiões em que participei das reuniões de planejamento da Prefeitura de Belém, ouvi técnicos da SEURB e SECON falarem sobre o interesse dos ambulantes por locais de passagem, de grande circulação, onde seus clientes comprariam suas mercadorias por impulso e pela oportunidade. Isso está presente no Recorte 13, que trata sobre a opção proposta para os ambulantes da Praça Visconde do Rio Branco: “Essa solução, além de **assegurar a permanência dos camelôs junto ao fluxo do eixo comercial João Alfredo-Santo Antônio (...)**” (DUARTE, 2010. Destaque meu).

(13) Outra questão considerada pelo projeto foi a imperiosa necessidade de remanejar o comércio informal localizado na cabeceira da Praça Visconde de Rio Branco (Largo das Mercês). A presença dos vendedores ambulantes nesta área data de mais de uma década, consistindo atualmente em 100 postos de venda cadastrados pela Prefeitura. **Ao longo do tempo consolidou-se uma espécie de “mini-shopping” informal e linear, coberto com telhas de alumínio e plástico, originando verdadeiras “ruas internas”, como mostram as fotografias. Essas “ruas”, cobertas e estreitas, dada a precariedade das instalações, apresentam reduzidos índices de conforto térmico e ambiental. Fazia-se necessário, portanto, intervir para a melhoria da situação existente.**

A proposta desenvolvida visou atender não apenas os vendedores ambulantes, mas, também, reduzir o impacto daquela instalação sobre o conjunto do Largo das Mercês. Esse conjunto de excepcional valor arquitetônico e paisagístico é formado pela Igreja e o Convento das Mercês, pela Praça Visconde do Rio Branco e o casario circundante. **As barracas dos camelôs, tal como se encontram dispostas, formam uma barreira visual, impedindo a contemplação do referido conjunto.** Localizado exatamente no ponto central do eixo João Alfredo-Santo Antônio, o Largo das Mercês representa um ponto privilegiado para a desaceleração do movimento agitado, característico dos centros comerciais. A beleza do conjunto e o acolhimento da Praça deveriam, portanto, proporcionar aos seus usuários um refúgio, uma pausa no caminhar, um descanso para o corpo e o espírito.

Dessa forma, propõe-se o remanejamento dos camelôs para a face lateral da Praça constituída pela Trav. Barão do Rio Branco, entre as ruas Santo Antônio e Gaspar Viana. **Para este local foram projetados dois segmentos lineares de estrutura metálica coberta com lona tensionada, integrada à linguagem do mobiliário urbano projetado, de modo a abrigar em condições satisfatórias a totalidade dos postos de venda existentes na área. Essa solução, além de assegurar a permanência dos camelôs junto ao fluxo do eixo comercial João Alfredo-Santo Antônio e eliminar o atropelo e o desconforto gerado pelas “ruas internas”, permitirá o desimpedimento da visada e fruição do conjunto do Largo das Mercês, reconduzido, assim, à condição de protagonista da cena urbana (DUARTE, 2010. Destaques meus).**

Do Recorte 13 quero destacar a vinculação do comércio informal às questões da degradação ambiental e do patrimônio histórico, já citadas anteriormente. A precariedade das instalações constitui um incômodo para o urbanista. Aliás, vale a pena dizer, o comércio informal é uma pedra no sapato do urbanismo contemporâneo, tendo em vista que revela ferozmente o incontável da cidade, aquilo que falha e escapa ao ordenamento. A presença dos ambulantes no Largo das Mercês (formado pela Igreja das Mercês e seu Convento, pela Praça Visconde do Rio Branco e pelo casario ao redor), além de um elemento de degradação

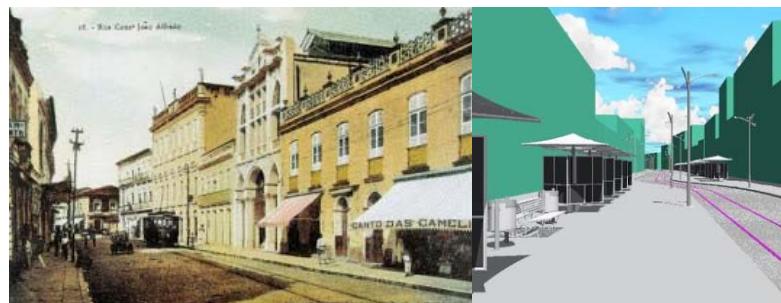
ambiental, é também um problema para o patrimônio histórico, no que diz respeito especialmente à sua fruição. Os camelôs, nessa área, “formam uma barreira visual, impedindo a contemplação do referido conjunto”. Em oposição à “beleza do conjunto e o acolhimento da Praça”, os quais deveriam “proporcionar aos seus usuários um refúgio, uma pausa no caminhar, um descanso para o corpo e o espírito”, temos os ambulantes. Em sua posição luminosa, o urbanista propõe o remanejamento do comércio informal e para o antigo conjunto arquitetônico diz: “Haja luz!”. Com isso, ele pretende tornar mais visível esta edificação, fazendo-a assumir (ou reconduzindo, como diz) a “condição de protagonista da vida urbana” e, num movimento contrário, porém não inesperado, embora não invisibilize-a, faz esfumaçar a presença do camelô, reduzindo-a ao papel de coadjuvante do acontecimento urbano.

Há, portanto, uma tentativa de administrar os sentidos, um modo de promover um dado gesto de leitura e um específico efeito de sentido, já que, sob essa visada, o centro urbano pode ser lido mais enfaticamente como um “centro histórico”, e menos como um centro histórico e comercial. Em certa medida, ofusca-se ao mesmo tempo em que se dá visibilidade ao aspecto comercial do centro urbano de Belém. O que é centro histórico e comercial passar a ser o centro histórico (comercial), onde há uma presença, digamos, rasurada, ou pelo menos, vista como um apêndice (ou entre parênteses). O centro de Belém deve ser interpretado como um lugar com história, um lugar prenhe de história sim, mas acima de tudo um lugar preso na história, um lugar que é presa da história, um lugar cujas presas podem nos capturar e nos dilacerar; um lugar, sem mais delongas, onde a história é encenada. Daí a necessidade (no âmbito urbanístico) de obliterar o seu devir à diferença e de rumar em direção à representação, em direção à semelhança, em direção ao mesmo.

Um bom exemplo do que acabo de dizer pode ser tomado a partir do efeito promovido pela comparação da Figura 24 com a Figura 33. Pouparei o leitor da tarefa de voltar páginas e, para isso, fiz a junção das duas figuras citadas em uma única figura (Figura 34). Poderemos ver, então, o rebatimento de uma imagem na

outra. São ecos de uma imagem na outra<sup>81</sup>. É a presença de uma imagem na outra. Vemos a repetição de uma forma de ver e retratar a cidade e suas vistas em determinados ângulos e perspectivas. Vemos a materialização de uma escolha projetual que busca referenciar o presente (no caso, o futuro, já que se trata de um projeto) no passado, ou melhor, numa determinada imagem do passado: lá os trilhos do antigo bonde, aqui as linhas em violeta assinalam a volta do bonde; lá as lonas que protegiam as fachadas das antigas lojas de comércio, aqui as lonas dos postos de venda dos ambulantes (quiçá isso incentivasse a recuperação das fachadas e instalação das lonas, como antigamente, por parte dos lojistas); lá, mas também aqui, imagens de ordem (ordenamento) e de rarefação da presença do homem.

**Figura 34** – Comparativo entre as figuras 24 e 33



Quero voltar aos cartões-postais presentes no texto do projeto. Tais postais, por sua citação específica, devido à escolha feita pelo autor do texto, podem ser tomados como exemplo de referência projetual. É o caso dos cartões-postais reproduzidos nas figuras 24 (que compõe o texto acerca dos antecedentes históricos da área de estudo), 25 e 26 (que compõem texto da seção referente à proposta de desenho urbano). Tomadas em seu conjunto, as fotografias são interpretadas como registros de Belém na virada do século XIX para o século XX, onde surgiria “a cidade eclética de inspiração parisiense, construída sobre uma cidade colonial portuguesa”, com ruas e praças “invariavelmente bem cuidadas, revelando assim o apreço pela vida urbana e o traço cosmopolita assumido pela cidade”. Aparece aí

<sup>81</sup> Tratarei desta ideia mais adiante, no Capítulo 4 e posteriores.

uma generalização da vida urbana, desprovida das diferenças de classe e de lugares, eu diria, pouco “luminosos” da cidade.

A Figura 24, que retrata a Rua Conselheiro João Alfredo no início do século XX, constitui uma integração exemplar entre o que se enuncia e o que se vê: Belém se mostra e é mostrada como uma cidade bem cuidada, harmoniosa e ordeira – um exemplo de “ordem urbana”. O mesmo pode ser dito acerca do cartão-postal que retrata a Praça Visconde do Rio Branco no início do século, apresentado na Figura 27. Acontece que se confrontarmos as figuras 24 e 25 (ambas utilizadas como exemplo de “indicadores” para a concepção do projeto) observaremos uma diferença importante: na Figura 25 parece haver uma certa negação entre o que se diz ser e o que parece ser. A Rua Conselheiro João Alfredo que ali aparece se mostra como um lugar de fluxos cruzados e confusos, um lugar de multidão (algumas pessoas sentadas na rua, conversando, cruzando a rua, outras paradas) se comparada à raridade humana presente nas figuras 24 e 26. Certamente, uma situação pouco condizente com o glamour de uma cidade de inspiração parisiense, mas que parece opaca à leitura do sujeito. Comparece aí, deste modo, a ideia de que nenhuma leitura é neutra, independente de filtros.

Retomando: por meio dessa escolha projetual, e que parte de uma versão idealizada do urbano, o centro histórico de Belém deve surgir como um lugar de paz, agradável, ausente de conflito – nada terreno, todo paradisíaco. Trata-se de acreditar que com essa opção por uma pretensa repetição do passado, como a verdade da cidade, pudéssemos caminhar a esse estado ideal, talvez a um futuro que repetisse o passado. É como se a materialidade da cidade, via desenho urbano, pudesse influenciar os modos de vida.

Trata-se de uma pedagogização da vida urbana, uma pedagogização da cidade, uma pedagogia urbana ou até mesmo uma espécie de ortopedia urbana. Nesse aspecto, os gestos de leitura promovidos pelo projeto Via dos Mercadores (seja em sua materialidade projetual, num nível que precederia sua implantação, seja em sua futura materialidade urbana, pós-implantação) impõem (seja ao leitor,

seja ao passante) uma ordem simbólica ali materializada<sup>82</sup> e que funciona dizendo quem o sujeito é (seja pela leitura do projeto, seja pela leitura no momento de sua passagem), graças à interpelação do indivíduo por parte dos enunciados que estruturam o discurso do projeto: o da *belle époque* paraense, o do cidadão civilizado e ordeiro. O projeto se propõe a intervir em uma parte de centro histórico de Belém, fazendo com que essa área funcione como um objeto a ser lido e assim interpele o indivíduo numa dada posição-sujeito mediante o apelo a certo gesto de leitura. Sendo o centro histórico de uma cidade um lugar proliferado de memórias e que também prolifera memórias, há um esforço de contenção e de imposição de uma direção de sentidos. Como bem nos lembra Eni Orlandi (2004), o espaço urbano e sua conformação é parte importante dos processos de significação.

Na vida urbana, agora tomada como “cena urbana” (diria até, como encenação), o patrimônio material é protagonista, enquanto que ao homem cabe ser seu antagonista, aquilo que é ofuscado e anônimo<sup>83</sup>. Isso adquire maior violência se pensarmos naqueles que estão fora da norma, à margem, na beira, como resto ou, no que diz respeito aqui, se pensarmos naqueles que estão à margem do comércio e/ou do trabalho formal. Tal fato, o de supor um protagonismo da pedra e um antagonismo da carne, nos mostra a contradição que permeia os discursos de revitalização dos centros urbanos: a vida está na pedra, não na carne. Aliás, como já mostrei, os sentidos de revitalização só estão atrelados à riqueza da experiência humana naquilo que podem representar um sopro renovado ao consumo e à espetacularização das cidades.

Para finalizar esta seção, gostaria de retomar a questão da falha, da impossibilidade, da presença do real como o incontível e o indeterminável, como algo que permeia o dizer projetual do urbanista. Esse ponto assume uma nebulosidade que se impõe no horizonte da utopia, obscurecendo-o. O imponderável assume sua feição fantasmagórica, e como um fantasma passa a rondar temerosamente o desejo de organização urbana, nunca satisfeito e sempre renovado. É o que aponta, por exemplo, o Recorte 14 que traz um dos trechos finais

<sup>82</sup> Argumentação inspirada no instigante artigo “Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade”, de Pedro de Souza (2001).

<sup>83</sup> Exceção pode ser feita a um tipo de sujeito antagonista representado pelo turista.

da seção destinada à proposta de desenho urbano no corpo do texto do memorial, cuja regularidade no dizer já vimos antes:

- (14) Essas são as propostas centrais desenvolvidas pelo presente Projeto. Sua justificativa e fundamentação, tal como se pretendeu demonstrar neste Memorial, encontram-se ancoradas, simultaneamente, na teoria e na prática. **Todavia, não obstante o empenho de todos os envolvidos em sua elaboração, e as expectativas criadas pelas propostas desenvolvidas, o presente Projeto de Desenho Urbano é apenas um instrumento de ação a serviço da administração municipal, responsável pela sua implementação.** Uma vez implementado, o esperado sucesso das propostas aqui desenvolvidas já não poderão ser consideradas mérito exclusivo deste instrumento, mas deverão ser creditados às formas de apropriação e de gestão do urbano por parte dos atores envolvidos neste processo que envolve tempos de longa duração.

Nesse sentido, pretendeu-se oferecer à administração municipal um instrumento ágil e ajustado à realidade sobre a qual se pretende intervir. Sua concepção viária e urbanística, baseada na tradicional separação entre a circulação de veículos e pedestres, assegura a flexibilidade necessária ao tipo de intervenção pretendida, abrindo um leque de possibilidades para a gestão do espaço urbano pelo poder público. Dessa forma, ainda que privilegiando a circulação não-motorizada, a nova geometria viária permitirá, de acordo com os critérios a serem estabelecidos para a área, que o tráfego local de veículos possa ser liberado com restrições, em determinados horários considerados compatíveis com os usos pretendidos. Seria este o caso, por exemplo, da utilização da área durante o chamado terceiro turno, após o encerramento do horário comercial, com atividades culturais e de lazer noturno, criando novos postos de trabalho, dinamizando a economia local e **trazendo de volta para o centro aquela parcela da população que deixou de frequentar as ruas do Centro Histórico** (DUARTE, 2010. Destaques meus).

Retomando, mais uma vez, há algo que sempre escapa. A cidade falha. A cidade fala na falha (BARBOSA FILHO, 2012).

### 3.3 A volta do bonde

Além da proposta de desenho urbano, apresentada na seção anterior, o projeto Via dos Mercadores citava quatro grandes ações, apontadas como

estratégicas para a consecução do objetivo proposto e que já se encontravam em desenvolvimento pela Prefeitura de Belém, a saber:

- a recuperação de fachadas das lojas comerciais, como contrapartida dos lojistas diretamente beneficiados;
- a nova iluminação pública e o projeto de substituição da rede elétrica aérea por rede subterrânea;
- o programa de revitalização do uso residencial sob responsabilidade da Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel);
- a implantação de uma linha circular de bonde elétrico.

Observamos acima que a implantação da linha de bonde foi apontada como uma das ações estratégicas constantes desse projeto. O que me interessa aqui e agora é fazer referência à materialização de um enunciado específico.

É no documento de apresentação do projeto Via dos Mercadores que encontrei a implantação da linha de bonde sendo enunciada como uma “volta”. A volta do bonde como um acontecimento na ordem do discurso já dava sinais de sua emergência, encontrando um caminho de materialização no memorial produzido por Cristovão Duarte para a Meia Dois Nove Arquitetura e Consultoria.

No memorial do projeto Via dos Mercadores o bonde é significado como uma referência ao/do passado. O exemplo a ser seguido, explicitamente, é o da experiência dos bondes de Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Constrói-se, por meio do verbal (Recorte 15) e do não verbal (figuras 35 e 36), uma semelhança entre o presente (até então) das ruas de Santa Teresa e o passado das ruas de Belém, silenciando as diferenças de cada caso<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> Entre os anos 40 e 50 a maioria das cidades brasileiras extinguiu os serviços de bondes elétricos em função de sua obsolescência, da falta de investimentos e da consolidação do serviço de ônibus. Em Belém, o bonde elétrico foi oficialmente desativado em 1947 (STIEL, 1984). No Rio de Janeiro, em Santa Teresa, apesar da precariedade do serviço, o bonde elétrico resistiu, tendo se transformado em objeto cultural e símbolo do bairro (PINHO, 2011) – resistiu pelo menos até 2011, ano em que o serviço foi suspenso em função de um grave acidente.

- (15) Finalmente, a quarta ação estratégica refere-se aos contatos encaminhados para o estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Belém e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a implantação de uma linha circular de bondes elétricos no Centro Histórico de Belém. Este Acordo de Cooperação Técnica permitirá a transferência de tecnologia utilizada pelo Sistema de Bondes, ainda em pleno funcionamento, no bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro. **Os famosos bondinhos de Santa Teresa**, operados pela Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística - CENTRAL, e tombados como patrimônio cultural pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural - INEPAC, **conservam as mesmas características tecnológicas e de desenho industrial dos bondes elétricos que circularam pelas ruas de Belém entre o final do século XIX e o início do século XX**. Trata-se de um meio de transporte de baixo custo operacional, capaz de atender satisfatoriamente, ainda hoje, à demanda dos fluxos verificados na área de intervenção (DUARTE, 2010. Destaques meus).

E essa comparação entre Rio de Janeiro e aquilo que poderia ser (novamente) Belém com a volta do bonde, arrisco-me a dizer, faz eco ao desejo de (re)colocar a cidade no rol das mais importantes do Brasil<sup>85</sup>. Além disso, qualquer comparação com a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital federal e metonímia do Brasil, só faria alegrar a (também) vaidosa cidade de Belém. O bondinho de Santa Teresa é, pois, uma das inspirações para a volta do bonde a Belém. Um detalhe: o diminutivo “bondinho”, de uso já consagrado no caso dos veículos de Santa Teresa e que parece indicar um apego emocional a eles, ainda não aparece (no escopo do memorial do projeto Via dos Mercadores) vinculado à designação do futuro bonde de Belém. Tal fenômeno, o da nomeação do futuro bonde de Belém como “bondinho”, só começará a ser observado um pouco mais tarde, quando iniciam as obras para sua implantação. Veremos isso mais à frente.

---

<sup>85</sup> Vide comentários realizados na seção 3.1, em específico sobre o Recorte 2.

**Figura 35** – Bondinho de Santa Teresa, Rio de Janeiro



Fonte: Duarte (2010).

**Figura 36** – Avenida 16 de Novembro, Belém



Fonte: Duarte (2010).

Voltando à referência ao passado, em momento algum há menção à tecnologia do veículo leve sobre trilhos (o VLT), ou bonde moderno, cuja presença já era bem conhecida no exterior, em especial pela incorporação deste elemento tecnológico nos discursos de mobilidade urbana sustentável e de revitalização urbana, sendo mais tarde objeto de algumas propostas no Brasil, em meados dos anos 90<sup>86</sup>. Impõe-se, portanto, no caso de Belém, uma forma singular de conceber, de ver e de dizer sobre o bonde. Trata-se de uma forma que não é natural e nem evidente, mas cuja naturalidade e evidência é construída no/pelo discurso. Como

<sup>86</sup> Conferir o capítulo 1 desta tese, onde abordo, em linhas gerais, algumas iniciativas francesas de implantação do VLT e algumas proposições feitas para cidades brasileiras.

efeito, emerge uma única e possível forma de dizer sobre a implantação do bonde na cidade de Belém: a que se entrelaça com a história e a memória. Não um capítulo qualquer de nossa história, muito menos uma fração qualquer da memória social, mas sim aquele entrelaçamento tecido com recortes que sejam significados como dignos, como dignos de serem compreendidos como o **nosso passado** – para usar uma expressão recente: um passado que nos represente<sup>87</sup>!

Essa volta do bonde, com feições históricas e como arremedo do passado, também se impõe como evidente não porque seja compatível com o “conteúdo” histórico do centro de Belém e cuja explicação poderia ser assim exemplificada: “Faremos uma intervenção no centro histórico, e sendo este histórico, o que introduzirmos ali deverá ter um componente que remeta à história deste lugar”... Uma explicação inteligível, bem racional e racionalizadora, mas que não dá conta das disputas de significação sobre o centro da cidade e muito menos sobre as formas históricas de ser sujeito na cidade<sup>88</sup>.

Ou seja, no âmbito do projeto de revitalização do centro histórico de Belém, o espaço a ser preenchido quando se fala sobre o bonde é/deve ser ocupado pelo antigo bonde. E isso não seria evidente ou natural porque se trata do centro histórico de uma cidade, como antes mencionei, já que vários centros urbanos fizeram sua escolha pela tecnologia do VLT. Penso que se trata, afinal, de assegurar a designação do centro da cidade de Belém como um lugar histórico, com vistas a canalizar o movimento dos sentidos numa única direção. Nessa estratégia, o bonde passa a ser mais um elemento, ainda que muito importante, de fixação de sentidos. Nesse conjunto de forças que ali são propostas a atuar, apenas uma memória é tida

---

<sup>87</sup> Brinco aqui com o enunciado “Não me representa” que surgiu como oposição à eleição do deputado federal Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em 2013. De fato, esta tese é herdeira de seu tempo.

<sup>88</sup> Por enquanto, deixo essa ideia como indicação, e que será desenvolvida mais adiante. Fecho mais esse parêntese que nem sequer havia percebido que estava aberto. E nem foi uma tática pensada para aguçar a curiosidade do leitor.

como fundamental, como digna de ser perpetuada. Salvaguarda-se uma memória, outras memórias são silenciadas<sup>89</sup>.

Então, vemos que o bonde é significado em sua relação com a história urbana. É por isso que o enunciado que se formula é aquele que se referencia à volta do bonde.

Que sentidos estão sendo manejados a essa volta? Uma primeira forma de significar essa volta diz respeito ao caráter emblemático que esse acontecimento assumiria (vide Recorte 16). É emblemático na medida em que a volta do bonde se constituiria como um símbolo, como um elemento representativo e que demarcaria não apenas o início, mas sim a consolidação de “um novo tempo na história daquela parte da cidade”. Chama a atenção o esforço em sinalizar o aparecimento de algo novo na cidade, cuja novidade, penso eu, diz mais sobre a necessidade de marcar os feitos de uma administração petista frente à Prefeitura de Belém, como o início de uma nova era, cujos sinais e tempo deveriam continuar. Lembremos que em 2002, em certa medida, já se avizinhava uma nova eleição municipal, e que não poderia mais ser disputada pelo já reeleito Edmilson Rodrigues. Os seus feitos, portanto, deveriam ecoar e criar um cenário favorável ao seu sucessor.

- (16) No caso de Belém, a volta do bonde às ruas do Centro Histórico, assume um caráter emblemático, consolidando um novo tempo na história daquela parte da cidade. Os trilhos ainda existentes, não apenas no eixo principal da Via dos Mercadores mas em muitas outras ruas do centro, encontram-se em bom estado de conservação, como que à espera da retomada de seu uso original. Este fato, por si só, já justificaria o acerto de tal iniciativa. Mas, a estratégia implícita nesta ação vai muito além disso. Ela representa a possibilidade de criação de uma nova atratividade turística e cultural para a área de intervenção. Uma vez em funcionamento, o bonde será um vetor de dinamização das atividades presentes na área, tornando irreversível o processo de revitalização urbanística do Centro Histórico de Belém (DUARTE, 2010).

É curiosa essa referência ao novo, a um “novo tempo” que é referenciado no passado. Curioso e contraditório se considerarmos que, em termos de filiação, as

---

<sup>89</sup> Mais à frente, em um capítulo específico, discutirei a existência de outras memórias sobre a cidade de Belém e as formas presentes de silenciamento destas em favor de uma memória dominante.

forças progressistas deveriam apontar para o futuro – um futuro comunista, e não para um passado aburguesado. Isto nos dá indicações, como discuti anteriormente, no início deste capítulo, sobre o compartilhamento de um determinado saber que se impõe sobre a cidade e que independe de colorações político-partidárias.

A volta do bonde é também significada na tensão entre a espera e a expectativa. A cidade, ao longo de décadas, estaria em estado de espera, no aguardo de um tempo que agora promete chegar (ou voltar). A cidade é até materializada nas peças da infraestrutura do bonde. Os trilhos do bonde são humanizados<sup>90</sup> (vide Recorte 16). É como se nos trilhos, miraculosamente e por força de uma vontade que espera ansiosamente, estivesse contido esse desejo da volta, como por transferência: “Os trilhos ainda existentes (...) encontram-se em bom estado de conservação, como que à espera da retomada de seu uso original”. Os trilhos pareciam, diz o urbanista, estar à espera de seu uso (ou reuso), e mais ainda, “de seu uso original” – qual seja o uso do veículo para deslocamento regular, como é (era) o caso de Santa Teresa, e não para usufruto exclusivamente turístico, como o exemplo de Santos. Mas a que espera os trilhos se colocam? A que espera o sujeito enuncia, atribuindo-a aos trilhos e deslocando-a de si, como se com isso pudesse silenciar a si mesmo, deixando-se invisível? Afinal, que sujeito é esse que espera? O quê esse sujeito espera? O quê se espera desse sujeito?

Tamanha expectativa é enunciada em termos racionais, sendo justificada pelo interesse na dinamização das atividades presentes e potenciais do centro histórico de Belém. À volta do bonde é atribuída quase uma força sobrenatural: “o bonde será um vetor de dinamização das atividades presentes na área, tornando irreversível o processo de revitalização urbanística do Centro Histórico de Belém”. Porém, e sobre isso venho sendo repetitivo, me parece que tal expectativa diz algo a mais, algo que parece estar entre o silêncio e o ruído, e que ao ser racionalizada diz mais sobre aquilo que é a matéria sobre a qual se opera a racionalização. Por certas vezes, a saudade do bonde dos velhos tempos, do lirismo do passado, está presente, porém minimizada; e, no fim das contas, não se trata de um simplório sentimento. A

---

<sup>90</sup> Humanização que também pode ser observada mais adiante, com o aparecimento de nomeações no diminutivo “bondinho”, “bondinho de Belém”, e que guardam relação, entre outras, com a designação do “bondinho de Santa Teresa”.

saudade tem mais força do que o sujeito se dá conta. A saudade, ou o dizer sobre a saudade<sup>91</sup>, enuncia mais sonhos do que ousa pensar e racionalizar esse sujeito.

Por fim, outra forma de significação encontrada no documento em análise comparece em meio aos, digamos, aspectos técnicos da proposta. É o que nos aponta o Recorte 17.

- (17) Com relação aos centros históricos, as principais vantagens do sistema de bondes elétricos consistem no uso de energia não poluente, na baixa velocidade dos deslocamentos, permitindo aos usuários uma maior interação, durante o trajeto, com o entorno e na possibilidade de restringir o volume do tráfego de carros e ônibus junto aos monumentos e conjuntos históricos ou paisagísticos. Considerados como uma marca registrada de inúmeras cidades históricas pelo mundo afora, os bondes elétricos voltam a ser cogitados como uma alternativa de transporte complementar para os centros históricos de algumas cidades brasileiras. Veja-se, por exemplo, o caso da cidade de Santos (SP), onde uma linha de bonde, de caráter turístico, foi inaugurada em janeiro último passado, alcançando grande sucesso junto à população (DUARTE, 2010).

Nesse recorte, vários elementos, ou melhor, quatro elementos são convocados para dizer sobre a viabilidade da implantação do bonde na área do projeto, atrelados, porém, à forma dominante da “tecnicidade”, ou como queiram, atrelados a um saber (sobre a cidade, um saber urbanístico). Primeiro deles, a sinalização do estabelecimento de um acordo técnico de cooperação entre Prefeitura de Belém e Governo do Rio de Janeiro que visava a transferência de tecnologia para implantação e operação do bonde<sup>92</sup>, ou seja, a referência à instalação do *know-how* carioca busca promover um efeito de confiança na proposta e nos futuros trabalhos. Segundo elemento, o apelo à relação custo-benefício e à capacidade de atendimento à demanda de passageiros na área do projeto, argumentos que são enunciados com efeito de verdade, mas que poderiam ser contestados. A questão do custo, alto ou baixo, é sempre relativa, ou seja, é sempre avaliada em relação às alternativas possíveis e colocadas. Em termos de custo

<sup>91</sup> Na segunda parte desta tese analisarei mais detidamente a questão da saudade e de seu dizer.

<sup>92</sup> Do Recorte 15: “Finalmente, a quarta ação estratégica refere-se aos contatos encaminhados para o estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura Municipal de Belém e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, objetivando a implantação de uma linha circular de bondes elétricos no Centro Histórico de Belém. Este Acordo de Cooperação Técnica permitirá a transferência de tecnologia utilizada pelo Sistema de Bondes, ainda em pleno funcionamento, no bairro de Santa Teresa na cidade do Rio de Janeiro”.

operacional, que envolve os custos ligados diretamente à operação do veículo e ao qual se refere o texto, em relação a que outro modo de transporte o custo operacional do bonde seria mais baixo? Ao do micro-ônibus, cuja opção poderia ser considerada também como adequada à linha circular proposta para atendimento à área do projeto? E se o custo operacional fosse desmembrado em custos fixos, aqueles que independem da quilometragem percorrida (investimento e pessoal, por exemplo), e em custo variável, aquele que está relacionado diretamente com a quilometragem percorrida (combustível e peças, por exemplo), como recomendam os especialistas em transporte? Os custos de investimento, normalmente elevados, seriam compatíveis com a (baixa, suponho) demanda por transporte naquela área? E a opção do nada fazer, além do desenho urbano, deixando os trilhos (que já estavam ali) como indicativo da presença-ausência do antigo bonde, valorizando o deslocamento a pé (considerando a pequena extensão da linha circular proposta)? Uma resposta mais adequada a essa questão (e talvez às incômodas perguntas que elenquei) parece-me estar ligada ao fato de que, diante do quadro que se apresentava, diante daquilo já concebido e sugestivamente enunciado na presença dos trilhos (“não apenas no eixo principal da Via dos Mercadores mas em muitas outras ruas do centro”, “como que à espera da retomada de seu uso original”), estava configurada uma inevitabilidade. Diante dessa inevitabilidade (im)posta, nenhuma outra alternativa poderia se colocar como adequada, inclusive em termos financeiros. Terceiro elemento identificado, o dizer da sustentabilidade, cuja textualização movimenta-se desde a preocupação ambiental (a eletricidade como energia não poluente), passando pela chamada “mobilidade urbana sustentável” (baixas velocidades de deslocamento e restrição do tráfego veicular) e pela questão do patrimônio histórico (preservação, educação, sensibilização e fruição, graças à possibilidade de restrição do tráfego veicular e uma maior interação e usufruto do entorno<sup>93</sup> por parte dos passageiros do bonde devido à baixa velocidade de deslocamento) até chegar à sustentabilidade econômica da área. Vemos ai materializada uma síntese da evolução do pensamento sobre a sustentabilidade em

---

<sup>93</sup> Segundo o memorial do projeto Via dos Mercadores (DUARTE, 2010), com base na proposta em desenvolvimento pela Prefeitura de Belém, a estação terminal do bonde seria construída no terreno da antiga Fábrica Palmeira (conhecido como “buraco da Palmeira”), de onde iniciaria o trajeto da linha circular com o seguinte roteiro: Rua Ó de Almeida, Travessa Frutuoso Guimarães, Rua Conselheiro João Alfredo, Avenida Portugal, Rua Treze de Maio, Rua Padre Prudêncio até voltar ao ponto de partida.

tempos globalizados: do verde ao econômico. É aí que vemos como o discurso da revitalização urbana apoia e é apoiado pelo atual discurso da sustentabilidade: o fim, em duplo sentido, é o econômico. Quarto e último elemento, a ideia da “marca registrada”: o bonde elétrico é tomado em sua possibilidade de vir a ser uma espécie de ícone da cidade, algo de fácil e rápida identificação. Em tempos de globalização, como já apontei antes, as cidades passam a ser vistas como um negócio, como objetos de *business*, e por isso precisam se destacar na multidão de outras cidades. Digo multidão porque, no fim das contas, mesmo arrotando identidades, a chamada gestão urbana adota um violento protocolo que torna todas as cidades semelhantes. Daí a necessidade de uma “marca”, de um diferencial, algo que as singularize no mercado mundial de cidades. E mais, além de um diferencial no mercado competitivo de cidades, o bonde como “marca registrada” pode trazer um componente aí embutido. Num competitivo cenário político, faz necessário singularizar-se, marcar “um novo tempo”<sup>94</sup> na história da cidade. Os sentidos possíveis acerca do bonde como “marca registrada” apontam para uma imbricação entre o saber urbanístico e o saber político.

Repto: o bonde elétrico como tecnologia de transporte pode(ria) apresentar outros formatos que não o “histórico”. Diante do avanço tecnológico atual, com veículos a tração elétrica, com veículos a tração magnética e até eólica, o novo-velho-novo bondinho assume um sentido pitoresco, bonachão e, no mínimo, engraçadinho de se ver. Por isso, neste formato, dificilmente pode ser atribuído a ele o caráter de “transporte complementar”, segundo os ditames técnicos. Há, portanto, que se destacar que, embora tenha se construído todo um argumento que justifique a concepção do bonde no âmbito do projeto Via dos Mercadores de um ponto de vista racional, que seria baseada na adequação técnica, o que se apresenta mesmo é a opção por uma referência à teatralização do passado naquela área. Nem mais, nem menos.

---

<sup>94</sup> Do Recorte 16: “No caso de Belém, a volta do bonde às ruas do Centro Histórico, assume um caráter emblemático, consolidando um novo tempo na história daquela parte da cidade”.

## 4 A VOLTA DO BONDE NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Foi a partir do modo de formulação materializado no projeto Via dos Mercadores que a volta do bonde foi objeto de reformulação e de circulação através de distintas materialidades discursivas. Foi através desse trabalho de formulação, pensando com Michel Pêcheux (2006), que se prefigurava um acontecimento, dando-lhe forma e figura, apressando sua vinda. Esses dizeres sobre a volta do bonde fazem então trabalhar um acontecimento – ainda com Pêcheux (2006) – em seu contexto de atualidade e num espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar. Por isso, trata-se de um acontecimento em sua ambiguidade, ao mesmo tempo em que é transparente e opaco. São dizeres que se referem ao mesmo acontecimento, mas que não constroem as mesmas significações.

De um prefeito a outro, em meio a atrasos e polêmicas, só no ano de 2007 é que o bonde “finalmente” volta a Belém. De ideia, o bonde se torna um fato e se consolida como um acontecimento, o que foi possível em razão de que um fato só ganha status de acontecimento ao cumprir a necessidade de ser ele conhecido, registrado e circulado, cujo processo foi singularmente capitaneado pela imprensa local. Lembremos que o discurso jornalístico é considerado como uma modalidade de *discurso sobre* (MARIANI, 1998), cujo funcionamento se caracteriza pela institucionalização de sentidos e, desta maneira, podemos atribuir à imprensa um lugar privilegiado para que um gesto de interpretação se torne dominante. Seja veiculando ou mesmo realizando gestos de interpretação específicos, a imprensa faz funcionar um trabalho ideológico, já que, além da garantia das condições materiais de reprodução social, opera também a reproduzindo a submissão à ordem estabelecida. Além disso, não se pode esquecer que o discurso jornalístico atua na constituição do imaginário social e da memória, seja pela cristalização da memória do passado como também pela construção da memória do futuro.

Então, ao que se refere essa volta do bonde? Em sua referência ao passado, como foi significada essa volta do bonde a Belém em pleno século XXI? Quais sentidos estão filiados à volta do bonde? É sobre estas questões em específico que esta seção se debruça, tomando como objeto o discurso jornalístico em suas relações com o verbal e o não verbal, problematizando a volta do bonde a Belém como um acontecimento na ordem do discurso jornalístico.

#### 4.1 Os sentidos da volta do bonde

Uma impressão preliminar poderia tomar a volta do bonde a Belém, esse dizer sobre a volta do bonde como o retorno de sua circulação ao centro histórico-comercial de Belém, conforme mostram os recortes 18 e 19<sup>95</sup>.

(18) **O bondinho elétrico que vai voltar a circular no centro comercial de Belém**, depois da reforma do centro histórico, vai fazer seu primeiro passeio nesta quinta-feira, às 18 horas. Ele vai passar pelo primeiro teste de funcionamento.  
(BONDINHO faz teste em Belém. **Portal ORM**. 7 out. 2004. Destaques meus)

(19) **TURISMO**  
**Bondinho volta a circular em Belém**  
(SANTIAGO, Elyne. Bondinho volta a circular em Belém. **Diário do Pará**, 12 out. 2007. Destaques meus)

Mas esta volta só poderia ser assim interpretada se o leitor fosse afetado por uma memória, por um saber sobre esse fato da história da cidade de Belém. Não é à toa que, para o caso de não se ter acesso a esse saber, a imprensa o disponibiliza em seus escritos.

(20) Em Belém, o bondinho deixou de circular há mais de 50 anos. A primeira empresa de bondes na cidade surgiu em 1868, pelas mãos do cônsul dos Estados Unidos na cidade, o industrial James Bond.

---

<sup>95</sup> Podemos aqui notar que, já em 2004, os jornais utilizam o termo “bondinho”, o qual aparecia timidamente no texto do projeto Via dos Mercadores.

Por isso, historiadores afirmam que o nome dele foi a origem da palavra “bond”. Posteriormente, a palavra foi aportuguesada para “bonde”, para designar os veículos.

Na época, a linha de bondes ligava o Largo da Sé ao Largo de Nazaré, que foi inaugurada em 1º de setembro de 1869, usando três locomotivas e dois carros de passageiros, segundo relata o pesquisador norte-americano Allen Morrison.

(BONDINHO será exposto em Belém. **Portal ORM**, 15 set. 2004)

A volta do bonde, conforme foi significada no projeto Via dos Mercadores, não é transparente, muito menos óbvia. Vimos, no Capítulo 1, no discurso da gestão urbana e/ou urbanístico, a referência a duas modalidades de significação da volta do bonde, sendo uma que poderíamos pensar como relacionada a uma dada memória do futuro, com a introdução do VLT, e outra relacionada a uma determinada memória do passado, com a implantação de um bonde aos moldes mais “tradicionalis”. Portanto, a interpretação de que são óbvias a concepção e a implantação da volta do bonde em Belém se refere àquilo que a AD chama de *trabalho ideológico*, cujos efeitos promovem a transparência, a obviedade, a naturalidade e a inteligibilidade de uma dada ação, e que por si só nada disso o é.

A forma de significação dominante no corpus de análise é a que interpreta a volta do bonde como a volta do passado. Este é o caso da edição de 30 de maio de 2004 do *Jornal do Povo*, que era um informativo da Prefeitura de Belém durante a gestão de Edmilson Rodrigues<sup>96</sup>. Nesta edição encontramos a matéria “Bondinho está mais perto”, a qual parece constituir-se como uma resposta da Prefeitura de Belém aos atrasos nas obras de implantação do projeto Via dos Mercadores. O estado de proximidade do fim das obras, previsto para agosto de 2004, reflete-se no título da matéria; mas não era só o bondinho que estava cada vez mais perto, mas sim um imaginário da volta de um passado, como sugere o Recorte 21:

(21) **O sonho de devolver ao centro comercial a beleza e o movimento de antigamente está cada vez mais perto.** As obras na Via dos Mercadores estão de acordo com o cronograma e a inauguração está prevista para início de agosto. Os trilhos por onde passará o bondinho

---

<sup>96</sup> Relembando: Edmilson Rodrigues, professor e arquiteto, foi prefeito de Belém durante os anos de 1997 a 2000, sendo reeleito para o período de 2001 a 2004. Em 2005 Duciomar Costa assume a Prefeitura de Belém e é reeleito para o período de 2009-2012. Mais detalhes, conferir Capítulo 2.

já estão sendo instalados na Feira do Açaí, onde haverá uma estação.

(BONDINHO está mais perto. **Jornal do Povo**, 30 maio 2004. Destaques meus)

E esse imaginário da volta está assentado em algo que eu chamaria de *marcos espaciais de inscrição de memória*, nos quais não é qualquer memória que se inscreve, mas sobretudo aquela que dá sinais da presença de nossas heranças colonial e republicana. O passado (ou uma dada versão sobre ele) está ali, à espera de seu desfrute ao sabor de uma viagem de bondinho.

- (22) O bonde terá uma linha circular e turística. Vai circular pelos principais pontos turísticos do centro histórico. Ele sairá da Praça Visconde do Rio Branco (Praça das Mercês), que está sendo restaurada pela prefeitura, e passará em frente ao Palácio Antônio Lemos, ao Museu do Estado, à sede do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, pela Praça da Sé, Igreja de Santo Alexandre e descerá a ladeira do Castelo, passando pela Feira do Açaí e rua Marquês de Pombal (que circunda a Praça do Relógio), antes de voltar para o ponto de partida.

(BONDINHO está mais perto. **Jornal do Povo**, 30 maio 2004)

Significar a volta do bonde como a volta do passado, sobretudo este passado, só parece evidente graças a um trabalho ideológico. Ou seja, não é natural e óbvio que um circuito turístico-histórico contemple (apenas) esses pontos, roteiro aliás tornado já “senso comum” como efeito do trabalho ideológico. Afinal, é nesses lugares de memória que aquilo da história de Belém que deve ser lembrado, sobrepondo-se àquilo que deve ser esquecido, reside, está cristalizado e pronto para um consumo visual, de forma espetacularizada (DEBORD, 1997).

A volta ao passado através da volta do bonde é naturalizada segundo uma estratégia que funciona em repetição. Há uma certa pedagogia que, ao acionar um dizer explicativo sobre a história do bonde em Belém, instaura efeitos de obviedade e de naturalidade quanto à forma como o bonde volta a Belém em pleno século XXI. É assim que deve ser; é a única maneira coerente, óvia e natural de ser, e não outra.

Há um reiterado movimento de retorno sobre essa memória, a qual, em sua repetição, naturaliza a volta do bonde. Trata-se, portanto, de uma pedagogia sobre o

passado, uma pedagogização sobre a história de Belém, sobre a memória do bonde. O bonde volta, no presente e no passado, nas páginas dos jornais.

- (23) Em Belém, o bondinho deixou de circular há mais de 50 anos. A primeira empresa de bondes de Belém surgiu em 1868 pelas mãos do cônsul dos Estados Unidos na cidade, o industrial James Bond. Por isso, historiadores afirmam que o nome dele foi a origem da palavra “bond”, aportuguesada para “bonde”, para designar os veículos. A linha de bondes a vapor belenense, uma das primeiras no Brasil, ligando o Largo da Sé ao Largo de Nazaré, foi inaugurada em 1/9/1869, usando três locomotivas e dois carros de passageiros. O bondinho é uma réplica do bonde que circulava por aqui no século passado e trará detalhes da época como os bancos com encosto palhinha e a cor original do veículo.  
 (BONDINHO do projeto Via dos Mercadores chega hoje a Belém. **Portal ORM**. 16 set. 2004)

- (24) Em Belém, o bondinho deixou de circular há mais de 50 anos. A primeira empresa de bondes de Belém surgiu em 1868 pelas mãos do cônsul dos Estados Unidos na cidade, o industrial James Bond. Por isso, historiadores afirmam que o nome dele foi a origem da palavra “bond”, aportuguesada para “bonde”, para designar os veículos. A linha de bondes a vapor belenense, uma das primeiras no Brasil, ligando o Largo da Sé ao Largo de Nazaré, foi inaugurada em 1/9/1869, usando três locomotivas e dois carros de passageiros, segundo relata o pesquisador norte-americano Allen Morrison.  
 (BONDINHO elétrico começa a circular no dia 8 de outubro. **Portal da Prefeitura de Belém**. 6 out. 2004)

Estando o leitor atento, perceberá que os recortes acima são formados por quase a totalidade do mesmo parágrafo encontrado na matéria do Portal ORM, publicada em 15 de setembro de 2004 (Recorte 20). Não me interessa saber de onde surgiu tal sequência, sua fonte “original” – como se isso existisse – ou de um possível plágio etc., mas sim de tornar visível o ritual de naturalização, de recitação, que contribui para a constituição de um *efeito de verdade* (FOUCAULT, 2006). Nessa repetição, nessa recitação, naturaliza-se a volta do bonde. É assim-agora porque foi assim-antes.

A volta do bonde é significada como a volta do passado, ou mesmo como uma volta ao passado, em que o bonde é o veículo que permite empreender tal viagem: uma “volta no tempo do bondinho”. Uma viagem de volta a algum estado imaginado e imaginário, onde algo deve ser “resgatado”.

- (25) **O bondinho** foi construído por uma empresa da cidade de Santos, em São Paulo e é uma réplica do bonde JG Brill, de origem americana, datado de 1910. (...) A ideia é resgatar ao máximo as características históricas do serviço de bonde que já existiu na cidade.  
(BONDINHO será exposto em Belém. **Portal ORM**. 15 set. 2004. Destaques meus)

A volta do bonde parece constituir-se como um gatilho que aciona “a nostalgia dos tempos de outrora”. E assim, notícia após notícia, os jornais promovem ressonâncias dessa nostalgia e a divulgam, modelam-na e a remodelam, sendo suas linhas efeito dela e promovendo efeitos saudosistas<sup>97</sup>.

- (26) **Bondinho - Transporte característico da cidade no início do século 20, o bondinho vai voltar para trazer a nostalgia dos tempos de outrora.** Construído por uma empresa santista, o modelo é uma réplica do bonde JG Brill, de origem americana, datado de 1910. O modelo que veio para Belém tem capacidade para 45 passageiros, encostos dos bancos feitos em palhinha e réplica da cor original e vai viajar a uma velocidade de 15 quilômetros por hora. Segundo o responsável técnico pela construção do bonde, o engenheiro-electricista Marcos Rogério Nascimento, a ideia é resgatar ao máximo as características do bonde que existiu em Belém e que deixou de circular há mais de 50 anos.  
(VIDIGAL, Enise e MAUÉS, Eva. Prefeitura. Obras que ficam para o próximo governo. **O Liberal**, 5 dez. 2004. Destaques meus)

E se há a necessidade de resgate é porque se considera que algo foi perdido. Busca-se resgatar o que dizem ser a história do bonde como metonímia da história de Belém. Com isso, temos pistas que apontariam para qual perda é de fato significada: a imagem de Belém como uma cidade importante do passado. Isso fica mais visível no Recorte 27, que mostra esses dizeres inter-relacionados em uma mesma matéria.

- (27) Ele [o bonde a ser implantado em Belém] foi construído por uma empresa da cidade de Santos, em São Paulo e é uma réplica do bonde JG Brill, de origem americana, datado de 1910. (...) A ideia é resgatar ao máximo as características históricas do serviço de bonde que já existiu por aqui.  
(...) Hoje, a capital paraense faz parte de um seletí grupo de cerca de 100 cidades brasileiras que viveram a história da ascensão e do declínio do transporte por bondes, e que agora começam a participar

---

<sup>97</sup> Vemos aí um indício da ocorrência do que chamei *sujeito da saudade*, cuja discussão será realizada na segunda parte desta tese.

de uma nova etapa: a de revitalização desses serviços, seja por razões ecológicas, econômicas ou turísticas.  
 (BONDINHO do projeto Via dos Mercadores chega hoje a Belém. **Portal ORM**. 16 set. 2004)

O interessante no recorte acima é notar os efeitos possíveis do uso do advérbio “Hoje” para dizer que a cidade de Belém passaria, com a volta do bonde, a fazer parte de um seletº grupo: tal gesto parece marcar a atualidade desse fato, ao mesmo tempo em que marca que, antes disso, Belém não tinha importância como passaria a ter. Há, portanto, um desejo de inserção, ou melhor, de reinserção da cidade de Belém no rol de importantes cidades brasileiras<sup>98</sup>. Esse dizer, de modo semelhante ao apontado anteriormente, funciona em repetição. Retoma algo dito, repete-o quase integralmente. Satura-se o espaço do dizer, naturalizando-o, tornando-o evidente, não questionável.

- (28) O bondinho é uma réplica do bonde JG Brill, de origem americana, de 1910. (...) Segundo os representantes da empresa santista que construiu o modelo, a ideia é resgatar ao máximo as características históricas do serviço de bonde que já existiu por aqui.

Com a chegada do bondinho, Belém passa a fazer parte de um seletº grupo de cerca de 100 cidades brasileiras que viveram a história da ascensão e do declínio do transporte por bondes, e que agora começam a participar de uma nova etapa: a de revitalização desses serviços, seja por razões ecológicas, econômicas ou turísticas.  
 (BONDINHO elétrico começa a circular no dia 8 de outubro. **Portal da Prefeitura de Belém**. 6 out. 2004)

- (29) O bondinho é uma réplica do bonde JG Brill, de origem americana, de 1910. (...) Segundo os representantes da empresa santista que construiu o modelo, a ideia é resgatar ao máximo as características do bonde que existiu em Belém e que deixou de circular há mais de 50 anos.

---

<sup>98</sup> Esse dizer já comparecia no escopo do memorial do projeto Via dos Mercadores, quando era feita a referência aos exemplos de revitalização urbanística realizados em outras cidades brasileiras, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro (conferir Capítulo 3). Na verdade, o que isso pode indicar é que, antes de um gesto “inaugural”, o projeto Via dos Mercadores constitui-se como uma superfície de materialização de um discurso em circulação. Daí se explica porque, no fim das contas, o que se pretende é fazer com que o presente de Belém faça jus ao seu passado (leia-se um alegado passado glorioso).

Com a chegada do bondinho, a capital paraense faz parte de um seleto grupo de cerca de 100 cidades brasileiras, que viveram a história da ascensão e do declínio do transporte por bondes, e que agora começam a participar de uma nova etapa: a de revitalização desses serviços, seja por razões ecológicas, econômicas ou turísticas.

(BONDINHO faz teste em Belém. **Portal ORM**, 7. Out. 2004)

Há, portanto, se considerarmos a memória da *belle époque* paraense, um desejo de volta de um tempo em que a cidade teve ou pareceu ter destaque. Trata-se de um desejo de voltar a esse lugar de destaque, imaginado ou não, mas que se materializa no projeto Via dos Mercadores, e em particular na implantação do bondinho.

Porém, há um dizer que sugere que, mesmo sendo uma volta, o que volta não é o mesmo. Os recortes abaixo, referindo-se à volta do bonde, dizem sobre as demandas atuais que conferem significados a esse acontecimento. O que retorna é o diferente, ou talvez um retorno “fabricado”. Se o bonde há décadas atrás tinha um papel, digamos, “técnico”, qual fosse o de viabilizar o movimento de pessoas pela cidade, hoje esse veículo teria um uso diferente, tendo em vista o seu “apelo histórico e turístico”. Portanto, os atuais usuários do bonde não o tomariam com o objetivo de circular pela cidade em direção ao trabalho, às compras e demais afazeres, mas sim para o desfrute de uma experiência turística. A história torna-se algo a ser consumido, degustado, saboreado, mas sem empecilhos – afinal é uma “história contada pelas fachadas” (uma história de fachada?), uma história exposta na vitrine como paisagem.

(30) É inegável que nos dias de hoje, o retorno do bonde tem apelo histórico e turístico, considerando a realidade urbana da cidade, bem diferente de 50 anos atrás. Portanto, a partir de outubro, as novas gerações de belenenses e turistas poderão pegar o bonde e passear pela história contada pelas fachadas, pelas praças, pela própria Via dos Mercadores, área do centro que também deverá estar totalmente recuperada pela Prefeitura de Belém.  
(BONDINHO elétrico começa a circular no dia 8 de outubro. **Portal da Prefeitura de Belém**. 6 out. 2004. Destaques meus)

É o que pode indicar também o Recorte 31, onde “volta” pode significar o reinício da circulação do bonde, depois de um tempo sob paralisação, sendo agora

movido a biodiesel, e não a tração elétrica, como antes era concebido no projeto Via dos Mercadores. Isso aponta para o fato de que, ao contrário do que se deseja e do que se diz, não se trata de uma volta estrito senso, mas da vinda de algo diferente: não é o elétrico, é o bonde movido a biodiesel e turístico! O que volta nessa dizer sobre a volta é a nostalgia de uma época, onde o bonde é a materialização dessa nostalgia. É a nostalgia de uma época, de uma determinada imagem de uma determinada época que se diz estar de volta.

(31) **Bondinho de Belém vai voltar a circular**  
**Turismo**

A nostalgia do início do século passado está de volta, mas desta vez, movida a biodiesel

(BONDINHO de Belém vai voltar a circular. **O Liberal**, 7 out. 2007. Destaques no original)

Interessante notar que a emergência de algo diferente e que é dito como o mesmo, como a volta de algo, é significada, ao invés de diferença (no sentido filosófico, diria), como um “diferencial”, como “um atrativo a mais”, mostrando sua vinculação ao discurso da cidade-mercadoria ou da cidade como marca, que caracteriza o pensamento neoliberal sobre as cidades (ARANTES, 2002).

(32) “É um atrativo a mais para a cidade, que vai complementar a beleza do centro histórico e se transformar em um diferencial”, destacou o prefeito [Duciomar Costa].

(BONDINHO de Belém vai voltar a circular. **O Liberal**, 7 out. 2007)

Preparadas as bases para a volta do bonde a Belém, aguardava-se a hora de sua inauguração em definitivo. Só desta maneira é que se podia acreditar na sua volta, na materialização, enfim, de um desejo. Finalmente, no dia 12 de outubro de 2007, o bonde voltava a Belém e, em meio às atividades festivas do Círio de Nazaré, abria espaço nas primeiras páginas dos jornais paraenses.

Na capa de *O Liberal* do dia 13 de outubro, como chamada para a matéria presente à página 4, observamos a volta do bonde sendo significada como uma volta ao passado, na qual o bonde seria o meio que proporcionaria essa volta: uma “volta no tempo de bondinho” (vide Figura 37 e Recorte 33). É a cidade que volta no

tempo, ao tempo do glamour, porém, não sem obstáculos, ainda que temporários – o tempo do glamour só acontece nos domingos e feriados, ou seja, há uma excepcionalidade nesse ato nostálgico.

(33) **Belém volta no tempo de bondinho**

Por ora, o bonde inaugurado com glamour só funciona aos domingos e feriados.

(BELÉM volta no tempo de bondinho. **O Liberal**, 13 out. 2007. Destaques no original)

**Figura 37** – Primeira página de *O Liberal*, edição de 13 de outubro de 2007



Na primeira página, ilustrando a manchete de inauguração do bonde, encontramos também uma fotografia (Figura 38) que se impõe como registro do acontecimento. A legenda da imagem pretende funcionar como sua síntese, buscando conter sua polissemia por meio do direcionamento dos sentidos

(FERREIRA, 2011): “Cercado de segurança e curiosidade, Duciomar Costa passeia na viagem inaugural do bonde”.

**Figura 38** – Detalhe da primeira página de *O Liberal*, edição de 13 de outubro de 2007



A fotografia parece ter sido feita no instante em que o bonde saía da estação Gumercindo Rodriguez. Vemos, dentro do veículo, em posição central, o prefeito Duciomar Costa, ao lado do motorneiro do bonde. Tal centralidade pode ser lida como uma afirmação do seu lugar como autoridade máxima da/n Prefeitura de Belém, bem como acena para uma alusão à responsabilidade em dar continuidade à obra, “independentemente da paternidade”<sup>99</sup> – enfim, como alguém que toma a direção, que conduz<sup>100</sup> a cidade. Ao redor, orbitando essa centralidade, encontram-se demais autoridades e, mais além, alguns seguranças e populares. Os balões

<sup>99</sup> Veremos esse debate sobre a continuidade das obras de Edmilson Rodrigues durante o governo de Duciomar Costa na seção destinada às significações estabelecidas entre o bonde e a política.

<sup>100</sup> Essa metáfora me fez lembrar daquilo que Michel Foucault chamou de “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008) ao examinar o problema da conduta e sua relação com o exercício do poder (FOUCAULT, 1995). Essa discussão será realizada na segunda parte desta tese, especificamente no Capítulo 6.

sinalizam para um evento festivo. Festa, curiosidade, expectativa e alegria: eis os ingredientes textualizados na fotografia.

Há ecos de outras imagens nessa fotografia. Há imagens que voltam com a volta do bonde. Há, de fato, algo que volta com a volta do bonde a Belém, algo que a antecede e que se repete, ou que, pelo menos, diz sobre uma repetição.

Na matéria “Bondinho promove uma viagem no tempo”, na página 4 desta edição de *O Liberal*, continuamos a perceber o movimento de filiação dos sentidos que remetem o bonde como veículo ou como o meio que permite a volta da cidade ao passado. O bonde funcionaria como um suporte da memória, no caso a memória que vincula o passado de Belém à época de ouro da borracha. Ou seja, não é qualquer “viagem no tempo”, tendo em vista que não é uma viagem ao futuro (pois não remete a uma memória do futuro), mas sim uma viagem ao passado, e muito menos qualquer passado, mas um passado glorioso, localizado no tempo de euforia da burguesia da borracha. É a esse passado que o bondinho remete e significa, atualizando-o. É essa memória que se deve comemorar, rememorar e “resgatar”!

(34) **Bondinho promove uma viagem no tempo**

INAUGURAÇÃO

Projeto que resgata parte da história do centro de Belém é entregue com festa

(BONDINHO promove uma viagem no tempo. *O Liberal*, 13 out. 2007. Destaques no original)

É interessante a menção feita ao fato de que o projeto<sup>101</sup> “resgata **parte** da história do centro de Belém” (destaque meu). Poderíamos entender que, para além dessa em específico, existem outras leituras sobre o passado do centro de Belém, as quais não estão contempladas na inauguração do bondinho, embora nenhuma referência seja feita a essas outras versões. Seriam, então, leituras silenciadas!

Ainda que a volta do bonde seja significada como uma possibilidade de atualização e de experimentação de uma época áurea, pode se perceber que a

---

<sup>101</sup> O uso do termo “projeto” é aqui utilizado para se referir ao projeto de implantação do bondinho, e não mais ao projeto Via dos Mercadores.

própria volta é significada como uma “encenação”, como uma volta que carece de cenografia, por exemplo, de artefatos que caracterizem uma época que já passou.

(35) Uma viagem pelo tempo. Assim foi a inauguração do Bonde de Turismo de Belém, na manhã de ontem. **A festa exibiu personagens caracterizados com roupas do início do século**, banda musical, dragões da independência, chuva de papel picado e fogos de artifício. (BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007. Destaques meus)

(36) Antes de cortar a faixa inaugural, o prefeito acompanhou a leitura do poema de Alonso Rocha sobre o bondinho, criado especialmente para a ocasião. (BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007)

Pompa, festa, grande audiência, expectativa, alegria, agora acrescidos de nostalgia: eis os ingredientes impressos na matéria. Porém, conforme já sinalizado na primeira página, a inauguração do bondinho foi apenas, pelo que diz o jornalista, para constar, pois o ato não representava o início regular do serviço.

(37) A viagem inaugural do serviço, como está sendo chamado, levou o prefeito e outras autoridades presentes. O segundo passeio, que seria destinado à imprensa, não aconteceu, porque a população presente acabou ocupando os lugares e, por medida de segurança, foi a última viagem do dia do bonde. (BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007)

Além do prefeito, pessoas mais velhas, que chegaram a usar os antigos bondes, falam sobre a inauguração do bondinho e, ao trazer esse componente, o jornal faz funcionar um discurso nostálgico.

(38) Entre a população, a expectativa de ver, e principalmente, poder passear no bondinho era grande. Centenas de pessoas se aglomeraram no local, entre elas **o aposentado Fausto Campos Monteiro, 80 anos**. Paraense, mas atualmente morando em Manaus, ele veio a Belém participar das festividades do Círio, quando soube da inauguração do bonde. “**É uma emoção muito grande, porque tive a oportunidade de andar nos primeiros bondinhos que circularam na cidade, e hoje me sinto feliz de poder sentir novamente essa alegria**”, contou ele.

**Adalgisa Maués, 80 anos**, moradora do bairro da Pedreira, chegou à estação às 8h30 para acompanhar a inauguração do bonde. “Achei maravilhosa essa ideia de trazer o bondinho de volta, foi uma época muito boa. Os bondes são bem melhores que os ônibus. Gostaria que fossem colocados também em outras áreas da cidade”.

Ela lembrou do tempo em que ia do comércio até a feira de Santa Luzia de bonde comprar carne. “Sinto muita saudade dessa época, por isso estou aqui, para ver de novo o bondinho”, contou. (BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007)

Vemos ainda, no Recorte 38, que a possibilidade de rememorar e de sentir saudade remete a uma possível crítica do presente, quando o passado é qualificado ou dito como uma época de coisas boas e melhores. É interessante porque a volta do bonde acena com essa possibilidade de viver e dizer a mesma coisa, como se o passado pudesse ser repetido<sup>102</sup>, embora o bonde e o tempo não sejam mais os mesmos e nunca mais retornem. Esse desejo de ver de novo, de viver de novo, de ver e viver algo de novamente (de volta) pode sinalizar para o nosso incômodo com a finitude, com o término, com a morte das coisas, com a não perenidade da vida. O desejo de volta tem a ver com o nosso desejo de eternidade.

Comparece na matéria o dizer sobre o resgate da história de Belém, com a citação à figura do intendente Antonio Lemos, mas também na atualização dos sentidos de pioneirismo atrelados à cidade. Se Belém foi uma das primeiras cidades brasileiras a implantar o bonde elétrico no início do século 20, agora será “a primeira cidade brasileira” a ter um bonde movido a biodiesel, conforme os ditames contemporâneos do discurso da sustentabilidade ambiental.

(39) Assim que chegou à Estação Gumercindo Rodriguez, na esquina com a rua 13 de Maio, no centro comercial, o prefeito deu entrevista sobre a importância da obra. “É um resgate da nossa história, e Belém será a primeira cidade brasileira a ter esse sistema de bonde, que funciona com biodiesel, uma energia limpa que não vai poluir o nosso centro”, informou. (BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007. Destaques meus)

---

<sup>102</sup> Os relatos destacados pelo jornalista dizem respeito à felicidade de “poder sentir novamente essa alegria” e da vontade de “ver de novo o bondinho”.

- (40) Duciomar lembrou que o bonde vai permitir que visitantes e moradores da cidade possam apreciar melhor o centro comercial. **“Hoje (ontem) estamos tendo a oportunidade de resgatar obras grandiosas, como as de Antônio Lemos, que vão beneficiar o nosso turismo e a geração de renda”.**  
(BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007. Destaques meus)

(41) PROJETO

O bonde de Turismo de Belém tem capacidade para 45 pessoas. **O trajeto terá aproximadamente dois quilômetros, com duração de 30 minutos, numa velocidade média de 10 a 15 quilômetros por hora, a mesma do antigo sistema elétrico. O principal diferencial do novo bondinho é que será movido a biodiesel.**

Para o presidente [da] Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel), Heitor Pinheiro, o bondinho é uma oportunidade do belenense conhecer um pouco da história da cidade. “Vamos ter um guia no bondinho contando um pouco da história de Belém, fazendo um trabalho de educação, melhorando a autoestima da população, fazendo crescer também a ideia de preservação”, ressaltou.

**O bondinho, que é inspirado no século passado**, terá um percurso que começa na Estação Gumercindo Rodrigues, na esquina com a rua 13 de Maio, no centro comercial, e vai até as Mercês, passando pelas avenidas João Alfredo e Portugal, Praça D. Pedro II, Palácio Antônio Lemos, Igreja de Santo Alexandre, Feira do Açaí e retornando novamente à estação. Inicialmente vai funcionar aos domingos e feriados, até que seja feita a adaptação no trânsito para que possa circular em outros dias da semana. A passagem custa R\$1.

ELÉTRICO

A inauguração do primeiro sistema de bondes elétricos de Belém aconteceu em 1907. Quarenta anos depois, o Tram-Way (Trilhos de Bondes) foi desativado. O bonde atual funciona com motor biodiesel MWM de seis cilindros e potência de 150 HPs, que trabalha com o reversor hidráulico, capas de fazê-lo andar tanto para frente como de ré. O novo sistema foi desenvolvido nos últimos 120 dias.

(BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007. Destaques meus)

A remissão à memória sobre o bonde em Belém, que imprime obviedade, evidência e transparência à introdução do “novo bondinho”, como já apontei, também comparece na matéria do jornal, como mostra o Recorte 41. Porém, ainda que funcione como um “lembrete”, observa-se que há certo silenciamento sobre as condições de declínio do bonde em Belém: “A inauguração do primeiro sistema de bondes elétricos de Belém aconteceu em 1907. Quarenta anos depois, o Tram-Way (Trilhos de Bondes) foi desativado”. De fato, o que interessa é rememorar o apogeu do início do século XX e comemorar a volta do bonde.

A viagem inaugural do bonde também é noticiada pelo jornal *Diário do Pará* no dia 13 de outubro. Como um dos destaques de sua primeira página (Figura 39), a notícia dá menos ênfase ao momento festivo – como se caracterizou a cobertura de *O Liberal* – e mais ironia ao acontecido. Do registro da notícia constam uma fotografia e sua legenda (Figura 41), sendo que esta última funciona também como chamada para a matéria da página A12, ou seja, neste caso, há um duplo funcionamento do verbal em relação ao não verbal (FERREIRA, 2011).

**Figura 39** – Primeira página do *Diário do Pará*, edição de 13 de outubro de 2007



**Figura 40** – Detalhe da primeira página do *Diário do Pará*, edição de 13 de outubro de 2007



Podemos perceber que na legenda da fotografia (Figura 40) está impressa ao bonde uma referência ao fracasso (“várias tentativas em vão”), mais acentuada ainda através da expressão de surpresa, em meio à ironia, com a constatação de que “Andou!”, “finalmente o bondinho começou a circular”. A fotografia, por sua vez, parece comprovar, a despeito de mais uma possibilidade de fracasso, que o bonde havia sido inaugurado e que estava funcionando, finalmente. Entretanto, essa leitura “negativa” não se apresenta se considerarmos somente a fotografia. Sem a sua legenda, como mecanismo de condução de sentidos, a fotografia se mostra em funcionamento muito assemelhado à análise feita do jornal *O Liberal*, embora apresente tons ora menos enfáticos – como é o caso da representação da centralidade da figura do prefeito, da presença de populares e do caráter festivo do evento –, ora mais enfáticos – como o isolamento (necessário ao deslocamento do bonde, por segurança) entre autoridades e o público em geral. Outro exemplo: a própria disposição que a notícia assume nas primeiras páginas dos dois jornais dá pistas sobre a importância a ela atribuída (conferir figuras 37 e 38): em *O Liberal* a referência à viagem inaugural do bonde encontra-se na parte superior da página, no *Diário do Pará* esta ocupa a parte inferior da página.

Acredito que tal diferença (nem sempre sutil) de abordagem indica as distintas e divergentes orientações políticas a que os jornais se filiam, pelo menos naquele

momento: em *O Liberal* predomina um posicionamento mais favorável ao governo de Duciomar Costa, ao qual o *Diário do Pará* representa um opositor<sup>103</sup> – e tal diferença tende a ser mais acentuada em virtude da concorrência estabelecida entre os dois veículos de comunicação<sup>104</sup>. Essa diferença que, por si só, já remete a distintas significações sobre um mesmo fato, faz funcionar também procedimentos que acabam por silenciar alguns aspectos da trajetória de embates e de insucessos ocorrida até que se chegasse ao ápice do acontecimento da volta do bonde.

Na matéria “Passeio de bondinho aos domingos”, na página A12, o tom de ironia continua presente, como já apontava a primeira página da mesma edição. As sentenças que intitulam a matéria e que oferecem uma rápida leitura à vista d’olhos qualificam a inauguração do bonde remetendo-a novamente ao descrédito, como vimos na legenda da fotografia na primeira página.

(42) **TURISMO**

Agora é pra valer  
 Volta inaugural aconteceu ontem com a presença de autoridades  
**Passeio de bondinho aos domingos**  
 (SANTIAGO, Elyne. Passeio de bondinho aos domingos. **Diário do Pará**, 13 out. 2007. Destaques no original)

Essa pitada de ironia funciona mais como um aperitivo ao leitor, ou mesmo como uma pequena degustação do que o jornal poderia ofertar. Digo poderia porque, por incrível que possa parecer, o tom de ironia impresso à chamada da matéria principal, na primeira página, e aos títulos da matéria principal, na página A12, se esfumaça e dá lugar a uma narrativa sobre a inauguração do bondinho chamada de “volta inaugural”.

<sup>103</sup> Veremos isso com mais cuidado, a seguir, na seção destinada às significações estabelecidas entre o bonde e a política.

<sup>104</sup> *O Liberal* pertence à família Maiorana, que dirige as Organizações Rômulo Maiorana (filiada à Rede Globo) e o *Diário do Pará* pertence à família do ex-senador Jáder Barbalho, a qual preside o Grupo Diário de Comunicação (filiada à Rede Bandeirantes de Televisão).

**Figura 41** – Página A12 do *Diário do Pará*, edição de 13 de outubro de 2007



A volta do bonde é primeiramente significada como um presente para a cidade de Belém, para depois ser dita como uma continuidade, como uma “reativação” (uma reativação do serviço). Essa reativação poderia ser interpretada de duas maneiras: uma ligada a um passado mais remoto e que diz sobre a extinção dos bondes elétricos em meados dos anos 40 e outra ligada a um passado mais recente e que se refere à gestão Edmilson Rodrigues, anterior a Duciomar Costa, e à não finalização das obras de implantação do bondinho.

- (43) Belém foi presenteada ontem com mais uma atração turística, o bondinho. A festa de reativação teve direito a fogos de artifício, banda da Guarda Municipal e um coral formado por funcionários da CTBel (Companhia de Transportes de Belém). A viagem inaugural do bondinho foi com algumas autoridades, entre elas, o prefeito de Belém Duciomar Costa, o reitor da Unama (Universidade da Amazônia), Edson Franco, e o ex-governador do Pará, Carlos Santos.

Os interessados em passear no bondinho vão precisar esperar até o próximo domingo, 21, que é quando começa a funcionar para o público.

(SANTIAGO, Elyne. Passeio de bondinho aos domingos. **Diário do Pará**, 13 out. 2007)

De modo assemelhado à edição de *O Liberal*, a volta do bonde é também relatada pelo *Diário do Pará* como uma festa, como algo que deve ser comemorado, e que contou com a presença de autoridades e de populares.

Como havia apontado, a inauguração do bondinho aconteceu em meio às festividades do Círio de Nazaré, de modo a aproveitar a comemoração nazarena e a visibilidade que algum evento desse tipo poderia ter, considerando o grande afluxo de pessoas na cidade. Isso fica mais visível quando a jornalista noticia que o serviço só funcionará para utilização pública no dia 21 de outubro, e não no dia 12 de outubro, quando foi inaugurado. Festa seletiva, excludente, aos moldes, portanto, da *belle époque*, cujas referências de exclusão são silenciadas em benefício de um imaginário a seguir, a copiar, a “resgatar”.

Vemos novamente a menção a uma volta no tempo e ao bonde como o meio para empreender tal viagem. Atrela-se a essa viagem a possibilidade de acesso à determinada memória como versão do passado de Belém. Seria o acesso a essa memória como história da cidade e como um saber específico que poderia “resgatar e valorizar nosso povo, nossa cultura”.

- (44) O prefeito Duciomar Costa ressaltou a importância de continuar obras de governos antigos para não desperdiçar o dinheiro público, **oferecendo ainda um meio para que os turistas e os próprios belenenses voltem no tempo e conheçam a história da cidade. “O bondinho funciona em Belém, antes mesmo de Nova York. No Brasil foi a primeira cidade e ganhou obras maravilhosas e hoje nós temos a oportunidade de resgatar e valorizar nosso povo, nossa cultura.** O importante é que o dinheiro é da população e tem que ser bem aplicado”.
- (SANTIAGO, Elyne. Passeio de bondinho aos domingos. **Diário do Pará**, 13 out. 2007. Destaques meus)

- (45) **O bondinho tem como objetivo resgatar o passado e a cultura do povo paraense**, realiza um trajeto de cerca de 2 km e possui capacidade para 45 pessoas sentadas.
- (SANTIAGO, Elyne. Passeio de bondinho aos domingos. **Diário do Pará**, 13 out. 2007. Destaques meus)

Outro dizer que comparece também na página do *Diário do Pará* em seu relato sobre a inauguração do bonde é o que atribui um pioneirismo à cidade de Belém. Causou-me um estranhamento a comparação feita entre Belém e Nova York, imputada ao prefeito Duciomar por conta do uso das aspas, cuja primeira leitura faz confundir e deixar a incerteza quanto ao fato deste registro estar ligado ao passado ou ao presente destas cidades. Uma nova leitura do Recorte 44 pode fornecer maior

precisão e dirimir quaisquer dificuldades, mas o que é importante assinalar é que tal lapso deixa visível uma interpretação, expressa sintomaticamente no texto da jornalista e na minha leitura sobre ele: o passado e o presente têm seus limites borrados no acontecimento da volta do bonde.

Prosseguindo na análise, encontrei algo interessante: a presença do relato de Adalgisa Maués, que também havia sido entrevistada por *O Liberal* no dia da inauguração (ver Recorte 38).

- (46) Adalgisa Maués, de 80 anos, ficou encantada com a semelhança do bondinho aos que circulavam no passado. “Eu andava de bondinho quando eu era meninota, é uma diversão para quem nunca viu, volta ao tempo em que era tudo tranquilo. Estou ansiosa, tenho três passagens”.  
 (SANTIAGO, Elyne. Passeio de bondinho aos domingos. **Diário do Pará**, 13 out. 2007)

O encantamento promovido pelo bondinho é um efeito da capacidade deste em guardar semelhanças com os antigos bondes, com os bondes dos tempos de criança. Portanto, quanto mais próximo de experiências pretéritas, bem como mais próximo também das imagens acerca destas experiências, maior efeito de encantamento. O bondinho cristaliza-se como suporte de uma memória individual, mas também social.

Assim, para além do potencial para rememoração naqueles que viveram um tempo o qual era também o tempo dos bondes, o bondinho acaba por orientar o gesto atual de leitura do passado (o dos antigos bondes) para quem não o viveu. Como uma espécie de dispositivo de pedagogia urbana, o bondinho é abrangente em termos de alvo, tendo em vista que, como efeito, instaura saudades até por quem não viveu a época à qual ele remete. O bondinho funciona, pois, interpelando o indivíduo em sujeito urbano, porém numa posição específica, qual seja a do sujeito saudoso.

Encantamento com a semelhança entre imagens do presente e do passado, mas também encantamento com a possibilidade de volta “ao tempo em que era tudo

tranquilo". A volta é significada como a rememoração de um tempo visto de forma positiva, o que faz reaparecer esse desejo da volta como uma crítica do presente. A questão que se coloca é sob quais termos essa crítica do presente é feita. Se considerarmos os sentidos que pode assumir a palavra "encantamento", podemos vislumbrar um leque sensível que contempla extremos como a satisfação, a felicidade e apatia. Alguns mitos amazônicos apresentam o encantamento como um misto entre sedução e feitiçaria, em que o encontro com seres encantados pode tornar uma pessoa sua prisioneira ou sua mediadora com o mundo terreno, assumindo com isso suas obrigações para com os encantados. Em uma analogia ousada, poderia dizer que o discurso nostálgico, ao produzir esse encantamento, seduz e aprisiona, configurando em certa medida um sujeito resignado e apático.

A matéria em análise também traz fotografias que fazem um registro da inauguração do bondinho, atestando a presença do jornal no cotidiano da cidade, a exemplo das mostradas anteriormente. Em linhas gerais, a fotografia principal (Figura 42) faz funcionar um efeito de continuidade à narração do evento, iniciada na primeira página: a menor centralidade da figura do prefeito, a presença dos dragões da independência confere pompa à viagem inaugural, a presença de populares que acenam à passagem do bonde – o que, em certa medida, repete a fotografia presente em *O Liberal*. A dessemelhança aparece na legenda da fotografia, que faz sugerir o caráter nada excepcional do evento: apenas uma "pausa" nas atividades diárias "para ver o bondinho passar". Veja que em *O Liberal*, a fotografia e sua legenda enfatizam o lugar de destaque do prefeito, o que é diminuído pela ênfase dada à presença de populares no *Diário do Pará* – embora este incorpore três fotografias à notícia (uma na primeira página e duas ilustrando a matéria interna) e *O Liberal* apenas uma fotografia (em sua primeira página). A maior ou menor atribuição de importância, seja ao prefeito ou ao povo, aponta para as já mencionadas filiações dos jornais com a Prefeitura de Belém e a respectiva tensão que se estabelece nesse triângulo.

**Figura 42** – Detalhe da página A12 do *Diário do Pará*, edição de 13 de outubro de 2007



A imputação de menor importância dada ao evento prossegue na segunda fotografia constante na matéria (Figura 43). Nesta imagem podemos observar que um instante da viagem inaugural foi registrado a partir de um plano superior, aparentemente feito do segundo andar do Palácio Antônio Lemos, sede da Prefeitura de Belém. Nessa espécie de tomada aérea, o bondinho é posicionado no conjunto daquela parte da cidade de Belém, onde, em torno do veículo, observa-se a presença de um pequeno número de pessoas. Este enquadramento da inauguração do bondinho reforça a sugestão de um evento de menor importância – ao contrário do que fazia crer *O Liberal*. Sugere-se, assim, que a cidade não parou por conta do evento, mas que conferiu uma pequena pausa para isso. Por outro lado, o enquadramento da fotografia, além de imprimir pequenez ao evento, apresenta certo destaque ao cruzamento entre o fluxo de ônibus, carros particulares e os trilhos do bonde. Uma pergunta parece emergir da cena: ainda há lugar para o bondinho na cidade de hoje?

Tendo já apresentado as fotografias que constituem a narrativa sobre a inauguração do bondinho, publicadas por *O Liberal* e no *Diário do Pará*, quero retomar a indicação feita anteriormente acerca da presença de outras imagens nessas imagens. Tal ocorrência diz respeito à noção de **intericonicidade**, proposta

por Jean-Jacques Courtine<sup>105</sup>, para quem a imagem se inscreve em uma cultura visual e que supõe uma memória visual (MILANEZ, 2006). Deste modo, toda imagem tem um eco e faz ressurgir outras imagens que se filiam a uma rede de memória.

**Figura 43** – Detalhe da página A12 do *Diário do Pará*, edição de 13 de outubro de 2007



Consideremos as fotografias apresentadas (vide figuras 38, 40, 42 e 43) e observemos sua temática, o seu enquadramento e a maneira como são formuladas para dizerem sobre a inauguração do bondinho. Observemos as regularidades. Da mesma maneira que fiz antes, com o objetivo de facilitar a leitura e o efeito comparativo, agrupei essas fotografias.

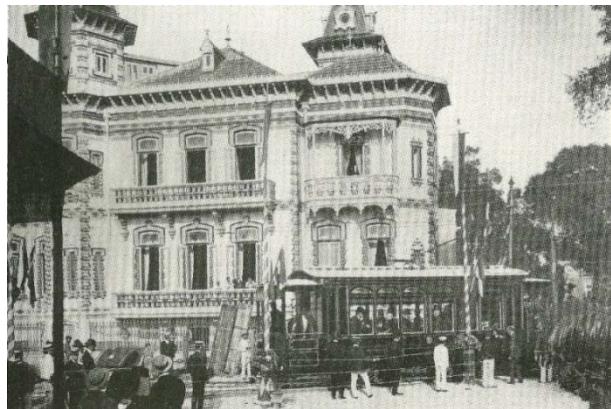
A Figura 44 reúne as figuras 38, 40 e 42. Comparemos, pois, esta com as figuras 45 e 46, que retratam a inauguração do bonde elétrico em Belém no ano de 1907. Cotejando as imagens, com os devidos descontos às diferenças da tecnologia fotográfica, atentemos para a ocorrência de regularidades.

<sup>105</sup> Jean\_Jacques Courtine teve grande importância nas origens da análise de discurso francesa, em especial por trazer a abordagem foucaultiana para este campo, como nos esclarece Maria do Rosário Gregolin (2007).

**Figura 44** – Comparativo das figuras 38, 40 e 42

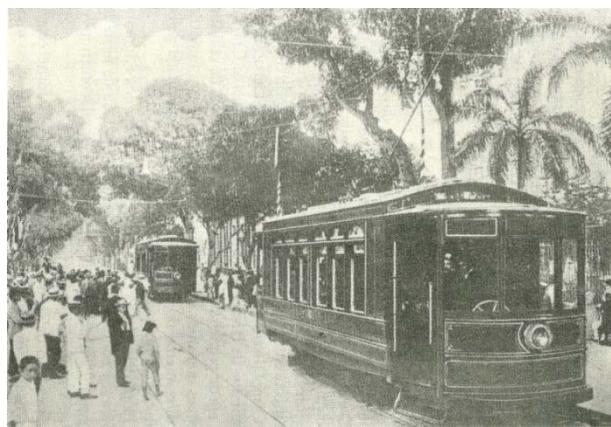


**Figura 45** – Inauguração do serviço de bondes elétricos em Belém (1907)



**Fonte:** Rocque (1996, p. 426).

**Figura 46** – Inauguração do serviço de bondes elétricos em Belém (1907)

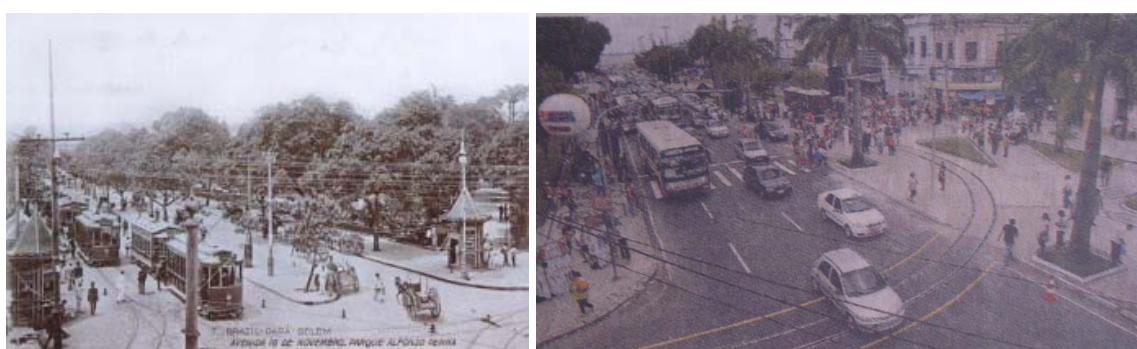


**Fonte:** Rocque (1996, p. 427).

Um esforço de comparação pode nos dar a oportunidade de ver que, para além de serem apresentadas como testemunhos da história-em-curso (GREGOLIN, 2000) ou como um registro visual na ordem do discurso jornalístico que escreve a história do presente (FERREIRA, 2011), as figuras 38, 40 e 42 (unidas na Figura 44) ressoam imagens das cerimônias de inauguração do bonde elétrico nas cidades brasileiras do início do século XX, e mais especificamente – que é o que me interessa aqui – fazem ecoar imagens que retratam a implantação dos bondes elétricos em Belém, no ano de 1907.

Mais um exemplo deste funcionamento pode ser dado pela comparação entre a Figura 36, representada por um cartão-postal da cidade de Belém e que foi usado no texto do projeto *Via dos Mercadores*, e a Figura 43. A conjugação das imagens na Figura 48 faz saltar aos olhos uma forma assemelhada de dar visibilidade a uma cena da cidade.

**Figura 47** – Comparativo das figuras 36 e 43



Deste modo, como a inauguração do bondinho está filiada ao discurso da volta do bonde a Belém enquanto uma volta ao passado, as fotografias que registram esse fato pressupõem esse repertório visual e por ele são informadas. São, portanto, imagens que voltam com a volta do bonde em Belém, atestando o poder da imagem como operador de memória social (PÉCHEUX, 1999). Tais imagens indicam uma memória que estabelece (ainda que inconscientemente) um

gesto de leitura que diz sobre o que ver, como ver e como fazer ver. Mas isso não diz respeito apenas à imagem, mas acima de tudo ao conjunto texto-imagem como uma tecnologia de fazer dizer e fazer ver que se estabelece na interseção entre os ecos de imagens que são efeito do verbal e do não verbal na ordem do discurso.

## 4.2 O bonde e as disputas políticas

Após ter apresentado os sentidos atribuídos à volta do bonde a Belém, quero ainda destacar outro modo de significação desse acontecimento e que remete diretamente ao político, mais especificamente à tensa relação entre a Prefeitura de Belém e o Governo do Pará, no caso particular da gestão Edmilson Rodrigues.

Em matéria publicada no dia 5 de dezembro de 2004, *O Liberal* já trazia indicações sobre a constituição e a circulação de um dizer que passará a significar a gestão Edmilson Rodrigues à frente da Prefeitura de Belém: a imagem do fracasso. A Figura 48, que tenta reproduzir a página inteira do jornal, dá uma ideia sobre como essa significação vai sendo constituída em sua diagramação.

Notemos que esta é uma edição publicada em dezembro de 2004, ou seja, nos últimos dias do mandato de Edmilson Rodrigues à frente da Prefeitura de Belém. A matéria produzida pela editoria de atualidades do jornal procura, por ocasião dos trabalhos da comissão de transição composta por representantes da Prefeitura e do recém-eleito prefeito Duciomar Costa, mostrar que importantes obras não serão concluídas, ficando por isso sua responsabilidade para a futura gestão municipal. Os recortes abaixo apresentam os títulos da matéria e suas seções, cujo encadeamento ilustra o funcionamento dessa forma de significação.

**Figura 48** – Página de *O Liberal*, edição de 5 de dezembro de 2004



**(47) PREFEITURA**

**Obras que ficam para o próximo governo**

Abertura da avenida 1º de Dezembro e as obras do canal do Tucunduba estão entre as que só serão concluídas na próxima administração municipal

(VIDIGAL, Enise e MAUÉS, Eva. Prefeitura. Obras que ficam para o próximo governo. **O Liberal**, 5 dez. 2004. Destaques no original)

**(48) Túnel da Dr. Freitas tem que esperar**

(VIDIGAL, Enise e MAUÉS, Eva. Prefeitura. Obras que ficam para o próximo governo. **O Liberal**, 5 dez. 2004)

**(49) Prefeitura terá que desembolsar R\$10 milhões para obras inacabadas**

(VIDIGAL, Enise e MAUÉS, Eva. Prefeitura. Obras que ficam para o próximo governo. **O Liberal**, 5 dez. 2004)

**(50) Projeto Via dos Mercadores também corre o risco de não sair neste ano**

Outra obra da Prefeitura de Belém que corre o risco de não ser concluída até o final do mandato do prefeito Edmilson Rodrigues é a “Via dos Mercadores”, que inclui ainda a instalação de um bondinho que vai passar em frente a vários pontos turísticos do Centro Histórico do Belém (...)

A previsão da própria prefeitura era de que o projeto ficaria pronto em outubro, mas depois de várias datas adiadas até agora não houve inauguração. A prefeitura ainda não terminou nem a colocação dos trilhos do bondinho, mesmo após várias interdições das ruas onde será instalado.

(VIDIGAL, Enise e MAUÉS, Eva. Prefeitura. Obras que ficam para o próximo governo. **O Liberal**, 5 dez. 2004)<sup>106</sup>

- (51) O projeto Via dos Mercadores vai mudar a cara do Centro Histórico de Belém, preservando as construções do final do século 19 e início do século 20 – a época da Belle Époque – e restaurar as características iniciais do local.

O nome do projeto é um resgate do nome que as ruas João Alfredo (da avenida Portugal até a travessa Frutuoso Guimarães) e Santo Antônio (da Frutuoso até a avenida Presidente Vargas) receberam ainda no século 17, por ficarem próximas à área do comércio e do porto da cidade, o Ver-O-Peso.

A obra vai intervir nas calçadas e na iluminação, que será toda subterrânea para não poluir visualmente os casarões. As calçadas serão alargadas e terão rampas para facilitar o acesso de pedestres e deficientes físicos em cadeiras de rodas. Os camelôs, uma problemática naquele local, também foram incluídos no projeto. Eles serão cadastrados e receberão quiosques padronizados, que terão a cobertura semelhante às das barracas do Ver-O-Peso, apenas em proporções menores.

Além disso, a obra compreende intervenções nas duas praças localizadas nas extremidades da via: a praça das Mercês e a Barão do Guajará. As duas praças receberão novo paisagismo, novos pisos e quiosques de trabalhadores ambulantes.

**Bondinho** - Transporte característico da cidade no início do século 20, o bondinho vai voltar para trazer a nostalgia dos tempos de outrora. Construído por uma empresa santista, o modelo é uma réplica do bonde JG Brill, de origem americana, datado de 1910. O modelo que veio para Belém tem capacidade para 45 passageiros, encostos dos bancos feitos em palhinha e réplica da cor original e vai viajar a uma velocidade de 15 quilômetros por hora. Segundo o responsável técnico pela construção do bonde, o engenheiro-eletricista Marcos Rogério Nascimento, a ideia é resgatar ao máximo as características do bonde que existiu em Belém e que deixou de circular há mais de 50 anos.<sup>106</sup>

(VIDIGAL, Enise e MAUÉS, Eva. Prefeitura. Obras que ficam para o próximo governo. **O Liberal**, 5 dez. 2004. Destaque no original)

Destes apresentados, interessa-nos especialmente o Recorte 51 que trata sobre a possibilidade de não conclusão do projeto Via dos Mercadores. Embora seja apontado como mais uma iniciativa inconclusa do então prefeito, o Via dos

---

<sup>106</sup> Este último parágrafo do Recorte 51 inclui o Recorte 26, analisado no Capítulo 4.

Mercadores parece ganhar destaque em meio às outras obras citadas<sup>107</sup>, já que o teor da seção vai além da simples queixa de atraso no cronograma de implantação e se debruça sobre uma explicação acerca dos elementos que compõem esse projeto. Talvez isso possa indicar uma concordância do sujeito do discurso em relação à urgente necessidade de mudar a imagem construída sobre o centro histórico de Belém e o discurso sobre sua crise. Deste modo, o projeto Via dos Mercadores é também significado pelo discurso jornalístico como uma necessidade e até como algo que atende ao desejo de preservação, de restauração, de recuperação, enfim, de resgate de uma época.

Aliás, vale a pena destacar que as linhas gerais do projeto Via dos Mercadores aparecem bem descritas na matéria, o que mostra o alcance do discurso urbanístico para além das fronteiras de seu campo, potencializado pelo estabelecimento de sua aliança com o discurso jornalístico, configurando e atualizando um saber sobre a cidade, que estabelece os termos de sua concepção, ordenamento e de sua pedagogia.

A suposição de que o projeto Via dos Mercadores ganha destaque nessa edição de *O Liberal* pode ser confirmada pela escolha das fotografias que servem para ilustrar a matéria. Das obras não concluídas e citadas na reportagem, três fotografias são publicadas, sendo que uma delas mostra as obras de instalação dos trilhos e da estação do bonde (Figura 49). Sem o necessário entrelaçamento com o verbal, seja por meio do título da seção ou de sua própria legenda<sup>108</sup>, a fotografia pouco se filia ao dizer sobre o estado inconcluso das obras. Ao contrário disso, essa fotografia poderia, inclusive, imprimir sentidos de progresso às obras. Porém, quando ocorre a interseção entre o texto verbal e o não verbal, entre a palavra e a imagem, entre títulos, subtítulos, os parágrafos, as fotografias e suas legendas, enfim, a matéria propriamente dita opera um complexo e mútuo apoio entre os

---

<sup>107</sup> Esse destaque dado ao projeto Via dos Mercadores e, em especial, ao bondinho, como se estes pudessem corresponder ao todo das obras (inacabadas ou não) da Prefeitura de Belém aparecerá mais adiante, ainda nesta seção.

<sup>108</sup> Na fotografia reproduzida na Figura 49 temos a seguinte legenda, por exemplo: “OBRAS - Recuperação do Centro Histórico, com a instalação do bondinho, deve mudar a paisagem de Belém, apesar da demora na conclusão das obras”.

elementos do dizer e instaura-se uma verdade “comprovada” na página do jornal – um efeito de verdade.

Há de se notar, também, que o destaque atribuído ao projeto Via dos Mercadores é muito influenciado pela proposta de implantação do bondinho, a qual em sua origem era significada como uma ação complementar ao projeto, embora reconhecidamente estratégica. De elemento acessório no começo, o bondinho vai se descolando aos poucos do escopo do projeto Via dos Mercadores, quando de seu movimento entre o discurso urbanístico e o discurso jornalístico. Eis a força de um ícone!

**Figura 49** – Página de *O Liberal*, edição de 5 de dezembro de 2004



Ainda no mês de dezembro, encontramos também em *O Liberal*, um artigo escrito pelo então secretário estadual de Cultura Paulo Chaves. Publicado com o título “A esbórnia também anda de bonde na última edição de 2004 do citado jornal, referente aos dias 31 de dezembro de 2004 e 1º de janeiro de 2005 – portanto, na passagem do ano velho para um novo ano, época propícia para balanços –, o texto faz um dramático, apocalíptico e assustador retrato da cidade de Belém. E para situar o leitor, lembremos que, nesse período, as eleições municipais já haviam sido realizadas com a vitória de Duciomar Costa, rival do ainda prefeito Edmilson

Rodrigues e candidato apoiado pelo Governador Simão Jatene, de quem Paulo Chaves era secretário.

(52) Cenário devastado, a cidade agoniza. Agora, além do lixo e tudo mais que está sendo legado – igualmente lixo – há uma nova tralha no meio do caminho, um bonde. Levar de nenhum lugar a lugar nenhum, eis o percurso.

(FERNANDES, Paulo Roberto Chaves. A esbórnia também anda de bonde. *O Liberal*, 31 dez. 2004 e 1 jan. 2005).

Logo de início, chamou a minha atenção o fato de Paulo Chaves ter assinado como arquiteto e secretário de Cultura, o que me fez lembrar que forma semelhante era usada por Edmilson Rodrigues ao assinar como prefeito de Belém e arquiteto. Tal maneira de subscrever o texto, de dizer de si e de se inscrever no mundo faz funcionar uma memória que sinaliza uma determinada competência para tratar de um assunto em específico: a cidade – campo presumido de competência e atuação do arquiteto. Com isso, o efeito que tal assinatura promove é o de um dizer autorizado, competente e verdadeiro, enfim, um dizer neutro e inquestionável.

O título do artigo antecipa o objeto e, particularmente, a forma de abordagem desse objeto. Aliás, melhor seria dizer que o texto trata de dois objetos, e não apenas de um: o bonde do Centro Histórico de Belém e a administração de Edmilson Rodrigues à frente da Prefeitura, ou o bonde e a esbórnia. Imagem forte, sem dúvida, e que sintetiza o funcionamento do texto, qual seja o de estabelecer uma interseção de sentidos pejorativos sobre o bonde e a prefeitura petista aos moldes de uma metonímia: em uma escala micro, os problemas observados na concepção e implantação do bonde representam os erros cometidos pela Prefeitura. Pensar o bonde em seu fracasso é lembrar-se da administração petista, fazendo um recorte que privilegia um ponto em detrimento de outros.

O artigo de Paulo Chaves é um valioso documento para a análise que aqui busco desenvolver, tendo em vista que, em função da posição que o sujeito nele ocupa, condensa em suas linhas os modos de significação do político a partir do bonde. Da análise que empreendi sobre o funcionamento do discurso nessa materialidade, constatei alguns pontos que sinalizam para o uso de estratégias

discursivas que foram colocadas em funcionamento para dizer o que dizem sobre a Prefeitura de Belém e o bonde. Um primeiro ponto diz respeito ao estado caótico que seria o retrato da cidade à época como o legado deixado pela administração Edmilson Rodrigues. O caos seria, portanto, fruto da má administração da municipalidade.

Na crítica à Prefeitura de Belém, em momento algum do texto será mencionado o nome do prefeito. A referência à administração de Edmilson Rodrigues é feita por meio da mobilização de metáforas. Por outro lado, já me corrigindo, a Prefeitura também não é mencionada no artigo, o que pode ilustrar a intenção de desvincular o nome de Edmilson Rodrigues à Prefeitura de Belém, fazendo essa ligação tornar-se algo que merece a ser esquecido, bem como o de apontar que há um novo titular municipal (Duciomar Costa), adversário do ex-prefeito e aliado do governador do Estado. No título do artigo, por exemplo, como que antecipando a perspectiva ácida do texto e fazendo funcionar sua síntese, temos a menção à esbórnia como adjetivação empregada para qualificar Edmilson Rodrigues e sua equipe enquanto sujeito coletivo. Ao atrelar este sujeito coletivo adjetivado ao bonde, o secretário faz colar uma mesma significação negativa, onde o (desastroso) bonde passa a ser imagem e semelhança do prefeito, e por extensão a de sua administração. O bonde torna-se metonímia da administração Edmilson Rodrigues, estratégia discursiva onde a parte passa a corresponder ao todo.

- (53) Metonímia do caos que sofremos, ele [o bonde] é signo exemplar do *marketing* politiquero, irresponsável e desastrado. Imagem e semelhança daqueles que, quando chegam ao poder, copiam malfeito, ou não sabem fazer.

Inventado durante a sofreguidão que antecipou as eleições deste ano, fez parte do último pacote de trastes ministrados a Belém. Tudo com dinheiro do povo e direito a certificado de qualidade das coisas de 1,99.

Além de *out-door* sobre trilhos – diga-se de passagem, os especialistas afirmam ser incompatíveis com o uso pretendido e que dificilmente farão a geringonça andar, e se andar, jamais por longo tempo, pela impropriedade do local e difícil manutenção – pretendiam usar o bonde como bucha de canhão para expurgar os ambulantes da João Alfredo, assim expondo a deficiência do projeto de urbanização, ou a frágil autoridade para negociar. Ou as duas.

(FERNANDES, Paulo Roberto Chaves. A esbórnia também anda de bonde. **O Liberal**, 31 dez. 2004 e 1 jan. 2005)

Tendo chamando-o de “tralha”, podemos acompanhar a gramática do secretário em sua prolífica adjetivação do bonde: “metonímia do caos”, “signo exemplar do *marketing* politiqueiro, irresponsável e desastrado”, “Imagen e semelhança daqueles que, quando chegam ao poder, copiam malfeito, ou não sabem fazer”, “parte do último pacote de trastes ministrados a Belém”, “outdoor sobre trilhos”, “geringonça”, “bucha de canhão para expurgar os ambulantes” e, mais adiante, “cópia de uma cópia, no melhor estilo *fake*”<sup>109</sup>.

Do bonde à administração de Edmilson Rodrigues e vice-versa, o secretário prossegue rancorosamente: “lixo”, “copiam malfeito, ou não sabem fazer”, um governo que faz coisas de 1,99 – onde retoma um sentido atribuído às obras da Prefeitura em comparação às obras do Governo do Pará.

Na adjetivação do bonde e do governo Edmilson, o secretário tanto realiza sua autopromoção como desempenha a missão de promoção do governo a que faz parte, afirmindo a si e ao governo estadual como competentes, como os que sabem fazer – ao contrário, portanto, dos que “copiam malfeito, ou não sabem fazer”. E como exemplo de competência refere-se à restauração do Complexo Feliz Lusitânia, promovida pelo Governo do Pará com recursos exclusivamente estaduais, “sem nenhum tostão do prometido Monumenta, graças a tantas outras pedras politicamente colocadas no caminho” – e aqui Paulo Chaves alfineta o governo federal (na época chefiado por Luis Inácio Lula da Silva), fazendo crer que o governo do PSDB sofria perseguição no nível da Presidência da República. Aliás, no governo Edmilson, quando Fernando Henrique Cardoso ainda era o Presidente da República, a mesma queixa era ouvida.

(54) Ao se fazer a recente restauração do conjunto urbanístico Feliz Luzitânia – sem nenhum tostão do prometido Monumenta, graças a tantas outras pedras politicamente colocadas no caminho –, foram usados recursos públicos locais para retirar os postes e a fiação elétrica que comprometiam a visibilidade dos bens tombados, colocando-se toda a rede de energia, subterrânea, sem descurar das soluções técnicas para iluminação cênica das fachadas e das ruas.

Tempo e dinheiro em vão, outros postes bem mais mal enjambrados que os primeiros – a bem da verdade, mais horrorosos ainda –

---

<sup>109</sup> Vide Recorte 56.

ocupam o meio das vias, nos dois lados, fincados a toque de caixa, mal acabados e tortos, absurda agressão à morfologia da cidade e ao seu patrimônio. Até mesmo no meio das valas de drenagem superficial, entre o meio fio e o asfalto, foram enfiados, a carecer de pelo menos uma envergonhada cerimônia. Não falta, obviamente, uma teia de fios elétricos no meio da rua a coroar a insensatez. Tudo ao arrepio das leis existentes sobre os bens patrimoniais e o seu entorno.

(FERNANDES, Paulo Roberto Chaves. A esbórnia também anda de bonde. **O Liberal**, 31 dez. 2004 e 1 jan. 2005)

- (55) Ironicamente, diante do nada feito, “ou pouco, muito pouco, pouco mesmo”, parodiando o velho locutor esportivo, escolheram as obras do Governo do Estado – inclusive a espetacular perspectiva do Forte contracenando com a Cidade Velha e a baía – hoje, sem o muro da época do aquartelamento que fizeram o diabo para manter e assim atrapalhar a conclusão do projeto – como pontos principais da encenação marqueteira.

(FERNANDES, Paulo Roberto Chaves. A esbórnia também anda de bonde. **O Liberal**, 31 dez. 2004 e 1 jan. 2005)

Ao citar a restauração do Feliz Lusitânia, e a si mesmo, Paulo Chaves quer fazer uma comparação entre as obras realizadas pela Prefeitura de Belém e as obras realizadas pelo governo estadual, especificamente as capitaneadas por sua secretaria. As obras da Prefeitura seriam aquelas que, feitas com “dinheiro do povo”, dão “direito a certificado de qualidade das coisas de 1,99”. Ou seja, são obras com resultados de baixa qualidade e que não deveriam combinar com o gasto de dinheiro público. Em contraposição a esse infeliz resultado, as obras do governo estadual teriam comprovada qualidade, não sendo parte “das coisas de 1,99”.

O que poderia “comprometer” a fala do secretário está obviamente ausente no texto, mas essas ausências podem ser iluminadas. Um primeiro apagamento diz respeito à origem dos recursos destinados tanto às obras municipais quanto estaduais. Para o caso das obras municipais a sua proveniência é explícita: trata-se do “dinheiro do povo”, cuja referência à sua origem (o povo) faz pesar a necessidade de gastos mais eficientes e eficazes, de modo a garantir um adequado equilíbrio entre custos e benefícios – compromisso mais agudo se considerarmos os discursos filiados à esquerda. Dinheiro do povo gasto sem resultado de qualidade é igual a povo lesado. O interessante é que essa argumentação não explícita no texto faz considerar que, se incidirem em resultados de elevada qualidade, os gastos vultosos de dinheiro público não devem ser jamais contestados. Isso poderia bem se aplicar à

polêmica em torno dos custos elevados das obras do governo estadual. Aliás, é importante destacar que, ao contrário do que é feito para o caso municipal, não se encontram atrelados à mesma origem os recursos destinados às obras estaduais, qual seja o “dinheiro do povo”. Ao apagar sua origem, apaga-se também o direito a qualquer contestação de seu uso. Torna-se, deste modo, nada natural contestar a qualidade conseguida a custos exorbitantes.

Outro apagamento torna-se visível quando o secretário aponta falhas nas obras feitas pela Prefeitura no centro histórico<sup>110</sup>, erros que teriam sido cometidos com o “arreio das leis existentes sobre os bens patrimoniais e o seu entorno” – por sinal, um problema do qual o Governo do Estado também não esteve distante. A valorização do Complexo Feliz Luzitânia como exemplo de restauro patrimonial não menciona obviamente a polêmica sobre a derrubada do muro do Forte do Castelo, feita pelo governo estadual, apesar da desaprovação disso por parte do IPHAN<sup>111</sup>. Aliás, corrijo-me: é feita sim menção a esse episódio, mas uma menção que sacraliza o governo estadual ao responsabilizar a Prefeitura por essa polêmica: “fizeram o diabo para manter e assim atrapalhar a conclusão do projeto”. Para Paulo Chaves, a polêmica criada teria sido mais uma “encenação marqueteira” por parte da Prefeitura.

Terceiro apagamento: o técnico no lugar do político. O artigo de Paulo Chaves constitui-se em mais um ponto de materialização da mais acirrada disputa entre Governo do Estado e Prefeitura que se estabeleceu desde a assunção de Edmilson Rodrigues. No caso específico do texto, essa disputa é mascarada em nome da boa técnica, da boa gestão, da qualidade técnica de projetos e de obras. Apaga-se, assim, a diferença de filiação político-ideológica, colocando-a como uma diferença de saber técnico, uma diferença entre quem saberia fazer e quem não saberia fazer.

Feito o balanço negativo da administração Edmilson Rodrigues, o texto vai chegando ao fim. Quase em um suspiro – um suspiro de felicidade, diga-se de

---

<sup>110</sup> Nota-se a continuada importância dada ao centro histórico por parte do governo estadual, como apontei no inicio do Capítulo 2.

<sup>111</sup> Conferir seção 2.2 desta tese.

passagem –, os últimos parágrafos comemoram o fim do governo Edmilson Rodrigues. Afinal, havia chegado a hora para que a festa desregrada acabasse.

- (56) Para gáudio de todos, a Trupe & Cia. encerra a indigesta temporada na praça. Chinfrins, tragicônicas apresentações, *pour épater le prolétariat*, foram encenadas ao longo de “inesquecíveis” oito anos. A derradeira peça, A Esbórnia Também Anda de Bonde, teve o principal ator/objeto de cena importado de Santos, cópia de uma cópia, no melhor estilo *fake* e que jamais, em tempo algum, rodou por estas bandas. Muito menos no tumultuado itinerário traçado, com fins cenográficos, pela estultice, com inevitável improviso digno dos mafuás de subúrbio.  
 (FERNANDES, Paulo Roberto Chaves. A esbórnia também anda de bonde. **O Liberal**, 31 dez. 2004 e 1 jan. 2005)

- (57) Sob os apupos da plateia, chafurdando-se naquilo em que Belém foi transformada, termina, melancolicamente, a pantomima. A Trupe & Cia. descarrilou sem jamais ter andado na linha. Baixa o pano.

*La commedia è finita.* Oxalá tomem, mas tomem pra valer, definitivamente, o destino do nunca mais, com bonde e tudo. Vade-retro.

(FERNANDES, Paulo Roberto Chaves. A esbórnia também anda de bonde. **O Liberal**, 31 dez. 2004 e 1 jan. 2005)

O tema da encenação passa a designar não só o bonde, mas também o conjunto da administração Edmilson Rodrigues. O bonde é significado como o ator principal ou objeto de cena de uma peça teatral, ou seja, cenográfico, assim como era o seu o seu “tumultuado itinerário traçado (...) pela estultice, com inevitável improviso”. A administração Edmilson Rodrigues (enquanto sujeito coletivo) é significada como uma trupe que encerra sua “indigesta temporada de chinfrins e “tragicônicas apresentações”, feitas “pour épater le prolétariat”. É interessante à inclusão dessa frase em francês e que, no meu entender, sinaliza para mais um apagamento. Esse enunciado seria uma adaptação de “pour épater la bourgeoisie”, que caracterizou uma certa tendência artística francesa, do século XIX, que se caracterizava pela paixão pelo desregramento e pelos excessos. Tal adaptação anuncia seu duplo funcionamento: o apagamento do lugar de classe do sujeito que o enuncia e a vitimização do lugar de classe do sujeito em lugar oposto ao enunciador – o proletariado. Inclusive, o uso de expressões rebuscadas e de expressões estrangeiras, para além da afetação, revelam o lugar de classe ao qual o sujeito se filia para fazer seu um determinado discurso. Não é à toa à referência ao comércio

popular (“coisas de 1,99”, em oposição a produtos de qualidade e, portanto, de grife) e à periferia (o “inevitável improviso digno dos mafuás de subúrbio”, em oposição ao ordenamento e normalização que preceitua a centralidade) como uma forma de adjetivação negativa e, antes de tudo, preconceituosa.

Introdução, desenvolvimento e conclusão com efeitos de coerência capturariam o leitor, convocando-o a se filiar à rede de sentidos tecida no texto. Mas a que conclusão o leitor poderia chegar? O bonde, cujo percurso levaria “de nenhum lugar a lugar nenhum”, representaria a administração Edmilson Rodrigues em seus erros e fracassos. Daí, então, os votos de que isso nunca mais se torne a repetir, em específico que Edmilson & Cia. – para usar a expressão de Paulo Chaves – não voltem mais, que “tomem pra valer, definitivamente, o destino do nunca mais, com bonde e tudo”. É assim que as forças políticas a que o secretário estadual de cultura se vincula pretendem tornar os oito anos de Edmilson Rodrigues “inesquecíveis”, com aspas mesmo. O uso das aspas no texto, embora indiquem uma ironia em funcionamento, também sinalizam para uma tensão entre o esquecer e o lembrar: esqueçamos esses oito anos ao lembrarmos do que dissemos que foi feito (de bom pelo Governo Estadual, de ruim pela Prefeitura). Lembrar para esquecer, dizer para silenciar: eis o seu funcionamento.

Em 2005, já nos primeiros dias de Duciomar Costa como prefeito de Belém, percebo a ocorrência daquilo que se tornou quase um ritual encenado por prefeitos e governadores eleitos, e apoiado pela imprensa em geral: a crítica negativa acerca da administração anterior, a qual adquire tons mais dramáticos nos casos de sucessão de adversários políticos. A esse ritual, agora cumprido por Duciomar Costa e que alimenta e é alimentado pela imprensa, agrega-se a já constituída e devidamente atualizada imagem de fracasso como adjetivação para Edmilson Rodrigues e sua administração. É o que sugere a matéria publicada no jornal O Liberal, de 5 de janeiro de 2005, ao apontar as obras inacabadas, entre as quais se incluem o projeto Via dos Mercadores e a implantação do bondinho, como o legado do governo de Edmilson Rodrigues para Duciomar Costa.

(58) **Fumbel discutirá obras**

*Reunião do titular do órgão com o prefeito decidirá sobre o futuro das obras inacabadas*

Somente manhã, após o despacho do presidente da Fundação Cultural de Belém (Fumbel), Heitor Márcio Pinheiro Santos, e o prefeito Duciomar Costa, é que haverá uma definição sobre obras e projetos ainda em andamento, mas paralisados em função da transição do governo municipal de Belém. Trata-se, entre outros, de projetos como o “Via dos Mercadores”, com a implantação do “bondinho” do Centro Comercial da cidade; a restauração do palacete Bolonha e as restaurações parciais do palacete Pinho e do Solar da Beira, no Ver-o-Peso, entre outros.

(FUMBEL discutirá obras. *O Liberal*, 5 jan. 2005)

Observa-se o mesmo funcionamento, agora não só a partir de falas governamentais, mas também a partir dos leitores, o que sinaliza para uma comunhão do dizer. Há, desta forma, uma circulação de sentidos já formulados, os quais, após sua consolidação via discurso político e discurso jornalístico, passam a se movimentar na chamada “fala ordinária” materializada no jornal. É o que encontramos na coluna “Voz do leitor” do jornal *O Liberal* e que nos dá algumas indicações sobre os sentidos já-em-consolidação acerca da gestão de Edmilson Rodrigues, após as eleições municipais de 2004 e no início da gestão Duciomar Costa. A carta do leitor Paulo de Souza, publicada em janeiro de 2005, que encaminha “algumas sugestões para a nova administração”, inicia com os votos de boas-vindas ao novo prefeito e assim estabelece sua filiação ao dizer que qualifica negativamente a gestão anterior da Prefeitura de Belém. Nomeando diretamente o ex-prefeito de Belém<sup>112</sup>, o leitor questiona sua competência como arquiteto e urbanista, em vista das “porcarias que ele implantou”.

## (59) Seja muito bem-vindo, prefeito Duciomar Costa, que Deus ilumine sua administração, que não será nada fácil depois dos estragos feitos pelo Edmilson Rodrigues. Custo a acreditar que o ex-prefeito tenha se formado em Arquitetura e Urbanismo. Deve ter faltado em muitas aulas, haja visto as porcarias que ele implantou em Belém, o rastro de sujeira por todas as ruas, etc.

Pois bem, a desgraça já foi feita, resta apenas muito trabalho para Belém voltar a ser a “Metrópole da Amazônia”, título que há oito anos está longe de nossa capital.

(SOUZA, Paulo Roberto Lima de. Bem-vindo, prefeito. *O Liberal*, 4 jan. 2005)

<sup>112</sup> Ao contrário do que fez Paulo Chaves em “A esbórnia também anda de bonde”.

Há um lamento sobre a imagem da cidade, e sobre o status de importante cidade que ainda não voltou e que parece estar longe de voltar: “resta apenas muito trabalho para Belém voltar a ser a ‘Metrópole da Amazônia’”. Note-se que é utilizado o verbo “voltar”, cujo emprego se associa aos sentidos da volta, já discutidos anteriormente.

Mais adiante essa imagem de administração fracassada passa a circular associada a partir de uma nova designação. Unindo a criatura ao seu criador, esta designação opera através de uma dupla nomeação do fracasso e seus efeitos de sentido: o bonde fracassou porque veio de Edmilson e, vindo do ex-prefeito, o bonde só poderia ser um fracasso. É o caso da designação “bonde do prefeito”, materializada numa carta publicada na coluna “Voz do leitor” do jornal *O Liberal*, de janeiro de 2005, transcrita integralmente a seguir:

- (60) Acompanhei durante todo o ano de 2004 essa novela do “bonde do prefeito”.

Moro no Rio de Janeiro, mas sou paraense apaixonada por minha terra e, como tal, fico muito feliz quando nossa cidade ganha espaços como esse “Mangal das Garças”, mas vamos ao bonde.

Eu fico imaginando esse bonde andando pelas ruas do centro em pleno movimento dos dias normais. Vai ser uma bagunça. Qual o objetivo dessa viagem? Toda viagem deve ter um propósito. Aqui mesmo temos duas linhas de bondes funcionando, o de Santa Tereza, que é um meio de transporte daquele bairro, e o do Corcovado, que leva e traz pessoas que vão ao Cristo.

**Gostaria que o “nossa bonde”, não mais do prefeito, fosse aproveitado aí mesmo no centro, pois já foi feito todo um investimento com o dinheiro do contribuinte e não pode ser jogado fora.** Vai minha humilde sugestão. Ele poderia trafegar nos fins de semana, dentro de uma programação turística e cultural envolvendo também as visitas aos nossos três museus, envolvendo vários segmentos culturais como música, teatro, arte popular. E também poderia trafegar em noites especiais, dentro de um calendário pré-estabelecido e amplamente divulgado pela mídia. **Assim, creio que ainda vamos ter orgulho desse bonde.**

(MORAIS, Nanci Lopes. O bonde no turismo. *O Liberal*, 13 jan. 2005. Destaques meus)

O simples, porém nada ingênuo fato de estampar uma carta em suas páginas, e que trata sobre uma questão específica, aponta para uma estratégia cujos efeitos é o de dizer que as coisas são como o jornal diz que são. Diffícil, penso eu, encontrar

ali algo que iria de encontro ao que o jornal veicula, o que revela muito sobre a pretensa democracia de opiniões nos jornais. Ao publicar esta carta em suas páginas, *O Liberal* está a dizer (não dizendo) que o discurso por ele veiculado é verdadeiro, que é um jornal isento, que traz a realidade do dia-a-dia, e que a carta da leitora apenas corroboraria esse funcionamento.

Voltando ao recorte, vemos que o debate sobre o bonde e sobre as suas obras de implantação são significados como uma novela: “essa novela do ‘bonde do prefeito’”. O termo “novela”, ainda que se refira a uma obra dramatúrgica, em nosso cotidiano, passou a se referir a algo sem importância, desprovido de lastros na realidade. Deste modo, a leitora despolitiza, assim como o jornal, a questão. E prossegue ao mesmo tempo despolitizando e politizando a questão, ao materializar, em seu dizer, a emergência da vinculação da obra ao seu criador, porém de forma negativa: o “bonde do prefeito”. Tal designação faz remissão aos efeitos do processo de constituição, formulação e circulação de sentidos que fazem funcionar uma metonímia, na qual o bonde representaria em menor escala as “trapalhadas” do prefeito, e a atualiza. Esse movimento de remissão e atualização, em última instância, vai constituindo camadas que cristalizam um dizer. Basta chamar atenção para o fato de que mesmo tendo sido inaugurado por Duciomar, o bonde ficará na memória como vinculado a Edmilson Rodrigues, e por isso continuará a ser pejorativamente chamado como “o bondinho do Edmilson”, entre outros. Esta associação direciona e restringe qualquer outra interpretação e faz colar o bonde (como imagem do fracasso) ao nome de Edmilson<sup>113</sup>.

O questionamento sobre a competência do prefeito, tanto na parte conceitual como na parte de implantação dos projetos da Prefeitura de Belém, surge, embora implicitamente, como efeito sutil, diria. Interessante pensar também, além da atualização metonímica acima mencionada, o motivo que justificaria a designação “bonde do prefeito”, em que algo que é da ordem do público, do coletivo, torna-se privado, e mais ainda torna-se individual e assim encontraria, portanto, pouca justificativa para sua implantação, para os gastos de sua implantação. Deste modo,

---

<sup>113</sup> Há um movimento de nomeação que funciona desta maneira: bonde > bondinho > bonde/bondinho do Edmilson > bonde/bondinho do prefeito.

o bonde torna-se muito mais um capricho do prefeito do que algo que interesse à cidade.

Ainda nesse recorte vemos, ainda que discreta, uma retomada da disputa entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Belém – disputa essa materializada em suas respectivas obras. O Mangal das Garças faz a leitora de *O Liberal* feliz, mas o bondinho não. Talvez a paixão que ela assuma e cite ao escrever sobre Belém possa justificar sua indignação. Ou talvez seja a falta de paixão de uns que os façam implantar obras questionáveis e a forte paixão de outros que os façam criar obras como “esse ‘Mangal das Garças’”. Não entendeu a leitora sobre o aspecto, digamos, cenográfico da obra – aliás, convenhamos, no plural: os aspectos cenográficos das obras, sejam elas o bonde ou o Mangal das Garças.

A viagem do bondinho teria por objetivo fazer uma viagem nos desejos, acionar memórias sobre um passado que não volta mais, talvez porque nunca tenha existido. Distante afetiva e fisicamente (porque na cidade do Rio de Janeiro), a leitora propõe uma utilidade para o bondinho, de modo que não seja mais o “bonde do prefeito”, mas sim o “nossa bonde”. Talvez assim o bonde se tornasse um motivo de orgulho – dizendo ao não dizer que o bonde é motivo de vergonha. Tal dizer se junta a outros dizeres ao desqualificar, embora o diga sem dizer, a gestão de Edmilson Rodrigues.

Em 2007, próximo ao dia da inauguração do bonde (por Duciomar Costa), continua a operar a associação entre a gestão Edmilson Rodrigues e a imagem de fracasso. O jornal *O Liberal*, de 7 de outubro, ao tratar da substituição da tração elétrica pelo biodiesel como fonte de energia para locomoção do bonde, faz resultar como gesto de leitura uma interpretação que responsabiliza negativamente a gestão, a articulação política e o desempenho técnico da administração anterior a Duciomar Costa.

(61) O sistema elétrico foi completamente descartado pelos técnicos contratados, que identificaram problemas no sistema acumulador de corrente do bondinho, comprometendo a segurança dos passageiros. Para completar, os técnicos também

condenaram parte do percurso originalmente idealizado, em função de falhas apresentadas nos trilhos, que também oferecem riscos de descarrilhamento.

O prefeito Duciomar Costa informou que o trilho da curva da rua do Aveiro, em frente a Assembleia Legislativa do Estado, foi feito com um ângulo fechado, que engata o bonde e o coloca sob o risco de descarrilar. Por isso, o percurso alternativo da inauguração do bondinho será a saída da Estação Gumercindo Rodrigues, na esquina da Rua 13 de Maio, entrando na Rua João Alfredo, seguindo até a Praça das Mercês, voltando pela Feira do Açaí e finalizando o percurso com a passagem nos palácios Antônio Lemos e Lauro Sodré.

(BONDINHO de Belém vai voltar a circular. **O Liberal**, 7 out. 2007. Destaques meus)

- (62) O prefeito também espera resolver até o Natal as pendências do percurso. Segundo ele, o sistema de trilhos será refeito nos pontos em que o bonde não passa e engata, descarrilhando. “Graças a Deus superamos todas as dificuldades técnicas e políticas, porque o Ministério Público também nos impediu com aquele sistema elétrico e os postes implantados para este fim no centro histórico”, completou.
- (BONDINHO de Belém vai voltar a circular. **O Liberal**, 7 out. 2007. Destaques meus)

No dia da inauguração do bondinho, Duciomar Costa não poderia deixar de dizer sobre a disputa política ainda em vigor, mesmo passadas as eleições – trata-se de uma memória da política. A fala do prefeito reatualiza o dizer de fracasso da gestão de Edmilson Rodrigues, da inutilidade (embora não-dita) do bonde, ao mesmo tempo em que valoriza o seu próprio gesto de dar continuidade à obra. A própria referência a Edmilson Rodrigues é silenciada (“na gestão municipal anterior”), dando indícios do processo de apagamento que se realiza sobre o ex-prefeito.

- (63) Na ocasião, o prefeito de Belém, Duciomar Costa, declarou: “As obras têm que ser executadas, independentemente da paternidade”, ressaltou, numa alusão clara à obra iniciada na gestão municipal anterior.
- (BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007)

- (64) Duciomar afirmou que somente agora a prefeitura obteve a estrutura necessária para a inauguração do bonde. “Tivemos a responsabilidade de dar prosseguimento a essa obra, mas infelizmente não houve oportunidade antes”, disse, acrescentando que o nome da estação, uma homenagem ao pai do ex-prefeito de

Belém será mantido. “O nome Gumercindo Rodriguez vai permanecer”, afirmou.  
 (BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, 13 out. 2007)

Algo a destacar é que a referência à gestão Edmilson Rodrigues como uma experiência de fracasso é um gesto dominante nas páginas de *O Liberal*, pelo menos no corpus de análise estabelecido nesta pesquisa. Isso se explicaria, como antes mencionei, por sua posição contrária às ações da Prefeitura de Belém no governo Edmilson Rodrigues e, posteriormente, por seu apoio ao governo de Duciomar Costa.

*O Diário do Pará*, por sua vez, manteve seu tom divergente em relação ao *O Liberal*, seu opositor e concorrente no mercado. No período pesquisado apenas uma exceção foi verificada: na edição do *Diário do Pará* de 13 de outubro de 2007, que noticia a inauguração do bondinho. Nesta edição se observa, ainda que indiretamente, uma convergência com *O Liberal* quanto aos sentidos negativos que significam a gestão Edmilson Rodrigues como um fracasso (político, administrativo e técnico). O nome de Edmilson não é citado, e passa a ser significado como algo que já passou há muito tempo (“governos antigos”), dando-nos a indicação de um vigoroso esforço de silenciamento.

(65) Segundo o presidente da Fumbel, Heitor Pinheiro, o bondinho foi projetado para não trazer danos ao meio ambiente. “**Em 2005 quando analisamos os projetos, detectamos alguns problemas do sistema elétrico que era utilizado, como acúmulo de energia, e riscos, então fizemos a troca do sistema elétrico pelo biodiesel**”.

**O prefeito Duciomar Costa ressaltou a importância de continuar obras de governos antigos para não desperdiçar o dinheiro público**, oferecendo ainda um meio para que os turistas e os próprios belenenses voltem no tempo e conheçam a história da cidade. “O bondinho funciona em Belém, antes mesmo de Nova York. No Brasil foi a primeira cidade e ganhou obras maravilhosas e hoje nós temos a oportunidade de resgatar e valorizar nosso povo, nossa cultura. **O importante é que o dinheiro é da população e tem que ser bem aplicado**”.

(SANTIAGO, Elyne. Passeio de bondinho aos domingos. *Diário do Pará*, 13 out. 2007. Destaques meus)

Ao fim e ao cabo, esta modalidade específica de discurso que estabelece uma vinculação entre a volta do bonde e a administração Edmilson Rodrigues faz funcionar os nexos entre uma memória histórica e uma memória política, em cujo entrelaçamento ressoam também outros sentidos à volta do bonde. Dito isto, amparados na discussão que antecede estas linhas, quero retornar ao início do Capítulo 2. Lembremo-nos da charge que ali apresentei. Aquela charge é justamente mais um ponto, um dos muitos elementos que se estabelece nessa rede de sentidos e de memória, constituída antes e depois da inauguração do bonde, cujo manejo vai se constituir em uma importante estratégia utilizada durante as eleições municipais de 2012.

Como havia dito, aquela charge cumpria uma função política. Era mais um elemento reunido na página “Ed”iabrado, cujo lugar se constituía como uma voz contrária à eleição de Edmilson Rodrigues para a Prefeitura de Belém. A página era mais uma voz contrária ao ex-prefeito, uma voz que se apoiava em outras vozes, convocando-as num mesmo movimento. E assim como a charge apareceu, no início da campanha eleitoral, no final das eleições, ela desapareceu, deixando para trás e para frente um rastro de memórias.

Primeiramente cabe chamar atenção para o nome da comunidade que brinca com a palavra “Ed”, apelido dado a Edmilson e que parece emergir nas eleições municipais<sup>114</sup>. Vemos aí uma demonização do candidato, de uma forma até mesmo literal, vinculando-o ao diabo, sendo, portanto, um “endiabrado”. Na referida imagem, vemos uma caricatura do candidato amarrado aos trilhos de um bonde que está prestes a atropelá-lo. De início, logo percebo que a imagem faz remissão à implantação da linha de bonde no centro da cidade, cuja proposta foi feita na administração de Edmilson Rodrigues. Essa remissão parece óbvia porque certamente faz funcionar uma memória, faz funcionar dizeres sobre a volta do bonde a Belém, como vimos.

Considerando que a obviedade na leitura da imagem consiste num efeito da memória, ou como já citei, em Pêcheux (1999), num efeito que dá visibilidade ao

---

<sup>114</sup> No período eleitoral, algumas vezes observei o apelido “Tio Ed”.

funcionamento da imagem como operador da memória, procurei interrogar mais a charge. Encontrei algo que parece “deslocado”, algo que não combina com o que poderia se esperar de uma charge que representaria o “bonde do prefeito”. Trata-se de um pequeno detalhe: a cor do bonde.

Sobre o detalhe, vozes opostas lhe conferem extrema importância: para alguns, Deus está nos detalhes, enquanto para outros o Diabo está no detalhe – esta última ideia me parece mais adequada ao que se coloca aqui. Trata-se, fora das potestades bondosas ou maléficas, reconhecer o valor de algo pequeno, de algo banal, elevando-o ao status de uma pista ou de um indício passível de revelar uma situação mais complexa, como nos ensinou Ginzburg (1989).

Acontece que a cor do bonde implantado no centro de Belém não era amarela, mas sim verde<sup>115</sup>. Mas por que o amarelo? Essa troca de cor foi intencional ou um deslize? O amarelo diria sobre alguma filiação partidária? Lembro vagamente que o então prefeito Duciomar Costa era chamado de “amarelão”<sup>116</sup>, salvo engano por conta de sua mediana atuação em debates contra Edmilson Rodrigues mas também pela cor de seu partido. Todavia, a disputa eleitoral se dava entre Edmilson Rodrigues, pelo PSOL, e Zenaldo Coutinho, do PSDB, e não com Duciomar Costa. Se bem que, frequentemente, os candidatos paraenses psdbistas usam bastante o amarelo em suas campanhas, deixando a combinação com o azul em segundo plano. O bonde em amarelo poderia significar que o candidato do PSDB atropelaria o candidato do PSOL e venceria a eleição para prefeito de Belém? Ou o bonde amarelo significaria que, embora não concebido em seu mandato, foi Duciomar Costa quem deu continuidade às obras e inaugurou o bonde, “passando por cima” do ex-prefeito Edmilson Rodrigues e com isso mostrando que não deve ser ele o futuro titular da Prefeitura de Belém?

São muitas as possibilidades de interpretação, mas em todas – e é isso que importa – o que se poderia verificar como efeito é a má imagem do ex-prefeito. Se antes à volta do bonde foram atribuídos sentidos vinculados à volta ao passado

---

<sup>115</sup> Sobre o modelo do bonde de Belém, vide Figura 13, no Capítulo 1.

<sup>116</sup> Substantivo derivado de “amarelar”, no sentido de fugir, de ter medo.

como rememoração de uma bela época e à rememoração de uma gestão municipal fracassada, agora o bonde (que já havia “voltado”, com as devidas aspas, já que foi um arremedo de volta) inscrito na charge buscava impedir uma volta, a volta de Edmilson Rodrigues à Prefeitura de Belém. E no esforço de impedir essa possibilidade de volta, buscava-se trazer de volta toda uma memória negativa sobre um passado recente. Assim, mais uma vez, em sua potência, observamos que a disputa política em Belém se materializa nos dizeres sobre o bonde, em dizeres verbais e não verbais.

Um ingrediente a mais nessa já tão condimentada análise sobre a charge veio do acaso. Nesse vai-e-vem que o acesso ao virtual proporciona, nessa infinidade de deslocamentos possíveis através de cliques, encontrei a imagem que reproduzo abaixo.

**Figura 50** – Charge do cartunista Aroeira



**Fonte:** Humor político, 30 ago. 2011.

Trata-se de uma charge, feita pelo cartunista Aroeira, publicada no site *Humor político* em agosto de 2011. A charge ironiza a figura de Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro, no recente episódio do acidente envolvendo o bonde de Santa Tereza. Na época estabeleceu-se uma polêmica acerca das causas do acidente: se

por culpa do pessoal de operação, como teria dito o governador, ou se por culpa da má conservação do sistema de bondes, de responsabilidade do Governo do Rio de Janeiro, sendo esta última situação a que foi explorada pela charge.

Ora, mas quem diria? No fim das contas, a imagem do ex-prefeito Edmilson Rodrigues tinha por referência uma imagem carioca... E tomemos essa referência em um duplo funcionamento: por remissão à outra figura sobre a qual se realizou uma reconstrução. Apropriação e reapropriação de uma imagem, desterritorializando-a e reterritorializando-a, em sua ironia, para falar de uma disputa também na ordem do político e da política.

**Figura 51** – Comparativo entre as figuras 50 e 18



Comparando-se as duas figuras (Figura 51), podemos observar a presença do gesto que recorta a figura original e cria uma nova figura: elimina-se a assinatura do cartunista, o que imprime um anonimato à nova figura (compatível, aliás, com o anonimato da página que a abrigou no Facebook), alteram-se tonalidades, a face de Cabral é substituída pela de Edmilson e é inserida a sentença “Sai do chão, sai do chão. Esse é bonde que custou mais de um milhão”, cujo efeito é o de questionar a competência e a ética do então candidato à Prefeitura de Belém.

Em relação à memória discursiva em que elas se inscrevem, poderíamos dizer que ambas tratam sobre um gesto de responsabilização e de culpabilização: no caso carioca, o governador como responsável e culpado pelo desastre ocorrido em Santa Teresa; no caso belenense, o ex-prefeito como responsável e culpado pelo bonde como um desastre – sendo que, em ambos os casos, o desastre (num plano real ou metafórico) poderia vir a comprometer suas carreiras políticas, o que, em Belém, naquele momento específico, era o principal objetivo a ser atingido através da difamação de Edmilson Rodrigues.

## **PARTE II**

### **NOS RASTROS (DO SUJEITO) DA SAUDADE EM BELÉM**

## 5 NÓS EM REDE, TRAMAS DA SAUDADE

### 5.1 *Belém da Saudade*: um álbum-acontecimento

Um dos primeiros pontos de materialização (e certamente o que mais despertou o meu interesse para esta questão) do que chamei de *sujeito da saudade* consiste no álbum *Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões-postais*, publicado pelo Governo do Pará, através de sua Secretaria de Cultura, em 1996, com reedições em 1998 e 2004. Trata-se de um álbum que reúne cartões-postais que retratam a cidade de Belém no início do século XX.

Início partindo da ideia de que o álbum *Belém da saudade* é um acontecimento que faz funcionar uma dupla inscrição: ele se inscreve e promove inscrições outras em uma memória. Todavia, não é este o momento de tratar sobre essa questão. É o momento, sim, de operar um recorte por meio da análise de *Belém da saudade*.

Neste caso em particular, tomo a noção de acontecimento não como “a novidade”, não como um rompimento que instaura um novo dizer ou um novo regime discursivo; interessa-me entender *Belém da saudade* como algo que faz retornar um dizer. O acontecimento se faria, então, nos discursos que retornam e se atualizam, estabelecendo assim um efeito de verdade. Por isso, há semelhanças entre o funcionamento do álbum e o funcionamento do comentário no que Foucault estabeleceu como uma das formas de procedimento de controle e delimitação do discurso: “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2006, p. 26). Posso, ainda, recorrer a Pêcheux (2006, p. 19), pensando o álbum como um acontecimento naquilo que o faz trabalhar “em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e já começa a organizar”. Podemos também ver o acontecimento se materializando, quase no fim

do século XX, na volta do álbum e do cartão-postal, tendo em vista que estes gêneros discursivos circulavam em meados do século XIX e início do século XX com a função, entre outras, de dar visibilidade aos sinais de modernidade e civilização (SCHAPOCHNIK, 2001).

Reunindo cartões-postais que tematizam a Belém do início do século XX, o álbum *Belém da saudade* foi publicado em 1996 pelo Governo do Pará, através de sua Secretaria Executiva de Cultura (SECULT). É na primeira gestão do governador Almir Gabriel (PSDB) que a primeira e a segunda edições do álbum são publicadas (1996 e 1998, respectivamente), ficando a terceira edição sob a responsabilidade do governo de Simão Jatene (PSDB), em 2004.

Almir Gabriel foi eleito como governador para o exercício 1995-1998, sendo reeleito para 1999-2002. Simão Jatene, secretário de planejamento de Almir Gabriel, foi seu sucessor, eleito para o mandato 2003-2006. Os 12 anos de hegemonia tucana no governo estadual só foram rompidos com a eleição de Ana Júlia Carepa (2007-2010), do PT. A governadora não logrou êxito em sua reeleição e, em 2011, Simão Jatene retornou ao Governo do Pará (e com ele, Paulo Chaves Fernandes volta à SECULT).

Cabe observar, portanto, que a publicação (em 1996) e republicações (em 1998 e 2004) de *Belém da saudade* assinalam a permanência da gestão tucana no governo estadual, e em particular a permanência do arquiteto Paulo Chaves Fernandes como titular da Secretaria de Cultura (SECULT). Ainda que a edição do álbum indique a repetição de um ato, o que vale destacar é justamente a diferença que se manifesta nessa repetição. Ou seja, há sempre em vigor uma operação de atualização. É este, portanto, um primeiro (e fundamental) elemento que destaco em minha análise: a função político-estratégica do álbum *Belém da saudade*.

Longe de uma ação puramente estética, para deleite visual, acredito que *Belém da saudade* serviu/serve a uma função estratégica. O álbum faz funcionar uma dupla inscrição, como já havia adiantado: ele se inscreve em uma memória (a

da *belle époque* paraense) ao mesmo tempo em que promove inscrições outras em uma memória (por exemplo, a memória política do passado e do presente de então).

Longe de ser pontual, visto em sua esporadicidade, eventualidade, casualidade ou mesmo sua redutibilidade, proponho pensarmos o álbum como um ponto, um nó numa rede. Aproximando-me das ideias de Michel Foucault (2005), assumo uma perspectiva que, ao tomar o álbum como um ponto ou um nó, se desliga de sua pretensa erratibilidade e excentricidade para uma perspectiva mais matemática que passa a considerá-lo como estando ao abrigo de uma disposição em série. Peço que o leitor guarde essa indicação, pois voltarei a essa questão mais adiante.

Longe de ser pontual e também longe de ser solitário, entendo o álbum como uma ação que se incorpora a um conjunto de ações levadas a cabo pelo Governo do Pará para marcar sua posição no cenário político local. O álbum está mais para solidário e menos para solitário, portanto, nesse gesto que confere um caráter estratégico a um dado conjunto de ações. Inscrita no *Belém da saudade*, a nostalgia da *belle époque* em sua atualização também comparece alinhando-se ao desejo de uma nova era de ouro, nas obras de requalificação urbana realizadas pelo governo estadual. Basta citar, como exemplo, a paradigmática Estação das Docas<sup>117</sup>.

Segundo elemento a destacar: a organização/edição do álbum indica um gesto de interpretação (ORLANDI, 1996) sobre a cidade de Belém e sua memória, e não a simples produção de um objeto para deleite visual. Não sejamos ingênuos a ponto de acreditar que o álbum vem satisfazer tão somente aos interesses dos cartofilistas de plantão.

Sob o gesto de interpretação instaurado em *Belém da saudade* há um recorte que incide duplamente na organização/edição do álbum. O primeiro recorte diz respeito às condições de produção do cartão-postal no início do século XX, a qual seleciona determinadas paisagens e cenas urbanas como aquilo que merece

---

<sup>117</sup> Conferir a Seção 2.2 desta tese.

destaque, como aquilo que merece e deve ser registrado e como aquilo que deve e merece permanecer na memória. O segundo recorte, por sua vez, dialoga com a atualidade: mantém relações com um recorte mais recente, por meio do qual o editor de *Belém da saudade* seleciona, entre um determinado número disponível de cartões-postais, aqueles mais coerentes com os critérios de organização do álbum, com vistas a um efeito de sentido que atualiza uma dada memória sobre a cidade.

De impressionante acabamento gráfico<sup>118</sup>, o álbum faz irromper sentidos de volta ao passado, mas, acima de tudo, a ilusão da volta a um passado áureo – uma volta à Belém da *belle époque*. Vale mencionar que a Belém da *belle époque*, assim como serviu de inspiração ao governo tucano, serviu também ao governo petista<sup>119</sup>. À revelia das diferenças e divergências político-partidárias, essa inspiração diz respeito a um poderoso imaginário constituído sobre a história de Belém e que funciona como um marco ideológico-interpretativo acerca do que a cidade foi e deve ou deveria ser.

Efeito do efeito, há algo de mágico, de poético, nessa volta ao passado. Entendamos aqui essa volta ao passado como um efeito resultante de duas modulações que se relacionam entre si: primeira modulação, uma volta empreendida pelo leitor que, ao folhear o álbum, é tomado por um efeito de “contato” com o passado, com o que teria sido a Belém da *belle époque*; segunda modulação, uma volta do passado *belle époque* no presente, ou seja, uma atualização dessa bela época por meio da instauração do discurso de uma nova era para Belém, graças ao discurso empreendedorista do governo tucano.

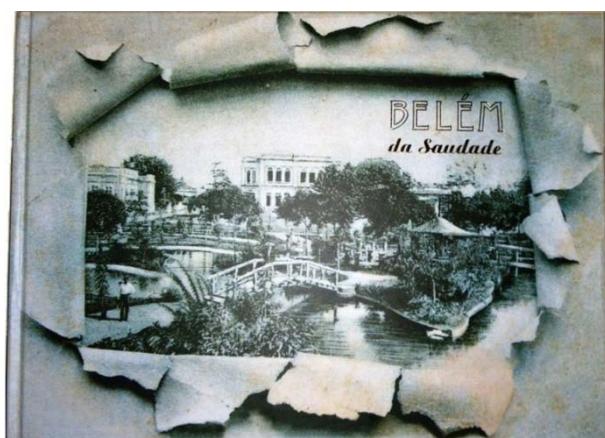
Esta segunda modulação refere-se mais particularmente à função política do álbum. Gostaria de detalhar essa volta ao passado como efeito de leitura do álbum.

<sup>118</sup> O dizer sobre o primor no acabamento das obras do governo estadual foi um efeito buscado e valorizado pela gestão tucana. Por ocasião de uma pesquisa que realizei (PINHO, 2008), lembro-me do enunciado “arte de fazer bem feito”, presente na placa-homenagem a Paulo Chaves Fernandes na inauguração da Estação das Docas em 2000, que permite sugerir a menção às críticas feita às obras da Prefeitura de Belém, que custariam “R\$1,99”, numa referência (preconceituosa) ao baixo custo nelas envolvido (vide Seção 4.2). Além disso, o luxuoso acabamento gráfico do álbum *Belém da saudade* poderia trazer como efeito a lembrança dos também luxuosos relatórios do intendente municipal Antonio Lemos. Tratarei mais adiante sobre isso.

<sup>119</sup> Como vimos no Capítulo 3.

Comecemos pela capa de *Belém da saudade* (Figura 52). Nela vemos a reprodução de um cartão-postal, de aspecto envelhecido, manchado e monocromático. A moldura do cartão-postal sugere um embrulho aberto ou em vias de ser aberto, como se o leitor estivesse prestes a descobrir uma Belém escondida. A moldura e seus rasgos, ainda se filiando aos sentidos da descoberta, imprimiram um efeito de “escavação”, como se camadas da cidade estivessem sendo removidas e com isso chegaríamos à “essência” de Belém: uma cidade com um passado áureo, digno de ser lembrado e, mais ainda, desejado. As letras douradas do título, em estilo *art nouveau*, contribuem com esse efeito, compondo essa trama.

**Figura 52 – Capa de *Belém da saudade***



Esse dizer nostálgico, saudoso, é frequentemente tematizado na cidade de Belém. A circulação desse discurso ganha especial destaque quando apela para a visualidade, como é o caso do álbum *Belém da saudade*. Aliás, os cartões-postais do início do século XX são, normalmente, a despeito do seu caráter “artificial”, acionados como “provas” dessa época dourada.

*Belém da saudade* é composto basicamente por duas grandes seções. Intitulada *Carta bilhete*, a primeira seção faz uma espécie de apresentação do

álbum, sendo disposta por um texto com o mesmo título da seção e pelos textos *Cartão-postal: memória de Belém* e *Cartografias da modernidade de Belém*.

O primeiro texto, *Carta bilhete* (Figura 53), foi escrito por Paulo Chaves Fernandes, secretário estadual de cultura. Em linhas gerais, trata-se de uma espécie de carta a Belém, uma carta de saudade. Inscrita na ordem verbal e não-verbal do álbum, a carta a Belém é composta por imagens que precedem e sucedem o texto *stricto sensu*, o que nos permite intuir sobre a natureza verbo-imagético de *Belém da saudade*.

**Figura 53** – Reprodução parcial de *Carta bilhete*



Querida Belém,

Nos últimos dias, revendo a *belle époque* dos teus retratos, venho sonhando os teus sonhos de modernidade, os teus desenganos e, por que não, o teu amanhã?

Em traje de *soirée* - o *dernier cri* do "Paris N'América" - te vejo assistir "La Bohème", no esplendor do Theatro da Paz. Em êxtase, a bailar nos saraus do Palacete Pinho, onde impecáveis acéppes foram encomendados à Casa Carvalhaes. Soberbamente cocotte, a empinar os "seios de látex", na *matinée* do Cinema Olympia e, necessariamente depois, saborear o *charlotine*, na *terrasse* do Grande Hotel.

**Fonte:** Fernandes (2004, p. 7).

É uma carta que dá materialidade a um discurso saudoso; um texto que enuncia uma posição-sujeito, a qual se anuncia e assume um saudosismo e um enlutamento; é uma espécie de carta-confissão de si (FOUCAULT, 2011).

(66) Ah! Quanta saudade. E, perdoe-me a franqueza, quanta pretensão de eterna frivolidade na sedução (FERNANDES, 2004, p. 8).

(67) Ah! Quanta saudade, minha Santa Maria de Belém. E, perdoe-me a ousadia, quanta leviandade ao pensares que dominavas o tempo e o mundo te pertencia.

Afogado em nostalgia, deliciado com a memória da paixão, ia esquecendo de te relembrar aquele malsinado dia de 1912. Aquele tenebroso ano que ainda hoje não acabou...

Não, não vale a pena remoer tragédias, esticar o luto e aceitar o consolo do tempo havido, na infinita celebração da “Belém do já teve” (FERNANDES, 2004, p. 8).

É um texto no qual a cidade de Belém aparece como destinatária e sua personagem principal (vide recortes 68, 69 e 70). Comparece aí uma relevante questão: a que sentidos se filiam a estratégia de tratar/tomar a cidade como uma mulher ou uma figura feminina<sup>120</sup>? E antes dessa, quais os efeitos em se tomar a cidade como uma unidade? A cidade sendo tomada como algo no singular, e não na pluralidade e na contradição que constitui o seu real, não representaria um gesto de apagamento do conflito? Sendo a cidade tomada pelo feminino, não estaria aí visível um gesto de origem patriarcal, da ordem do machismo e que significaria a cidade como algo ligado à sedução e, portanto, da necessidade de domesticação? Perguntas instigantes, sem dúvida, mas que deixarei em suspenso por fugirem dos objetivos desta tese.

(68) **Em traje de soirée – o dernier cri do “Paris N’América”** – te vejo assistir “La Bohème”, no esplendor de Theatro da Paz. Em êxtase, a bailar nos saraus do Palacete Pinho, onde impecáveis aceipipes foram encomendados à Casa Carvalhaes. **Soberbamente cocotte, a empinar os “seios de látex”, na matinée do Cinema Olympia e, necessariamente depois, saborear o charlotte, na terrasse do Grande Hotel** (FERNANDES, 2004, p. 7. Destaques meus).

(69) **Também te vejo – e nem por isso menos querida – em estamparia de chita, a despertar a sonolência da Cidade Velha com os pregões que anunciam o amanhecer. À luz das lamparinas, requebrar desejos, reluzindo frenesí de suor na pele morena, nos batuques dos arrabaldes da grã-finagem. Ao**

<sup>120</sup> Etimologicamente, cidade é um substantivo feminino que deriva do latim, de *civitate*. Outras palavras relacionadas à cidade e/ou ao lugar são substantivos masculinos. Uma arqueologia dessa concepção generificada de lugar merece ser realizada.

entardecer dos quintais, entre tantos afazeres da casa senhorial, a deflorar os pirralhos mais taludos, com o discreto e orgulhoso assentimento dos pais, tendo a honra do ângelus e o canto das cigarras, cúmplices, a embaralhar gemidos e sacralizar o pecado (FERNANDES, 2004, p. 8. Destaques meus).

- (70) No limiar deste século e milênio, quando completas neste 12 de janeiro de 1996, os teus 380 anos, se fizemos este livro – eu, e os tantos filhos que também te amam – **como uma ode a Belém de ontem, a nossa musa inspiradora é a Belém que desejamos construir** (FERNANDES, 2004, p. 8. Destaques meus).

Em *Carta bilhete* as linhas retomam os sentidos da modernidade no início do século XX como sinônimo de europeização, ou melhor, de afrancesamento. Não à toa, abaixo do título do texto, encontramos entre parênteses, como um pequeno e importante apêndice, sua tradução: “Carte lettre”. Deste modo, há uma vinculação do passado (áureo, afinal era a *belle époque*) a certo francesismo. Não esqueçamos que, até início do século XX, a França era tida como capital mundial, reconhecida nos campos artístico, econômico e urbanístico. Nomear comportamentos cotidianos em francês é, desta maneira, incluir a cidade de Belém na ordem mundial então vigente (vide Recorte 68) Porém, além de “soirée” e “dernier cri”, por exemplo, encontramos referências a *La Boheme* no Theatro da Paz e aos saraus no Palacete Pinho, o que deixa mostrar, ainda que implicitamente, que esse cotidiano só poderia ser usufruto de uma determinada experiência de classe – aquela nutrida e beneficiada pelos “seios de látex”. Como uma soberba “cocotte”, os tais “sonhos de modernidade” conservam hoje o seu potencial de sedução, atraindo não só o autor de “Carte lettre”, mas a muitos que escutaram esse “canto de sereia”<sup>121</sup>.

Durante a análise reconheci fragmentos de outros textos em *Carta Bilhete*. As marcas da presença de um texto em outro texto (pela citação, por exemplo) assinalam os modos como um texto trabalha sobre outros textos, convocando-os para se constituir como tal, o que caracteriza a intertextualidade como uma de suas propriedades. Deixando isso mais claro, encontrei em *Carta Bilhete* trechos da

---

<sup>121</sup> Nazaré Sarges (2000) toma essa metáfora para chamar atenção sobre a necessidade de um olhar crítico à historiografia sobre a cidade de Belém na virada para o século XX, da mesma forma como o fez Aldrin Figueiredo (2008).

canção “Quem te viu, quem tevê”, de Chico Buarque, cuja presença é marcada explicitamente pelo uso da citação em aspas.

(71) E mesmo convencido, ao contrário do que se pensa, que o bardo dos tempos de agora referia-se a ti – aliás, com toda a propriedade – quando fez a canção:

“Quem te viu  
Quem tevê  
Quem não a conhece  
Não pode mais ver pra crer  
Quem jamais a esquece  
Não pode reconhecer” (FERNANDES, 2004, p. 8).

Nesse caso, acompanhando Charaudeau & Maingueneau (2004), poderíamos dizer que aí se manifesta uma intertextualidade externa mediante o entrelaçamento de textos de campos discursivos distintos, a saber, um discurso musical e um discurso memorialístico – discurso este que se materializa nos dizeres inscritos em *Belém da saudade*.

Por outro lado, também chamou minha atenção o apagamento de outros trechos da referida canção e que poderiam se inscrever na filiação de sentidos sobre a saudade. Para que ambos procedimentos – o da convocação e o do apagamento de dizeres – fiquem mais visíveis ao leitor, retomarei a letra da canção de Chico Buarque (1966).

Quem te viu, quem tevê

Você era a mais bonita das cabrochas dessa ala  
Você era a favorita onde eu era mestre-sala  
Hoje a gente nem se fala, mas a festa continua  
Suas noites são de gala, nosso samba ainda é na rua

Hoje o samba saiu procurando você  
Quem te viu, quem tevê  
Quem não a conhece não pode mais ver pra crer  
Quem jamais a esquece não pode reconhecer

Quando o samba começava, você era a mais brilhante  
E se a gente se cansava, você só seguia adiante  
Hoje a gente anda distante do calor do seu gingado  
Você só dá chá dançante onde eu não sou convidado

Hoje o samba saiu procurando você  
Quem te viu, quem tevê  
Quem não a conhece não pode mais ver pra crer

Quem jamais a esquece não pode reconhecer

O meu samba se marcava na cadência dos seus passos  
 O meu sono se embalava no carinho dos seus braços  
 Hoje de teimoso eu passo bem em frente ao seu portão  
 Pra lembrar que sobra espaço no barraco e no cordão

Hoje o samba saiu procurando você  
 Quem te viu, quem te vê  
 Quem não a conhece não pode mais ver pra crer  
 Quem jamais a esquece não pode reconhecer

Todo ano eu lhe fazia uma cabrocha de alta classe  
 De dourado eu lhe vestia pra que o povo admirasse  
 Eu não sei bem com certeza porque foi que um belo dia  
 Quem brincava de princesa acostumou na fantasia

Hoje o samba saiu procurando você  
 Quem te viu, quem te vê  
 Quem não a conhece não pode mais ver pra crer  
 Quem jamais a esquece não pode reconhecer

Hoje eu vou sambar na pista, você vai de galeria  
 Quero que você assista na mais fina companhia  
 Se você sentir saudade, por favor não dê na vista  
 Bate palmas com vontade, faz de conta que é turista

Hoje o samba saiu procurando você  
 Quem te viu, quem te vê  
 Quem não a conhece não pode mais ver pra crer  
 Quem jamais a esquece não pode reconhecer.

Alguns trechos da canção merecem destaque. São partes da música que não apareceram em *Carta Bilhete*, a saber:

- “**Você era a mais bonita** das cabrochas dessa ala / **Você era a favorita** onde eu era mestre-sala / **Hoje a gente nem se fala, mas a festa continua / Suas noites são de gala**, nosso samba ainda é na rua”;
- “Quando o samba começava, **você era a mais brilhante** / E se a gente se cansava, **você só seguia adiante / Hoje a gente anda distante** do calor do seu gingado / **Você só dá chá dançante onde eu não sou convidado**”.

Se tais trechos em destaque fossem usados, esboçariam e reforçariam o tom melancólico da carta de Paulo Chaves Fernandes a Belém. Todavia, por um motivo ou por outro, foram “esquecidos”, fazendo surgir aquilo que deveria ser e que foi “recalcado” em *Carta Bilhete*. São frases que poderiam se inscrever no discurso

sobre a saudade e, por outro lado, também nos sentidos da ausência, do distanciamento e da desilusão, o que então poderia explicar esse apagamento.

De certo, foi feita a opção por trazer o refrão da música para o corpo da carta, que é uma estratégia relativamente comum de escrita, em especial por indicar certa erudição de quem a produziu. Porém, ainda que apagadas em meio à escolha feita por um trecho, e não outros, a ausência e a desilusão retornam. Há um dizer que registra a saudade daquilo que já passou, que não existe mais, pois “**Quem não a conhece / Não pode mais ver pra crer**”. Quem, portanto, não conheceu essa Belém encantadora não poderá mais encontrá-la atualmente e por isso não poderá “ver pra crer”. E isso que é convocado e invocado como passado vincula-se ao imaginário sobre a Belém da *belle époque*, uma era gloriosa e que teima em não mais voltar: “**Quem jamais a esquece / Não pode reconhecer**”. Não se reconheceria, portanto, na Belém da atualidade, na Belém das ruínas, a cidade que um dia ela já foi.

De certo que esse discurso apologético, e por isso saudosista, não desconsidera vozes dissonantes. Em *Carta bilhete* se reconhece, como outra face da Belém “afrancesada”, a existência de uma cidade morena<sup>122</sup>, simples, “em estamparia de chita” (vide Recorte 69). Parece haver, portanto, um diálogo com as críticas advindas da nova história regional, que desconstrói *belle époque* paraense, sua ilusão do fausto e apresenta uma cidade múltipla e contraditória. Por isso, penso que, ao conjugar as duas faces da mesma cidade e afirmar o seu amor por elas, suaviza-se o tom da crítica que se faz ao discurso oficial e ao discurso bellepoquiano, os quais se caracterizaram pelo apagamento do cotidiano mestiço e popular<sup>123</sup>.

É importante destacar que em *Carta Bilhete* não se textualiza tão somente uma referência à memória do passado. Podem ser ali encontradas pistas acerca de

---

<sup>122</sup> Uma cidade morena, mestiça, como “a mais bonita das cabrochas”, caso o sujeito-autor tivesse usado as palavras de Chico Buarque.

<sup>123</sup> Mesmo assim esse cotidiano popular continua sendo silenciado, como veremos na organização dos cartões-postais, a seguir.

uma memória do futuro<sup>124</sup>. Segundo Mariani (1998), a memória do futuro funciona como um espaço de armazenamento de projeções imaginárias sobre o futuro e de dizeres que produzem antecipações. A memória do futuro materializa discursivamente uma “projeção da memória do que poderia vir a acontecer”, “uma promessa de futuro do que poderia se realizar” (MARIANI, 1998, p. 150 e 152). Vejamos os recortes 72 e 73.

(72) Querida Belém,

Nos últimos dias, revendo a *belle époque* dos teus retratos, venho sonhando teus sonhos de modernidade, os teus desenganos e, por que não, o teu amanhã? (FERNANDES, 2004, p. 8)

(73) chega de melancolia. É preciso exorcizar o passado, o que não é exatamente o mesmo que esquecê-lo.

Preservar os teus retratos, guardar as tuas ruínas, recolher os teus pedaços e, a partir deles, reinventar os teus sonhos. Eis a questão!

Quero continuar sentindo saudades até do tempo que não conheci, mas quero, sobre todos os pesares, sentir saudades, como Pessoa, do porvir (FERNANDES, 2004, p. 8).

Vemos nesses recortes que se encontram enredados um dizer sobre o passado (sobre o que teria sido a cidade de Belém<sup>125</sup>) e um dizer sobre o futuro enquanto possibilidade<sup>126</sup>. Há um jogo estabelecido entre uma memória do passado e uma memória do futuro, ambas convocadas pelo presente<sup>127</sup>. Deste modo parece-me ficar mais claro que em *Carta bilhete* estão condensados (explícita ou implicitamente) os objetivos do álbum Belém da saudade enquanto instrumento de propaganda política do governo tucano e sua concepção para a capital do Pará.

<sup>124</sup> Sugestão feita pela professora Bethânia Mariani durante o exame de qualificação de doutorado.

<sup>125</sup> Uma cidade com seus retratos da *belle époque* e seus “sonhos de modernidade” (Recorte 72).

<sup>126</sup> Do Recorte 72: “(...) venho sonhando teus sonhos de modernidade, os teus desenganos e, por que não, o teu amanhã?”.

<sup>127</sup> Do Recorte 73: “Preservar os teus retratos, guardar as tuas ruínas, recolher os teus pedaços e, a partir deles, reinventar os teus sonhos. Eis a questão!”. Ver também do Recorte 70: “(...) se fizemos este livro (...) como uma ode a Belém de ontem, a nossa musa inspiradora é a Belém que desejamos construir”.

Após *Carta bilhete* encontramos o texto *Cartão-postal: memória de Belém*, de Victorino Miranda<sup>128</sup>, que traça uma pequena história dos usos do cartão-postal no estrangeiro e no Pará, em especial. Aqui há um reforço à ideia do álbum como uma pequena mostra do real histórico: “É a Belém do ‘já teve’ e do que ainda tem do belo legado que lhe ficou das gerações passadas, mas em condições, hoje, de fazer corar e chorar a quantos amam a esta cidade e a sabem encantadora como poucos”.

- (74) A ideia de lançar este livro tem no cartão-postal, enquanto documento, a sua razão de ser. Queremos nos referir ao seu poder de resgatar, pela imagem, flagrantes espaço-temporais do nosso mundo que, de outra forma, talvez se tivessem perdido com o passar dos anos e a própria ação do homem.

É bem verdade que o poder de tais postais não existe independentemente da imagem neles veiculada, especialmente a fotográfica. Nesse sentido, cartão-postal e fotografia praticamente se confundem no registro da realidade (MIRANDA, 2004, p. 11).

- (75) E o que são essas pequenas cartolinhas senão “retratos” múltiplos, variados, de nossas cidades, a desafiar, na poética beleza dos tempos de antanho, toda a destruição que sobre elas se abateu em nome de uma falsa noção de progresso, que não soube entender a alma das coisas e a insubstituível relação existente entre o espaço físico de uma cidade e o mundo interior de seus habitantes (MIRANDA, 2004, p. 11)

- (76) A Belém que está neste álbum é a Belém dos tempos áureos da borracha e do que eles lhe legaram em melhoramentos e progressos. É a Belém dos palacetes neo-clássicos e das nascentes mangueiras. Do Café da Paz e do Grande Hotel. Dos vendedores de jasmins, nas ruas e praças hoje expostas à violência. Da Fábrica Palmeira, a Real Fábrica Palmeira, com suas bolachas de soda e de leite, e do Reservatório Paes de Carvalho, impiedosamente destruídos para nada.

É a Belém de Augusto Montenegro e Antônio Lemos e do velho Largo das Mercês, primorosamente ajardinado, que já aquele último concebera, como um desafogo para os bairros centrais da cidade. Desta cidade que, não há muito, se livrou de vê-lo transformado numa feira de bugigangas, pela ação esclarecida de algumas de suas lideranças.

É a Belém das grandes livrarias – Tavares Cardoso, Alfacinha, Bittencourt e outras mais –, onde uma geração, que já não podia ir a

<sup>128</sup> Conforme registrado em *Belém da saudade*, Victorino C. Chermont de Miranda é membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco e do Distrito Federal e membro da Associação de Cartofilia do Rio de Janeiro.

Paris com a frequência de seus pais, teve nelas o que de melhor se publicava na Europa. É a Belém dos bondes, seges e vitórias, como a que ia buscar monsenhor Muniz, do Instituto Gentil Bittencourt, para a missa na Sé. É a Belém do velho edifício de “A Província do Pará”, que a sanha popular destruiu numa noite de agosto, e dos quiosques e trapiches, e de tantas coisas mais.

É a Belém do “já teve” e do que ainda tem do belo legado que lhe ficou das gerações passadas, mas em condições, hoje, de fazer corar e chorar a quantos amam esta cidade e a sabem encantadora como poucos.

Mais do que um passeio pela cidade de nossos pais e avós, este livro quer ser um convite à reflexão. É ver e comparar o passado e o presente, pois para isso também servem os cartões-postais (...): o ontem e o hoje, a tradição e o moderno, o que ficou e o que, já tendo passado, sobrevive, ainda, na alma do povo, na poesia de tantas recordações (MIRANDA, 2004, p. 12-13).

- (77) Bonitos ou feios, entretanto, os cartões-postais cumpriram a sua missão de documentar, no primeiro terço deste século, a história da cidade e a vida do homem paraense. Sim, porque também este, na modéstia dos seus quefazeres, não foi esquecido, seja como simples ambulante, colhido pela máquina sorrateira do fotógrafo que lhe registrou a passagem anônima pelas ruas, seja como tipo social em que se personificaram determinadas atividades econômicas.

Ei-los todos – pescadores, canoeiros, carregadores, peixeiros, vendedores de garapa ou de jasmins – curtidos pelo sol e pelos ventos da Baía do Guajará – retratados em sua grandeza indômita nessas frágeis imagens de papel.

Que elas nos restituam, por um instante que seja, a beleza desta cidade, maltratada pela incúria de uns e pela insensibilidade de outros. E que assim, reencontrados com as suas mais caras tradições, possamos todos servi-la, e ao seu povo, como merecem (MIRANDA, 2004, p. 18).

É a partir da menção a Belém como a cidade do “já teve” (também feita antes por Paulo Chaves) – e por isso objeto prenhe de saudades – que, longe de qualquer ingênuia pretensão informativa acerca do cartão-postal como registro da realidade, percebe-se sua vinculação ao político. Para Victorino Miranda, o álbum teria como propósito “ser um convite à reflexão”: “É ver e comparar o passado e o presente, pois para isso também servem os cartões-postais”. Mas a que reflexão se refere? Por qual motivo? Em que parâmetro é possível comparar passado e presente por meios de cartões-postais? Importantes perguntas que brotam a partir de uma leitura mais crítica e cujos ecos parecem ser inaudíveis no álbum. Eis mais uma face de seu funcionamento ideológico!

O interessante é que, apesar do manifesto contrário à nostalgia presente em *Carta bilhete*, Victorino critica os espiões que surgem na cidade. Para ele, o espaço urbano estaria sofrendo “transmudações tais que o esvaziam de seu poder significante”... Mas, podemos ainda considerar a cidade como um objeto estático, alheio à dinâmica social? A cidade não é um objeto cultural e, como tal, natureza transformada pelo homem e assim superfície de transformações? A que esvaziamento de significantes se refere? E, talvez o mais importante, esvaziamento de significantes para quem?

(78) Todos os que vivem em sociedades industrializadas veem-se obrigados a esquecer o passado. (...) Basta olhar os espiões que, pouco a pouco, vão mudando a fisionomia de nossas cidades, igualando-as, na monotonia do concreto, a tantas outras, como se fosse possível abolir a sedimentação cultural e humana que se esconde em seus sobrados, praças e esquinas. Pois uma cidade não se faz da noite para o dia e cada manifestação arquitetônica ou paisagística de significação constitui-se num referencial de identificação do cidadão com sua terra, que importa preservar em benefício dele próprio e da comunidade.

Modelamos nossa habitação e ela nos modela (...).

A moderna antropologia, com efeito, está a demonstrar que as pessoas precisam pertencer a uma unidade especial identificável e como essa identificação supõe um feixe de inter-relações com o próprio ambiente em que se formaram. Ora, essa interação não subsiste quando o ambiente sofre transmudações tais que o esvaziam de seu poder significante, isolando o homem “no” e “do” seu meio (MIRANDA, 2004, p. 12)

Esse tom nostálgico aparece também quando Victorino Miranda afirma a potência que teria o cartão-postal em desafiar a destruição que se abateu sobre as cidades de outrora em “nome de uma falsa noção do progresso” (Recorte 75). Acredito ser tal afirmação um paradoxo, tendo em vista que no caso de Belém (o qual pode ser estendido para o caso das demais cidades brasileiras) os postais registraram, grosso modo, o esforço de destruição da cidade colonial em nome do ideário europeu de progresso.

O último texto que compõe a primeira seção, intitulado *Cartografias da modernidade de Belém*, é de autoria de Fábio Castro, professor da Universidade Federal do Pará. Em comparação com os anteriores, este me pareceu um texto mais

crítico – diria, um texto mais “desconfiado” e menos “emocional” – sobre Belém na virada do século XX, tecendo as necessárias relações entre as condições políticas e econômicas vigentes na época e que marcavam para quem, de fato, a cidade se destinava.

- (79) Entre 1880 e 1912, período áureo da economia seringueira na Amazônia, a cidade de Belém foi o ponto central de um discurso de poder – a modernidade – que lhe reformulou o plano urbano e os costumes. O monopólio mundial do látex, mantido pela Amazônia nesse período, permitiu investimentos, públicos e privados, que tornaram Belém uma cidade única, de cores tradicionais acrescidas dos signos de sofisticação, higienização e agilização da vida citadina do mundo europeu de então. Seguindo esses princípios, essa Belém ergueu-se alta, uma capital da modernidade, ainda que na periferia extrativista e monocultora oitocentista (CASTRO, 2004, p. 23).
- (80) O ciclo do látex fez de Belém uma metrópole mercantil, governada por uma burguesia ousada, associada ao capital estrangeiro. Socialmente, uma das características marcantes dessa “cidade-látex”, foi o emprego de grandes contingentes populacionais em ramos complementares da atividade de produção. A base do sistema comercial montado para a exploração do látex foi o capital estrangeiro, já que não havia, na época, capital local capaz de sustentar o empreendimento. Esse sistema, gerido conjuntamente pelo Governo do Pará e por empresas estrangeiras, sem que deixasse de ter parceiros locais, se baseou numa série contínua de laços de dependência, gerando diversificada cadeia de créditos que incluía companhias de seguro, casas bancárias, casas aviadoras, proprietários de terras, companhias de navegação, casas de crédito comercial da emergente indústria automobilística, seringalistas e seringueiros (CASTRO, 2004, p. 25).

Suponho que este viés mais crítico pode ser resultado da pesquisa empreendida em sua dissertação de mestrado, *A cidade sebastiana: era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade*, de 1995. Imagino que foi justamente esse trabalho que permitiu sua participação no álbum *Belém da saudade*, com um texto que representa uma pequena parte, com adaptações, de um dos capítulos de sua dissertação, a qual foi posteriormente publicada em 2010.

Como o próprio título do texto já indica, Fábio Castro procurou realizar uma cartografia da cidade que pudesse dar conta das mudanças oriundas da economia da borracha, cujo desenho só poderia ser possível recorrendo-se ao período

posterior a essa fase áurea. Ao recorrer à queda da borracha, apesar de um certo tom crítico ao aburguesamento da cidade, é assim que o texto adquire eficácia em sua filiação ao dizer saudoso que caracteriza o álbum *Belém da saudade*. É assim, inclusive, pelo apagamento das contradições sociais, que o dizer sobre a saudade pode falar mais alto que o dizer da crítica.

(81) Essa era a cidade “lemista”, administrada pelo intendente Antônio José de Lemos, principal líder político paraense entre 1897 e 1912. Foram tantas as reformulações na cidade por ele realizadas que, não raro, associa-se à sua figura a própria Era da Borracha, como se tivesse sido ele o principal responsável pela riqueza amazônica da época. A Belém-látex pré-lemista, tanto a capital do Grão-Pará imperial quanto a cidade dos primeiros tempos republicanos, já apresentava uma série de avanços modernos. No entanto, para dizer o que “foi”, modernamente, a Belém-látex, seria melhor ir a 1912, ano da débâcle – a falência da economia seringueira –, para que se tenha a somatória das cartografias das suas modernidades, seja a parte de Belém que foi de inspiração “lemista”, seja a parte dela que surgiu de outras inspirações, tanto públicas quanto particulares (CASTRO, 2004, p. 23).

(82) Essa cidade, capital ousada e altiva, fenômeno de urbanização, constituiu, durante alguns anos, um pequeno universo em que experimentações sociais, morais, éticas e estéticas foram permitidas e mesmo incentivadas. A Era da Borracha é muitas vezes descrita como um período de fausto e fastígio simultâneos. Mas, como em geral o são os ciclos econômicos americanos, foi de curta duração (...)

Não será difícil imaginar o golpe que sofreu a frágil estrutura econômica amazônica com a súbita e inesperada queda dos preços, ditada pela concorrência (...)

Dessa maneira, num cenário de desintegração e desilusão, começavam a se desconstituir a soma dos sonhos modernos que nos legam estas saudades (CASTRO, 2004, p. 26).

Finda a primeira seção, passamos para a segunda seção do álbum *Belém da saudade* que se chama *Postais* e que traz os cartões-postais organizados segundo um critério temático, assim disposto sequencialmente:

- a) Vistas litorâneas;
- b) Docas e portos;
- c) Vistas panorâmicas;
- d) Avenidas;

- e) Ruas e travessas;
- f) Praças;
- g) Igrejas;
- h) Palácios governamentais;
- i) Theatro da Paz;
- j) Hospitais e asilos;
- k) Estabelecimentos de ensino;
- l) Quartéis;
- m) Parques zoobotânicos;
- n) Bares e hotéis;
- o) Casas comerciais e bancos;
- p) Fábricas;
- q) Estrada de Ferro de Bragança;
- r) Palacetes;
- s) Cemitério Santa Izabel;
- t) Ilhas e vilas;
- u) Festas, folguedos e procissões;
- v) Costumes paraenses.

Como podemos perceber, o critério temático escolhido para organizar os cartões-postais dá ênfase aos aspectos materiais da cidade, instaurando um efeito de conjunto, um efeito de realidade. É essa escolha que busca forjar um sentido para a cidade de Belém, marcando o que é para ser lembrado e, ao mesmo tempo, aquilo que deve ser esquecido<sup>129</sup>. Ainda conforme esse critério temático, os cartões-postais são novamente agrupados, talvez por motivos de diagramação, e apresentados em nove grupos, conforme a Tabela 1. Dispostos exatamente conforme essa lista, cada item abriga um número variável de cartões-postais.

---

<sup>129</sup> O texto “Cartão-postal: memória de Belém”, de Victorino Miranda, analisado anteriormente, opera nessa direção quando considera o cartão-postal como um flagrante, “um registro da realidade”, como “‘retratos’ múltiplos, variados, de nossas cidades” (MIRANDA, 2004, p. 11), conferindo a eles um status de realidade: “A Belém que está neste álbum é a Belém dos tempos áureos da borracha (...). Desse modo, apaga-se o processo de seleção (ideológico, há de se salientar) por meio do qual os postais foram alvo no intuito de melhor ilustrarem uma dada situação.

**Tabela 1** – Distribuição temática dos cartões-postais de *Belém da saudade*

Temas	Quantidade de cartões-postais
Vistas litorâneas Docas e portos Vistas panorâmicas	66
Avenidas Ruas e travessas	92
Praças Igrejas	73
Palácios governamentais Theatro da Paz Hospitais e asilos Estabelecimentos de ensino Quartéis	50
Parques zoobotânicos Bares e hotéis Casas comerciais e bancos Fábricas	48
Estrada de Ferro de Bragança Palacetes Cemitério Santa Izabel	16
Ilhas e vilas	14
Festas, folguedos e procissões	7
Costumes paraenses	9
<b>Total</b>	<b>375</b>

Observando essa tabela, constatamos que a grande maioria dos cartões-postais diz respeito às edificações urbanas: são 359 cartões para um total de 375 cartões. É perceptível, portanto, o sentido de cidade no álbum está mais imbricado à presença da pedra do que a da carne<sup>130</sup>. Deste modo, há um esforço pela exibição de uma cidade que se adeque aos sentidos do moderno do início do século XX: avenidas (61 cartões-postais), praças (60 cartões-postais), hospitais (18 cartões-postais), casas comerciais e fábricas (21 cartões-postais), palacetes (ou mansões, 10 cartões-postais) e a estrada de ferro (4 cartões-postais). Por outro lado, os

<sup>130</sup> Reconheço aqui a inspiração vinda do belo “Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental”, de Richard Sennett (2008).

cartões-postais que dizem mais sobre as pessoas na cidade e sobre a presença do rural, como antítese do urbano, ficam em segundo plano, pelo menos quanto a sua organização temática: repare que “Ilhas e vilas”, “Festas, folguedos e procissões” e “Costumes paraenses” constam como últimos itens. Alguns exemplos dos cartões-postais que constituiria o resto da cidade são apresentados nas figuras 54 a 59.

**Figura 54 – Ilha de Mosqueiro**



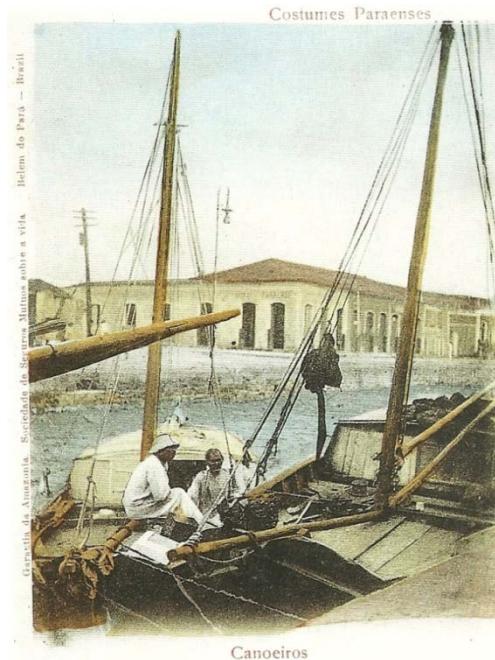
**Fonte:** Pará (2004, p. 257).

**Figura 55 – Procissão do Círio de Nazaré**



**Fonte:** Pará (2004, p. 264).

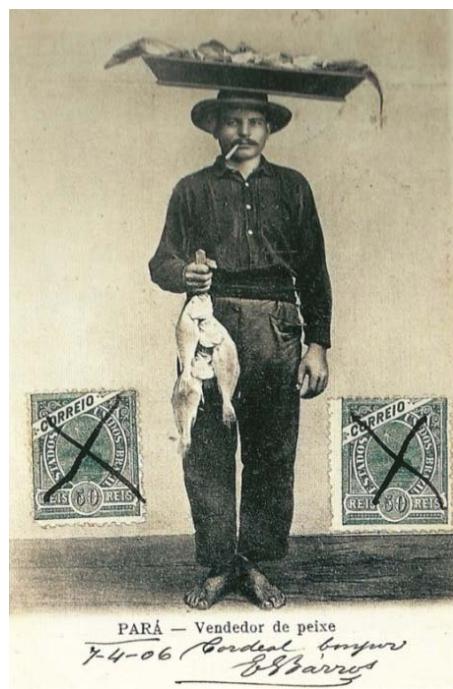
**Figura 56 – Canoeiros**



Canoeiros

**Fonte:** Pará (2004, p. 269).

**Figura 57 – Vendedor de peixe**



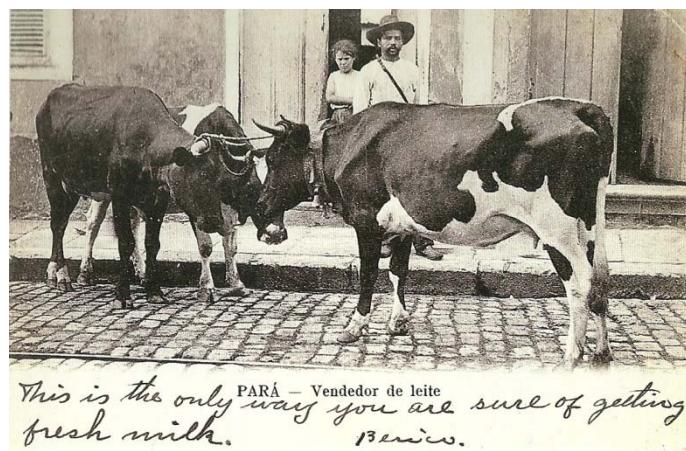
**Fonte:** Pará (2004, p. 270).

**Figura 58 – Cozinheira**



**Fonte:** Pará (2004, p. 271).

**Figura 59 – Vendedor de leite**



**Fonte:** Pará (2004, p. 272).

Porém, essa (incômoda) presença, presumivelmente restrita, controlada e contida nos últimos itens, transborda. E assim esse transbordamento, isso que é da

ordem do incontável, torna possível apontar o que falha nessa organização e o que faz a cidade falar<sup>131</sup>. O dito apogeu da cidade é questionado pela presença teimosa de populares<sup>132</sup>, de pés descalços, e pela relação com a natureza que é própria da região, e que não é contida nos itens a que são destinados. É assim que notamos uma mulher negra (Figura 60) e a moradia pobre de ribeirinhos (Figura 61) em cartões-postais de vistas litorâneas da cidade. É assim que vemos as casas pobres de migrantes cearenses (Figura 62), os carroceiros em serviço (figuras 63) e demais populares em cartões-postais que retratam ruas e avenidas (figuras 64 e 65). Cabe destacar que essa presença é alvo de semelhante apagamento nas legendas dos cartões-postais (vide figuras 60, 62, 63 e 65).

**Figura 60 – Vista litorânea**



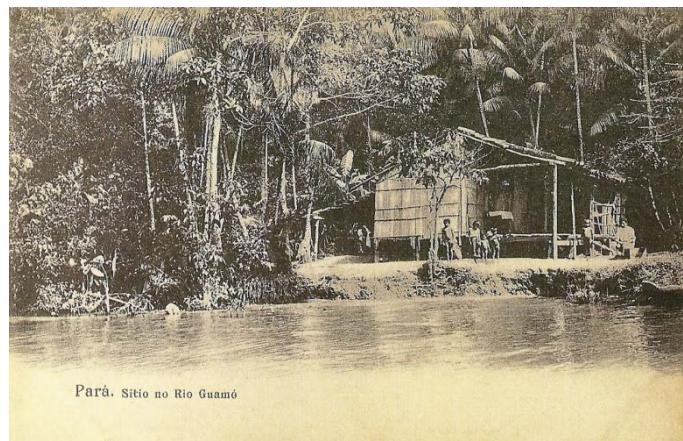
- Da esquerda para a direita, o casario do Boulevard da República (atual Boulevard Castilhos França), os trapiches da Navegação a Vapor do Amazonas e da "Booth Line", as torres da Igreja de Sant'Ana, os trapiches do Gran-Pará e de Belém, assim como as torres da Igreja das Mercês. (Y)

**Fonte:** Pará (2004, p. 36).

<sup>131</sup> Sobre o real da cidade, o incontável, ordem *versus* organização e a falha como fala da cidade, vide Secção 2.1 desta tese.

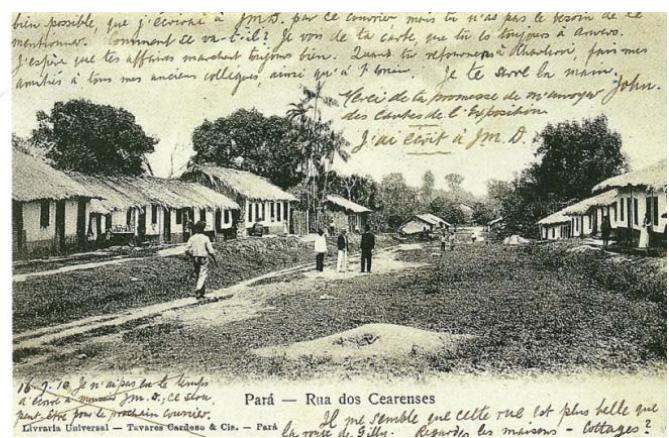
<sup>132</sup> Essa presença, de certa forma incômoda, já havia sido apontada por Victorino Miranda (vide Recorte 77): “Bonitos ou feios, entretanto, os cartões-postais cumpriram a sua missão de documentar, no primeiro terço deste século, a história da cidade e a vida do homem paraense. Sim, porque também este, na modéstia dos seus quefazeres, não foi esquecido, seja como simples ambulante, colhido pela máquina sorrateira do fotógrafo que lhe registrou a passagem anônima pelas ruas, seja como tipo social em que se personificaram determinadas atividades econômicas”.

**Figura 61 – Vista litorânea**



**Fonte:** Pará (2004, p. 39).

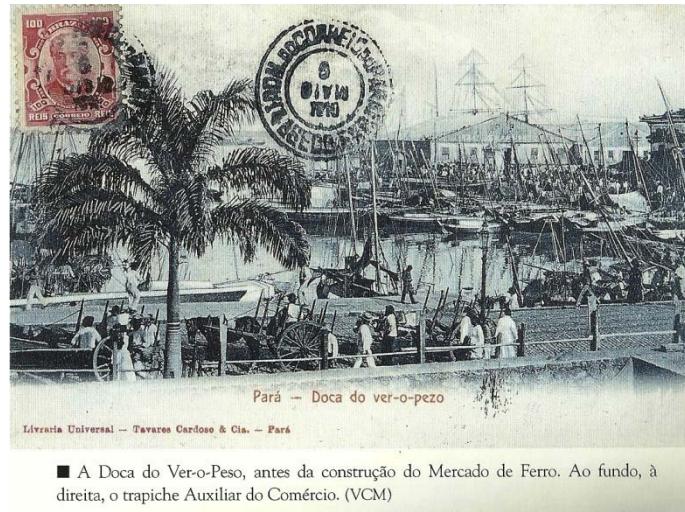
**Figura 62 – Rua dos Cearenses**



**Fonte:** Pará (2004, p. 131).

■ Trata-se, provavelmente, de um trecho da atual Avenida Ceará, localizada no antigo Bairro de Queluz (atual Canudos), antes do arruamento determinado por Lei Municipal de 1912. (VCM)

**Figura 63 – Doca do Ver-o-Peso**



**Fonte:** Pará (2004, p. 54).

**Figura 64** – Antigo Boulevard da República, hoje Boulevard Castilhos França



**Fonte:** Pará (2004, p. 82).

**Figura 65 – Rua Conselheiro João Alfredo**



■ Esquina da Rua Conselheiro João Alfredo com a Travessa Fructuoso Guimarães. Em primeiro plano, à esquerda, trecho de um prédio atribuído ao arquiteto Antonio José Landi. Observe-se a placa da Livraria Alfacinha, uma das mais famosas casas de impressão e comercialização de cartões postais. (MM)

**Fonte:** Pará (2004, p. 120).

É por meio desse critério temático, como forma de organização do álbum, que vemos um sentido sendo construído para a cidade de Belém. É através dessa forma de arranjar os cartões-postais que se estabelece o que é para ser lembrado.

Ao folhearmos as páginas do álbum é como se estivéssemos empreendendo um passeio panorâmico sobre a cidade. Numa espécie de metáfora o leitor é convocado a ocupar algo como a posição de um visitante que chega a Belém: vindo pelo litoral, pelo rio, passa pelos portos e docas, vai a ruas e avenidas e, desde um ponto de vista colonizador, tem curiosidade pelo exotismo dos “costumes paraenses”. Sob esse efeito de continuidade, porém, é importante dizer, um passeio que se faz por meio de fragmentos, os quais, se não tornam as pessoas invisíveis em seu cotidiano, relegam-nas a um plano secundário, subalterno, como um apêndice da vida urbana. A esse gesto que organiza o álbum importa a cidade em seu corpo de pedra. Importa uma materialidade que registre o que há de mais civilizatório e civilizado na cidade. Essa escolha fica mais visível ao notarmos que os três últimos itens – segundo o critério temático de organização do álbum: “Ilhas e vilas”, “Festas, folguedos e procissões” e “Costumes paraenses” – referem-se a aspectos considerados menos urbanos, mais periféricos e mais exóticos da vida

urbana – em resumo menos identificados com o ideal civilizatório da virada do século XX. Seria o “resto” da cidade: aquilo que está lá, mas que não importa, aquilo que não deveria estar e que, por isso, não deveria aparecer.

Além do uso das imagens no álbum, a remissão a essa versão glamorosa do passado é estimulada pela manutenção da antiga grafia de ruas e logradouros. Assim podemos ler: *Avenida de Nazareth, Avenida de São Jerônymo, Doca do Reducto, Asylo de Mendicidade*, etc. Contribui para esse efeito de verdade a citação às coleções usadas, entre elas a pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), um lugar de saber e de construção da história nacional (PECHMAN, 2002).

Por fim, da análise de Belém da saudade, a partir do cruzamento das duas seções que o organizam, é possível constatar algo que chamarei de **processos solidários de apagamento e de constituição e atualização da memória**. Todavia, como todo ritual é passível de falhas e por elas constituído (PÊCHEUX, 2009), podemos observar contradições (mais visíveis na tensão que se estabelece entre a nostalgia e o desejo de futuro) que deixam mostrar os deslizamentos, o caráter instável e constituinte do álbum “Belém da saudade” e o descentramento de seu sujeito enunciador. Ao contrário das mais ingênuas expectativas acerca da unidade (desejada e/ou presumida) do álbum, a cada produção ritualística, a cada repetição abre-se um horizonte, uma atualização, um devir diferença.

## 5.2 Nos muros, a escrita da saudade

Voltando ao que chamei de processos solidários de apagamento e de constituição e atualização da memória, devo salientar que estes não se reduzem ao circuito particular de *Belém da saudade*, mas se estendem e funcionam em um espaço mais amplo. Para auxiliar minha explicação, recorrerei às ideias de Michel Foucault em *Arqueologia do saber* e ao seu exemplo do livro como uma

materialidade do discurso em sua dispersão. Foucault entende ser o livro um dos elementos que trazem mais visivelmente a imprecisão de seus limites. Um livro, portanto, não poderia mais ser visto a partir de uma unidade e uma autonomia presumíveis, mas sim como **um nó em uma rede**. Um nó em uma rede, e conectado a um conjunto de remissões, sendo impossível conceber onde um livro começa e termina:

É que as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. E esse jogo de remissões não é homólogo, conforme se refira a um tratado de matemática, a um comentário de textos, a uma narração histórica, a um episódio em um ciclo romanesco; em qualquer um dos casos a unidade do livro, mesmo entendida como feixe de relações, não pode ser considerada como idêntica. Por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem na mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos, ela perde sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um complexo de discursos (FOUCAULT, 2005, p. 26).

É desta maneira que entendo o álbum *Belém da saudade* como mais um daqueles elementos que fazem funcionar e que atualizam um olhar melancólico/nostálgico sobre a cidade de Belém. Seria, portanto, um nó em uma rede, em um sistema de remissões e que, por isso, promove sentidos. Nessa rede de filiações de sentidos há uma infinidade de nós, alguns de mais elevada intensidade, sempre passíveis de mudança de status.

Um trabalho estimulante, porém complexo, seria esse o de cartografar os pontos dessa rede. Considerando que esses pontos têm número desconhecido e se encontram em contínua progressão, farei aqui a análise de alguns, sem qualquer pretensão de esgotar a questão. Procuro desta forma, além do álbum *Belém da saudade*, deixar mais visíveis os indícios que me fazem falar de um sujeito da saudade em Belém. Trago, portanto, a seguir, enunciados que explicitamente recorrem a um sentimento saudosista e que materializam pontos de ocorrência do sujeito da saudade. São indícios que reúno aqui considerando o seu potencial de ilustrar a atualidade desse dizer saudoso em Belém. É por meio da análise desse

pequeno conjunto que procurarei destacar o funcionamento discursivo de constituição do sujeito da saudade em Belém.

Deste modo, talvez até como reverberações de *Belém da saudade*, mas também como ecos de uma imagem de Belém que imprime saudade, encontrei reproduções de alguns cartões-postais em muros e paredes da cidade. É como se a presença dessas imagens, próximo ao efeito de saturação, servisse para lembrar que Belém “um dia foi assim” e que pode voltar a ser, mas, acima de tudo, parece produzir e conformar desejos, desejos de cidade. É o caso das imagens que encontrei no muro da subestação da Celpa (Centrais Elétricas do Pará), em julho de 2010, que são reproduções de dois cartões-postais presentes no referido álbum, conforme mostro a seguir.

**Figura 66** – Muro da subestação da CELPA



**Fotografia:** Fernando Pinho (julho 2010).

**Figura 67** – Detalhe do muro da subestação da CELPA



**Fotografia:** Fernando Pinho (julho 2010).

**Figura 68** – Muro da subestação da CELPA



**Fotografia:** Fernando Pinho (julho 2010).

**Figura 69** – Detalhe do muro da subestação da CELPA



Fotografia: Fernando Pinho (julho 2010).

Para que fique mais claro, faça uma comparação entre a Figura 66 (com um detalhe apresentado na Figura 67) e a Figura 70. Compare agora a Figura 68 (e a Figura 69, que apresenta um detalhe) à Figura 71.

**Figura 70** - Cartão-postal mostrando a Avenida 16 de Novembro



Fonte: Pará (2004, p. 85).

**Figura 71** – Cartão-postal mostrando a antiga Rua da Calçada do Colégio



**Fonte:** Pará (2004, p. 112).

Outra imagem que me chamou atenção e que traz o antigo bonde elétrico, encontrei, também em 2010, nas paredes de alguns prédios (Figura 72) no entorno do Mercado do Ver-o-Peso, no centro histórico de Belém. O bonde é quase imperceptível no último plano da imagem. O grafite em questão pareceu-me com a função preencher um espaço vazio entre os prédios. Para isso, apelou-se, embora com “liberdade artística”, para um motivo presente em um cartão-postal (Figura 74), de modo a simular um efeito de continuidade na volumetria local. Particularmente, acho o resultado assustador, assustadoramente “espetacular”, no sentido de Debord (1997). Essa simulação eu já havia encontrado no centro histórico de Salvador, no ano de 2003, na fachada de um prédio de modo a “encobrir” sua reforma.

**Figura 72** – Grafite em prédios no centro histórico



**Fotografia:** Petrônio Potiguar Jr. (novembro 2010).

**Figura 73** – Detalhe do grafite em prédios no centro histórico



**Fotografia:** Petrônio Potiguar Jr. (novembro 2010).

**Figura 74** – Cartão-postal mostrando a Rua Conselheiro João Alfredo



**Fonte:** PARÁ (2004, p. 222).

Cabe lembrar que foi ali perto que se deu a implantação do projeto Via dos Mercadores e do bondinho, por parte da Prefeitura de Belém, como já vimos anteriormente.

Passando adiante, outro ponto que considero ser de visibilidade ou de materialização do sujeito da saudade nas ruas belenenses, encontrei, em 2012, no início das obras do Grand Hotel Bolonha, que seria o primeiro resort urbano de Belém (Figura 75). Esse empreendimento luxuoso, assinado pelo escritório do arquiteto Paulo Chaves Fernandes (secretário estadual de cultura, também responsável pela edição de “Belém da saudade” e do projeto da Estação das Docas), buscava “resgatar todo o glamour do saudoso Grand Hotel” (GRAND..., 2011a), atual Hilton Hotel Belém. O nome do hotel alia, portanto, duplamente, a memória da belle époque através do luxo e da riqueza associados ao Grand Hotel e ao Palacete Bolonha (de 1905), o qual fica próximo a esse empreendimento.

**Figura 75** – Concepção artística do Grand Hotel Bolonha



**Fonte:** GRAND... (2011b).

Certamente não foi à toa – e assim explicável – que a mureta que cercava a frente do estabelecimento em obras trazia elementos que davam destaque ao seu luxo, mas acima de tudo trazia elementos que se filiavam ao imaginário da *belle époque* e – isso é importantíssimo – ao da sua volta. Deste modo, três enunciados eram apresentados em funcionamento conjunto, operando uma síntese e facilitando sua circulação, como ensina a “boa” técnica da propaganda: “Belle Époque”, “Grand Hotel Bolonha Belém” e “o Glamour está de volta” (figuras 76, 77 e 78).

Além destes enunciados verbais, podemos observar a existência de enunciados não verbais ou imagéticos materializados na reprodução de dois cartões-postais presentes na mureta das obras (vide Figura 77) e que, por sua vez, constam também do álbum *Belém da saudade* (figuras 79 e 80).

**Figura 76 – Obras do Grand Hotel Bolonha**



**Fotografia:** Fernando Pinho (janeiro 2012).

**Figura 77 – Obras do Grand Hotel Bolonha**



**Fotografia:** Fernando Pinho (janeiro 2012).

**Figura 78 – Obras do Grand Hotel Bolonha**



**Fotografia:** Fernando Pinho (janeiro 2012).

**Figura 79 – Cartão-postal mostrando a lateral do Theatro da Paz**



**Fonte:** Pará (2004, p. 183).

**Figura 80** – Cartão-postal mostrando o Grande Hotel



**Fonte:** Pará (2004, p. 223).

Como podemos perceber, ao final desta exposição, o álbum *Belém da saudade* passou a representar uma espécie de arquivo sobre a memória da cidade de Belém, pelo menos sobre aquela que trata da virada do século XX. Sem mais, o que importa deixar registrado é que, ao utilizarem imagens de cartões-postais do início do século XX como inspiração, estas iniciativas aqui apresentadas, mas também o projeto Via dos Mercadores e a implantação do bondinho, além de outras assemelhadas, adquirem uma singularidade que nos interessa: as modulações e caminhos que o desejo de “volta”, quiçá de eternidade, configura. Do papel às ruas da cidade, a escrita urbana se faz.

## 6 O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO SOBRE A SAUDADE

### 6.1 A *belle époque* como discurso

São enunciados filiados a esse dizer estampado nas cenas que mostrei anteriormente que vêm conformando o que tenho chamado de *sujeito da saudade*. Mas a que se refere esse dizer da saudade em Belém?

A saudade a que me refiro, a partir do que já apresentei, diz respeito ao que nós poderíamos chamar de uma *saudade bellepoquiana*. Ou seja, refere-se a um sentimento saudosista acerca de uma versão do passado paraense, daquilo que teria sido a *belle époque* paraense. É a saudade de um dado recorte da memória.

Falar em saudade da *belle époque* atualmente, no fim do século XX e início do século XXI, é, portanto, falar sobre a saudade de algo que não se viveu. Para Fábio Castro, este sentimento seria um “modo nostálgico de sentir o moderno, marcado por uma aguda sensação de perda, por formas de saudade de um desconhecido que não foi vivenciado senão em pensamento, por um desmando de impotência e também por certo cinismo” e que “constitui um modo **periférico** de participar da modernidade” (CASTRO, 2010, p. 11. Destaque no original).

Falar sobre a saudade da *belle époque* é falar sobre a saudade de algo que se leu e/ou se ouviu em algum lugar e em um dado momento. É aderir a um determinado dizer sobre o passado, é identificar-se no e pelo discurso. É nesse sentido que afirmo que esse peculiar discurso saudosista instaurado em Belém faz emergir um sujeito da saudade como efeito.

Geralmente, o termo *belle époque* é usado para designar o período compreendido entre meados do século XIX e o início do século XX. Segundo Renato Ortiz (1991, p. 52), o termo teria surgido na França do século XX, em meio à crise econômica e às lembranças recentes da Primeira Guerra, tendo uma “conotação nostálgica, algo como o passado áureo perdido para sempre”.

O aparecimento desta expressão, após o marco temporal a que ela mesma se refere (ORTIZ, 1991), aponta para a sua utilização pedagógica, ou seja, com uma função didática e narrativa de classificação de períodos históricos. Tomando-a como um objeto discursivo, a partir da compreensão de discurso como “palavra em movimento, prática de linguagem” (ORLANDI, 2005a, p. 15) e como prática que forma o objeto de que fala (FOUCAULT, 2005), podemos pensar a *belle époque* como um dizer sobre o passado. Tal dizer se constitui e se estabelece segundo uma rede de sentidos que privilegia a versão áurea de uma época, fazendo funcionar mecanismos de seleção, repetição e silenciamento de dizeres<sup>133</sup>. Deste modo, podemos considerar que o discurso sobre a *belle époque* opera estrategicamente com a função de imprimir uma única direção aos sentidos sobre uma dada fração do passado. Desta forma, instaura-se um gesto de interpretação (ORLANDI, 1996) que destaca a “modernização” das cidades e a euforia da sociedade burguesa em uma era de importantes conquistas materiais, tecnológicas e comerciais (DAOU, 2000) – uma interpretação, portanto, de classe.

Quando menciono essa função estratégica é devido, sob o ponto de vista da significação, a possibilidade sempre presente de o sentido ser outro. Sendo assim, o discurso sobre a *belle époque* trabalha segundo uma espécie de administração de sentidos, de controle da polissemia, o que aponta para o político na produção de sentidos (MARIANI, 1998), para a estreita relação entre discurso e poder. Como escreveu Michel Foucault (2006, p. 10): “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.

---

<sup>133</sup> A questão do silêncio e do silenciamento será tratada ainda neste capítulo, em uma seção específica.

Se ao dizermos uma coisa, silenciamos outra coisa, ao se falar em *belle époque*, outros dizeres que também constituíram esse período são silenciados, justamente porque dão visibilidade a contradições e assim despedaçariam a imagem de uma época dourada. Portanto, como efeito desse apagamento, a interpretação que daí resulta toma a *belle époque* não como uma versão do passado, mas sim como o passado tal e único como teria sido. Assim, como abstração, como dizer que luta para se impor como verdade, podemos pensar que falar em *belle époque* é falar em uma “tradição inventada”, nos termos de Hobsbawm e Ranger (1997).

A invenção da *belle époque* coube, portanto, a uma vertente historiográfica conservadora que deu ênfase às narrativas que privilegiavam os feitos dos “grandes homens” e/ou à concepção da história “centrada nos indivíduos excepcionais [...] cujas decisões parecem governar a efervescência dos fatos” (DUBY, 1993, p. 13). Sobre essa postura historiográfica, o historiador Aldrin Figueiredo (2008, p. 25) faz um severo alerta, no caso da historiografia regional paraense e que serve às demais correntes historiográficas:

Tributária dessa quimera evolucionista e positivista, a historiografia da *belle-époque*, por mais renovada que possa ter sido, se distanciou da leitura da história social e da dinâmica cultural da Amazônia na virada do século XIX, preocupando-se apenas com a “história da borracha” e com o que se convencionou a chamar de um *projeto* de modernização e europeização das capitais da Amazônia.

Cabe, portanto, observar a necessidade de uma leitura crítica sobre o que é denominado como “moderno” e como “modernização” – e por isso, o uso que faço aqui de aspas – tendo em vista que estes termos não são transparentes, mas sim opacos, cujos sentidos são resultado de determinações históricas, sociais e culturais. Naquilo que se refere ao que se chama de *belle époque* no Brasil, “modernização” tende a designar o combate (nos planos concretos e abstratos) aos marcos da sociedade colonial.

No caso da cidade de Belém, especificamente, tomando a noção de **discurso fundador** como aquele que funciona como referência a um determinado imaginário constitutivo (ORLANDI, 2003), pressuponho que o discurso fundador da *belle*

*époque* em Belém emerge relacionado ao período em que a cidade foi administrada pelo intendente senador Antonio José de Lemos. Como já afirmou a historiadora Nazaré Sarges, a emergência desse tipo de discurso saudosista localiza-se na década de 20, após o auge da economia da borracha na Amazônia, “quando a cidade não tem mais o vigor econômico e urbano da administração lemista, críticos da administração pública utilizam-se da imprensa para expressar um ‘canto de saudade’ pelo Velho Lemos” (SARGES, 2002, p. 21). Embora lá atrás localizado, o discurso sobre a *belle époque* e sobre a saudade é objeto da constante transformação aqui e ali, sendo reescrito e reinscrevendo-se conforme as determinações sócio-históricas.

Lembremos que Antonio Lemos esteve à frente da Intendência Municipal de Belém por um período de 14 anos, de 1897 a 1911. É a ele atribuída a mudança nas feições coloniais da cidade, conforme o então recente ideário republicano e sob inspiração europeia, tendo o saneamento e a estética como frentes de intervenção. Foi, inclusive, em sua administração, que importantes serviços urbanos foram implantados, sendo que um deles foi o serviço de bondes elétricos (PINHO, 2001).

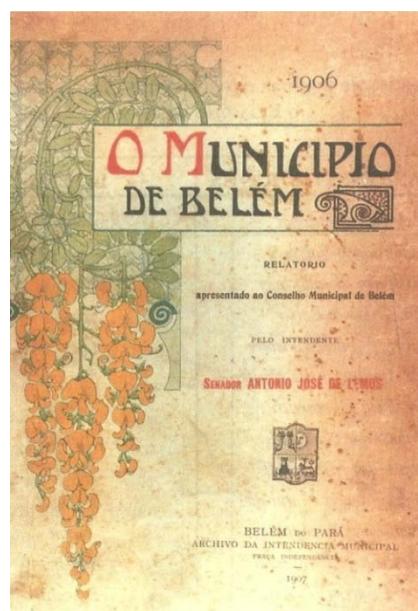
**Figura 81** – O intendente Antonio Lemos



**Fonte:** Sarges (2002, p. 30).

O discurso modernizador de Lemos teve como um de seus principais suportes os relatórios da Intendência de Belém. Ao todo, foram publicados sete volumes (sendo o primeiro referente aos anos de 1897 a 1902 e os demais a cada ano, ficando o último para o ano de 1908), ricamente confeccionados e que eram distribuídos para autoridades, jornais, instituições científicas, não só no âmbito da capital paraense, mas também para a capital federal, Rio de Janeiro, e para alguns países. No ano de 1904, por exemplo, o relatório foi encaminhado para cidades como Recife, Viena, Berlim, Zurique, Bulgária, Mônaco, Paris e Londres (SARGES, 2002). Outro importante veículo de formulação e circulação desse discurso foi o jornal Província do Pará, do qual Antonio Lemos foi um dos redatores e, posteriormente, proprietário.

**Figura 82** – Capa do relatório da Intendência de Belém de 1906



**Fonte:** Sarges (2002, p. 103).

Foram os relatórios da intendência municipal de Belém, somados às edições do jornal Província do Pará (do qual, já disse, Antonio Lemos foi proprietário) e, posteriormente, aos trabalhos de biógrafos e historiadores, que constituíram a base sobre a qual uma rede de memória acerca da *belle époque* paraense se teceu (SARGES, 2002). Como efeito, o nome de Antonio Lemos foi e continua a ser significado como um dos melhores (senão o melhor) administradores que a cidade de Belém já teve. Aliás, a expressão “Belém já teve” é ainda muitas vezes acionada como fundamento às críticas à capital paraense e a seus prefeitos. Não é de se espantar que, diante disso, observemos uma reiterada negação do presente por meio de dizeres melancólicos, das imagens de luto e, por outro lado, numa busca de “trazer” o passado para o presente, onde o passado, ou uma versão do passado, é interpretado segundo um recorte daquilo que seria digno de ser lembrado.

Interpreto, portanto, essa saudade materializada nos enunciados mostrados como um dos efeitos do discurso sobre a *belle époque* paraense. Parecem ser discursos que se entrecruzam, se apoiam. O discurso sobre a *belle époque* paraense aponta para um discurso sobre a saudade da *belle époque* e vice-versa. Por outro lado, se o discurso sobre a *belle époque* paraense pode ser filiado a um dizer histórico, ou sobre a memória regional, o discurso sobre a saudade dessa época remete a um dizer sobre uma emoção – logo, um dizer com efeito subjetivo. É neste meio complexo, nesse emaranhado discursivo que se move o sujeito da saudade.

Do lugar teórico-conceitual de minha fala, cabe lembrar que o sujeito é problematizado segundo uma perspectiva discursiva. Não falo de um lugar essencialista, nem subjetivista, no qual o sujeito é “dono de si”, totalmente consciente e muitas vezes confundido com a categoria “indivíduo”. Não falo a partir de uma noção sociológica ou mesmo psicológica de sujeito, a qual estabelece uma coincidência empírica entre sujeito e o si-mesmo.

Ao contrário disso, discursivamente, concebemos o sujeito materialmente dividido em sua constituição: é *sujeito de* e *sujeito a*. O sujeito é sujeito porque é

sujeito à língua e à história porque, sendo por elas afetado, é que o sujeito se constitui como sujeito, é que o sujeito fala e que produz sentidos.

Baseando-se no legado de Michel Pêcheux, Orlandi (2005a) diz que a ideologia é a condição para que o sujeito e os sentidos sejam constituídos. É a ideologia que interpela o indivíduo em sujeito para que determinado dizer seja produzido.

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia (...) (ORLANDI, 2005a, p. 47).

(...) O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido-lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto nem a linguagem, nem os sentidos nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente (ORLANDI, 2005a, p. 48).

Alinho-me à perspectiva que considera o sujeito do discurso como descentrado, instável e em dispersão, a partir dos diversos estatutos, lugares e posições que ele pode ocupar. O sujeito discursivo é uma posição, uma posição-sujeito, a qual o indivíduo pode e deve ocupar para ser sujeito do que diz (PÊCHEUX, 2009). É através do que diz um sujeito, numa posição-sujeito, que o sujeito se diz, que se significa e que se identifica.

Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2005a, p. 53).

Não se considera (...) o ser com existência particular no mundo, ser humano individualizado; mas o sujeito discursivo deve ser considerado sempre como

um efeito de linguagem, marcado pela posição social e ideológica em um dado momento da história e não outro. A voz desse sujeito revela o lugar social, isto é, expressa um conjunto de outras vozes integrantes de dada realidade social; em sua voz ecoam as vozes constitutivas e/ou integrantes desse lugar sócio-histórico já ditas pelo/no iterdiscurso (ROMÃO & FERRAREZI, 2008, p. 25).

Constituído como um efeito de práticas discursivas, o sujeito da saudade seria uma entre várias posições que o sujeito pode assumir. É uma posição que se assume, que se investe e se é investido, para falar de si<sup>134</sup>.

## 6.2 A saudade, uma emoção em discurso

Albuquerque Júnior (2013), em seu artigo sobre a sensibilidade saudosista de António Corrêa D’Oliveira, professor e poeta português do início do século XX, retoma a ideia de Marcel Mauss acerca do caráter social e coletivo dos sentimentos para problematizar a saudade. Antes de entrar mais detidamente sobre esse tema, quero retomar, sinteticamente, alguns pontos do pensamento de Mauss que considero importantes para o desenvolvimento desta seção.

Em *A expressão obrigatória dos sentimentos*, Marcel Mauss (1981) procurou mostrar, com base no estudo do ritual oral dos cultos funerários australianos, que quaisquer expressões de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados pela não-espontaneidade, posto que são da ordem da cultura. Nessa imbricação entre indivíduo e sociedade, ao contrário do que se poderia pensar, o caráter coletivo das expressões orais, de sentimentos e emoções não desfaz sua intensidade e nem sua realidade. Sentimentos e emoções existem porque são socialmente compartilhados.

---

<sup>134</sup> Mais à frente, essa concepção poderá se tornar mais clara ao leitor quando for empreendida uma análise da saudade como um dispositivo de saber e poder, conforme o pensamento deixado por Michel Foucault.

Mas todas estas expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo são mais do que simples manifestações, são sinais, expressões compreendidas, em suma, uma linguagem (...). É preciso dizê-las, mas se é preciso dizê-las é porque todo o grupo as comprehende.

A pessoa, portanto, faz mais do que manifestar os seus sentimentos ela os manifesta a outrem, visto que é mister manifestar-lhes. Ela os manifesta a si mesma exprimindo-os aos outros e por conta dos outros.

Trata-se essencialmente de uma simbólica (MAUSS, 1981, p. 332).

Desta forma, não é possível falar em “condição humana”, como algo universal e uniforme, porque há uma relação estreita entre cultura, sociedade e emoções, ou seja, a emoção é função da cultura e da sociedade: “os sentimentos são tributários das relações sociais e do contexto cultural em que emergem” (REZENDE & COELHO, 2010, p. 11).

A convicção de que os sentimentos têm uma natureza universal faz parte do senso comum ocidental, que os considera um aspecto da natureza humana marcado pelas ideias de “essência” – no sentido de uma universalidade invariável – e de “singularidade” – como algo que provém espontaneamente do íntimo de cada um (REZENDE & COELHO, 2010, p. 12).

É necessário, portanto, questionar esse universal, questionar o senso comum e entender as emoções como uma das múltiplas dimensões da experiência humana e, assim, porosas às complexas mediações entre cultura e sociedade (LE BRETON, 2009).

Ainda que possam ser considerados como parte da natureza humana e, por isso, com certo grau de universalidade, os sentimentos e suas formas de expressão dependem das relações em sociedade, bem como, e especialmente, da linguagem. É importante termos em mente que a linguagem verbal e corporal para a expressão das emoções tem um cunho social. Há, então, uma gramática peculiar à cada formação sócio-histórica. O sentimento, como algo que é aprendido e apreendido, inclui a aquisição de um complexo técnico corporal que abrange expressões faciais, gestos e posturas.

Desta forma, a partir do entendimento de Marcel Mauss e acompanhando as reflexões de Albuquerque Júnior (2006; 2013), de Rezende & Coelho (2010) e de Le Breton (2009), podemos, então, considerar que a saudade faz parte de um conjunto de práticas que variam segundo a formação social a que se referem, bem como uma expressão coletiva, embora de caráter individual. A saudade é uma prática social, e não algo pré-existente em nossa alegada “natureza humana”.

Cabe destacar que a palavra “saudade” é considerada como uma singularidade da língua galega e da língua portuguesa, tendo se tornado, inclusive, ao longo do tempo, um elemento definidor da história e da cultura em Portugal.

Com a ajuda dos poetas, a cultura portuguesa irá inscrever-se, com uma espécie de complacência, no círculo da saudade e Portugal torna-se miticamente a terra da saudade (LOURENÇO, 2011, p. 103).

É possível que sentir falta da coisa ausente, ter saudade, seja uma coisa universal. Todos os seres humanos sentem faltam de alguma coisa, principalmente se ela foi prazerosa. Porém, essa falta não é expressa sempre pela mesma palavra. A saudade é uma palavra que existe na língua galega e na língua portuguesa. Ao longo do tempo, essa palavra foi agregando um conjunto de sentidos que fez com que a saudade seja algo profundamente refinado na cultura portuguesa e brasileira, onde existe sobre isso uma enorme produção literária, poética e narrativa que conferiu a esse sentimento uma centralidade que parece não haver em outras culturas (PINHO & ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 61).

Uma sensibilidade saudosista se expressa, em geral, a partir da constatação de uma ausência ou de uma perda (imaginada ou não) em específico. A saudade é um sentimento suscitado pela ausência do outro ou mesmo pela percepção de uma falta<sup>135</sup>. É um sentimento suscitado “pela relação com algo que não está acessível ao sujeito” (REZENDE & COELHO, 2010, p. 66).

Sabemos que o sentir saudade está intimamente ligado a eventos marcados pela perda, pela ausência, pela mudança que não se deseja, pelo desaparecimento ou distanciamento de algo ou alguém com que se tem laços afetivos e existenciais (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 160).

---

<sup>135</sup> Reportando-se aos escritos de D. Duarte, rei de Portugal no início do século XV, Eduardo Lourenço (2011, p. 104) observa que a saudade foi narrada como uma “espécie de perturbação deliciosa que decorre da ausência de um bem, e não da negação ou da recusa desse bem”.

Nomear esta sensação de ausência ou de perda como saudade, interpretando-a, diria respeito à nossa condição de seres da linguagem, à nossa necessidade de simbolização. Nomear é um gesto de interpretação.

[A] interpretação é uma injunção. Face a qualquer objeto simbólico, o sujeito se encontra na necessidade de “dar” sentido. O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significância (delimitar domínios), é tornar possíveis gestos de interpretação (ORLANDI, 1996, p. 64).

O ato de nomear é uma ação fundante da própria humanização do mundo (PINHO & ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012). Fratura-se o silêncio<sup>136</sup>. A nomeação promove a construção de recortes que constituem uma realidade, e, no caso da saudade, um recorte subjetivo e conceitual. A saudade é um conceito. A saudade é um dizer, é um discurso<sup>137</sup>. A saudade é uma emoção na ordem do discurso: há modos de dizê-la, de produzir sentidos, de colocá-lo como palavra em movimento.

Uma narrativa saudosa dá materialidade a uma determinada forma de se relacionar com o passado, constituindo um modo de sentir e de reflexão sobre o passado (REZENDE & COELHO, 2010), ou seja, constituindo uma consciência e uma sensibilidade saudosistas, formas de pensar saudoso e formas de sentir saudoso (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006). O passado é, desta maneira, pelo menos do ponto de vista subjetivo, pensado como algo que, embora sempre nos escape, poderia, através do trabalho da memória, ser reconciliado conosco e ser revivido, recuperado, enfim, resgatado. Há, portanto, nesse saudosismo uma relação com as temporalidades: um embate, um debate e uma aposta no passado, no presente e no futuro.

Portanto, a saudade é um sentimento que mobiliza a relação com o tempo; é um embate com o tempo. A saudade é uma reação contra a mudança trazida pelo tempo – ao desgaste, à perda que o tempo provoca. A saudade é uma tentativa de manutenção de um tempo visto como “bom”, “ideal” e que normalmente só é visto como tal quando já passou. A saudade é

<sup>136</sup> Acompanhando Eni Orlandi (2007, p. 27), temos: “Quando o homem, em sua história, percebeu o silêncio como significação, criou a linguagem para retê-lo(...) O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo”.

<sup>137</sup> Partilhando desse entendimento da emoção como um discurso, porém tomando como objeto o discurso do medo, sugiro ao leitor que se interesse pelo tema a dissertação de mestrado de Wagner Carvalho (2009).

produto, na verdade, da ausência! Enquanto se tem algo bom presente, não se sente saudade; a saudade só passa a existir quando isso acabou, quando não há possibilidade mais de resgate e, no entanto, o discurso do resgate é o que mais acompanha a saudade. Portanto, a saudade mantém uma relação tensa com o tempo (PINHO & ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 61).

Segundo Albuquerque Júnior (2006), o aparecimento do discurso saudosista está ligado a períodos de grandes transformações, de crises, em que formas tradicionais de organização social desmoronavam. Em Portugal tal emergência pode ser localizada já no século XV e mais tarde no início dos séculos XIX e XX, como também ocorre no Brasil. Porém, é nos primórdios do século XIX, no período romântico português, que o discurso saudosista se afirma como definidor da nacionalidade portuguesa.

Como já mencionei, a saudade como objeto discursivo é própria da língua portuguesa, ainda que tenha aproximações com outros sentimentos, tais como a tristeza, a nostalgia e a melancolia<sup>138</sup>. Estendendo a abordagem feita sobre a saudade, arrisco-me a dizer que estes sentimentos em conjunto (saudade, tristeza, nostalgia e melancolia), cujos efeitos remetem à ausência ou à perda, constituiriam um feixe de relações culturalmente construídas e que marcam nossas subjetividades, nossas formas de estar-no-mundo. Daí que é possível perceber regularidades nas formas de expressar essas sensibilidades saudosistas, nas quais incluo as expressões da tristeza, da nostalgia e da melancolia. Desta forma, considero que há, portanto, uma gramática saudosista, um repertório, um imaginário que a representa verbal e imateticamente.

A saudade, como todo sentimento, implica a elaboração de uma linguagem que a expresse, implica a escolha, a eleição de gestos, de enunciados, de mímicas, de performances, de imagens, de ações e reações que lhe deem

<sup>138</sup> Ao longo do tempo, a melancolia foi objeto de uma “verdadeira explosão discursiva”, parafraseando Foucault (2011) em campos diversos, como a literatura, a pintura, a psicanálise e o cinema. Por exemplo, na psicanálise, em *Luto e melancolia*, escrito em 1915 e só publicado em 1917, Freud (2011) procura entender a melancolia a partir do luto – um luto patológico que aprofunda a relação de perda entre o sujeito melancólico e o objeto perdido. No cinema, recentemente tivemos o filme *Melancolia* (2012), do diretor Lars von Trier, em que, na iminência do planeta Terra ser atingido mortalmente pelo planeta Melancholia, a personagem vivida pela atriz Kirsten Dunst apresenta ao espectador as principais características do estado melancólico. Na pintura, a produção do norueguês Edvard Munch (1863-1944) é reconhecida pela presença marcante dos temas da solidão, melancolia, tristeza e da angústia da existência (BISCHOFF, 2011).

materialidade, realidade e espessura social e histórica. A saudade não basta ser sentida para existir, ela deve ser, antes de tudo, conceituada como tal, deve ser nomeada, chamada de saudade e materializada em gestos, ações, reações, *performances*. Além disso, os sentidos agregados à palavra saudade – seu universo semântico, seu feixe significativo, a constelação de sentidos trazidos por este conceito quando pronunciado – variam de época para época. Por isso, sentir saudade nem sempre significa sentir a mesma coisa, e nem sempre o que se sentiu como saudade em dado tempo e sociedade continua sendo saudade em tempos e espaços diversos. Aliás, como esse conceito é específico da língua portuguesa, é um sentimento específico dos povos que falam essa língua, sem ignorar que o sentir falta, o sentir tristeza ou melancolia pela falta, pela ausência de algo ou alguém, seja um sentimento partilhado por todos os humanos; mas, ao serem nomeados com outros conceitos, outros sentidos adquirem. Além disso, o sentir saudade implica adotar uma dada gramática de gestos, de práticas, de reações, de comportamentos, mas também dado conjunto de enunciados e imagens que estão social e culturalmente a ela ligados em um dado contexto (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 156).

Para ilustrar essa gramática saudosista, sem pretensão de esgotar o assunto, farei aqui um recorte: empreenderei um modesto panorama sobre algumas representações pictóricas<sup>139</sup> que tematizaram o sentimento saudosista ou, ampliando essa questão, que tematizaram o que eu chamaria de *complexo sensível saudosista*, que inclui e estabelece a relação entre saudade, melancolia, nostalgia e tristeza<sup>140</sup>. Tomemos, primeiramente, como exemplo, a Figura 83<sup>141</sup>, a seguir.

Trata-se da obra do pintor brasileiro Almeida Júnior, feita em 1899, intitulada *Saudade*. Sobre a forma como o artista representa a saudade, quero destacar especialmente aquilo que poderia ser considerado como um código para o reconhecimento de um estado saudoso: a postura um pouco curvada da mulher, com vestes escuras, de rosto abatido e com os lábios cobertos como a sufocar um incômodo; as cores neutras ou escuras utilizadas na composição de modo a

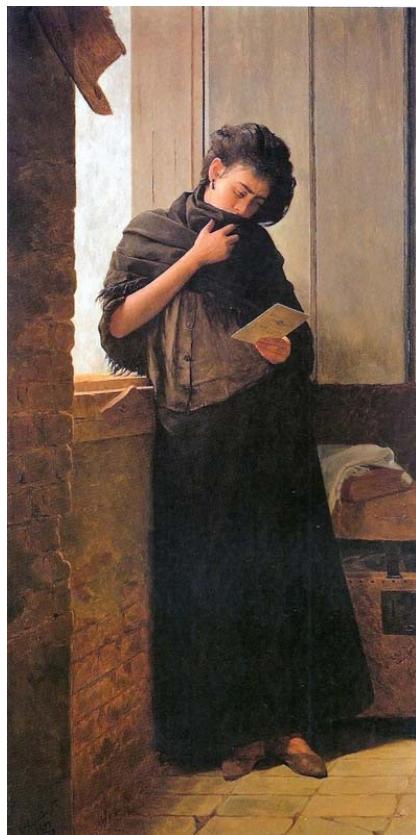
<sup>139</sup> Entenda-se aqui o termo “representação”, conforme o toma Meneses (2005) em referência a Alain Corbin, como a possibilidade de um modelo de prática, e não como necessariamente a prova de uma prática. Considerando o quadro teórico-metodológico adotado nesta pesquisa, eu poderia sugerir que o termo “discurso pictórico” ou “enunciado pictórico” no lugar de “representação”. As imagens selecionadas foram encontradas pelo mecanismo de busca do Google, por meio de palavras-chave (saudade, melancolia, tristeza...) e que me levaram a obras com o mesmo título. É importante que se diga que o título dado pelo artista e sua intenção em representar um dado sentimento já configuram uma interpretação produzida pelo sujeito. Optei, portanto, ater-me tão somente à interpretação dos artistas, e não ao efeito de leitura que suas obras poderiam causar em seus espectadores.

<sup>140</sup> Esta relação é mencionada por Eduardo Lourenço que entende a saudade, a nostalgia e a melancolia como “modalidades, modulações da nossa relação de seres de memória e sensibilidade com o tempo” (LOURENÇO, 2011, p. 91). Haveria um entrelaçamento, uma espécie de afinidade entre a saudade, melancolia, a nostalgia e a tristeza, o que tornaria difícil a distinção uma das outras.

<sup>141</sup> Quando não houver indicação das fontes nas figuras, saiba o leitor que as respectivas imagens foram capturadas da internet via mecanismo de busca do Google.

expressar a imersão em um sentimento que confere peso ao sujeito. Em resumo – e é o que me interessa aqui: o conjunto dos elementos representados no quadro sugere, para além da tristeza, a introspecção (e em certa medida, o silêncio) como um importante componente da saudade.

**Figura 83 – Saudade (1899), Almeida Júnior**



Agora, vamos observar como a melancolia (considerando esta sensibilidade como parte da gramática saudosista, como já disse) foi tematizada imageticamente. Começo pelo clássico de Albrecht Dürer, do início do século XVI (Figura 84). Mais adiante, no século XVII, em 1630, temos a pintura de Pieter Codde (Figura 85). A exemplo do que já fiz em capítulo anterior, peço ao leitor que procure estabelecer cotejamentos entre essas duas imagens.

**Figura 84 – *Melancolia I* (1514), Albrecht Dürer**



**Figura 85 - *Melancolia* (1630), Pieter Codde**



Outro pedido ao leitor: que me desculpe pelo eventual excesso de imagens. Não se trata aqui de “imagorragia” (para adotar um termo próximo à verborragia), muito menos de uma espécie de voyeurismo. Trata-se mesmo de uma insistência, de gesto que permita ao leitor acompanhar o meu pensamento. Prossigamos, então.

Usando também a melancolia como título para seus trabalhos, encontramos a obra de Constance Charpentier (Figura 86), no início do século XIX, as obras de Paul Gauguin (Figura 87) e Edvard Munch (Figura 88), no fim do século XIX, e a obra de Giorgio de Chirico (Figura 89), no início do século XX.

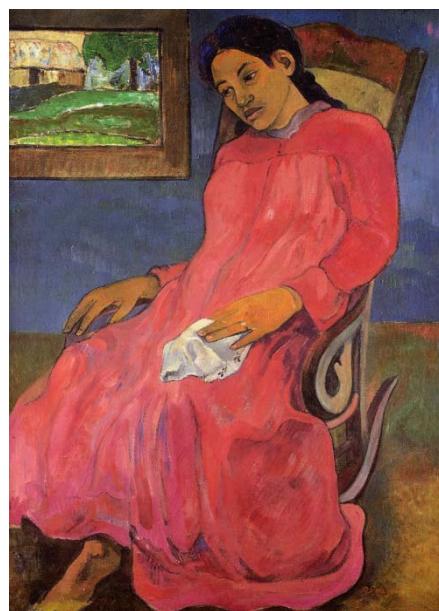
**Figura 86 - *Melancolia* (1801), Constance Charpentier**



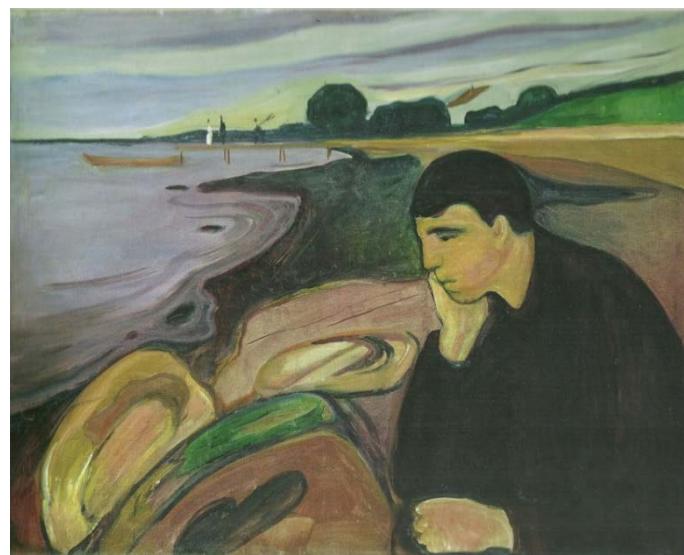
Sem maiores preocupações com uma análise pormenorizada destas obras, pois isso foge aos objetivos desta pesquisa, o que podemos reter desse passeio panorâmico? Em termos de suas regularidades imagéticas, o que podemos apreender desse passeio por algumas obras dos séculos XVI ao XX? Em linhas gerais, nota-se, como na representação da saudade feita por Almeida Júnior, que a

melancolia é codificada também como uma introspecção, um estar-só, uma dobra sobre e para si mesmo.

**Figura 87 – Melancolia (1891), Paul Gauguin**



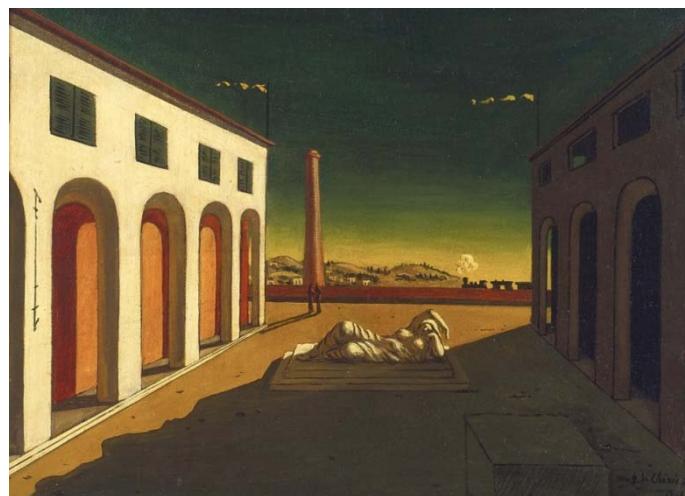
**Figura 88 – Melancolia (1894-1895), Edvard Munch**



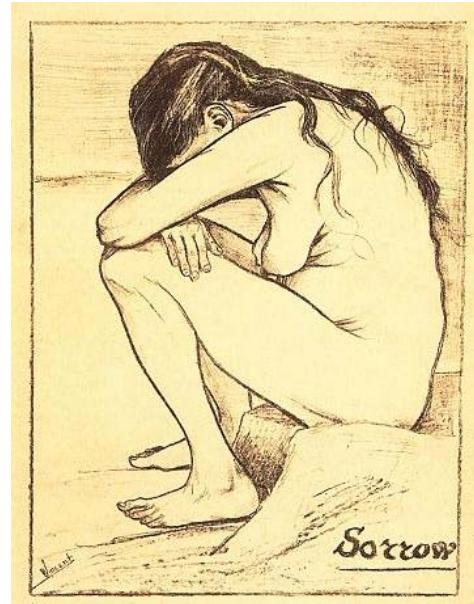
**Fonte:** Bischoff (2011, p. 47).

E tudo isso o que já falei para a saudade e para a melancolia serve de forma similar à representação da tristeza. Como exemplo, observemos a litografia e a pintura de Van Gogh (Figura 90 e Figura 91) e a pintura de Paul Cézanne (Figura 92), ambas da segunda metade do século XIX.

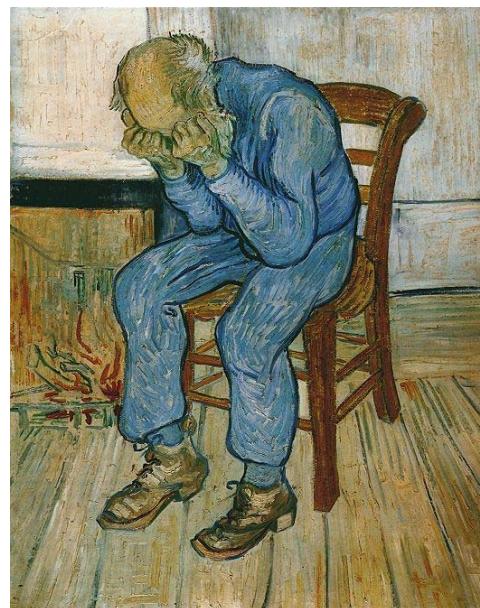
**Figura 89 – Melancolia** (1916), Giorgio de Chirico



**Figura 90 – Sorrow (1882), Vincent van Gogh**



**Figura 91 – Velho a sofrer (1882), Vincent van Gogh**



**Fonte:** Walther & Metzger (2010, p. 630).

**Figura 92 –** *The Magdalene, or sorrow* (1869), Paul Cézanne



Nesse momento, não posso deixar de abrir um pequeníssimo parêntese para trazer uma lembrança que me veio instantaneamente e que tem relação direta com o tema da saudade em Portugal: o fado. Igualmente não entrarei em pormenores, optando por apresentar tão somente duas pinturas portuguesas<sup>142</sup>. A primeira delas – e muito importante, posto que é tida como a primeira a enunciar o conhecido gênero musical português – é a tela de José Malhoa, intitulada *O fado* (Figura 93), cujo tom melancólico retrata um fadista e sua ouvinte a se derramar, embalada pela canção. A segunda consiste no tríptico de Constantino Fernandes, *O marinheiro* (Figura 94), que busca retratar algo como a vida em três fases do humilde navegador. É de nosso particular interesse a seção direita do tríptico, que mostraria a associação entre o fado e a saudade: acompanhando o marinheiro que canta, o seu colega de viagem parece se perderem meio às lembranças de casa, com um cachimbo na mão e uma carta (de saudade?) na outra.

<sup>142</sup> No primeiro semestre de 2012, graças ao Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior da CAPES, pude realizar parte de minha pesquisa de tese em Lisboa (Portugal), onde procurei examinar as relações entre saudade, urbanismo e bonde na cultura portuguesa. Pude apreciar estas duas obras em visita ao Museu do Fado. O leitor pode, inclusive, fazer uma visita a esse interessante museu através do seguinte link: <http://www.museudofado.pt>.

**Figura 93 – O fado (1913), José Malhoa**



**Figura 94 – O marinheiro (1910), Constantino Fernandes**



Diante do que já apresentei, penso ser quase desnecessário apontar a similaridade do sujeito representado nessas duas pinturas e nas obras antes citadas. O sujeito em sua dobra é um elemento recorrente para o dizer sobre a saudade, a melancolia e a tristeza.

Se tomarmos o conjunto das imagens, podemos observar que estas fazem ressoar um determinado dizer sobre a saudade e a melancolia. Há algo que ecoa, que se repete, que apresenta regularidades nesse conjunto. Trata-se da materialização da **intericonicidade**, noção proposta por Jean-Jacques Courtine (MILANEZ, 2006). Para Courtine, a imagem se inscreve em uma cultura visual e que supõe uma memória visual. Deste modo, toda imagem tem um eco e faz ressurgir outras imagens que se filiam a uma rede de memória.

São imagens que voltam, atestando aquilo que Michel Pêcheux (1999) assinalou como o poder da imagem como operador de memória social. São imagens que constituem uma rede, um conjunto de imagens-guia que servem de referência à sociedade e com o qual esta sociedade interage, conformando assim o visual<sup>143</sup> de uma época (MENESES, 2005).

O discurso sobre a saudade, seja ele verbal e/ou imagético, aponta para uma rede de memória que faz funcionar um saber que orienta, captura e modela formas de ser sujeito. Faz funcionar um saber-poder que disciplina e dociliza.

A referência à saudade da cidade<sup>144</sup>, em suas relações com os dizeres nostálgicos e melancólicos, não é gratuita e muito menos orientada tão somente como recurso estilístico. O discurso saudoso só emerge, circula e se atualiza porque faz sentido ao social, porque encontra abrigo, porque afeta a sociedade e é por isso mesmo que pôde se constituir como tecnologia de poder. Vinculada às relações de poder, mesmo em sua positividade, em sua produtividade e em sua sedução, o dizer sobre a saudade pode falhar e abrir outras possibilidades de subjetivação.

<sup>143</sup> No texto “Rumo a uma ‘História visual’”, Ulpiano de Meneses (2005), partindo dos caminhos que os estudos históricos com/sobre imagens tomaram, propõe que se busque um quadro teórico-metodológico que conte com a dimensão visual a partir de três questões: o visual, o visível e a visão.

<sup>144</sup> Refiro-me aqui à saudade da cidade (PECHMAN, 2013) como objeto específico, e não ao tema da saudade na cidade, cujo viés toma o espaço urbano apenas como palco de acontecimentos.

## 6.3 O dispositivo da saudade bellepoquiana

Como poderia ser explicada a emergência do sujeito da saudade como um acontecimento? Ainda como um esforço exploratório, tateando essa questão, apoio-me no referencial teórico-conceitual foucaultiano para refletir acerca do sujeito da saudade em Belém como um modo específico de subjetivação. Busco problematizar a emergência desse sujeito, relacionando-a particularmente com as noções de dispositivo e de governamento<sup>145</sup>. Tomo como norteadora a ideia de que esse discurso saudosista acerca da *belle époque* instaurado em Belém pode ser lido, em seu funcionamento, como um dispositivo. Usarei, portanto, a noção de dispositivo como ferramenta analítica, apresentando suas características principais, articulando-as ao que me interessa – o dispositivo da saudade bellepoquiana.

### 6.3.1 Sobre o dispositivo

A noção de dispositivo no conjunto da obra de Michel Foucault assume maior destaque na passagem de uma abordagem arqueológica para uma abordagem genealógica. Para Castro (2009), no período arqueológico (representado por *As palavras e as coisas* e *Arqueologia do saber*) Foucault preocupava-se em descrever epistemes (episteme como lugar de produção dos saberes: a renascentista, a clássica, a moderna), enquanto que no período genealógico (representado por *Vigiar e punir* e por *História da sexualidade*), com a introdução da análise do poder, o objeto seria a descrição de dispositivos (disciplinar, carcerário, de poder, de saber, de sexualidade, de aliança, de subjetividade, de verdade). Judith Revel (2005) considera que o abandono da noção de episteme corresponde ao deslocamento de Foucault rumo a objetos não discursivos. Ela diz que o termo dispositivo aparece nos anos 70, designando inicialmente as técnicas, as estratégias e as formas de

<sup>145</sup> Esta seção da tese é resultado das contribuições da professora Bethania Mariani, durante o exame de qualificação de doutorado, e das discussões ocorridas no XV Encontro da Anpur (Recife, 2013) e no I Colóquio Internacional Mídia e Discurso na Amazônia (Belém, 2013).

assujeitamento utilizadas pelo poder (os operadores materiais do poder), estando, por sua vez, está ligado ao seu uso por Deleuze e Guatarri no *Anti-Édipo*, como assim ela depreende do prefácio escrito por Foucault para a edição americana da obra. Fernandes (2012) diz que, na passagem da arqueologia para a genealogia, Michel Foucault desloca-se, sem abandoná-la, da noção de episteme para a noção de dispositivo de poder, de onde, com o desenrolar de suas pesquisas, observa-se que o filósofo desloca-se de uma noção de dispositivo de poder para a problematização do dispositivo como produtor de subjetividades e de verdades. Poder, sujeito e verdade constituem, deste modo, o ponto de interseção e o objeto do dispositivo.

Essa transição já havia sido constatada no fim dos anos 70, quando, em entrevista sobre o recém-lançado primeiro volume de *História da sexualidade* (de 1976), um dos entrevistadores observara que se antes, em *As palavras e as coisas* (de 1966) e em *Arqueologia do saber* (de 1969), Michel Foucault falava mais em episteme, naquela época predominava a referência ao dispositivo (FOUCAULT, 1979). Em resposta a isso, Foucault justifica tal deslocamento pelo fato de que a episteme seria um dispositivo exclusivamente discursivo e que era de seu interesse agora lidar com elementos muito mais heterogêneos, discursivos e não discursivos, nomeadamente um dispositivo. É nesta entrevista, inclusive, que encontramos uma conceituação mais explícita sobre o termo, uma resposta quanto ao sentido e a função metodológica do dispositivo.

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. [...] Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Ou seja, um dispositivo pode ser definido por uma estrutura composta de elementos heterogêneos e por sua gênese, que pode ser expressa em dois momentos, sendo o primeiro deles o que diz respeito à predominância de um objetivo estratégico – o dispositivo responde a uma urgência – e o segundo expresso duplamente por um processo de sobredeterminação funcional e por um processo de preenchimento estratégico (FOUCAULT, 1979, p. 245), que, em resumo, ilustram os modos pelos quais um dispositivo organiza e reorganiza o seu funcionamento em termos de eficácia.

Disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que trata-se no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc... O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1979, p. 246).

O dispositivo é a rede que se estabelece entre o dito e o não dito, entre práticas discursivas e práticas não discursivas. O dispositivo serve a um determinado jogo de relações de força, orientando-as, bloqueando-as, fixando-as ou utilizando-as de acordo com os limites do saber. Deste modo, o dispositivo tem uma função estratégica, resultado de sua inscrição no cruzamento das relações de poder e das relações de saber.

O dispositivo, como uma leitura equivocada poderia presumir, não é uma instituição, tendo em vista que o que define um dispositivo é uma relação entre poder e saber. A instituição pode ser um dos elementos em relação num dispositivo. Sendo assim, o dispositivo não se configura como uma máquina tradicional, composta por mecanismos rígidos e contínuos, mas sim por sua capacidade de atualização e de transformação – daí sua natureza estratégica. O dispositivo, enquanto conceito e ferramenta analítica, reúne as instâncias do poder e do saber em uma grade específica de análise (DREYFUS & RABINOW, 134-135).

Após a morte de Michel Foucault, numa conferência sobre o filósofo feita em Paris no ano de 1988 (BUSSOLINI, 2010), Deleuze procede a uma leitura muito particular sobre o conceito de dispositivo. Para ele, a filosofia empreendida por Foucault poderia ser pensada como uma análise de dispositivos concretos, na qual o dispositivo seria algo como um novelo, um conjunto multilinear, composto por linhas de diversas naturezas, que seguem distintas direções, e sempre formando processos em desequilíbrio, tendo em vista que estas linhas podem se afastar ou se aproximar umas das outras (DELEUZE, 1999). Tais linhas podem ser representadas como vetores ou tensores e que traduzem as três instâncias da filosofia foucaultiana: o saber, o poder e a subjetivação.

Se o dispositivo é como um novelo, então sua análise teria que se basear no desenredar de suas linhas, de seus vetores, de modo que um mapa pudesse ser traçado, de modo que fosse instituída uma cartografia:

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é em cada caso construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, e é isso o que Foucault chama de “trabalho no terreno”. É necessário se instalar nas próprias linhas, que não se contentam somente em compor um dispositivo, mas também o atravessam e o arrastam, de norte a sul, de leste a oeste ou na diagonal (DELEUZE, 1999, p. 155).<sup>146</sup>

Analizar um dispositivo é analisar suas dimensões, conforme a leitura de Deleuze propõe. Um dispositivo seria composto pelas seguintes dimensões:

- *curvas de visibilidade e curvas de enunciabilidade*<sup>147</sup>, que constituem o dispositivo como uma espécie de máquina de fazer ver e de fazer falar. A visibilidade é feita por meio de linhas de luz que formam figuras variáveis e inseparáveis de um dispositivo. É graças a essas linhas de luz que algo pode se tornar visível ou invisível<sup>148</sup>. De modo semelhante, também localizada historicamente, a

<sup>146</sup> Tradução livre do original em espanhol.

<sup>147</sup> Em seu texto, Deleuze (1999) utiliza o termo “curvas de enunciação”, porém estou de acordo com Fabiana Marcello (2004) que preferiu adotar “enunciabilidade” para indicar a condição de existência e de possibilidade das enunciações. Ainda assim, opto por empregar a expressão “curvas de enunciabilidade”.

<sup>148</sup> “Cada dispositivo tem seu regime de luz, o modo como esta cai, se esfumaça, se difunde, ao distribuir o visível e o invisível, ao fazer nascer ou desaparecer o objeto que não existe sem ela” (DELEUZE, 1999, p. 155).

enunciabilidade se faz por meio de linhas de enunciação que estabelecem a possibilidade de algo ser dito, nomeado, classificado;

- *linhas de força*, que exercem uma espécie de retificação das curvas de visibilidade e de enunciabilidade. São “como flechas que não cessam de penetrar as coisas e as palavras”, percorrem todos os lugares de um dispositivo. “Invisível e indizível, esta linha está estreitamente misturada com as outras e porém não se pode distingui-la” (DELEUZE, 1999, p. 156). Trata-se do poder como uma das dimensões do dispositivo;
- *linhas de objetivação*, que se referem aos processos de produção da subjetividade. Referem-se a uma transposição das linhas de força, a um dobrar-se sobre si mesmo: é “quando a força, em lugar de entrar em relação linear com outra força, se volta sobre si mesma, se exerce sobre si mesma ou se afeta a ela mesma” (DELEUZE, 1999, p. 156).

Em uma conferência proferida no Brasil em 2005, Giorgio Agamben faz sua leitura do dispositivo foucaultiano. Agamben (2009) inicia tomando como hipótese o dispositivo ser um termo técnico decisivo no pensamento de Michel Foucault. É um termo, diz ele, que aparece com frequência a partir de meados dos anos 70 quando Foucault se debruça particularmente sobre a governamentalidade<sup>149</sup>. É sob uma definição do termo, realizada numa entrevista feita a Foucault em 1977, que Agamben faz um resumo sobre o que caracteriza o dispositivo:

- a. É um conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos.
- b. O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder.
- c. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber (AGAMBEN, 2009, p. 29).

---

<sup>149</sup> Uso o termo “governamentalidade”, e não “governabilidade” ou “governo” (como fez a tradução do texto de Agamben), considerando a crítica feita por Alfredo Veiga-Neto (2005). Apresentarei mais adiante sua conceituação.

Partindo da noção foucaultiana de dispositivo, Agambem faz uma breve arqueologia do termo, de início no interior da obra foucaultiana e depois num contexto mais amplo. Em *Arqueologia do saber*, diz Agamben, que Foucault usa o termo “positivité” como um termo etimologicamente próximo a dispositivo. Agamben sugere que dispositivo vem do termo “positivité” (positividade), utilizado por Jean Hypollite (ex-professor de Foucault) em um ensaio sobre Hegel. A positividade em Hegel, segundo Hypollite e para Agamben, representaria o “elemento histórico, com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas de crenças e dos sentimentos” (AGAMBEN, 2009, p. 32). Diferentemente de Hegel, diz Agamben, Foucault não busca reconciliar os indivíduos e o elemento histórico e nem enfatizar o conflito entre eles, mas sim “investigar os modos concretos em que as positividades (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismo e nos ‘jogos’ de poder” (Idem, p. 33). É por isso que Agamben afirma que dispositivo é um termo essencial no pensamento foucaultiano: não um termo específico, que se refere a uma determinada tecnologia de poder, mas sim um termo geral, mais amplo, como o era positividade para Hegel.

Tomando seu aspecto filológico, Agamben mostra a importância que o termo grego *oikonomia* (que significa a administração da casa, *oikos*) assume no pensamento teológico cristão, por volta do século II, em relação à Trindade Pai-Filho-Espírito. Frente às resistências acerca dessa concepção tríplice divina, o argumento é feito a favor de uma “economia divina”: Deus é um só, é uno, mas quanto ao modo como administra a sua casa e o mundo que criou, quanto à sua *oikonomia*, é tríplice, onde Cristo assume a administração e o governo da história dos homens (AGAMBEN, 2009, p. 35-36). Há, pois, nessa concepção, uma separação entre Deus como ser e Deus como ação, entre ontologia e práxis.

Nos escritos dos padres latinos, diz Agamben, *oikonomia* veio a ser traduzida como *dispositio*, de onde deriva o termo “dispositivo”, o qual vai assumir a carga imputada à *oikonomia* teológica. Agamben enxerga na concepção foucaultiana de dispositivo essa herança teológica, na medida em que ali comparece também uma fratura entre ser e práxis – uma atividade de governo desprovida de qualquer

fundamento no ser e, por isso mesmo, “os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito” (AGAMBEN, 2009, p. 38). Há em comum, entre o pensamento teológico apontado e o de Foucault, a referência à *oikonomia* como “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é gerir, governar, controlar e orientar, num sentido que se supõe útil, os gestos e os pensamentos dos homens” (Idem, p. 39).

Daí, o filósofo italiano amplia esse conceito de modo a tomá-lo como categoria para pensar o mecanismo político contemporâneo em suas relações com a subjetivação e dessubjetivação. Assim, o dispositivo é entendido como “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p. 40). Amplia-se, portanto, a concepção de dispositivo para abranger a prisão e a confissão (para citar um exemplo a partir de Foucault) e também a caneta, a literatura, o computador, o celular e, num extremo, a própria linguagem.

Dividindo então o existente em duas grandes categorias, os seres viventes (ou substâncias) e os dispositivos, Agamben pensa a subjetivação como uma relação entre elas: “Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os viventes e os dispositivos” (p. 41), o que acaba por resultar, tendo a vista a demasiada acumulação e proliferação de dispositivos em nossos dias, a uma correspondente disseminação de processos de subjetivação, o que radicaliza a ideia de mascaramento vinculada à identidade. É a captura e a subjetivação do desejo humano de felicidade, numa esfera separada, que Agamben assinala ser a potência específica do dispositivo:

“O sujeito (...) não é algo que possa ser alcançado diretamente como uma realidade substancial presente em algum lugar; pelo contrário, ele é o que resulta do encontro e do corpo-a-corpo com os dispositivos em que foi posto – se pôs – em jogo” (AGAMBEN, 2007, p. 63).

O capitalismo e o poder em sua conformação moderna generalizam e acentuam os processos de separação. Para funcionar como um dispositivo de

governamento, o dispositivo deve implicar um processo de subjetivação. Os dispositivos em sua tarefa de criação de corpos dóceis, porém livres, livres para serem sujeitos em seu assujeitamento. Só assim, como máquina de produzir subjetivações, de produzir sujeitos, é que o dispositivo se constitui como uma máquina de governamento. Os dispositivos capturam os indivíduos em sujeitos, ou seja, subjetivam e assujeitam.

Na contemporaneidade, ao contrário dos dispositivos ditos tradicionais, não se realiza mais um ciclo completo de subjetivação, não se vai mais de um novo sujeito constituído a partir da negação de um velho sujeito, não mais se produz um sujeito real, mas sim se realiza uma indiferenciação entre subjetivação e dessubjetivação, de onde surge um espectro de sujeito. Por exemplo, o usuário de um celular, ao ser capturado por esse dispositivo, não adquire uma nova subjetividade; torna-se um número pelo qual pode ser controlado. Em sua relação com a subjetividade, o dispositivo de poder “sempre é duplo: por um lado, isso resulta de um comportamento individual de subjetivação e, por outro, da sua captura numa esfera separada” (AGAMBEN, 2007, p. 79).

### 6.3.2 Sobre a governamentalidade

No curso *Segurança, território, população*, de 1978, Michel Foucault se debruça sobre o que ele chamou de governamentalidade, ou seja, acerca da problematização do governo e suas múltiplas práticas. Foi a partir da análise do tema do pastorado, cuja base foi estabelecida na relação pastor-rebanho, desenvolvida entre os hebreus e depois estendida ao cristianismo, que o filósofo pôs em destaque o problema da conduta em seu duplo sentido: conduta como a atividade de conduzir algo ou alguém e conduta como a maneira como uma pessoa se conduz. Mesmo com a passagem da pastoral das almas para o governo dos homens e das populações, Foucault não observou mudanças na forma de conduta

dos homens, mas uma multiplicação dessa questão; e foi sob essa proliferação que entramos, no século XVI, na era dos governamentos (FOUCAULT, 2008).

É importante assinalar que, ao utilizar a palavra “governo”, Foucault fez uma diferenciação entre uma ação administrativa localizada no âmbito do Estado e uma ação de governar que se distribui no corpo social. É exatamente por conta desta diferenciação, entre Governo e governo, que Alfredo Veiga-Neto (2005) sugere que se adote o vocábulo “governamento” ao se tratar dessa noção de governo que (antecede e) ultrapassa a máquina estatal, evitando assim mal-entendidos. O governamento refere-se aos modos de conduta no duplo sentido antes mencionado, que remete à ideia de que assim um indivíduo se torna sujeito e assujeitado, tanto em relação aos outros quanto a si mesmo. A governamentalidade, por conseguinte, diz respeito à promoção de formas de regulação das condutas dos sujeitos, assim como estratégias de captura e interrupção de modos de vida alternativos e indesejáveis (SIERRA, 2013) – o que nos dá indicação sobre o entrelaçamento entre governamentalidade e o funcionamento do dispositivo. Com a noção de governamentalidade observamos mais um deslocamento operado por Foucault em suas análises: há um redirecionamento da ideia de poder baseada numa relação de forças, de coerção *versus* repressão, para uma concepção mais ampla que se assenta nos diferentes modos de condução de condutas, na regulação dos modos de vida, no poder como um conjunto de ações sobre ações (FOUCAULT, 1995).

### 6.3.3 A saudade bellepoquiana: dispositivo e governamentalidade

Sobre a minha hipótese de que o discurso saudosista sobre a *belle époque* em Belém caracteriza o funcionamento de um dispositivo, resolvi adotar algumas de suas propriedades como forma de apresentar meus argumentos<sup>150</sup>. Para tanto, empreenderei um esforço para demonstrar que a saudade bellepoquiana em Belém

---

<sup>150</sup> Para tal tarefa, os textos de Fabiana Marcello (2009; 2004) sobre sua pesquisa acerca do dispositivo da maternidade e a produção do sujeito-materno foram um estímulo inspirador.

é um dispositivo de saber-poder-subjetivação porque (a) funciona como uma rede que se estabelece entre elementos linguísticos e não-linguísticos, (b) emergiu como uma resposta a uma urgência histórica, e (c) opera segundo uma lógica multilinear que associa saber, poder e objetivação/subjetivação. Num primeiro instante, por didatismo, apresentarei separadamente cada um destes elementos, mesmo que em seguida isso se torne inevitável, dada a característica do dispositivo, que opera conforme um entrelaçamento de suas dimensões.

Com Foucault vimos que o dispositivo, em sua história, teve sua formação como resposta a uma urgência. No caso de Belém, considerando a saudade bellepoquiana como um dispositivo, me parece que essa noção de urgência como demanda poderia ser representada pela queda da economia da borracha, pelo enfraquecimento de uma elite econômico-cultural, cujo anseio era o de manter seu lugar social, de onde advém a naturalização e universalização de sua experiência de classe – logo, “uma função estratégica dominante” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Na Seção 6.1 desta tese apresentei uma análise sobre a emergência do discurso sobre a *belle époque* belenense e os seus efeitos que constituíram o que chamei de sujeito da saudade. Como já apontei, a *belle époque* como um ciclo histórico-historiográfico e o seu respectivo sujeito saudoso como sua resultante são efeitos discursivos, os quais, ambos, são frutos de determinações e singularidades sócio-culturais.

Com Deleuze, a partir de Foucault, vimos o dispositivo concebido como um conjunto multilinear, composto por linhas de diversas naturezas, as quais, em última instância, expressariam o saber, o poder e a subjetivação como os três eixos da analítica foucaultiana. As formas de fazer ver e as formas de fazer falar sobre a *belle époque* paraense, sobre a saudade e o seu sujeito, bem como aquilo que é invisibilizado e silenciado a esse respeito<sup>151</sup>, constituiriam as curvas de visibilidade e curvas de enunciabilidade do dispositivo da saudade bellepoquiana. As linhas de força do dispositivo diriam respeito ao caráter positivo, produtivo, do poder,

---

<sup>151</sup> O leitor encontrará uma análise mais detida sobre essa forma específica de silenciamento mais à frente.

mantendo uma estreita relação com o saber, com as curvas de visibilidade e de enunciabilidade. Por esta razão é que tais linhas de força impelem o fazer ver e o fazer falar sobre a *belle époque* e sua saudade. A subjetivação é resultante instável inquieta das linhas de objetivação. É nesse processo incessante de produção que os indivíduos ocupam sua posição no discurso como sujeito da saudade. No dispositivo da saudade bellepoquiana, as formas de visibilidade e de enunciação sobre si mesmo, sobre um ser-sujeito-saudoso, fazem com que esse sujeito se reconheça numa condição saudosista. É através da incitação ao indivíduo falar de si mesmo como um sujeito da saudade que o dispositivo faz ver o sujeito da saudade. É assim que o sujeito da saudade se torna um objeto de si mesmo, um sujeito em dobra, que busca conhecer a si próprio, que busca conhecer o que considera ser sua história, sua memória e o seu passado, mas que também, em um mesmo movimento, se dá a conhecer.

Conhecer a si mesmo, dar-se a conhecer, nesse dispositivo, necessita que se dirija e que se empregue – em direção a si próprio – investimentos de visibilidade e, também, de enunciabilidade. A experiência do sujeito está relacionada ainda a um conjunto de ações que ele efetua sobre si mesmo – dentre as quais está a tarefa de voltar o olhar sobre si, tornando-se, principalmente, objeto visível (...). Uma vez tornado objeto de si mesmo, [o sujeito], para falar de sua prática específica, é convidado a apreciar-se, a observar-se. A pergunta é: como este ou aquele dispositivo faz falar o sujeito que ele mesmo produz? Lembremos, pois, que o procedimento da confissão é também um dos modos pelos quais o sujeito se torna visível a si mesmo (...) (MARCELLO, 2004, p. 203).

O dispositivo da saudade bellepoquiana como dispositivo de poder-saber incita a formulação, circulação e atualização de discursos. É um produtor de práticas discursivas. Daí porque o discurso sobre a saudade bellepoquiana é efeito do dispositivo: o dispositivo faz ver e faz falar sobre a saudade da *belle époque* em Belém, faz ver e faz falar sobre uma imagem do passado da cidade, atualizando-a no presente e empurrando-a para um possível futuro.

Como dispositivo, a saudade bellepoquiana em Belém opera uma naturalização da memória sobre uma época, instaura uma ausência, orientando a formação desse sentimento saudoso. Com isso, outras formas subjetivas são bloqueadas ou enfraquecidas, graças à naturalização do que seriam o passado e o

ser da/na cidade como essências. Uma determinada leitura sobre a realidade se impõe e é tomada como sendo universal, como algo que deve ser comungado – “nossa passado” e “nossa essência”, cujos efeitos em conjunto formam um campo fértil para a produção de corpos dóceis e governados/governáveis.

Esse sentimento saudosista se instaura nas subjetividades por meio de uma coerção e comportamentos resultantes de uma relação de comando e obediência, de um exterior que faz interiorizar, mas não só coerção pura e simples, mas adesão porque diz algo sobre e do sujeito. Trata-se, nessa perspectiva, de pensar a saudade bellepoquiana enquanto um dispositivo que faz com que indivíduos se tornem sujeitos, em duas acepções: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 235).

E se a saudade bellepoquiana em Belém pode ser tomada como um dispositivo, como a rede que se estabelece entre práticas discursivas e não discursivas que tematizam a memória da Belém da *belle époque* e que promovem um efeito de ausência, de falta a ser satisfeita, como se dá a inscrição do dispositivo saudosista nos campos do poder, do saber e da subjetivação? Arriscando uma resposta inicial, sob a inspiração das palavras contidas no manuscrito do curso *Segurança, território, população* (FOUCAULT, 2008, p. 367), podemos pensar que o sujeito da saudade em Belém se constitui como um sujeito-objeto do saber-poder: o sujeito da saudade é assujeitado a um saber sobre a memória da cidade que o impele a ser um sujeito saudoso na medida em que o presente parece acinzentado em relação a uma imagem dourada do passado – a Belém da *belle époque*; o sujeito da saudade é um objeto desse saber na medida em que nesse sujeito se veste a armadilha de uma identidade enquanto essência e porque esse saber é utilizado e instrumentalizado como prática de governamento. É assim que se vê o poder em funcionamento, segundo uma abrangência macroscópica e microscópica, conduzindo indivíduos a naturalizarem algo que é da ordem da tradição inventada e assim moldarem suas condutas.

Cabe lembrar, por fim, das lições de Marcel Mauss que afirmava que as expressões dos sentimentos são constituintes de uma linguagem, o que sinaliza que se as emoções devem ser ditas e se são ditas é porque um determinado grupo social as comprehende. Portanto, como resultante das práticas de governamento, não é à toa que se o corpo estatal precisa e diz sobre a saudade da *belle époque* paraense é porque ela estabelece comunicação e significação no corpo social.

Na próxima seção, ainda sobre o fazer ver/fazer falar enquanto positividade das relações de poder, tratarei sobre outra característica operativa do dispositivo da saudade bellepoquiana, porém em direção inversa e complementar ao que expus: o silenciamento.

#### 6.3.4 O silenciamento

Se ao falar sempre afastamos sentidos não-desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala” (ORLANDI, 2007, p. 152).

O que o discurso da saudade bellepoquiana faz calar? Por meio desse discurso, o que é silenciado e, em contrapartida, incitado a ser dito? O que fura essa imagem ideal de passado erigida como *belle époque*? O que falha nesse ritual de produção discursiva?

Antes de entrar nessa questão, ainda que de modo ensaístico dado as contingências a que esta tese está submetida, quero trazer algumas contribuições de Eni Orlandi sobre os sentidos do silêncio numa perspectiva discursiva.

Para Orlandi (2007; 2005a) uma análise discursiva do silêncio pode ser realizada distinguindo-se suas duas formas: o **silêncio fundador** (ou silêncio fundante) e a **política do silêncio** (ou silenciamento). Na primeira delas, o silêncio é entendido como a própria condição para que o sentido seja produzido, pois o

processo de significação contempla uma relação fundamental e necessária com o silêncio. O silêncio fundador ou fundante é “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”, “é aquele que torna toda significação possível (ORLANDI, 2007, p. 24 e 102). Na segunda forma de silêncio, a saber, o silenciamento ou a política do silêncio, são observadas as cisões entre o dizer e o não-dizer, que resultam numa “forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não dizer ‘outras’” (ORLANDI, 2007, p. 53). Tal afirmação implica que o sujeito ao dizer alguma coisa, ao produzir um determinado sentido, estará, necessariamente, não dizendo outras coisas, não se filiando a outros sentidos. Por sua vez, a política do silêncio apresenta duas sub-formas de existência: o *silêncio constitutivo*, que indica que para se dizer é preciso não-dizer, que uma palavra apaga outras palavras (ORLANDI, 2005a), que todo dizer cala algum sentido, e o *silêncio local*, que consiste na censura, ou seja, na interdição do dizer em uma dada conjuntura.

Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada.

A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo.

Determinado pelo caráter fundador do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio com um efeito de discurso que instala o antiimplícito: se diz “x” para não (deixar) dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer (ORLANDI, 2007, p. 73-74).

Voltando à pergunta desta seção: o que o dispositivo da saudade bellequiana, fazendo funcionar o discurso sobre a saudade da *belle époque*, faz silenciar ao fazer dizer uma coisa para não dizer outras coisas? O que é, por conseguinte, silenciado em virtude de perturbar o imaginário da *belle époque*?

Dizemos<sup>152</sup> “Belém da *belle époque*”, a “Paris dos trópicos”, a “francesinha do Norte”. Dizemos sobre existência de uma era dourada na virada do século XIX para o século XX. Colocamos a saudade de algo-que-não-vivemos (CASTRO, 2010) em discurso. Fazemos com que esse discurso circule para não dizer sobre o nosso passado colonial, para silenciar nossa condição de colonizado e de subalterno, para não dizer sobre a nossa ancestralidade negra, indígena, mestiça, cabocla. Atualizamos esse discurso saudosista para silenciar nosso presente aquém de nossos sonhos e ilusões. Lembremos de que o silenciamento “já não é silêncio mas ‘por em silêncio’” (ORLANDI, 2007, p. 12).

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação dos sentidos (ORLANDI, 2007, p. 102).

Vou destrinchar, esmiuçar melhor essa minha interpretação. O que está em jogo no dizer sobre a “Belém da *belle époque*”, sobre a “Paris dos trópicos”, sobre a tal era dourada do início do século XX, para não dizer outras coisas enquanto política do silêncio? O que está implicado nesse embate é a possibilidade de ruptura e/ou de enfraquecimento de um ideal de passado republicano da cidade. Há uma espécie de esquecimento ou de apagamento que faz não dizer as desigualdades socioeconômicas então presentes: os contrastes entre uma elite urbana (cavalheiros, senhores, damas, senhoras, senhoritas, *mademoiselles*, habitantes de palacetes e chácaras) e outras formas de ser sujeito na/da cidade (trabalhadores pobres, prostitutas, cafetões, malandros, vagabundos, pajés, caboclos e caboclas, moradores de cortiços e barracas<sup>153</sup> – enfim, o resto da cidade<sup>154</sup>) que questionam a universalidade de uma alegada época áurea.

<sup>152</sup> Inconscientemente, instantaneamente, usei a conjugação do verbo “dizer” na terceira pessoa do plural, o que me parece deveras significativo. Identifiquei-me como um belenense no/pelo discurso bellepoquiano. Mantive essa escrita porque acabou por mostrar a mim mesmo o funcionamento discursivo do processo de identificação pelo sujeito.

<sup>153</sup> A “nova” historiografia paraense tem se debruçado sobre esses sujeitos sociais, antes apagados por uma historiografia preocupada nos grandes vultos políticos. Como exemplo, temos os trabalhos de Sarges (2002), Fontes (2002b), Pantoja (2005), Figueiredo (2008), entre outros.

<sup>154</sup> Vide a Seção 5.1, “Belém da saudade: um álbum-acontecimento”.

Entre anúncios da mais afamada moda parisiense, e mais queijos, vinhos e biscoitos, apareciam, nas mesmas páginas, como um ocasional contraponto, notícias sobre prisões de pajés, invasões às casas de feitiçaria, denúncias de bruxarias, notícias sobre o aparecimento de meninas santas, curas mágicas, assassinatos por feitiçaria, zoomorfismos, e outros casos afins, que revelam um lado escondido da reluzente história do *fin-de-siècle* (FIGUEIREDO, 2008, p. 19-20)<sup>155</sup>.

Essa passagem corriqueira serviu para que pudesse pensar o quanto política é essa “opção” da historiografia que se debruçou sobre a virada do século. Existem muitos trabalhos sobre a Estrada de Ferro de Bragança, mas nenhum deles teve olhos para algum pajé que, porventura, tivesse sua tenda armada nas proximidades. Pajelança, feitiçarias, práticas mágicas, são temas que não combinam com esses símbolos da modernidade, por isso não cabem na lista dos *best-sellers* consagrados pela historiografia que estuda o *fin-de-siècle*. Restava agora entender o porquê do descaso dos historiadores com “outros temas”. Por que estudar uma ferrovia ou as reformas urbanas de uma cidade deveria ser mais sedutor para a história do fim de século do que tentar recuperar formas de devoção e religiosidade populares? A ausência de fontes documentais para subsidiar as pesquisas não poderia servir de alibi. O problema é mais complicado do que parece à primeira vista, especialmente porque essa postura historiográfica é datada, dando corpo a uma espécie de tradição inventada, como diria Hobsbawm (FIGUEIREDO, 2008, p. 23).

Orgulhamo-nos ao repetir e atualizar um dizer sobre a existência, em Belém, do mais moderno serviço de bondes elétricos do Brasil, comparável aos melhores da Europa e da América. Silenciamos, deste modo, os problemas ocorridos durante e após a eletrificação do serviço de bondes em substituição à tração animal, tais como o incipiente domínio da nova tecnologia e os graves acidentes envolvendo os bondes elétricos (PINHO, 2001). Ao nos vangloriarmos do serviço de bondes elétricos em Belém, silenciamos o declínio que este modo de transporte sofreu devido à concorrência danosa estabelecida com os ônibus, com a escassez de energia elétrica e do material rodante por conta das guerras mundiais, sendo oficialmente extinto em abril de 1947 (CRUZ, 1973; ROCQUE, 1996).

Com o decorrer dos anos a PARÁ ELECTRIC começou a viver os mesmos dias angustiosos [de] idêntica apatia que caracterizou a Urbana<sup>156</sup>, no seu fim inglório. Os diários de Belém de 24 de abril de 1947 noticiavam uma reunião havida no Palácio do Governo, no dia anterior, onde o Governador Luís Geolás de Moura Carvalho, o Prefeito de Belém dr. Teivelindo

<sup>155</sup> Nesta e na citação posterior, o historiador Aldrin Figueiredo fala de seu percurso ao estudar as formas da religiosidade popular na cidade de Belém na virada do século XIX para o século X.

<sup>156</sup> A Companhia Urbana de Estrada de Ferro Paraense era responsável pelo serviço de bondes a tração animal, tendo sido substituída, em 1905, pela The Pará Electric Railways and Lighting Company Limited, encarregada de implantar o serviço de bondes elétricos em Belém (PINHO, 2001).

Guapindaia e o sr. Belino Bitencourt, Interventor Federal na Companhia de Eletricidade, discutiram a situação aflitiva da empresa britânica. Esclarecia o noticiário que:

“A falta de elementos da Empresa continua a ser o ponto nevrágico da questão e a situação precária do material rodante está levando o governo e a companhia a cogitarem de SUSPENDER A CIRCULAÇÃO DOS BONDES, dados como imprestáveis na sua quase totalidade”.

O que a população previa com o recolhimento à Estação dos bonés dados como imprestáveis, aconteceu, realmente: a paralisação do tráfego (CRUZ, 1973, p. 473-474. Destaques no original).

Ao repetir e atualizar um discurso que significa o intendente municipal Antonio Lemos como o mais importante administrador da cidade, silenciamos os conflitos narrados durante o seu período de governo (quebra-quebras, greves, denúncias, disputas político-partidárias, por exemplo), bem como silenciamos também o ocaso da figura política de Lemos, que acarretou no incêndio tanto ao prédio do (seu) jornal *A Província do Pará* quanto em sua residência, em 1912, bem como sua mudança para o Rio de Janeiro (ROCQUE, 1996; SARGES, 2002; CASTRO, 2010). Trata-se, aqui, daquilo que foi mencionado por Paulo Chaves Fernandes (2004, p. 8) – e, vale ressaltar, quase esquecido, conforme suas próprias palavras – como “aquele malsinado dia de 1912”, como aquele “tenebroso ano que ainda não acabou”<sup>157</sup>.

Antônio José de Lemos nasceu em São Luís do Maranhão a 17 de dezembro de 1843, e faleceu no Rio de Janeiro em 2 de outubro de 1913 (...).

Como Intendente municipal de Belém, não poupou dinheiro nem talento para transformar a capital paraense na mais bonita cidade do norte.

Contam as crônicas do seu tempo que, ao cumprimentar o Prefeito Pereira Passos – “pelo amor com que arrumava e enfeitava a sua tumultuária Sebastianópolis” – ouviu esta resposta:

– “Eu começo a fazer na minha cidade o que V. Exca. Já fez na sua”.<sup>158</sup>

Efetivamente o *velho* Lemos – como era chamado habitualmente pelo povo – revelou-se um verdadeiro urbanista, um artista primoroso, plasmando com o cinzel de sua imaginação a cidade que amava com o enterneecimento de um poeta (CRUZ, 1973, p. 414. Destaque no original)

<sup>157</sup> Confira a Seção 5.1, Recorte 67.

<sup>158</sup> Esse episódio (imaginado ou não) encontra-se em *Santa Maria de Belém do Grão Pará* (1963), de Leandro Tocantins (SARGES, 2000). Sobre algumas relações entre as reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos e por Antonio Lemos, confira Pinho (2010).

Nome referencial mais importante para os narradores da Era da Borracha, Antônio José de Lemos, o prefeito cosmopolita que se converte num dos símbolos da modernidade da cidade sobrevive, a ser descrito pelo currículos de *“história amazônica”*, nos primários de Belém, como uma espécie de santo de milagres urbanos (CASTRO, 2010, p. 173. Destaques no original).

No dia 30 de agosto de 1912, o “Correio da Manhã”, um dos principais jornais da capital do país, estampava em sua primeira página a seguinte manchete: *“São gravíssimas as notícias que chegam de Belém, em plena revolução. Mortos e feridos. Os lemistas recorrem à dinamite e tiroteiam com o povo”*. No dia seguinte, o mesmo jornal continuava a dar destaque aos acontecimentos do Pará de modo contundente: *“O velho oligarca Antonio Lemos é preso pelo povo, sendo sua vida garantida pelo Senador Lauro Sodré”*. Esse acontecimento, que adquiriu dimensão nacional e, segundo a mesma gazeta, até internacional, retratava o clima de uma cidade amotinada. Na véspera, em decorrência de um suposto atentado a Lauro Sodré, a multidão, insuflada pelos lauristas, e após um meeting realizado na praça da República, ateou fogo no prédio de “A Província do Pará”, o jornal lemista. Não satisfeitos, seguiram até a casa de Lemos onde promoveram um verdadeiro saque às obras de arte e objetos de valor, para depois colocar fogo na casa. Lemos, encurralado pelos seus perseguidores, foi encontrado no dia seguinte em uma casa vizinha à sua, vestindo apenas um pijama, e, aos empurões, foi arrastado para a rua até ser levado à casa de Virgílio de Mendonça, intendente de Belém, onde encontrou alguns correligionários. Por ironia do destino, Lemos saiu de casa de Virgílio sob a proteção de Lauro Sodré, que o levou para a casa de seu genro, o engenheiro Joaquim Gonçalves de Lalôr (SARGES, 2002, p. 15-16. Destaques no original).

Ao nos filiarmos ao dizer sobre nosso glorioso passado republicano, não dizemos o nosso passado colonial. O que importa ao sujeito do discurso saudosista é falar sobre o passado bellepoquiano como o único e possível passado digno e permitido de ser lembrado. O discurso do passado bellepoquiano é “o” passado! – um passado branco e europeizado.

Na última década do século XIX, a cidade, aos olhos dos paraenses, ainda deixava a desejar, na medida em que, sob muitos aspectos, mantinham-se os traços do urbanismo colonial, reconhecidos por seus visitantes. Na “era dos engenheiros”, quando a borracha tornava palpável o progresso, o Pará se modernizou. Jovens paraenses – engenheiros, militares de ideologia positivista –, articulados em redes nacionais de relação com seus colegas de formação estabelecidos na capital da República, promoveram ou respaldaram as alterações que imprimiram à cidade os sinais da nova ordem do progresso (DAOU, 2000, p. 27-28).

Paris sempre presente. Era uma das imagens mais portentosas do ciclo. A comparação da capital do látex, fonte produtora do produto que movia o mundo, à cidade-luz, signo central da modernidade urbano-comercial, a “capital do século XIX, era feita a todo momento, e provocava delírios (...)

Belém quis ser Paris em todos os sentidos. Quis ser a moderna Paris em todos os sentidos e, para isso, desatinou nos artifícios mais desvairados (...) (CASTRO, 2010, p. 157).

A imagem de nosso passado colonial em sua versão desejável foi e está construída sobre uma tensa relação entre civilização e natureza, entre conquistador e conquistado, entre colonizador e colonizado. Para ilustrar tal afirmação, basta que recorramos ao imaginário de uma região empestada por doenças, de clima infernal e insalubre, onde vigora um grande espaço vazio, no qual subsiste um povo inculto e preguiçoso. Certamente, as reformas urbanas e a política de imigração de mão-de-obra branca europeia<sup>159</sup> destinavam-se ao enfraquecimento desse imaginário por meio da busca por sinais de progresso e de civilização. Recomendo também observar a instituição da história oficial paraense, concebida a partir da conquista europeia de seu espaço, cuja versão foi celebrada e estimulada pelos círculos letados com o objetivo de constituir nossa identidade nacional. Sob esse aspecto, basta tomar como exemplo o quadro *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará* (1908), de autoria do pintor Theodoro Braga, que veio encarnar “uma nova leitura sobre a velha história da Amazônia” (FIGUEIREDO, 2005, p. 153), uma rescrita da história pela pintura<sup>160</sup>.

Fazemos circular o discurso sobre a saudade, pondo a palavra em movimento (ORLANDI, 2005a). É uma saudade de algo não vivido, mas nem por isso irreal para o sujeito que se filia a esse discurso. Ao contrário, esse discurso produz efeitos de verdade no sujeito. Ou seja, mesmo os que não viveram o ciclo da borracha incorporam os efeitos do discurso bellepoquiano e sentem saudade, falam sobre sua saudade. Penso que aí encontram-se tanto um processo de aprendizagem, como uma forma de pedagogia urbana, como um processo de filiação histórica<sup>161</sup>.

<sup>159</sup> Sobre a imigração branca europeia, sugiro consultar, entre outras, Sarges (2010) e Fontes (2002a; 2002b).

<sup>160</sup> Confesso que é sedutora a ideia de abordar mais sobre esse tema, porém deixo isso a cargo do leitor, a quem sugiro fortemente a consulta aos trabalhos de Figueiredo (2005; 2010) sobre as obras-primas *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará* (1908), de Theodoro Braga e *A conquista do Amazonas* (1907), de Antônio Parreiras, respectivamente.

<sup>161</sup> Inspiro-me aqui na reflexão feita por Eni Orlandi acerca da censura política na ditadura brasileira: “De um lado, sabemos, isso acarreta uma particularidade: o brasileiro, por ter a censura explícita na

Não tenho dúvida de que, ao se filiar ao discurso saudosista, ocupando uma posição de sujeito da saudade, o indivíduo faz uma crítica ao seu presente. Não se trata de uma passividade, mas sim de uma interpretação sobre sua realidade social e histórica. Como nos ensina Ecléa Bosi (1983), a função social da lembrança se faz no aqui e no agora, sendo motivada pelos outros e/ou pela situação presente.

A retomada das lembranças do tempo de Lemos é uma busca de vinculação com o passado que se faz, segundo Maurice Hallbwachs, para atender às solicitações do presente (...). A frequência com que o “tempo de Lemos” é retomado pelos saudosistas a partir da década de 20 reflete a necessidade de encobrir o período de decadência que assolou a região e que a historiografia local tão bem soube construir para explicar a queda da exportação da borracha e o marasmo que se instalou nas metrópoles amazônicas. Desse modo, lembrar a administração lemista é como querer exorcizar as obscuras administrações após Lemos, que transformaram Belém numa capital decadente (SARGES, 2002, p 199).

Antônio Lemos ainda é a utopia. “O sonho que nós ainda podemos sonhar”, como escrevia o leitor<sup>162</sup>, era a certeza de que agora tinha aprendido que Lemos foi o “marco luminoso”, e não apenas um simples prefeito da cidade que acuadamente teve que deixá-la. Desse modo, a imprensa tornou-se um eco dessas lembranças, constituiu-se o lugar onde se inscreve a memória de um mito.

Ecos desta memória construída ainda vamos encontrar nos discursos de políticos locais que a utilizam sempre que desejam ser identificados com o progresso e o amor à cidade (...). Muito paradoxalmente, ainda nos deparamos com a manipulação dessa memória por ocasião das últimas eleições municipais, tanto por partidos considerados de direita, centro-esquerda, como pela própria esquerda que, nos discursos em que sobressai a promessa de fazer Belém retornar ao tempo da *Belle-Époque*, conseguem despolitizar a ação política de Lemos e dar-lhes um conteúdo coerente com seus interesses<sup>163</sup>. Não se trata do simples retorno de um passado; ele é reapropriado como modelo capaz de preencher uma lacuna que ainda perdura. Assim acreditam os saudosistas, desde a administração de Lemos (SARGES, 2002, p. 233).

---

sua história política, relaciona-se com o discurso político através dessa memória. Memória aí no sentido amplo: mesmo os que não viveram a censura política explícita incorporaram seus efeitos. Não se trata de aprendizagem mas de filiação histórica, inconsciente” (ORLANDI, 2007, p. 128). Porém, no caso específico de meu objeto, observo as presenças de um aprendizado e de uma filiação histórica.

<sup>162</sup> Nazaré Sarges aqui se refere a uma carta de leitor, publicada em um jornal de Belém, que evoca a memória de Lemos como grande administrador municipal.

<sup>163</sup> Qualquer semelhança com o que tratei nos capítulos anteriores desta tese não será mera coincidência. Cabe ressaltar que o livro *Memórias do Velho “Intendente”*, de Nazaré Sarges, publicado em 2002, é fruto de sua tese de doutorado, defendida na Unicamp, em 1998 – um pouco distante do lançamento do projeto Via dos Mercadores, de 2002. Penso que tal convergência diz mais a respeito da força do imaginário estabelecido sobre a cidade. Em consequência disso, outra coisa que não pode ser esquecida: de alguma forma, o prefeito Edmilson Rodrigues, considerando o projeto Via dos Mercadores, atualizou ou buscou atualizar o mito lemista, desejando também disputar o adjetivo de grande administrador municipal.

Em um dado viés, essa posição discursiva procura não assumir aquilo que caracteriza uma singularidade regional. O silenciamento dessa diferença na ordem do discurso empurra outras histórias e outras memórias para o subterrâneo em privilégio de uma História e de uma Memória.

No fim das contas, o sujeito deseja apagar essa diferença em busca de uma homogeneidade que o faça sentir-se pertencente a uma ideia de nação e que (re)coloque a cidade de Belém no grupo de importantes cidades brasileiras. A cidade de Belém, desde sua fundação, foi colocada nesse lugar.

Santa Maria de Belém do Grão Pará foi fundada no século XVII como uma cidade-fortaleza, uma das iniciativas do império português que visavam à defesa da região setentrional da colônia, objeto de sucessivas disputas entre franceses, holandeses e espanhóis. Quando, em meados do século XVIII, o sábio La Condamine desceu o Amazonas, reconheceu no Pará uma cidade com “ruas bem alinhadas, casas risonhas, magníficas igrejas”. Em 1751, com a chegada do novo governador, Mendonça Furtado – irmão do marquês de Pombal, imbuído do projeto iluminista de restaurar a Amazônia –, a cidade ascendeu à capital da unidade administrativa agora denominada do Grão Pará e Maranhão, diretamente ligada a Lisboa e destacada do Brasil<sup>164</sup> (DAOU, 2000, p. 25-26).

Capital de uma das duas colônias portuguesas na América e ponto vetorial de uma importante política urbana na modernidade portuguesa do século XVIII – a política pombalina – ela foi devastada por uma guerra civil que lhe exigiu um terço da sua população e um grande sacrifício político: a perda da soberania do Grão-Pará e Maranhão (da Amazônia, portanto) face ao Brasil nascente. A oportunidade do látex deu-lhe uma sobrevida vertiginosa e intensa e os recursos necessários para alegorizar a modernidade triunfante do século XIX um pouco mais que outras cidades brasileiras. Porém, ocorreu-lhe a queda, a débâcle, mitificada de uma forma um tanto dramática no tecido intersubjetivo local, e essa cidade mergulhou a fundo no seu destino anunciado, deixando de ser a capital que pretendera (CASTRO, 2010, p. 10).

É disso que trata a música *Belém, Pará, Brasil*, do Mosaico de Ravenna. É sobre isso, sobre essa perda, que o sujeito chora.

**Belém Pará Brasil**, Mosaico de Ravenna

Região Norte

---

<sup>164</sup> Historicamente, o Pará esteve muito mais ligado à Europa, ou melhor a Portugal, do que ao Brasil, o que, de alguma forma, traduz a passagem de uma condição privilegiada, no século XVIII, para uma posição de isolamento – como um filho enjeitado pela madrasta Nação brasileira (BARBOSA, 2010).

Ferida aberta pelo progresso  
 Sugada pelos sulistas  
 E amputada pela consciência nacional

Vão destruir o Ver-o-Peso  
 E construir um Shopping Center

Vão derrubar o Palacete Pinho  
 Pra fazer um condomínio

Coitada da Cidade Velha,  
 Que foi vendida pra Hollywood,  
 Pra ser usada como albergue  
 No novo filme do Spielberg

Quem quiser venha ver  
 Mas só um de cada vez  
 Não queremos nossos jacarés tropeçando em vocês

A culpa é da mentalidade  
 Criada sobre a região  
 Por que é que tanta gente teme?  
 Norte não é com "M"

Nossos índios não comem ninguém  
 Agora é só hambúrguer  
 Por que ninguém nos leva a sério?  
 Só o nosso minério

Quem quiser venha ver  
 Mas só um de cada vez  
 Não queremos nossos jacarés tropeçando em vocês

Aqui a gente toma guaraná  
 Quando não tem Coca-Cola  
 Chega das coisas da terra  
 Que o que é bom vem lá de fora

Transformados até a alma  
 Sem cultura e opinião  
 O nortista só queria  
 Fazer parte da Nação

Ah, chega de malfeitura  
 Ah, chega de triste rima  
 Devolvam a nossa cultura!  
 Queremos o Norte lá em cima!

Por quê? Onde já se viu?  
 Isso é Belém!  
 Isso é Pará!  
 Isso é Brasil!

Portanto, trata-se da questão da capitalidade, da capitalidade como experiência urbana. E para que a capitalidade pudesse ser experimentada, Pechman (2002, p. 327) aponta que “era preciso, antes de tudo, ter uma capital à

altura das grandes capitais que, historicamente, serviam de referência à qualificação especial do cosmopolitismo”.

É assim, durante sua história, num movimento tenso entre apogeu e queda, que a cidade de Belém buscou e/ou busca manter e/ou recuperar sua posição-capital, seja no cenário regional<sup>165</sup>, seja no cenário nacional.

Na experiência da capitalidade, a cidade é o lugar e o componente fundamental do processo civilizatório (PECHMAN, 2002). Lembremo-nos do início da história republicana brasileira e do incessante esforço de destruição dos marcos da cidade colonial, para que uma nova cidade e, com ela, novas formas de organização social pudessem ter espaço. Foi assim no Rio de Janeiro, foi assim em Belém. Podemos dizer, portanto, que a capitalidade faz sentido ao sujeito urbano. Trago as palavras de Castro (2010, p. 28) que podem nos ajudar a pensar mais sobre essa questão.

A “Era da Borracha<sup>166</sup>, sempre é bom lembrar, não existia em seu período histórico. Havia, sim, a certeza da economia próspera e a produção sínica-discursiva de então. Essa é a primeira evidência da ilusão discursiva que permeia o termo “Era da Borracha”. Aquele tempo somente se torna “Era da Borracha” quando precisamos, em nossos tempos de sujeitos sucessivos, definir e proteger nossos sonhos e nossas melancolias de fausto, apogeu e queda.

Mariani (2011, p. 139) nos diz que “o sujeito está sempre orientando sua prática por um ‘querer’ transformar-controlar a realidade a fim de lidar com a falta que o constitui”, embora os sujeitos reajam diferentemente porque “a falta não se inscreve da mesma maneira no sujeito”. Arrisco-me a supor que, para uma dada posição-sujeito, a falta constituinte de si pode, em uma das suas derivas, revestir de uma sensibilidade saudosista, o que, no caso de Belém, em virtude de sua formação histórica, faz sentido ao sujeito urbano.

<sup>165</sup> É nesse ponto que situou a rixa histórica entre paraenses e amazonenses. Um exemplo mais recente dessa cisão pode ser encontrado na notícia do crime que envolveu um amazonense que teria chamado pejorativamente um conterrâneo de “paraense” (GUSMÃO, 2006) e no caso em que o prefeito de Manaus e uma paraense que morava naquela capital (XENOFOBIA..., 2011).

<sup>166</sup> O leitor perceberá, com essa citação, que Fabio Castro (2010), a partir de seu referencial teórico, assinala a diferença entre o ciclo do látex, como uma formação sócio-econômica, e a “Era da Borracha”, como uma produção discursiva sobre o passado.

A gramática do movimento do desejo (marcado pela falta) se representa como a busca por algo ainda inatingível. A totalidade, a completude são ficções: o sujeito quer e acha que pode conquistar algo que lhe falta. Por um lado esse movimento desejante impulsiona a subjetividade humana sempre em busca de algo faltoso, e pode promover novas formas de sociabilidade (MARIANI, 2011, p. 133).

Mas quais formas de sociabilidade e de sensibilidade se colocam para o sujeito urbano na contemporaneidade atravessado pelo imperativo e pelos excessos do consumo?

Todos os afetos estão na cidade. Ódios, paixões, vergonhas, compaixões, ressentimentos, desejos. Quanto mais a cidade puder absorver esses afetos, mais densamente humana ela vai se tornando. E quanto mais complexos forem esses afetos e tanto mais variada a rede de relações humanas e sociais, tanto maior elaboração será necessária para a decodificação de seu sistema de valores e à sua representação. Assim, felizes ou infelizes, pouco importa dividi-las nessas categorias, o que conta mesmo é se as cidades conseguem dar forma aos desejos ou se certos desejos conseguem cancelá-las (PECHMAN, 2009, p.352).

A cidade continuará como lugar da aventura, do encontro e do conflito? Ou a cidade se consolidará como o lugar da apatia, do evitamento e da homogeneização?

Perguntas complexas e que certamente não terei respostas. É melhor, como diria um conhecido paraense, dado o adiantado da hora, encaminhar-me para o encerramento deste longo texto.

## 7 PONTOS DE CHEGADA

No capítulo anterior, falei sobre a saudade como um sentimento que diz respeito sobre a nossa relação com a temporalidade – uma tensa relação entre sujeito e tempo. É também no que concerne a uma tensão com o tempo, uma espécie de pressão, que busco aqui encerrar, ainda que provisoriamente, a discussão que empreendi nesta tese.

Muito ainda poderia ser falado sobre o meu tema, sobre meu objeto de pesquisa, mas sou empurrado pela exigência do tempo institucional para essa finalização. Sob esse ponto de vista, não tenho mais tempo. Aproveitarei, então, esse capítulo, destinado às considerações finais, para fazer uma retomada do que eu considero os principais pontos discutidos neste trabalho e apontar algumas sugestões para futuras pesquisas.

### 7.1 Algumas respostas

A *belle époque* paraense é uma imagem atual. É um discurso que se atualiza e circula em diferentes materialidades (verbal e imagética) e gêneros discursivos (jornais, blogs, publicações governamentais, projetos, roteiros turístico-culturais, etc.).

O discurso bellepoquiano é um discurso que materializa as relações de poder, um discurso de efeito produtivo, em especial naquilo que Michel Foucault considerou como um efeito positivo do poder, ou seja, não mais somente como repressão, mas em sua positividade ao produzir sensibilidades e subjetividades. É um discurso

habilmente usado pelas instituições formais de poder que conseguem adesão aos seus propósitos quando usam esse discurso como recurso estratégico, dando assim um caráter de obviedade, de naturalidade às suas intervenções.

O discurso da saudade, que alia o imaginário da cidade de Belém como a “Paris dos Trópicos” e como a “cidade do já teve”, age segundo uma polivalência tática dos discursos, a que se referia Foucault (2011), assumindo assim diferentes papéis em diferentes estratégias. Desta forma, observa-se a reatualização de uma versão gloriosa do passado, com seus devidos apagamentos e reforços do presente. Tal funcionamento deixa aparecer tensões que se estabelecem entre a crítica do presente e a idealização do passado e sua nostalgia.

É um discurso que atualiza uma memória, que é resultado de interpretações em disputas e com a predominância de uma interpretação específica e apagamento de outras. É um discurso que se atualiza e circula produzindo saudade: a saudade de uma época áurea (europeizada, rica, moderna), como versão do passado, e que contrasta com uma determinada imagem do que seria a cidade de Belém na atualidade (pobre, atrasada).

É um dizer saudoso em relação a algo que não se viveu; porém essa experiência imaginária se tornou “exemplar”, e aí reside um efeito do trabalho ideológico. O sujeito da saudade – como um lugar de identificação, um lugar de tomada de posição, um lugar de interpelação pela ideologia, um modo de subjetivação – ao dizer sobre a cidade de Belém, fala identificado com a ideologia que constitui sua classe ou a da classe dominante.

Eis um problema que a adesão acrítica ao discurso bellepoquiano, ao discurso saudosista, coloca: a naturalização de uma determinada experiência ou de um dizer sobre uma determinada experiência – já descontextualizada, deslocada de

seu tempo e de seu espaço históricos –, tomando-a como universal e despolitizada<sup>167</sup>. Eis o efeito do dispositivo!

## 7.2 Mais perguntas

Ao fim dessa jornada, ainda que satisfeito com o percurso feito, não posso me furtar em dizer que me sinto como se estivesse em um impasse, embarulado, em um incômodo resultante da dedicação a um questionamento. Chegamos a mais um dilema? Como podemos vislumbrar uma saída?

Como resistir a esse “canto de sereia”? Vamos ouvi-lo e correr perigo? Vamos ouvi-lo presos em nossa embarcação? Vamos tapar nossos ouvidos?

Não sei se pensar em algo como uma saída, como uma redenção é cabível. Talvez o mais interessante seja a possibilidade de lançar uma luz (ainda que tímida e bruxuleante) sobre essa questão apresentada. Para isso, escolho retomar uma bela e intrigante indagação que Michel Foucault nos deixou: o que estamos ajudando a fazer de nós mesmos na atualidade?

Sob esta perspectiva, Foucault propõe o desenvolvimento de um pensamento crítico que nos permita pensar de outro modo. É necessário “pensar diferentemente do que se pensa”, “perceber diferentemente do que se vê” e não mais “legitimar o que se sabe” (FOUCAULT, 2012, p. 15).

Talvez nem precisássemos mais saber o que somos, mas sim “recusar o que somos” e “imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos”

<sup>167</sup> Sobre essa questão, recomendo fortemente ao leitor que consulte a entrevista que realizei, durante meu estágio doutoral em Lisboa (Portugal), em 2002, com o professor Durval Muniz de Albuquerque Júnior que encontrava-se também em solo lusitano, em pós-doutoramento, pesquisando as sensibilidades saudosistas na história e cultura portuguesas. A entrevista foi publicada na edição 11 da revista *e-metropolis*, de dezembro de 2012. Conferir Pinho & Albuquerque Júnior (2012).

(FOUCAULT, 1995, p. 239) desta máquina de produção de sujeitos. É só assim, como máquina de produzir subjetivações, de produzir sujeitos (AGAMBEN, 2009), que o dispositivo se constitui como uma máquina de governamento. É preciso, em minha opinião, ir além do lamento e do enganoso desejo de repetição. Mas como? Não sei.

Talvez o filósofo Giorgio Agamben ilumine nossa reflexão. Para ele, um primeiro passo seria reconhecer que não se trata de uma tarefa simples, por se tratar de liberar aquilo que foi capturado e separado através dos dispositivos e de restituí-los a um possível uso comum.

É aí que Agamben retoma a noção de *profanação*, um termo oriundo da esfera do direito e da religião (AGAMBEN, 2007; 2009). No direito romano, algo era tido como sagrado ou religioso devido o seu pertencimento aos deuses, sendo assim retirado do livre uso dos homens. Era o ato de consagrar que definia a saída das coisas da esfera do direito humano e a sua entrada no universo do sagrado. Desta forma, o sacrilégio constituía qualquer ato que violasse ou que transgredisse essa condição de exclusiva pertença aos deuses. A profanação de alguma coisa, por outro lado, representava o contrário de sua consagração, ou seja, a restituição ao uso e à propriedade dos homens.

Tomando, como exemplo, o dispositivo do sacrifício como o que sanciona a passagem do profano para o sagrado, como o que realiza e regula a separação promovida pela religião, que transfere algo para uma esfera separada, a profanação funcionaria como um contradispositivo ao restituir ao uso comum (por um ritual ou pelo contágio imputado ao toque) o que foi separado e dividido pelo sacrifício.

Profanar é fazer funcionar uma atitude de negligência como um gesto contrário à atitude de escrúpulo e atenção que caracteriza as relações religiosas. “Profanar significa abrir a possibilidade de uma forma especial de negligência, que ignora a separação, ou melhor, faz dela um uso particular” (AGAMBEN, 2007, p. 66). A profanação também pode acontecer mediante um uso totalmente incongruente do

sagrado – ideia sugerida por meio do jogo, cuja prática ancestral deriva de antigas práticas sagradas.

O filósofo ressalta que o ato de profanação não vem restituir uma condição anterior ao objeto profanado. Não é restaurado um pretenso “uso natural, que preexistia à sua separação na esfera religiosa, econômica ou jurídica” (AGAMBEN, 2007, p. 74). O que acontece após a profanação não é um cancelamento do dispositivo, mas sim a sua desativação, que implica na abertura para um novo e possível uso.

O comportamento libertado dessa forma reproduz e ainda expressa gestualmente as formas da atividade de que se emancipou, esvaziando-as, porém de seu sentido e da relação imposta com uma finalidade, abrindo-as e dispondo-as para um novo uso (...). Assim, a criação de um novo uso só é possível ao homem se ele desativar o velho uso, tornando-o inoperante (...). Profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas (AGAMBEN, 2007, p. 74-75).

Se considerarmos o que pensa Agamben acerca da profanação como um contradispositivo, como poderíamos conceber a profanação do dispositivo da saudade bellepoquiana? Quais seriam os novos e possíveis usos do dispositivo da saudade bellepoquiana?

Desativar o velho uso do dispositivo, como sugere o filósofo italiano, não implicaria questionar o mito da *belle époque*? Se sim, este movimento é o que tem feito a nova historiografia paraense, mostrando o viés historiográfico tradicionalista como uma opção política, uma tomada de posição, elaborando possibilidades explicativas mais complexas da história social amazônica.

Lendo recentemente o ensaio de Sigmund Freud, *O futuro de uma ilusão*, encontrei alguns pontos que podem contribuir nessa reflexão. O entendimento do pai da psicanálise acerca da ilusão e sua diferença em comparação com o erro e com o delírio pode trazer, para nós, uma perspectiva promissora, ainda que temporária e precária, passível de maior elaboração, caso concebermos o mito da *belle époque*

como uma ilusão – uma ilusão que deriva do desejo humano e, nem por isso, menos real.

Uma ilusão não é a mesma coisa que um erro, tampouco é necessariamente é um erro (...). O que é característico das ilusões é o fato de derivarem de desejos humanos (...). As ilusões não precisam ser necessariamente falsas, ou seja, irrealizáveis ou em contradição da realidade (...). Podemos, portanto, chamar uma crença de ilusão quando uma realização de desejo constitui fator proeminente em sua motivação e, assim procedendo, desprezamos suas relações com a realidade, tal como a própria ilusão não dá valor à verificação (FREUD, 1989, p. 43-44).

De modo similar é o que ponderei acerca da saudade da *belle époque* por aqueles que sequer a viveram. Ou seja, como já mencionei antes, a saudade bellepoquiana é real porque o sujeito com ela se identifica.

Nesse sentido, como poderíamos produzir movimentos de contra-identificação ou de desidentificação? Quais possibilidades de resistência se apresentam?

Se não há poder sem resistência e se a saída de um dispositivo implica diretamente na entrada em outro dispositivo, o que significaria desativar o dispositivo da saudade bellepoquiana? Consistiria no ingresso em, por exemplo, um dispositivo de subjetivação que, negando a identificação com um pretenso passado rico e afrancesado, promova a identificação com um passado indígena e caboclo? Ou o surgimento de discursos identitários que mesclam esse lugar mestiço mas antenado com a contemporaneidade aponta para a emergência ou mesmo para o funcionamento de um outro dispositivo?



## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios.** Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Profanações.** Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d’Oliveira. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 4, p. 149-174, 2013.

\_\_\_\_\_. As sombras do tempo: a saudade como maneira de viver e pensar o tempo e a história. In: ERTZOGUE, Marina Haizenreder, PARENTE, Temis Gomes (orgs.). **História e sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 117-139.

ALSTOM Transport. CITADIS dans Le monde. Disponível em: <http://www.citadismag.transport.alstom.com/V12/planisphere.html>. Acesso em: 10 out. 2010.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

AMARAL, Márcio Douglas Brito, VILAR, Beatriz de Souza. A cidade estratégica nas políticas de renovação urbana em Belém: a experiência da Estação das Docas. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da, SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (orgs.). **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p. 91-110.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. Estado e políticas urbanas na Amazônia: a experiência das intervenções urbanas na orla fluvial de Belém. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. **Anais**. Belém: ANPUR, 2007.

ÂNGELO, Francisco. Linha de bondes ajuda a revalorizar centro de Santos. **Movimento, mobilidade & cidadania**, São Paulo, n. 5, jun. 2006, p. 62-66.

ANDOU! **Diário do Pará**, Belém, 13 out. 2007, p. 1.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do**

**pensamento único:** desmanchando consensos. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 11-74.

BARBOSA, Mário Médice. **Entre a filha enjeitada e o paraensismo:** as narrativas das identidades regionais na Amazônia Paraense. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Juventude revolucionária cabana ou brigada cabana? Imprensa e poder em Belém.** Belém: Açaí, 2008.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível.** 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BASTOS, Isabela. VLT em dose tripla: Maracanã e Marina da Glória podem ganhar sistemas de bondes modernos ligados ao Porto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 out. 2010. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/transito/mat/2010/10/27/vlt-em-dose-tripla-maracana-marina-da-gloria-podem-ganhar-sistemas-de-bondes-modernos-ligados-ao-porto-22891942.asp>. Acesso em: 26 jan. 2011.

BELÉM volta no tempo de bondinho. **O Liberal**, Belém, 13 out. 2007, p. 1.

BELÉM. Prefeitura Municipal. Projeto “Via dos Mercadores”. 2004. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/secon/paginas/proj\\_emp\\_mercadores.html](http://www.belem.pa.gov.br/secon/paginas/proj_emp_mercadores.html). Acesso em: 1 dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Patrimônio: Prefeitura salva muro do século XIX. Portal da Prefeitura de Belém - Direto da Redação. 26 nov. 2002a. Disponível em: [http://www.prefeituradebelem.com.br/artigo.asp?artigo\\_id=300](http://www.prefeituradebelem.com.br/artigo.asp?artigo_id=300). Acesso em: 10 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. Justiça Federal embarga intervenção no muro do Forte do Castelo. Portal da Prefeitura de Belém - Direto da Redação. 3 dez. 2002b. Disponível em: [http://www.prefeituradebelem.com.br/artigo.asp?artigo\\_id=303](http://www.prefeituradebelem.com.br/artigo.asp?artigo_id=303). Acesso em: 10 jan. 2004.

\_\_\_\_\_. Projeto “Via dos Mercadores”. s.d. (folder)

BÍBLIA. Gênesis. Disponível em: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/1>. Acesso em: 8 set. 2013.

BÍBLIA. João. Disponível em: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/1>. Acesso em: 8 set. 2013.

\_\_\_\_\_ João. Disponível em: <http://www.bibliaonline.com.br/acf/jo/8>. Acesso em: 8 set. 2013.

BISCHOFF, Ulrich. **Edward Munch**. Trad. Jorge Valente. Colônia: Taschen, 2011.

BONDINHO de Belém vai voltar a circular. **O Liberal**, Belém, 7 out. 2007. Atualidades, p. 7.

BONDINHO do projeto Via dos Mercadores chega hoje a Belém. **Portal ORM**. 16 set. 2004. Acesso em: 1 dez. 2004.

BONDINHO faz teste em Belém. **Portal ORM**. 7 out. 2004. Disponível em: [http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id\\_noticia=31859](http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=31859). Acesso em: 1 dez. 2004.

BONDINHO elétrico começa a circular no dia 8 de outubro. **Portal da Prefeitura de Belém**. 6 out. 2004. Disponível em: <http://www.prefeituradebelem.com.br/bondinho.html>. Acesso em: 6 out. 2004.

BONDINHO está mais perto. **Jornal do Povo**, Belém, 30 maio 2004, p. 8.

BONDINHO promove uma viagem no tempo. **O Liberal**, Belém, 13 out. 2007. Atualidades, p. 4.

BONDINHO será exposto em Belém. **Portal ORM**. 15 set. 2004. Disponível em: [http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id\\_noticia=28085](http://www.orm.com.br/plantao/imprimir.asp?id_noticia=28085). Acesso em: 1 dez. 2004.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 1. reimp. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 4. edição. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. rev. 1. reimp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano**: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Belém, Natal e Recife, Brasília, 2001.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resultado da eleição 1996. s. d. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>. Acesso em: 13 nov. 2014.

BRASÍLIA. Governo Distrital. Portal do cidadão. Metrô leve de Brasília (VLT). 2010. Disponível em: <http://www.vlt.df.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2010.

BUSSOLINI, Jeffrey. What is a dispositif? **Foucault studies**, n. 10, p. 85-107, nov. 2010.

CARVALHO, Wagner Ribeiro de. **O discurso do medo**: as formas e os modos de constituição dos sentidos. 2009. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) - Universidade do Estado da Bahia.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 45, jul. 1996, p. 152-166.

CASTRO, Edgard. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Fábio Fonseca. **A cidade sebastiana**. Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade. Belém: Edições do Autor, 2010.

\_\_\_\_\_. Cartografias da modernidade de Belém. In: PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. **Belém da saudade**: a memória de Belém do início do século em cartões-postais. 3. ed. Belém: 2004. p. 22-27.

CASTRO, Maria Beatriz de. **O bonde na cidade**: transportes públicos e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick, MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 1. reimpr. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983. p. XVII-XXXII.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. V. 2. 491 p. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo)

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Cidade de Curitiba - bonde moderno: o caminho do futuro**. Curitiba, s.d.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. (Descobrindo o Brasil)

DE PAULA, Luciane; STAFUZZA, Grenisse (orgs.). **Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil**: três épocas histórico-analíticas. Uberlândia: EDUFU, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. 6. reimpressão. Trad. Renato Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2005.

\_\_\_\_\_. Qué es um dispositivo? In: BALIBAR, Etienne et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia?** 2. reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, Cristovão Fernandes. Via dos Mercadores - Belém, Pará (2002). In: Memoriais da Meia Dois Nove. 4 fev. 2010. Disponível em: <http://memoriaisdameiadoisnove.blogspot.com/2010/02/via-dos-mercadores-1-introducao.html>. Acesso em: 15 set. 2013.

DUARTE, Eduardo. **Desejo de cidade** – múltiplos tempos, das múltiplas cidades, de uma mesma cidade. In: PRYSTTHON, Ângela (org). **Imagens da cidade: espaços**

urbanos na comunicação e cultura contemporâneas. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 100-114.

DUBY, Georges. **A história continua**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Ed. UFRJ, 1993.

ESTAÇÃO DAS DOCAS. Galeria. 2011. Disponível em: <http://www.estacaodasdocas.com.br/pagina/galeriadetalhe/ID/1504>. Acesso em: 15 set. 2013.

FERNANDES, Cleudemar. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FERNANDES, Paulo Roberto Chaves. A esbórnia também anda de bonde. **O Liberal**, Belém, 31 dez. 2004 e 1 jan. 2005. Atualidades, p. 9.

\_\_\_\_\_. Carta bilhete (*Carte letre*). In: PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. **Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões-postais**. 3. ed. Belém: 2004. p. 7-8.

FERREIRA, Lucia M. A. Discurso, imagem e redes de sentido: quando o acontecimento jornalístico escreve a história do presente. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 241-252.

\_\_\_\_\_. As práticas discursivas e os (im)previsíveis caminhos da memória. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 105-114.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Discurso, arquivo e corpo. In: MARIANI, Bethania, MEDEIROS, Vanise, DELA-SILVA, Silmara (Org.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 174-185.

\_\_\_\_\_. O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A conquista do Amazonas: história e memória visual da territorialidade amazônica, 1637-1907. In: RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis;

CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **T(r)ópicos de história**: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI). Belém: Ed. Açaí, 2010. p. 219-228.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. **A cidade dos encantados**: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2008.

\_\_\_\_\_. A tela e o fato: a invenção moderna e a fundação do Brasil na Amazônia. In: FORLINE, Louis; MURRIETA, Rui; VIEIRA, Ima (Org.). **Amazônia além dos 500 anos**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. p. 151-182.

FLORENCIO, Ana Maria Gama et al. **Análise do discurso**: fundamentos & práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

FONSECA, Tania Mara Galii et al. Pesquisa e acontecimento: o toque no impensado. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 655-660, set./dez. 2006.

FONTES, Edilza. O paraíso chama-se Pará: o álbum “Pará em 1900” e a propaganda para atrair imigrantes. In: BEZERRA NETO, José Maia; GUZMÁN, Décio de Alencar (Orgs.). **Terra matura**: historiografia e história social na Amazônia. Belém: Paka-Tatu, 2002a. p. 257-271.

\_\_\_\_\_. **Preferem-se português(as)**: trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914). 2002b. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FORTUNA, Carlos. Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência. **Oficina do CES**, Coimbra, n. 62, set. 1995.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. 13. ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 21. reimp. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 27. reimp. São Paulo: Edições Graal, 2009a. p. 15-37.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramalhete. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2009b.

- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 13. ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- \_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.
- \_\_\_\_\_. Sobre a História da Sexualidade. In: **Microfísica do poder**. 27. reimpr. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 243-276.
- FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Trad. Marilena Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- \_\_\_\_\_. O futuro de uma ilusão. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmundo Freud**. Trad. José Octávio de Aguiar Abreu. Vol. XXI (1927-1931). Rio: Imago Editora, 1989. p. 11-71.
- FUMBEL discutirá obras. **O Liberal**, Belém, 5 jan. 2005. Atualidades, p. 2.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Marco Aurélio Filgueiras; PINHEIRO, Eloisa Petti. Os arquitetos, a cidade e o fascínio pela história. In: PINHEIRO, Eloisa Petti; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (orgs.). **A cidade como história**: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo. Salvador: EDUFBA, 2005. p. 9-18.
- GONDAR, Jô. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 13. 2008. Disponível em: <http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero13-2008/jogandar.htm>. Acesso em: 23 out. 2011.
- \_\_\_\_\_. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005. p. 11-26.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel (Orgs.). **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 32-43.

GRAND Hotel Bolonha, o primeiro resort urbano de Belém do Pará. Grupo MB Capital. 2011a. Disponível em: <http://www.mbcapital.com.br/news-grand-hotel-bolonha>. Acesso em: 5 maio 2013.

GRAND Hotel Bolonha: Belém volta aos tempos do glamour. Metro Quadrado Imóveis. 31 out. 2011b. Disponível em: <http://metroq.blogspot.com.br/2011/10/grand-hotel-bolonha-belem-volta-aos.htm>. Acesso em: 5 maio 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos & duelos. 3. ed. rev. amp. São Carlos: Claraluz, 2007.

\_\_\_\_\_. Olhares oblíquos sobre o sentido no discurso. In: GREGOLIN, Maria do Rosário; BARONAS, Roberto (orgs.). **Análise do discurso**: as materialidades do sentido. São Carlos: Claraluz, 2001. p. 2-16.

\_\_\_\_\_. Recitação de mitos: a História na lente da mídia. In: **Filigrama do discurso**: as vozes da história. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. p. 19-34.

GUSMÃO, Rosângela. Preconceito contra paraense é histórico. **Diário do Pará**, Belém, 29 jan. 2006, p. A-3.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

Humor político. Rir pra não chorar. 30 agosto 2011. Disponível em: <http://www.humorpolitico.com.br/rio-de-janeiro/governo-do-rio-culpa-motorneiro-do-bonde-pelo-acidente/>. Acesso em: 27 nov. 2012.

HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editoria Sagra Luzzatto, 1999. p. 8-11.

KNAUSS, Paulo (Coord.). **Cidade vaidosa**: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

KUSTER, Eliana Mara Pellerano. **Pontes lançadas sobre o abismo dos desejos**: uma investigação sobre o diálogo entre cidade e cinema. 2011. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

LE BRETON, David. **As paixões ordinárias**: antropologia das emoções. Trad. Luiz Alberto Salton Peretti. Petrópolis: Vozes, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Trad. Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 73-88, fev. 2010.

LOURENÇO, Eduardo. **Portugal como destino seguido de Mitologia da saudade**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2011.

LUCAS, Cristina Maria Baddini; PINHO, Fernando Augusto Souza. Gestão pública e humanização do transporte. In: XX Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito. **Anais**. Recife, 1999. CD-ROM.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 27. reimpr. São Paulo: Edições Graal, 2009. p. VII-XXIII.

\_\_\_\_\_. **Foucault, filosofia e a literatura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

MADONNA. 4 minutes. In: **Hard candy**. Warner Bros. Records Inc., 2008. CD. Faixa 2.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Curriculum sem fronteiras**, v. 9, n. 2, p. 226-241, jul./dez. 2009.

MARCELLO, Fabiana de Amorim O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação & realidade**, v. 29, n. 1, p. 199-213, jan./jun. 2004.

MARIANI, Bethânia. “Eu quero ser feliz”. O sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 125-141.

\_\_\_\_\_. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 26. ed. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos (Rituais orais funerários australianos). In: **Ensaios de sociologia**. Trad. Luiz João Gaio e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1981. p. 325-332.

MELANCOLIA. Direção: Lars von Trier. [s. l.]: Clap filmes, 2012. 2 DVD (130 min).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Rumo a uma “História visual”. In: MARTINS, José de Souza, ECKERT, Cornelia, NOVAES, Sylvia Caiuby (Orgs.). **O imaginário e o poético nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2005. p. 33-56.

MILANEZ, Nilton. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, Pedro (org.). **Estudos do texto e do discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 153-179.

MIRANDA, Victorino C. Chermont de. Cartão-postal: memória de Belém. In: PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. **Belém da saudade**: a memória de Belém do início do século em cartões-postais. 3. ed. Belém: 2004. p. 10-21.

MORAIS, Nanci Lopes. O bonde no turismo. **O Liberal**, Belém, 13 jan. 2005. Atualidades, Voz do Leitor, p. 6.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Vol. 2. p. 101-142.

NAVARRO-BARBOSA, P. L. “O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História”. In: SARGENTINI, V., NAVARRO-BARBOSA, P. L. (orgs.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-130.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NOVAIS, Pedro et al. Grandes projetos urbanos: panorama da experiência brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12. 2007, Belém. **Anais**. Belém: ANPUR, 2007.

NOVAIS, Pedro. **Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

\_\_\_\_\_. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, Freda, FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Claraluz, 2005b. p. 75-78.

\_\_\_\_\_. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.). **Discurso fundador**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Apresentação: Cidade atravessada. In: ORLANDI, Eni. P. (org.). **Cidade atravessada**. Campinas: Pontes, 2001.

\_\_\_\_\_. O próprio da análise de discurso. **Escritos**, Campinas, n. 3, p. 17-19, nov. 1998.

ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORTIZ, Renato. **Cultura e modernidade**: a França no século XIX. São Paulo: Braziliense, 1991.

PANTOJA, Letícia Souto. **Au jour le jour** - cotidiano, moradia e trabalho em Belém (1890-1910). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Resultado das eleições 2012. 29 out. 2012. Disponível em: [www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-2012/resultado-das-eleicoes-municipais-2012](http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-2012/resultado-das-eleicoes-municipais-2012). Acesso em: 13 nov. 2014.

PARÁ. Secretaria Executiva de Cultura. **Belém da saudade**: a memória de Belém do início do século em cartões-postais. 3. ed. Belém: 2004.

PAVEAU, Marie-Anne. O redemoinho de palavras. Análise do discurso, inconsciente, real, alteridade. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 13-32, jan./jun. 2008.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni. P. (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2006.

\_\_\_\_\_. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PECHMAN, Robert Moses. Inútil paisagem. **Redobra**, ano 4, n. 12, p. 158-167, 2013. Disponível em [http://www.redobra.ufba.br/?page\\_id=157](http://www.redobra.ufba.br/?page_id=157). Acesso em: 25 dez. 2013.

\_\_\_\_\_. 9 cenas, algumas obs-cenas, da rua. **Fractal**, v. 21, n. 2, p. 351-368, maio/ago. 2009.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PINHO, Fernando Augusto Souza. Notas de um cartógrafo-aprendiz sobre o bonde em/de Santa Teresa (RJ). In: VII Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2011, Salvador. **Anais**, 2011.

\_\_\_\_\_. Paris, Rio de Janeiro, Belém: circulação de idéias e práticas na modernização das cidades brasileiras na virada do século XIX. In: XVI Semana de Planejamento Urbano e Regional, 2010. Rio de Janeiro. **Anais**, 2010. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Embates político-ideológicos e revitalização urbana em Belém. In: IV Simpósio Nacional de História Cultural, 2008. **Anais**, 2008. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. **Festas, inaugurações e decepções**: a implantação dos bondes elétricos em Belém. Belém, 2001. Monografia (Especialização em História da Amazônia). Universidade Federal do Pará.

PINHO, Fernando Augusto Souza; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Sobre Nordeste, gênero, cultura e outras invenções. **E-metropolis**, ano 3, n. 11, p. 52-63, dez. 2012. Disponível em: [http://www.emetropolis.net/index.php?option=com\\_edicoes&task=artigos&id=53&lang=pt](http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos&id=53&lang=pt). Acesso em: 13 fev. 2013.

PINHO, Fernando Augusto Souza; SOUSA, Karla Mylene. **Alguns aspectos da evolução histórica do transporte público urbano no Brasil e na cidade de Belém-PA**. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Pará, 1993.

REVEL, Judith. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. (Coleção FGV de bolso. Série Sociedade & Cultura)

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia**: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (Coleção Retratos do Brasil, 159)

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 22, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf>. Acesso em: 8 set. 2013.

ROBIN, Régine. **Linguística e história**. Tradução Adélia Bolle. São Paulo: Editora Cultriz, 1977.

ROCQUE, Carlos. **Antônio Lemos e sua época**: história política do Pará. 2. ed. rev. amp. Belém: Cejup, 1996.

RODRIGUES, Edmilson. Quem sabe faz a hora - Ver-o-Rio: resgatando o direito à cidade. Somos todos Edmilson. 2012. Disponível em: <http://somostodosedmilson.blogspot.com.br/2012/01/quem-sabe-faz-hora-ver-o-rio-resgatando.html>. Acesso em: 15 set. 2013

ROMÃO, Lucília Maria Sousa, FERRAREZI, Ludmila. O sujeito e a tessitura dos sentidos no discurso jornalístico. In: ROMÃO, Lucília Maria Sousa, GASPAR, Nádea Regina (orgs.). **Discursos midiáticos**: sentidos de memória e arquivo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008. p. 23-37.

ROMÃO, Lucília, FERREIRA, Maria Cristina Leandro, DELA-SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Bethania, MEDEIROS, Vanise, DELA-SILVA, Silmara (Org.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 11-21.

SÁNCHEZ, Fernanda e outros. Produção de sentido e produção do espaço: convergências discursivas nos grandes projetos urbanos. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 39-56, jul./dez. 2004.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: VIII Encontro Nacional da ANPUR. **Anais**. Porto Alegre: ANPUR, 1999. CD-ROM.

SANTIAGO, Elyne. Passeio de bondinho aos domingos. **Diário do Pará**, Belém, 13 out. 2007. Cidades, p. A12.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa dos. Paisagens e espaços à beira-rio: pensando o planejamento e a gestão urbana na orla fluvial de Belém (Pa). In:

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da, SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da (orgs.). **Belém: a cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005. p. 111-129.

SANTOS. Prefeitura Municipal. Roteiros do centro: bondes turísticos. s.d. Disponível em: <http://www.santos.sp.gov.br/turismo/centro/bonde.html>. Acesso em: 10 out. 2010.

SARGENTINI, Vanice. A teatralidade na geração de empregos: mídia na campanha eleitoral. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. (org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 125-134.

SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém (1890-1910). In: RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis; CHAMBOULEYRON, Rafael (Orgs.). **T(r)ópicos de história: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)**. Belém: Ed. Açaí, 2010. p. 201-218.

\_\_\_\_\_. **Memórias do “Velho Intendente” Antonio Lemos (1869-1973)**. Belém: Paka-tatu, 2002.

\_\_\_\_\_. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque**. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **A história da vida privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 423-512.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **A história da vida privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à era do rádio. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001a. p. 513-619. (História da vida privada no Brasil, 3).

\_\_\_\_\_. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **A história da vida privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à era do rádio. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001b. p. 7-48. (História da vida privada no Brasil, 3).

SIERRA, Jamil Cabral. **Marcos da vida viável, marcas da vida vivível**: o governoamento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-

identitária para a teorização político-educacional LGBT. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SOUZA, Paulo Roberto Lima de. Bem-vindo, prefeito. **O Liberal**, Belém, 4 jan. 2005. Atualidades, Voz do Leitor, p. 6.

SOUZA, Pedro de. Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade. In: ORLANDI, Eni. P. (org.). **Cidade atravessada**. Campinas: Pontes, 2001. p.71-81.

STIEL, Waldemar Corrêa. **História do transporte urbano no Brasil**; summa tranviae brasiliensis; história dos bondes e trólebus e das cidades onde eles trafegaram. São Paulo: PINI, Brasília: EBTU, 1984.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. De volta ao rio: estratégias de gestão e de (re)apropriação do espaço urbano na área central de Belém. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 145-156.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: RANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 75-103.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida, A cidade alta de Salvador: de cidade colonial a “centro histórico pós-moderno”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri, LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 110-118.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Bereinstein. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. In: IX Encontro Nacional da ANPUR. **Anais**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. V. 2. p. 644-674.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 2. ed. 1. reim. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Coleção Pensadores & educação, 5)

\_\_\_\_\_. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth et al. (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze**: ressonâncias nietzschianas. 2. ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2005. p. 13-34.

VIDIGAL, Enise e MAUÉS, Eva. Prefeitura. Obras que ficam para o próximo governo. **O Liberal**, Belém, 5 dez. 2004, Atualidades, p. 12.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, Csaba; SCHIFFERM Sueli Ramos (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EDUSP. 1999. p. 169-243.

WALTHER, Ingo F., METZGER, Rainer. **Van Gogh**. Obra completa de pintura. Trad. Cristina Rodriguez e Artur Guerra. Colônia: Taschen, 2010.

XENOFOBIA: “Você é paraense? Então merece morrer!”. Sou paraense. 21 fev. 2011. Disponível em: [www.souparaense.com/2011/02/xenofobia-voce-e-paraense-entao-merece.html](http://www.souparaense.com/2011/02/xenofobia-voce-e-paraense-entao-merece.html). Acesso em: 30 abr. 2011.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 245-282, 2003.

\_\_\_\_\_. É o nome que faz a fronteira. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 202-215.

\_\_\_\_\_. Cidade e discurso: paradoxos do real, do imaginário, do virtual. **Rua**, Campinas, n. 4, p. 39-54, 1998.

\_\_\_\_\_. Os camelôs e o direito à cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7. 1997, Belém. **Anais...** Recife: ANPUR, 1997. V. 2. p. 1160-1179.